

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**DOUTORADO**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Denise Medianeira Mariotti Fernandes

**PROCESSOS ORGANIZATIVOS DE PRODUÇÃO E DE COMERCIALIZAÇÃO**  
**DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR:**  
**UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ARGENTINA**

Santa Cruz do Sul  
2015

Denise Medianeira Mariotti Fernandes

**PROCESSOS ORGANIZATIVOS DE PRODUÇÃO E DE COMERCIALIZAÇÃO  
DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR:  
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ARGENTINA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Erica Karnopp

Santa Cruz do Sul  
2015

F363p

Fernandes, Denise Medianeira Mariotti

Processos organizativos de produção e de comercialização de alimentos orgânicos na agricultura familiar: um estudo comparativo entre Brasil e Argentina / Denise Medianeira Mariotti Fernandes. – 2015.

228 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Erica Karnopp.

1. Agricultura orgânica. 2. Agricultura familiar. 3. Produtos agrícolas - Comercialização. I. Karnopp, Erica. II. Título.

CDU: 631.584

Bibliotecária responsável Edi Focking - CRB 10/1197

Denise Medianeira Mariotti Fernandes

**PROCESSOS ORGANIZATIVOS DE PRODUÇÃO E DE COMERCIALIZAÇÃO  
DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR:  
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ARGENTINA**

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Desenvolvimento Regional.

Dra. Erica Karnopp  
Professora orientadora – PPGDR/UNISC

Dra. Cidonea Deponti  
Professora examinadora – PPGDR/UNISC

Dr. Milton Luiz Wittmann  
Professor examinador – PPGDR/UNISC

Dr. João Armando Dessimon Machado  
Professor examinador – UFRGS

Dr. Douglas Wegner  
Professor examinador – UNISINOS

Santa Cruz do Sul  
2015

*Dedico esta tese às futuras gerações:  
sementinhas de esperança de um mundo melhor.*

*Ao anjinho Gabriel, meu amado filho,  
que me ensinou o significado da palavra vida.  
E, ao chegar  
com seus chorinhos, pedindo amor,...  
com seus gritinhos, alegrando nosso lar,...  
com seus risinhos, iluminando meu caminho...  
transformou a minha vida e  
motivou-me para novos desafios.*

*Ao Sergio, meu amado esposo,  
que, com sua presença constante ao meu lado,  
seu amor, sua dedicação, seu carinho, seu apoio,...  
foi meu porto seguro para que eu pudesse  
desenvolver o meu potencial.*

## AGRADECIMENTOS

Nessa longa trajetória, quatro anos de doutorado, muitos foram os desafios que exigiram de mim superação para chegar até o final do curso. Mas, enfim, é chegada a hora de expressar a minha gratidão àqueles que me acompanharam nessa jornada.

A Deus, por tudo o que sou e o que tenho, pelas minhas conquistas e realizações.

Aos meus pais José Renato e Leonilda, que me educaram com carinho e dedicação, que, desde cedo, me ensinaram que não se pode pensar em atingir grandes objetivos sem esforço e, por meio do incentivo, da compreensão e das orações demonstraram o seu amor infinito; meu eterno agradecimento.

Ao meu esposo Sergio Brasil Fernandes, que dedicou bem mais do que o seu tempo para que eu pudesse concluir essa tese, compreendeu e compartilhou comigo todas as angústias; não tenho palavras para agradecer aquele que foi um dos maiores colaboradores dessa conquista. Meu amor, você é um ser muito especial.

Ao meu anjinho Gabriel, meu amado filho, a quem dedico um amor incondicional, agradeço por me acompanhar, desde cedo, nas atividades desta tese. Tua presença inundou o meu caminho de luz e estimulou-me a persistir no trabalho pelas “sementinhas do amanhã”.

Ao meu irmão Daniel, minha cunhada Maysa e ao meu sobrinho Manolo agradeço por me receberem na casa deles, desde que comecei cursar as disciplinas do doutorado, por estarem sempre dispostos a me ajudar e por me incentivarem sempre.

À Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR agradeço, com satisfação, pela oportunidade de fazer parte da instituição e do curso. E, agradeço à CAPES pelo apoio financeiro recebido para custear as despesas com meus estudos, após a fase de qualificação do projeto.

À minha orientadora, professora Erica Karnopp, agradeço pelas orientações seguras, pela compreensão, pelo apoio e pelo incentivo dados durante a construção da tese.

A todos os professores do PPGDR que compartilharam seus conhecimentos e, com sabedoria, deram a mim a oportunidade de ampliar os horizontes do meu conhecimento.

Aos professores Cidonea Deponti, Milton Luiz Wittmann, João Armando Dessimon Machado e Douglas Wegner que compuseram ao lado da Profa. Erica a banca examinadora desta tese pela leitura minuciosa e pelas oportunas contribuições.

Agradeço às associações e aos agricultores familiares, tanto do Brasil quanto da Argentina, por colaborarem com a realização da pesquisa de campo, em especial, à Cooesperança, na pessoa da Irmã Lurdes Dill, por sua valiosa contribuição e por oportunizar a

investigação junto às associações brasileiras ligadas à cooperativa.

À *Federación de Organizaciones Nucleadas de la Agricultura Familiar – FONAF*, ao presidente, Sr. Miguel Fernández, e à vice-presidente, Sra. Clara Susana Argüello, que me receberam na sede nacional, em Buenos Aires, para um encontro com os representantes dos agricultores familiares de cada província argentina, possibilitando a mim a apropriação de saberes sobre as atividades desenvolvidas, a realidade e as perspectivas da agricultura familiar e as lutas da federação por políticas públicas de Estado que, de modo geral, melhorem as condições de vida desses agricultores nos aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais,... não só na *Región de Desarrollo Urbano y Productivo – REDUP*, mas também em todo o país.

À Emater/RS-Ascar e ao *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria – INTA* pela disponibilidade das informações, pelo apoio na pesquisa de campo e pela colaboração direta na obtenção das informações pertinentes às investigações da pesquisa.

Aos meus colegas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS agradeço pelo companherismo e pelo apoio.

E, finalizo agradecendo a todos aqueles que não estão aqui nominados, mas que contribuíram, direta ou indiretamente, para a construção desta tese.

Muito obrigada!

*Se quiseres planejar para um ano: plante cereais.  
Se quiseres planejar para 30 anos: plante árvores.  
Se quiseres planejar para 100 anos: organize e  
motive a organização do Povo.*

(Provérbio chinês)

## RESUMO

A agricultura familiar revela-se uma das principais atividades geradoras de novas fontes de trabalho na América Latina, haja vista os percentuais significativos de participação nos empregos do setor agrícola em países como o Brasil (77%) e a Argentina (53%). Constitui-se em uma das atividades econômicas com maior potencial para aumentar a produção, reduzir a pobreza e garantir a segurança alimentar (CEPAL; FAO; IICA, 2014). Nesse contexto, destaca-se a ascensão, a partir da década de 1990, da produção de alimentos orgânicos advinda das unidades produtivas familiares que, de acordo com o Censo Agropecuário 2006, corresponde a 70% da produção orgânica do Brasil. Na Argentina, conforme o *Movimiento Argentino para la Producción Orgánica – MAPO*, verifica-se que o mercado interno de alimentos orgânicos mais que dobrou, no período entre 2009 e 2011. Essa relevância alcançada na produção e no consumo interno de alimentos orgânicos em países subdesenvolvidos, como Brasil e Argentina, onde a (re)construção de relações econômicas, sociais, culturais e ambientais no âmbito da agricultura familiar que produz alimentos orgânicos, surge como forma de enfrentar dificuldades que, de modo geral, são provocadas pelo capitalismo e dinamizadas pela globalização. Considerando essa importância, instiga saber: de que forma os processos organizativos inerentes à produção e à comercialização de alimentos orgânicos na agricultura familiar podem contribuir para o atendimento das demandas dos agricultores familiares e do mercado? Visando elucidar esse problema, estabeleceu-se por objetivo a análise desses processos, nas regiões do Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE Central, no Rio Grande do Sul, Brasil e da *Región de Desarrollo Urbano y Productivo – REDUP*, na província de *Buenos Aires*, Argentina; em uma dimensão temporal que abrange o período compreendido entre o início da década de 1990 e o ano de 2014. Para realizar tal intento, quanto à abordagem teórico-metodológica, adotou-se a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos (circuitos superior e inferior), de Milton Santos, porque há a possibilidade de uma dimensão de análise ampla sobre desenvolvimento, uma vez que os circuitos, apesar de possuírem características peculiares e opostas e de concorrerem entre si, interagem, encadeiam-se, complementam-se e, por isso, mantêm uma relação dialética em que o aspecto de subordinação não os impede de estabelecer vínculos de interdependência. Essa teoria aliada a estudos de outros autores, à pesquisa bibliográfica, às fontes de dados secundários e à pesquisa de campo realizada junto aos agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos que se envolvem em processos organizativos ao administrarem suas unidades produtivas e que participam de diversas formas de organização de ação coletiva – parcerias, *pools* de produtores, associações e/ou cooperativas – e, ainda, contam com o auxílio de instituições de assistência técnica e extensão rural e universidades, dentre outras, propiciou o desenvolvimento de um estudo comparativo que permite defender a tese de que os processos organizativos inerentes à produção e à comercialização de alimentos orgânicos na agricultura familiar têm contribuído para que essa categoria conquiste espaço e adquira importância significativa para o consumo interno e para a segurança alimentar, tanto no Brasil como na Argentina, na medida em que se constroem redes de solidariedade ao longo de toda a cadeia produtiva de alimentos orgânicos.

**Palavras-chave:** processos organizativos, agricultura familiar, produção, comercialização, cadeia produtiva de alimentos orgânicos.

## ABSTRACT

Family farming stands out as one of the main activities generating new working sources in Latin America, given the significant figures of the farming industry jobs in countries such as Brazil (77%) and Argentina (53%). It constitutes one of the economic activities with greater potential for increasing production, reducing poverty and guaranteeing food safety (CEPAL; FAO; IICA, 2014). In this context, one can highlight the increase, started in the 1990 decade, of organic food production by the family owned productive units which, according to the agricultural census of 2006, corresponded to 70% of the organics production in Brazil. In Argentina, according to the *Movimiento Argentino para la Producción Orgánica* (Argentinian Movement for Organic Production) – *MAPO*, it can be verified that the internal market for organic food more than doubled in the period between 2009 and 2011. The relevance achieved in the internal production and consumption of organic food in underdeveloped countries, such as Brazil and Argentina, where the (re)construction of the economic, social, cultural and environmental relationships in the organics producing family farming scenario, becomes a way of facing difficulties generally caused by capitalism and made dynamic by globalization. Given the importance, one may ask: in which level can the organizing processes typical to the production and selling of organic food in family farming contribute to the demands of both the farmers and the market? To clear the problem, the objective of analyzing these processes was established, in both the regions of the *Conselho Regional de Desenvolvimento* (Regional Development Council) – *COREDE Central*, in Rio Grande do Sul, Brazil and in the *Región de Desarrollo Urbano y Productivo* (Productive and Urban Development Region) – *REDUP*, in the Buenos Aires province, Argentina, using a timeframe that ranges from the year of 1990 to the year of 2014. To achieve this goal, as for the theoretical-methodological approach, the theory of the two circuits of urban economy in underdeveloped countries by Milton Santos was adopted, because it brings the possibility of a broader analysis dimension about development, for the circuits, although having peculiar and opposed characteristics concurring among themselves, interact, connect and complement themselves and, because of that, maintain a dialectic relationship in which the subordination aspect does not harm the establishment of interdependence links. This theory, when linked to other authors' studies, to bibliographical research, to secondary data sources and to field research conducted with family farmers, who produce organic food and get involved in the organizing processes as they manage their productive units and participate in different collective action organization forms – such as partnerships, producers pools, associations and/or coops – and still count with the help of technical assistance and rural extension institutions and universities, among others, has made possible to develop a comparative study that stands by the thesis that the organizing processes inherent to the production and selling of organic food in family farming has contributed to this category getting both market space and significant importance for internal consumers and food safety, both in Brazil and in Argentina, as solidarity networks are formed along the organic food productive chain.

**Keywords:** organizing processes, family farming, production, selling, organic food productive chain.

## RESUMEN

La agricultura familiar se revela una de las principales actividades generadoras de nuevas fuentes de trabajo en la América Latina, dado el porcentaje significativo de participación en los empleos del sector agrícola en países como Brasil (77%) y Argentina (53%). Constituye una de las actividades económicas con mayor potencial para aumentar la producción, reducir la pobreza y garantizar la soberanía alimentaria (CEPAL; FAO; IICA, 2014). En ese contexto, se destaca la ascensión, a partir de la década de 1990, de la producción de alimentos orgánicos oriunda de las unidades productivas familiares que, de acuerdo con el Censo Agropecuario 2006, corresponde a 70% de la producción orgánica en Brasil. En Argentina, de acuerdo con el *Movimiento Argentino para la Producción Orgánica – MAPO*, se verifica que el mercado interno de alimentos orgánicos se ha más que duplicado en el período entre 2009 y 2011. Esa relevancia alcanzada en la producción y en el consumo interno de alimentos orgánicos en los países en desarrollo, como Brasil y Argentina, donde la (re)construcción de relaciones económicas, sociales, culturales e ambientales en el ámbito de la agricultura familiar que produce alimentos orgánicos, surge como forma de enfrentar dificultades que, en general, son causadas por el capitalismo y dinamizadas por la globalización. Dada esa importancia, instiga a saber: ¿de qué manera los procesos organizativos relacionados con la producción y con la comercialización de alimentos orgánicos en la agricultura familiar pueden ayudar a satisfacer las demandas de los agricultores familiares y del mercado? Para elucidar ese problema, se estableció como objetivo el análisis de esos procesos, en las regiones del *Conselho Regional de Desenvolvimento* (Consejo Regional de Desarrollo) – *COREDE Central*, en Rio Grande do Sul, Brasil, y de la Región de Desarrollo Urbano y Productivo – REDUP, en la provincia de Buenos Aires, Argentina; en una dimensión de tiempo que abarca el período comprendido entre principios de la década de 1990 y el año de 2014. Para lograr ese propósito, cuanto al enfoque teórico y metodológico, se adoptó la teoría de los dos circuitos de la economía urbana de los países subdesarrollados (circuitos superior e inferior), de Milton Santos, porque existe la posibilidad de una dimensión de análisis amplia sobre desarrollo, ya que los circuitos, a pesar de sus características peculiares y opuestas y de competencia entre sí, interactúan, se entretienen, se complementan y, por eso, mantienen una relación dialéctica donde el aspecto de subordinación no impide a ellos de establecer vínculos de interdependencia. Esa teoría combinada con estudios de otros autores, investigación bibliográfica, fuentes de datos secundarios y investigación de campo realizada con los agricultores familiares productores de alimentos orgánicos que se involucran en procesos organizativos al administraren sus unidades productivas y que participan de diversas formas de organización de acción colectiva – *aparcerías*, *pools* de productores, asociaciones y/o cooperativas – y, todavía, tienen el apoyo de instituciones de asistencia técnica e extensión rural y universidades, entre otras, propició el desarrollo de un estudio comparativo que permite defender la tesis de que los procesos organizativos relacionados con la producción y la comercialización de alimentos orgánicos en la agricultura familiar han contribuido para que esa categoría conquiste espacio y obtenga importancia significativa para el consumo interno y para la soberanía alimentaria, tanto en Brasil como en la Argentina, en la medida en que se construyen redes de solidaridad a lo largo de toda la cadena productiva de alimentos orgánicos.

**Palabras-clave:** procesos organizativos, agricultura familiar, producción, comercialización, cadena productiva de alimentos orgánicos.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Central	25
Mapa 2 – <i>Región de Desarrollo Urbano y Productivo – REDUP</i>	26
Mapa 3 – Distribuição regional das associações e cooperativas no COREDE Central	98
Mapa 4 – Distribuição regional das associações na <i>REDUP</i>	116
Mapa 5 – Escritórios locais da Emater/RS-Ascar no COREDE Central	140
Mapa 6 – Agências de Extensão Rural do <i>INTA</i> no <i>Territorio Periurbano Norte</i>	142
Quadro 1 – Eventos mundiais sobre meio ambiente e desenvolvimento	38
Quadro 2 – Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos	48
Quadro 3 – Síntese dos tipos associativos e seus efeitos democráticos	52
Quadro 4 – As 12 virtudes da doutrina cooperativista	54
Quadro 5 – Precusores do cooperativismo	55
Quadro 6 – Caracterização das cooperativas na América Latina	57
Quadro 7 – Legislação argentina sobre produtos orgânicos	77
Quadro 8 – Classificação dos valores dos agricultores familiares na tomada de decisão	83
Quadro 9 – Categorias e perspectivas de análise	84
Quadro 10 – Limitações dos processos organizativos para a produção	155
Quadro 11 – Potencialidades dos processos organizativos para a produção	156
Quadro 12 – A logística a partir de três dimensões principais	159
Quadro 13 – Limitações dos processos organizativos para a comercialização	175
Quadro 14 – Potencialidades dos processos organizativos para a comercialização	175
Esquema 1 – Sistema de organização praticado por agricultores familiares no COREDE Central	99
Esquema 2 – Fluxos da cadeia de produção de alimentos orgânicos no COREDE Central	101
Esquema 3 – Processos organizativos dos agricultores familiares da região do COREDE Central e suas relações comerciais na cadeia de comercialização dos alimentos orgânicos	107
Esquema 4 – Sistema de organização utilizado por agricultores familiares na <i>REDUP</i>	117
Esquema 5 – Fluxos da Cadeia de Produção de alimentos orgânicos na <i>REDUP</i>	119
Esquema 6 – Processos organizativos dos agricultores familiares da <i>REDUP</i> e suas relações comerciais na cadeia de comercialização dos alimentos orgânicos	123
Esquema 7 – Cadeia produtiva de orgânicos	126

Esquema 8 – Rede de escritórios locais vinculados ao EscReg SMA, da Emater/RS-Ascar	139
Esquema 9 – Os 4 Ps do Mix de Marketing	163
Esquema 10 – Os 4 Ps do Mix de Marketing para produtos orgânicos no COREDE Central	165
Esquema 11 – Os 4 Ps do Mix de Marketing para produtos orgânicos na <i>REDUP</i>	166
Esquema 12 – Cadeia produtiva de alimentos orgânicos	178
Organograma 1 – <i>Estación Experimental Agropecuaria Area Metropolitana de Buenos Aires</i>	141

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Famílias entrevistadas no COREDE Central	93
Tabela 2 – Famílias entrevistadas na <i>REDUP</i>	113

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<i>ABC</i>	<i>Activity Based Costing</i>
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ACI-Américas	Aliança Cooperativa Internacional - Américas
ADESM	Agência de Desenvolvimento de Santa Maria
<i>AMBA</i>	<i>Area Metropolitana de Buenos Aires</i>
ApexBrasil	Agência Brasileira de Promoção e Investimentos
Ascar	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
<i>BA</i>	<i>Buenos Aires</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<i>CAPOC</i>	<i>Cámara Argentina de Productores Orgánicos Certificados</i>
CD/FNDE	Conselho Deliberativo/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
<i>CLM</i>	<i>Council of Logistics Management</i>
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento / Comissão <i>Brundtland</i>
CNOACO	Cadastro Nacional de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica
CNPO	Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
CNT	Confederação Nacional do Transporte
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
<i>CONICET</i>	<i>Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas</i>
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
Coesperança	Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos Vinculados ao Projeto Esperança Ltda.
Eco92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992
<i>EEA AMBA</i>	<i>Estación Experimental Agropecuaria Area Metropolitana de Buenos Aires</i>
Emater/RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/Rio Grande do Sul
EscReg SMA	Escritório Regional de Santa Maria da Emater/RS-Ascar
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FEE	Fundação de Economia e Estatística
FEICOOP	Feira Internacional de Cooperativismo
<i>FiBL</i>	<i>Research Institute of Organic Agriculture</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
<i>FoNAF</i>	<i>Foro Nacional de Agricultura Familiar</i>
<i>FONAF</i>	<i>Federación de Organizaciones Nucleadas de la Agricultura Familiar</i>
GATS	Grupo de Agroecologia Terra Sul
<i>GEF</i>	<i>Global Environment Fund</i>
<i>IASCAV</i>	<i>Instituto Argentino de Sanidad y Calidad Vegetal</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
<i>IFOAM</i>	<i>International Federation of Organic Agriculture Movements</i>
<i>IGC</i>	<i>Instituto de Gestión de Ciudades</i>
<i>IGN</i>	<i>Instituto Geográfico Nacional</i>
<i>IICA</i>	<i>Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura</i>
IN	Instrução Normativa
<i>INDEC</i>	<i>Instituto Nacional de Estadística y Censos</i>
<i>INTA</i>	<i>Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria</i>
<i>INTI</i>	<i>Instituto Nacional de Tecnología Industrial</i>
IPD	Instituto de Promoção do Desenvolvimento
<i>MAA</i>	<i>Ministerio de Asuntos Agrarios</i>
<i>MAGyP</i>	<i>Ministerio de Agricultura, Ganaderia y Pesca</i>
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<i>MAPO</i>	<i>Movimiento Argentino para la Producción Orgánica</i>
<i>MDSN</i>	<i>Ministerio de Desarrollo Social de la Nación</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MTE	Ministério do Trabalho e do Emprego
OCS	Organização de Controle Social
<i>OIA</i>	<i>Organización Internacional Agropecuaria</i>
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica
PACs	Projetos Alternativos Comunitários

PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONACOOB	Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<i>REDUP</i>	<i>Región de Desarrollo Urbano y Productivo</i>
RS	Rio Grande do Sul
<i>SAGyP</i>	<i>Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca</i>
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
<i>SENASA</i>	<i>Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria</i>
SisOrg	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SPG	Sistema Participativo de Garantia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
<i>UNNE FCA</i>	<i>Universidad Nacional del Nordeste – Facultad de Ciencias Agrarias</i>
<i>UNEP</i>	<i>United Nations Environment Programme</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	20
<b>2</b>	<b>CONCEITOS: CONSTRUINDO O REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	31
<b>2.1</b>	<b>Globalização: da escala mundial à escala regional</b> .....	31
<b>2.1.1</b>	<b>O capitalismo no mundo globalizado</b> .....	34
<b>2.1.2</b>	<b>Globalização e desenvolvimento (rural) sustentável: é possível?</b> .....	36
<b>2.1.3</b>	<b>Globalização, desenvolvimento e agricultura familiar: conexões</b> .....	40
<b>2.2</b>	<b>Processos organizativos e o fator endógeno do desenvolvimento</b> .....	43
<b>2.3</b>	<b>Processos organizativos e a origem de sentimentos contra-hegemônicos</b> .....	47
<b>2.3.1</b>	<b>Formas de organização de ação coletiva</b> .....	49
<b>2.3.2</b>	<b>Síntese da evolução histórica e da doutrina do cooperativismo no mundo</b> .....	52
<b>2.3.3</b>	<b>O cooperativismo na América Latina</b> .....	56
<b>2.3.4</b>	<b>Evolução histórica do cooperativismo no Brasil e na Argentina</b> .....	58
<b>2.4</b>	<b>A agricultura familiar e sua participação na produção de alimentos</b> .....	63
<b>2.5</b>	<b>Agroecologia</b> .....	70
<b>2.6</b>	<b>Produção orgânica: sistemas de produção, processo de transição e redes de comercialização</b> .....	80
<b>2.7</b>	<b>Categorias e perspectivas de análise</b> .....	84
<b>3</b>	<b>PROCESSOS ORGANIZATIVOS DE PRODUÇÃO E DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR</b> .....	88
<b>3.1</b>	<b>Ocupação das terras e início da produção de alimentos orgânicos no COREDE Central</b> .....	88
<b>3.2</b>	<b>Formas de organização de ação coletiva atuantes nas redes de produção e de comercialização de alimentos orgânicos da agricultura familiar no COREDE Central</b> .....	92
<b>3.3</b>	<b>Articulações para a produção de orgânicos no COREDE Central</b> .....	99
<b>3.4</b>	<b>Articulações e construções solidárias no COREDE Central para atuar no mercado de alimentos orgânicos</b> .....	102
<b>3.5</b>	<b>Ocupação das terras e início da produção de alimentos orgânicos na REDUP</b> ..	108
<b>3.6</b>	<b>Formas de organização de ação coletiva atuantes nas redes de produção e de comercialização de alimentos orgânicos da agricultura familiar na REDUP ..</b>	112

3.7	Articulações para a produção de orgânicos na <i>REDUP</i> .....	117
3.8	Articulações e construções solidárias na <i>REDUP</i> para atuar no mercado de alimentos orgânicos .....	120
4	<b>PROCESSOS ORGANIZATIVOS NA CADEIA PRODUTIVA DE ALIMENTOS ORGÂNICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES</b> .....	126
4.1	<b>Limitações e potencialidades dos processos organizativos de produção de alimentos orgânicos na agricultura familiar</b> .....	128
4.1.1	Produção de insumos .....	129
4.1.2	Produção agropecuária .....	133
4.1.3	Assistência técnica e extensão rural .....	138
4.1.3.1	Ações e/ou projetos da Emater/RS-Ascar e do <i>INTA</i> .....	144
4.1.4	Processamento primário .....	146
4.1.5	Processamento secundário .....	147
4.1.6	Certificação .....	148
4.1.6.1	Garantia da qualidade orgânica de produtos alimentícios no Brasil .....	149
4.1.6.2	Certificação de processos e produtos orgânicos na Argentina .....	152
4.1.7	Síntese das limitações e potencialidades nos seguimentos de produção .....	155
4.2	<b>Limitações e potencialidades dos processos organizativos de comercialização de alimentos orgânicos na agricultura familiar</b> .....	157
4.2.1	Distribuição .....	158
4.2.2	Logística .....	159
4.2.3	Marketing .....	163
4.2.4	Comercialização .....	166
4.2.5	Consumo .....	171
4.2.6	Exportação .....	173
4.2.7	Síntese das limitações e potencialidades nos seguimentos de comercialização .....	174
4.3	<b>Perspectivas e estratégias de desenvolvimento da cadeia produtiva de alimentos orgânicos</b> .....	176
5	<b>CONCLUSÃO</b> .....	181
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	190
	<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com famílias de agricultores produtores de alimentos orgânicos pertencentes a formas de organização de ação coletiva ...</b>	203

<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com a Irmã Lourdes Dill – Coordenadora do Projeto Esperança/Cooesperança .....</b>	<b>206</b>
<b>APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com o responsável pela Associação da Coletividade Boliviana (Argentina) .....</b>	<b>207</b>
<b>APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com o responsável da Emater em Santa Maria e com os extensionistas que atendem à agricultura familiar .....</b>	<b>208</b>
<b>APÊNDICE E – Roteiro de entrevista com o responsável do <i>INTA</i> na <i>REDUP</i> e com os extensionista que atendem à agricultura familiar .....</b>	<b>209</b>
<b>APÊNDICE F – Roteiro de entrevista com o conselheiro representante da agricultura familiar na <i>FONAF</i> nacional e com os representantes de cada região da Argentina .....</b>	<b>210</b>
<b>ANEXO A – <i>Ley de “Reparación histórica de la agricultura familiar para la construcción de una nueva ruralidade en la Argentina”</i> .....</b>	<b>211</b>
<b>ANEXO B – Rótulo “Sabor da Terra” .....</b>	<b>226</b>
<b>ANEXO C – Teia Esperança .....</b>	<b>227</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente tese propõe um estudo dos processos organizativos inerentes à produção e à comercialização de alimentos orgânicos advindos da agricultura familiar, em que destaca a influência desse setor no desenvolvimento das regiões do Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE Central, no Rio Grande do Sul, Brasil e da *Región de Desarrollo Urbano y Productivo – REDUP*, na província de *Buenos Aires*, Argentina, identificando limitações e apontando possibilidades de aprimoramento desses processos inseridos na cadeia produtiva.

Essa temática de pesquisa relacionada à agricultura familiar estabeleceu-se a partir da importância que essa categoria possui, tanto em nível mundial quanto na América Latina. Estudos comprovam que, no contexto latinoamericano, a agricultura familiar representa um percentual significativo de geração de empregos, destacando-se em dois países sulamericanos: no Brasil, com participação em 77% dos empregos agrícolas, e na Argentina, onde gera 53% de atividades de novas fontes de trabalho (CEPAL, FAO, IICA, 2014).

Além disso, Veiga (1996) afirma que a agricultura familiar possui diversas vantagens relacionadas à forma como desenvolve as suas práticas: de maneira distributiva e sustentável, contribuindo para revigorar o agricultor, no sentido de fortalecê-lo como indivíduo socialmente reconhecido, e enfatizando a diversificação da produção.

Para efetivar essas práticas, muitos agricultores familiares desenvolvem variadas formas de organização para produzir alimentos visando garantir a sobrevivência no ambiente em que se estabelecem e/ou de onde são originários. Esses modos de organização para produção de alimentos estão relacionados a fatos importantes ocorridos em momentos históricos que, de certo modo, definiram os rumos da agricultura.

A partir de 1840, quando o químico alemão Justus von Liebig publicou a teoria da nutrição mineral das plantas, a utilização de fertilizantes químicos para “tratar” o solo intensificou-se na agricultura (CAPILÉ; SANTOS, 2011).

Mais de um século depois, por volta de 1960, o uso de adubos, herbicidas e pesticidas químicos, o desenvolvimento de pesquisas visando à melhoria genética de sementes, o emprego de máquinas e equipamentos modernos e a racionalização de tarefas de produção modernizaram a agricultura e propiciaram a elevação da produtividade das lavouras (BALSAN, 2006).

Ressalta-se que a introdução de produtos químicos na agricultura foi impulsionada pelo desenvolvimento de programas idealizados por um grupo econômico denominado Rockefeller

que desenvolveu a primeira fase, pioneira e experimental, a partir de 1943, ainda durante a Segunda Guerra Mundial (BRUM, 1988).

Potencializada pelo capitalismo, a chamada Revolução Verde – combinação de produtos químicos (insumos, pesticidas, etc.), genética (sementes) e mecanização (máquinas modernas) – influenciou na exploração indiscriminada e intensiva dos recursos naturais, o que se tornou uma característica marcante do processo produtivo utilizado pela denominada agricultura convencional. Esse modelo de produção, baseado na máxima eficiência, atingiu altos níveis de produção, mas causou um efeito devastador ao meio ambiente, trazendo graves consequências como: desgaste dos solos, contaminação das águas e dos alimentos.

Contrapondo-se ao modelo de produção agrícola convencional, no período entre 1920 e 1940, surgiram outros modelos agrícolas como alternativas de sustentabilidade, por isso foram englobados sob a nomenclatura de agricultura alternativa: agricultura biodinâmica, agricultura orgânica, agricultura natural e agricultura ecológica (TRIVELLATO; FREITAS, 2003).

Observa-se que a agricultura alternativa tem conquistado espaço e adquirido importância significativa em países periféricos como o Brasil e a Argentina, principalmente, na produção de alimentos orgânicos, em que ambos os países ocupam posição de destaque em nível mundial (WILLER; KILCHER, 2011).

Com o intuito de confirmar o avanço da produção orgânica no Brasil e de dimensionar a importância da agricultura familiar na produção de alimentos orgânicos, apresentam-se dados veiculados por instituições que acompanham o movimento agrícola orgânico.

O *Research Institute of Organic Agriculture – FiBL* e a *International Federation of Organic Agriculture Movements – IFOAM* apresentaram dados, em 2009, que apontavam que o Brasil possuía uma área de 1,77 milhões de hectares destinada à produção orgânica (WILLER; KILCHER, 2011).

Por ocasião da 9ª edição do Fórum Internacional de Agricultura Orgânica e Sustentável, realizada em junho de 2013, em São Paulo, a *IFOAM* divulgou a informação de que a produção de orgânicos aumentou em mais de 300% no período entre 1999 e 2012, e que a área produtiva era aproximadamente 3,7 milhões de hectares.

Nesse cenário, verifica-se que o Brasil, em pouco mais de quatro anos, triplicou a produção e mais que dobrou a área produtiva destinada aos orgânicos, o que, conseqüentemente, aponta para o aumento da demanda de alimentos orgânicos no país.

A partir dos dados apresentados, pode-se inferir que o aumento do mercado consumidor tem estimulado os produtores a ampliarem as áreas destinadas ao plantio de alimentos orgânicos e/ou a convergirem do modelo de produção agrícola convencional para o orgânico.

Essa inferência é validada pelos dados divulgados em fevereiro de 2014, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, pois, ao final de 2012, o Brasil contabilizava aproximadamente 5,5 mil produtores agrícolas trabalhando conforme as diretrizes dos sistemas orgânicos de produção, mas fechou o ano de 2013 com 6.719 produtores e 10.064 unidades de produção orgânica em todo o Brasil (MAPA, 2014).

Importa considerar e destacar que, nesse contexto de produção de alimentos orgânicos, os agricultores familiares são responsáveis por 70% da produção orgânica do país, de acordo com o Censo Agropecuário 2006, apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Em relação à Argentina, os dados apresentados pelo *FiBL* e pela *IFOAM*, em 2009, demonstravam que o país detinha uma área de 4,40 milhões de hectares voltada para a produção orgânica, o que comprova sua importância no cenário internacional (WILLER; KILCHER, 2011).

A exemplo do que ocorre no Brasil, os alimentos orgânicos ou naturais<sup>1</sup> produzidos pelos agricultores familiares na Argentina têm ganhado representatividade, principalmente, no consumo interno e na segurança alimentar.

O *Movimiento Argentino para la Producción Orgánica – MAPO* corrobora essa afirmação ao apresentar dados que mostram que o mercado interno de alimentos orgânicos mais que dobrou no período entre 2009 e 2011, em função da demanda dos restaurantes e distribuidores (CLARÍN, 2011).

Além disso, de acordo com as *Resoluciones Conjuntas 38/2008 e 40/2008*, publicadas em 31 de dezembro de 2008, no *Boletín Oficial* da Argentina, verifica-se um aparente reconhecimento do Estado em relação à importância da produção orgânica oriunda da agricultura familiar, pois sinaliza que esse setor desenvolve atividades importantes para a manutenção do emprego local e para mobilização das economias regionais, em virtude de seu efeito multiplicador nas comunidades agrícolas, em função do valor que se agrega aos produtos depois de realizado o processamento primário. Além disso, o executivo aprovou um plano de apoio à agricultura familiar que incentiva o desenvolvimento autônomo e sustentável dos produtores e suas famílias (PÁGINA12, 2009).

A relevância dos alimentos orgânicos como proposta da agricultura alternativa, a importância do Brasil e da Argentina no cenário mundial da agricultura orgânica e, principalmente, a considerável participação dos agricultores familiares no volume de

---

<sup>1</sup> Termo empregado para designar os alimentos orgânicos, em virtude de não serem certificados.

produção de alimentos orgânicos nesses países demonstram o quão importante é o papel desempenhado por esse setor.

No entanto, é natural pensar que, para alcançar tal importância nesse cenário de produção agrícola e num contexto de competição estimulado pela globalização, faz-se necessário certo nível de organização para atender determinadas demandas. A partir dessa inferência, mostra-se relevante a tentativa de elucidar o problema: De que forma os processos organizativos inerentes à produção e à comercialização de alimentos orgânicos na agricultura familiar podem contribuir para o atendimento das demandas dos agricultores familiares e do mercado?

Esse questionamento norteador da tese oferece a possibilidade da elaboração de pressupostos que se originam da teoria de Santos (2004) sobre os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos e da visão de Santos (2011) sobre a globalização e que despontam como soluções possíveis que poderão, ou não, ser confirmadas ao final desta pesquisa: que o desenvolvimento dos processos organizativos associativos na agricultura familiar evoluem ao longo do tempo e decorrem de dificuldades encontradas pelos agricultores; que os agricultores familiares constroem, estrategicamente, uma forma solidária de atuar no mercado, por meio do associativismo em redes, com o intuito de neutralizar as deficiências de atuação geradas pela baixa intensidade e proporção de utilização de organização, de capital e de tecnologia; e que as contribuições ou limitações dos processos organizativos para o atendimento das demandas dos agricultores e do mercado estão relacionadas ao grau de organização da rede de solidariedade e às ações voltadas aos interesses das pessoas da região.

Em busca da elucidação do problema e da confirmação, ou não, dos pressupostos elaborados, definiu-se como objetivo geral: analisar os processos organizativos inerentes à produção e à comercialização de alimentos orgânicos na agricultura familiar, nas regiões do COREDE Central/RS (Brasil) e da *REDUP/BA* (Argentina).

A análise pretende, dialeticamente, compreender as duas regiões, no sentido de identificar a cooperação presente na relação dos agricultores, o potencial endógeno do desenvolvimento relacionado à evolução organizativa da agricultura familiar ao longo da história e avaliar a forma como os processos organizativos voltados para a produção e para a comercialização de alimentos orgânicos na agricultura familiar contribuem ou podem contribuir para o aperfeiçoamento da cadeia produtiva e conseqüente potencialização do mercado de produtos orgânicos. Para alcançar o que se pretende com o objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- Compreender fatores históricos dos processos organizativos da agricultura familiar produtora de alimentos orgânicos, considerando as formas de cooperação desenvolvidas pelos agricultores no contexto da globalização.

- Caracterizar os processos organizativos desenvolvidos para a produção e para a comercialização de alimentos orgânicos na agricultura familiar do COREDE Central e da *REDUP*.

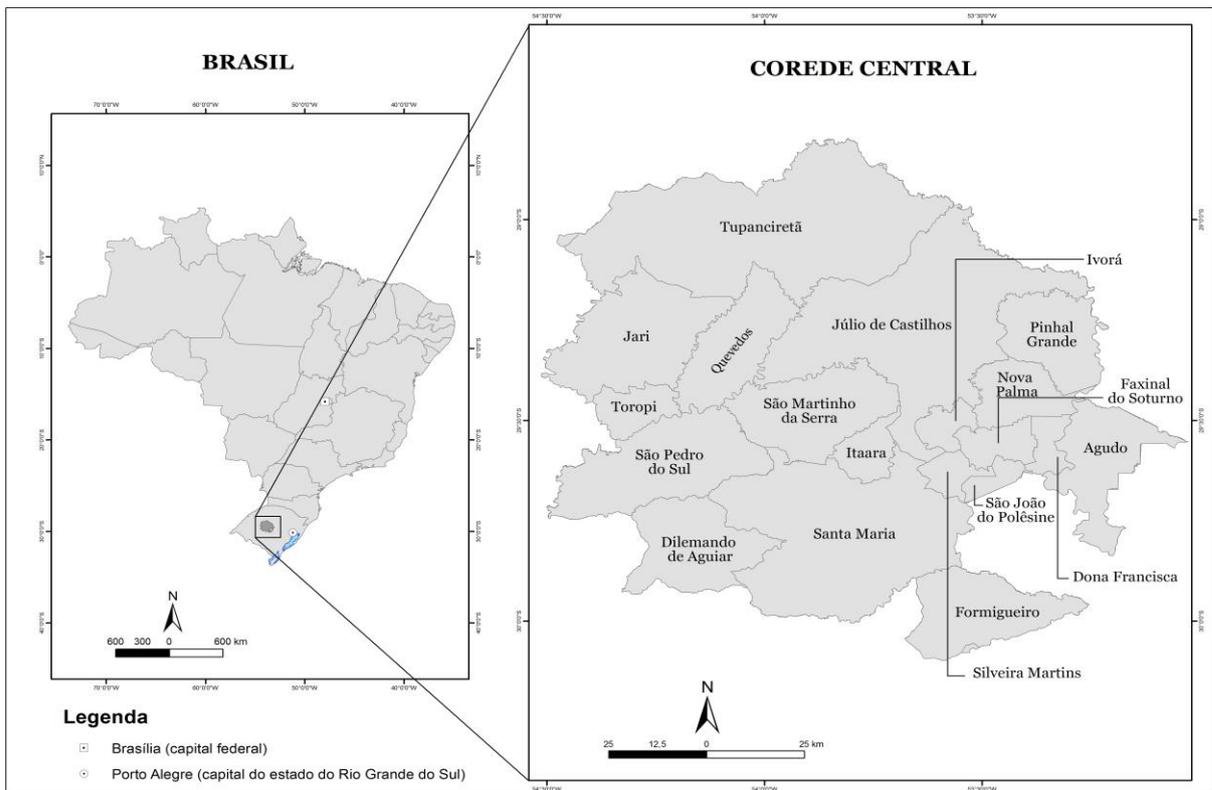
- Identificar limitações e apontar possibilidades de aprimorar os processos organizativos inerentes à produção e à comercialização que se inserem na cadeia produtiva de alimentos orgânicos da agricultura familiar.

Para desenvolver a pesquisa e atingir os objetivos propostos, definiu-se que a dimensão empírica desta tese, dar-se-ia por meio de um estudo comparativo das práticas de produção e de comercialização de alimentos orgânicos nas regiões do COREDE Central e da *REDUP*, conforme já especificado na exposição do tema e do objetivo geral.

Ressalta-se que a opção por realizar a pesquisa nessas regiões baseou-se nos seguintes aspectos: ambas as regiões apresentam uma estrutura fundiária composta por unidades produtivas com desconcentração fundiária, têm uma predominância de pequenas propriedades e caracterizam-se pela expressividade da agricultura familiar, com presença de atividade agropecuária orgânica, principalmente a horticultura.

O COREDE Central (Mapa 1) foi criado em 16 de junho de 1991, com objetivos de estimular a sociedade a participar das discussões sobre o planejamento do desenvolvimento regional, exercer um papel de entidade representativa e contribuir para o desenvolvimento da economia dos municípios que o compõem. Esse Conselho é composto, atualmente, por 19 municípios: Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria (cidade polo da região), São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

### Mapa 1 – Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Central



Fonte: mapa organizado pela autora e elaborado por João Paulo Delapasse Simioni, a partir do IBGE e FEE.

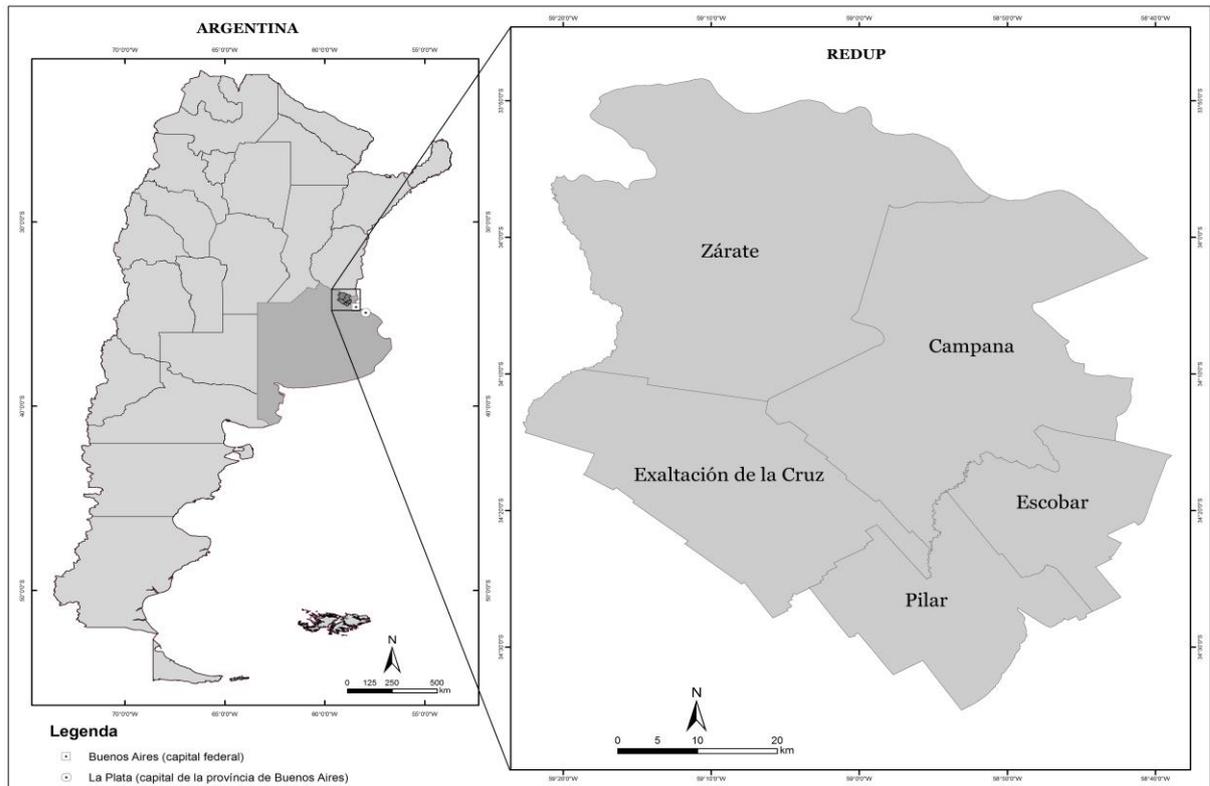
Esses municípios, além de demonstrarem um aumento do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH apresentam crescimento econômico relevante nos últimos anos (RIO GRANDE DO SUL, 2010). Um dos fatores que mostra esse crescimento é o aumento do Produto Interno Bruto – PIB da região.

Segundo a Fundação de Economia e Estatística – FEE, o COREDE Central apresentou, no ano de 2009, um aumento no PIB per capita de 4,83% em relação a 2008. Em números absolutos, passou de R\$ 13.694,00 em 2008 para R\$ 14.397,00 em 2009 (FEE, 2012b).

No que tange a aspectos relacionados à demografia, os dados mostram que, em 2011, a população total era de 391.633 habitantes distribuídos em uma área de 12.402,6 Km<sup>2</sup> com densidade demográfica de 31,6 hab/Km<sup>2</sup> (FEE, 2012a).

A REDUP (Mapa 2), por sua vez, foi criada em 1º de junho de 2000, está localizada a nordeste da província de *Buenos Aires*, Argentina e é composta por cinco municípios: *Escobar*, *Pilar*, *Campana*, *Zárate* e *Exaltación de la Cruz* (MARTINEZ; IGLESIAS, 2009).

## Mapa 2 – Región de Desarrollo Urbano y Productivo – REDUP



Fonte: mapa organizado pela autora e elaborado por João Paulo Delapasse Simioni, a partir do IGN.

Esses municípios, por intermédio de seus governantes, tomaram a decisão de se organizarem em forma de consórcio para tratar questões de interesse comum, em prol da sustentabilidade da região e, por meio de um acordo, firmaram os seguintes compromissos: garantir os cuidados com o meio ambiente, formular planos integrados para o processo de urbanização do território, promover a capacitação em atividades turísticas e estimular a manutenção das atividades realizadas na agricultura (IGC, 2011).

Sobre o compromisso de estímulo às atividades agrícolas, cabe destacar que os municípios que compõem a REDUP estão entre os beneficiados pelo *Programa Nacional de Agricultura Periurbana*, do governo federal argentino, que é uma política ativa de gestão territorial que visa auxiliar na geração de empregos e na produção de alimentos, contribuir para ordenar a ocupação do território de forma a garantir a sustentabilidade do meio ambiente e permitir a concretização de projetos de infraestrutura, a aquisição de equipamentos e a obtenção de financiamentos para a produção dos agricultores familiares (MAGyP, 2012).

De acordo com o *Censo Nacional de Población, Hogares e Viviendas 2010* realizado pelo *Instituto Nacional de Estadística y Censos – INDEC*, os municípios que compõem a REDUP contabilizam uma população de 751.231 habitantes, distribuídos em uma área de 3.464,32 Km<sup>2</sup>, o que a deixa com uma densidade demográfica de 216,85 hab/Km<sup>2</sup> (INDEC, 2010).

Quanto à abordagem teórico-metodológica para analisar a dinâmica dos processos organizativos nessas duas regiões, optou-se por adotar a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos (circuito superior e circuito inferior), de Milton Santos, porque há a possibilidade de uma dimensão de análise ampla sobre desenvolvimento, uma vez que os circuitos, apesar de possuírem características peculiares e opostas e de concorrerem entre si, interagem, encadeiam-se, complementam-se e, por isso, mantêm uma relação dialética em que o aspecto de subordinação não os impede de estabelecer vínculos de interdependência.

A origem dos dois circuitos deve-se à coexistência de um contingente imenso de pessoas com salários baixos ou vivendo da informalidade, ao lado de uma minoria abastada que vive com altas rendas. Essa diferença determina uma divisão entre estes que têm ou podem ter acesso, permanentemente, aos bens e serviços e aqueles que, com as mesmas necessidades, não têm condições de usufruí-los (SANTOS, 2004).

O circuito superior apresenta-se bem estruturado e organizado burocraticamente, de tal forma que obtém vantagens ao desenvolver atividades com forte apelo publicitário, usufrui de apoio governamental, praticamente não reutiliza bens de consumo duráveis, etc. como se verifica, por exemplo, nas atividades desenvolvidas pelas grandes redes de supermercados. Por outro lado, o circuito inferior caracteriza-se por possuir um sistema de organização primitivo e pouco estruturado, estabelece o contato com os clientes como estratégia de marketing e, praticamente, não dispõe da ajuda dos governos, em virtude de desenvolver, em grande parte, atividades informais em pequenos comércios como as feiras de produtos coloniais (SANTOS, 2004).

Em países periféricos – caso do Brasil e da Argentina – evidenciam-se, na constituição desses circuitos, profundas transformações nas relações econômicas e sociais provocadas pelo capitalismo que se agigantou com o advento da globalização. O capitalismo influenciou, portanto, na formação da estrutura atual nesses países, pois gerou uma nova ordem econômica e social, privilegiando as atividades do circuito superior em detrimento das do circuito inferior.

Entretanto, no circuito inferior, apesar de renegadas pelo sistema capitalista, há uma massa de pessoas empobrecidas desempenhando um papel dinamizador no desenvolvimento regional, estabelecendo relações de trabalho que lhes garantem renda e, dessa forma, contribuem para transformações regionais, no sentido de reorganizar as relações sociais e econômicas num patamar que lhes permita exercer autonomia e cidadania.

Em relação à dimensão temporal, considerando que, na Argentina, a primeira normatização editada exclusivamente para regulamentar a produção de orgânicos foi a

*Resolución SAGyP* n° 423, de 3 de junho de 1992 e que, no Brasil, a partir de 1994, começou um debate para a regulamentação da agricultura orgânica no país, concretizada oficialmente em 1999, com a edição da Instrução Normativa – IN n° 7, de 17 de maio de 1999, do Ministério da Agricultura, entende-se que a década 1990 é um período importante para a implementação disciplinada desse sistema de produção agrícola nesses países e, por isso, definiu-se o período que abrange o início da década de 1990 até o ano de 2014 para desenvolver análise a que se propõe nesta pesquisa.

Ainda sobre a delimitação temporal, admite-se o pensamento construído por Braudel (1968) que, também, é compartilhado por Milton Santos para desenvolver a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos: “[...] a iniciativa que consiste em delimitar os períodos históricos é feita de fora e segundo o objetivo do pesquisador [...]” (SANTOS, 2004, p. 33).

No que se refere ao levantamento dos dados empíricos, considera-se a história de cada agricultor familiar, de cada unidade produtiva familiar e de cada parceria, *pool* de produtores, associação e cooperativa no âmbito das regiões. Nesse aspecto, na grande maioria dos casos, não há como precisar datas e, ademais, julga-se que, para compor o acervo de fatos que produziram e produzem mudanças no contexto da agricultura e, especificamente, da agricultura familiar, importa apresentar eventos importantes na história da humanidade que, de alguma forma, alteraram a configuração desse setor em nível global, continental e regional até a atualidade para entender os processos organizativos a partir de uma perspectiva dialética.

Ao optar pela teoria apresentada por Santos (2004), buscando o atingimento dos objetivos, utilizou-se a dialética como método de abordagem para desenvolver a pesquisa. Nesse sentido, Triviños (1987, p. 97-98) esclarece que as pesquisas que possuem um questionamento norteador com o enfoque dialético “[...] situam o problema dentro de um contexto complexo ao mesmo tempo que, *dinamicamente* e de forma específica, estabelecem *contradições* possíveis de existir entre os fenômenos que caracterizam particularmente o tópico.” (grifos do autor).

Abordar com esse enfoque significa acercar-se, de maneira mais ampla, dos fenômenos que envolvem um nível de abstração mais elevado, como os fenômenos da natureza e da sociedade (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Além disso, para desenvolver o estudo comparativo dos processos organizativos desenvolvidos pelos agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos no COREDE Central e na *REDUP*, optou-se pelo método comparativo, porque, segundo Lakatos e Marconi (2010), pode ser empregado em estudos de grande abrangência, em que utilizam dados

qualitativos e/ou quantitativos e, ainda, “[...] pode ser utilizado em todas as fases e níveis de investigação: num estudo descritivo pode averiguar a analogia entre ou analisar os elementos de uma estrutura [...], em nível de explicação, pode, até certo ponto, apontar vínculos causais, entre os fatores presentes e ausentes.” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 89-90).

Realizou-se a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com roteiros previamente elaborados (Apêndices A, B, C, D, E e F), conversas informais, participações em reuniões em associações, cooperativas e instituições que apoiam interesses da agricultura familiar, observações nos locais de comercialização de alimentos orgânicos, visitas a unidades produtivas familiares e consultas em arquivos de documentos para obtenção de dados secundários. Para a realização das entrevistas, foram desenvolvidos acordos, diretamente com as associações e as cooperativas, que expressavam o aceite dos agricultores para a participação na pesquisa.

Importante ressaltar que os nomes dos atores (pessoas físicas), bem como das organizações informais citadas nesta tese, terão a identidade preservada. Portanto, os nomes que figuram no texto são fictícios. Tal medida visou possibilitar aos entrevistados a manifestação ampla e irrestrita.

Então, considerando a base conceitual teórico-metodológica construída a partir da abordagem de estudiosos utilizados como referência nesta tese e as informações coletadas na pesquisa de campo desenvolveu-se uma análise comparativa que parte do contexto geral para o particular em cada uma das regiões estudadas.

Para a demonstração da pesquisa, estruturou-se esta tese em introdução, desenvolvimento em três capítulos e conclusão.

Nesta *Introdução*, apresentou-se uma visão global sobre o que se almeja desenvolver; expuseram-se a temática e as justificativas para a realização desta pesquisa; definiu-se o problema que se pretende elucidar e estabeleceram-se os objetivos geral e específicos que delimitam a proposta de estudo; revelou-se o método de abordagem utilizado e especificou-se o método de procedimento; e, por fim, demonstra-se a estrutura da tese.

No Capítulo 2, *Conceitos: construindo o referencial teórico*, abordam-se os fundamentos teóricos que embasam a construção da tese, ou seja, delineiam-se temas que se conectam e influenciam no modo como a agricultura familiar cria seus processos organizativos. Para essa exposição, subdivide-se o capítulo em sete subseções: inicialmente, aborda-se a globalização e seus efeitos, da escala global até chegar à escala regional; a seguir, enfocam-se os processos organizativos e o fator endógeno do desenvolvimento; na sequência, a origem dos sentimentos contra-hegemônicos e as formas de organização de ação coletiva;

posteriormente, explicitam-se definições sobre agricultura familiar e sua participação na produção de alimentos; depois, enfoca-se a agroecologia e sua importância como ciência; em seguida, trata-se da produção orgânica, no que se refere aos sistemas de produção, ao processo de transição e ao sistema de comercialização e, por fim, apresentam-se as categorias e as perspectivas de análise que servirão de guia para desenvolvimento da comparação histórica dos processos organizativos inerentes à produção e à comercialização de alimentos orgânicos na agricultura familiar.

No Capítulo 3, *Processos organizativos de produção e de comercialização de alimentos orgânicos na agricultura familiar*, expõe-se a primeira parte do estudo empírico. Apresentam-se fatos sobre a ocupação do território/espaço/região e o início da produção de alimentos orgânicos no COREDE Central e na REDUP, caracterizam-se as formas de organização de ação coletiva de agricultores familiares atuantes nessas regiões, além de abordar aspectos sobre as articulações para a produção de orgânicos e sobre as articulações e as construções solidárias para atuar no mercado de alimentos orgânicos.

No Capítulo 4, *Processos organizativos na cadeia produtiva de alimentos orgânicos da agricultura familiar: limitações e potencialidades*, dedica-se à exposição da segunda parte do estudo empírico, apresenta-se o desdobramento das atividades desenvolvidas em cada elo da cadeia produtiva de alimentos orgânicos da agricultura familiar no COREDE Central e na REDUP, a fim de evidenciar, por meio da descrição dos processos organizativos praticados, as limitações que dificultam a organização de processos para produzir e para comercializar alimentos orgânicos e, por meio da identificação de gargalos nos segmentos da cadeia produtiva, possibilidades de (re)criar ou aprimorar processos organizativos em rede.

Por fim, a compreensão e análise das regiões a partir dos circuitos superior e inferior são consolidadas na *Conclusão* desta tese.

## 2 CONCEITOS: CONSTRUINDO O REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo, por meio de um esquema referencial, desenvolve-se uma estrutura conceitual que visa embasar a construção da pesquisa sobre processos organizativos. Com isso, abrem-se caminhos para compreender a (re)construção desses processos, para verificar a influência das formas de organização de ação coletiva, bem como para identificar as limitações e as possibilidades de tais processos na cadeia produtiva de alimentos orgânicos oriundos da agricultura familiar no COREDE Central e na *REDUP*.

Para desenvolver tal estrutura conceitual, parte-se da premissa de que o desenvolvimento regional pode ocorrer a partir de variadas formas que – respeitando as características regionais, pois é isso o que diferencia o desenvolvimento de uma região em relação à outra – pretendem transformar padrões sociais, econômicos, ambientais, culturais, políticos, etc., e a partir dessas mudanças, (re)construir a melhoria do coletivo em uma determinada região.

Entende-se que, no cerne desse processo transformador, os agentes do desenvolvimento regional cumprem papel primordial. São eles que, motivados pelo potencial endógeno regional, ao congregar esforços, fazem a força coletiva que conduz ao desenvolvimento.

Todos esses aspectos inerentes à região e sua dinâmica de transformações, bem como o papel fundamental exercido pelo capital social nesse processo são esquematizados teoricamente, considerando a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos proposta por Santos (2004) e a visão de Santos (2011) sobre a globalização e seus efeitos, de modo que o “diálogo” com outros autores perpassa temas importantes para a elaboração desta tese, tais como: processos organizativos, formas de organização de ação coletiva, agricultura familiar, agroecologia e produção orgânica de alimentos, estabelecendo conexões esclarecedoras do empirismo que emerge nesta pesquisa.

### 2.1 Globalização: da escala mundial à escala regional

A globalização é um processo atual – apesar de estar se desenvolvendo desde a década de 1970 – que intensificou os fluxos de bens, de serviços e de capitais em nível mundial, basicamente, graças ao desenvolvimento dos meios de transporte e a uma superestrutura de telecomunicações gerada pela revolução tecnológica de informática.

Observa-se a integração das economias e da sociedade dos diversos países no mundo facilitada pela disseminação das informações que, por conta do desenvolvimento de novas

tecnologias, propagam-se instantaneamente pelo planeta e interligam todos os mercados financeiros, promovendo uma reunião global nos processos de produção e de comercialização de bens e serviços, bem como induzindo na condução dos efeitos desses processos.

Tais efeitos provocam, invariavelmente, em maior ou menor escala, alterações em escala mundial, interferindo em âmbitos regionais, porque as regiões são parte integrante e indissociável do contexto globalizado e, portanto, diretamente influenciadas pela globalização.

A globalização trata-se de um processo interativo e abrangente que se apropria de tudo o que envolve o indivíduo, os entes coletivos, a sociedade, dentre outros, mas é obscuro e contraditório, pois ao mesmo tempo em que desempenha um papel destacado nos avanços tecnológicos, nos campos da medicina, da física, da engenharia, etc., não permite o acesso da maior parte da sociedade a essas conquistas.

No intuito de desvelar esse emaranhado de ideologias, de possibilidades e de efeitos causados pela globalização, considera-se relevante a abordagem de Santos (2011, p. 18):

[...] devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.

A partir das ideias de Santos (2011) sobre o mundo tal como nos fazem vê-lo, entende-se que, para mostrar um mundo ideal, esplendoroso e próspero, em que determinadas fantasias parecem ser verdades absolutas, é preciso proclamá-las com exemplos verossímeis e repetir, e repetir, e repetir, através dos meios de comunicação, para que a massa internalize tais fantasias como as mais puras verdades.

Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. (SANTOS, 2011, p. 18-19).

A globalização como fábula é, portanto, a expressão do poder de persuasão utilizado pelos atores hegemônicos, num exercício constante de fabulações, para transmitir uma ideia de que tudo está acessível a todos, mas estimulando sempre a competição e o consumo.

Porém, o fascínio das fábulas rui por completo quando se mostra o mundo real, o mundo tal como ele é, onde, segundo Santos (2011, p. 19), “[...] para a maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades.”

A globalização como perversidade é resultado de um mercado global que se utiliza das técnicas contemporâneas mais avançadas para criar uma competição desigual, que enfraquece o mercado local e leva ao caos social, aumentando a pobreza dos que já se encontram em situação precária, de exclusão social e/ou vivendo abaixo da linha da miséria, e exibindo a dificuldade ou a incapacidade de os Estados instituírem regras que inviabilizem a ocorrência do “totalitarismo” (SANTOS, 2011).

Admite-se que a incidência dos totalitarismos – impulsionados pelo poder do capital e da informação – estimula novos padrões de compra e de consumo que provocam grandes mudanças no planeta. Forças propulsivas e restritivas comandam o mercado, empresas globais com volumosos investimentos interferem nas ações do Estado que costumeiramente trata com descaso as funções sociais e oportuniza o surgimento de outros novos totalitarismos.

Santos (2011, p. 37) valida essa argumentação ao expressar que: “A competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo, é a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instala”.

Dessa ideia de globalização que conduz ao totalitarismo, infere-se que a realidade atual advém de um processo desenvolvido, historicamente, como consequência dos efeitos do capitalismo, ou seja, uma sequência de fatos extremos relacionados a um sistema econômico culminou na “globalização como perversidade”.

Concorda-se com essa argumentação de que a globalização, de forma perversa, cria condições por meio das quais o capital se transforma em propulsor e transformador do meio, do trabalho, das relações, do meio ambiente e das particularidades do que é necessário para o ser humano. Tudo se transforma em mercadoria e, em seguida, essa mercadoria, em dinheiro, e, com a movimentação global do capital, todas as relações (econômicas, sociais, políticas, culturais) sofrem influência dessa movimentação.

Todavia, um outro mundo é possível, desde que se utilizem as bases tecnológicas da globalização – as mesmas que servem de apoio ao grande capital na construção da globalização perversa – para o desenvolvimento de novos fundamentos sociais e políticos (SANTOS, 2011).

As condições históricas do fim do século XX apontam, de acordo com Santos (2011), para a construção de uma globalização mais humana porque há, em todos os continentes, um mix de culturas oriundas de povos e raças distintas que, graças aos avanços da informação, recebe influência de diversas e misturadas filosofias. Além disso, “[...] a produção de uma

população aglomerada em áreas cada vez menores [...] permite um maior dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias.” (SANTOS, 2011, p. 21).

Infere-se que, nessas condições, essa outra globalização trará reflexos positivos para as regiões, porque o desenvolvimento de uma cultura popular aliado aos fatos mencionados por Santos (2011) propiciam o conhecimento e a valorização das potencialidades regionais.

Cabe destacar que, nesta tese, entende-se a *globalização* como um processo por meio do qual agem duas forças: uma delas impulsiona a expansão do sistema capitalista, que afeta todos os indivíduos e grupos; a outra faz desses indivíduos grupos agentes de mudança desse processo, atuando como propulsores do desenvolvimento. E é por meio desse processo que se integram os países e as pessoas; que as políticas, as culturas, os aspectos sociais e econômicos também se integram e passam a impactar a consciência universal.

### **2.1.1 O capitalismo no mundo globalizado**

Com o declínio do feudalismo e, a partir do século XV, com as grandes navegações que ampliaram os limites do mundo conhecido à época, surge o capitalismo comercial – caracterizado, principalmente, pelo acúmulo de riquezas provenientes das atividades comerciais e exploratórias das terras e dos povos ultramarinos. Os desbravadores Portugal e Espanha e outros países como Inglaterra, França e Holanda estabeleceram pontos de comércio em outros continentes (Ásia, África e América); mas foram, em grande parte, os produtos tropicais exóticos, raros e caros, e o ouro e a prata oriundos da América que consolidaram o capitalismo comercial na Europa. Esses países, por meio do mercantilismo, diversificaram suas atividades econômicas e acumularam riquezas com o comércio, o metalismo e a proteção dos mercados internos, o que viabilizou o desenvolvimento das atividades manufatureiras (HARVEY, 2007).

O acúmulo de capital aliado às novas técnicas de produção de mercadorias e ao desenvolvimento dos meios de transporte, materializou, no século XVIII, a Revolução Industrial e consolidou uma nova forma de acumulação de riquezas – o capitalismo industrial (HARVEY, 2007).

No início da década de 1930, intensificou-se o capitalismo industrial com a utilização de máquinas, potencializado pelas técnicas e práticas do fordismo e do taylorismo, mas com alto impacto na transformação da natureza. Sobre esse aspecto, é preciso ressaltar que, conforme Porto-Gonçalves (2011, p. 33): “Em nenhum momento a natureza foi considerada nos seus limites, tanto em suprimento de matérias-primas, como de absorção de rejeitos.”

Esse modelo gerou a circulação de riquezas graças à produção em massa de bens consumidos pelas massas, principalmente de europeus e de norte-americanos. A consequência dessa nova circulação de riquezas foi o surgimento, no início do século XX, do capitalismo financeiro, cujas características principais são a subordinação dos meios de produção ao acúmulo de capital e a obtenção de lucros, por meio de um mercado financeiro, onde ações de empresas, mercado de câmbio, juros, títulos de dívidas, etc. são transformados em mercadorias e negociados (HARVEY, 2007).

Nesse contexto, os Estados Unidos tiveram papel importante, porque, em 1971, romperam unilateralmente os acordos de *Bretton Woods* e, ao eliminar o sistema de câmbio fixo e o padrão-ouro, abriram “o caminho para uma financeirização cada vez maior da economia mundial” (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 35).

Essa financeirização generalizou-se para o deleite das grandes instituições financeiras (bancos) e supranacionais (Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Mundial), mas sempre privilegiando Estados mais ricos e grandes empresas originárias desses países. Foi o lastro de capital acumulado nesse período que, a partir de 1980, desencadeou o capitalismo informacional, contribuindo para que essas mesmas grandes empresas se disseminassem como oligopólios, de forma rápida, no mercado mundial, por meio da internet e das inovações tecnológicas (PORTO-GONÇALVES, 2011).

Disso, o que se tem atualmente é um capitalismo que é comercial, que é industrial, que é financeiro, que é também informacional. Tudo em uma evolução constante e sem anular as origens que são apenas modificadas, melhoradas e aperfeiçoadas de acordo com as vontades dos atores hegemônicos.

Assim, visualiza-se o que prescreve Santos (2011, p. 35) no contexto da ideia da globalização perversa: “Tiranía do dinheiro e tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado.” E não por acaso a tirania do dinheiro vem antes da tirania da informação, afinal, o princípio da acumulação de capital vem antes da capacidade de o homem disseminar uma informação em nível global. Ademais, pode-se afirmar que para fazer uso da informação (e manipulá-la) é preciso, de modo geral, ter dinheiro.

[...] nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades [...] O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. (SANTOS, 2011, p. 39).

O capitalismo, portanto, agigantado pela globalização, possibilitou o avanço das tecnologias da informação, não somente para interligar pessoas, cidades, países, etc., como é o propagado mundialmente pelo atores hegemônicos, em uma prática incessante da “globalização como fábula”, mas, também, valendo-se do aparato tecnológico-informacional, para manipular a informação, de modo que viabilize a manutenção da hegemonia e do poder sobre as forças produtivas, o que evidencia “o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade”.

Essa interligação, que permite a troca rápida de informações entre os indivíduos e serve de apoio ao capitalismo, também trouxe consequências diversas da economia globalizada ao meio ambiente, à natureza, assim como ao desenvolvimento social desses indivíduos que, de acordo com Santos (2011), vêm sofrendo influências da perversa globalização e suas condições de dominância.

Essas influências estão interligadas ao modo de produção adotado, em escala mundial, pela estrutura capitalista que tem gerado desemprego e desigualdade por toda parte, nas mais diversas regiões do mundo.

Nesse contexto de expansão do sistema capitalista, impulsionada pela globalização, observa-se um processo de exclusão e de perversidade, que causa dificuldades para a sobrevivência de uma massa de trabalhadores, principalmente nos países subdesenvolvidos. Integrando esse contingente, os agricultores familiares, em suas regiões, utilizam-se dessas dificuldades para construir uma nova ordem/lógica econômica e social, ao mesmo tempo em que se apropriam do território, pois é a partir das dificuldades encontradas (baixa renda e pouco capital para investir na propriedade, deficiências de planejamento para plantio e comercialização, limitado acesso às tecnologias, dentre outras) que esses produtores começam a traçar estratégias, dentre elas: o estabelecimento de formas de organização de ação coletiva, a preservação do meio ambiente, entre outras, que lhes permitam continuar existindo.

### **2.1.2 Globalização e desenvolvimento (rural) sustentável: é possível?**

Para estabelecer uma relação entre a globalização e o desenvolvimento rural sustentável, expõe-se que a sustentabilidade do planeta é um desafio que aflorou com o advento da globalização.

Questões relacionadas ao efeito estufa, redução da biodiversidade, poluição das águas, desmatamento, erosão dos solos, lixo tóxico, etc. não eram debatidas amplamente, como

passaram a ser após os anos 1960/70, pois, até então, julgava-se que a natureza era uma fonte de recursos inesgotável (PORTO-GONÇALVES, 2011).

No contexto dos debates sobre esses temas, importa destacar que a industrialização, impulsionada pelo sistema capitalista, impactou fortemente o meio ambiente e a natureza, desencadeando um processo que, de acordo com Guzmán (1997, p. 21, grifos do autor), “[...] requer um contínuo *fortalecimento* de energia proveniente da natureza, uma constante *reposição* dos elementos, desta deteriorados, e a uma *reacomodação* dos dejetos resultantes.”

Essa constatação parece não sensibilizar os atores hegemônicos no sentido de fazê-los adotar ações concretas para reduzir drasticamente a degradação do meio ambiente. Observa-se que, diante da necessidade incessante de recursos naturais, apesar da realização de eventos mundiais (Quadro 1) e da elaboração de diversos acordos e tratados entre nações coordenados por organismos internacionais, principalmente, os que integram a Organização das Nações Unidas – ONU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, *United Nations Environment Programme* – *UNEP*, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, entre outros) e com a participação de diversas outras instituições (Banco Mundial, BID, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD / Comissão *Brundtland*, *Global Environment Fund* – *GEF*, Organizações não governamentais – ONGs, entidades da sociedade civil, etc.), não há registros de uma frenagem consistente no consumo desses recursos da natureza.

O mais contraditório, no entanto, dá-se ao verificar-se que, nos últimos 30-40 anos de globalização, tem-se devastado a natureza numa amplitude sem precedentes ao mesmo tempo em que mais se fala sobre preservação do meio ambiente (PORTO-GONÇALVES, 2011).

**Quadro 1 – Eventos mundiais sobre meio ambiente e desenvolvimento**

<b>Eventos</b>	<b>Resultados</b>
- Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano (1972, em Estocolmo, Suécia)	- Firmaram-se as bases para um novo entendimento a respeito das relações entre o ambiente e o desenvolvimento.
- Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco92 (1992, no Rio de Janeiro, Brasil)	- A grande participação de chefes de Estado e de entidades da sociedade civil refletiu a ampliação da conscientização em nível mundial da necessidade de implementar um modelo novo de desenvolvimento. - Aprovação dos seguintes documentos oficiais: 1) Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; 2) Convenção sobre as Mudanças Climáticas; 3) Declaração de Princípios sobre Florestas; 4) Convenção da Biodiversidade; e 5) Agenda 21.
- Convenção sobre Mudanças do Clima (1997, em Quioto, Japão)	- Aprovação do Protocolo de Quioto que trata da diminuição da emissão de gases poluentes na atmosfera, a fim de reduzir o efeito estufa.
- Apresentação da Carta da Terra na sede da UNESCO (2000, em Paris, França)	- Aborda os seguintes temas: 1) Respeitar e cuidar da comunidade da vida; 2) Integridade ecológica; 3) Justiça econômica e social; e 4) Democracia, não violência e paz.
- Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (2002, em Joanesburgo, África do Sul)	- Reuniu representantes de 191 países para, enfim, pôr em marcha as propostas da Agenda 21. - Aprovação da Declaração do Milênio contendo oito objetivos a serem alcançados por meio do atingimento das metas do milênio até 2015.

Fonte: quadro elaborado pela autora, a partir de Barbieri (2011).

Dentre os inúmeros eventos realizados em nível mundial e destacados os principais, cabe ressaltar que a Agenda 21, resultado da Eco92 e compromisso de todos os países membros da ONU, foi “[...] transformada em Programa 21 pela ONU, é um plano de ação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável.” (BARBIERI, 2011, p. 57).

O “despertar” das nações e de organismos internacionais sobre a necessidade de preservar o meio ambiente reflete na quantidade de eventos realizados em nível mundial sem, no entanto, resultar numa efetiva transformação da realidade global sobre meio ambiente e desenvolvimento para melhor. Isso demonstra que a simples aprovação de acordos e tratados, os principais deles em conferências da ONU, não tem significado êxito das ações propostas, pelo contrário. Essa configuração, ou melhor, esse contínuo fracasso pode ser resultado de ações de governos que, segundo Barbieri (2011, p. 53), “[...] agem como glutões que sempre estão prometendo iniciar uma dieta frugal após extravagâncias de cada banquete.”

Nesse sentido, diante da incapacidade dos Estados em atender aos requisitos determinados em tais acordos e tratados, segue-se uma constante deterioração da natureza e dos recursos do meio ambiente.

Diante disso, Estados algemados pela estrutura poderosa de atores hegemônicos ou mesmo estabelecendo alianças com esses atores para proporcionar crescimento econômico, muitas vezes desacompanhado de desenvolvimento, seguem prestigiando empresas globais e indústrias predatórias à natureza.

É por conta desse quadro que, segundo Guzmán (1997, p. 21), se estabelece “[...] uma forma de produção industrializada introdutora de progressivos processos de desigualdade social e de crescentes desequilíbrios ambientais globais.”

No entanto, numa perspectiva que visa à reversão desses processos e concatenado com a ótica de Santos (2011) sobre o mundo como ele pode ser, Guzmán (1997, p. 21) estabelece que o conceito de desenvolvimento sustentável deva consistir

[...] essencialmente em potencializar aqueles esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo *a satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades*, e não o crescimento econômico indiscriminado da região implicada, seja uma área rural, um município, um país ou o conjunto da biosfera. (grifo do autor).

A partir desse conceito, repercute-se a ideia de que o crescimento econômico de uma região, se não acontecer acompanhado de acesso à saúde, à educação, à cultura, ao lazer, não trará desenvolvimento. Ou seja, o desenvolvimento só acontece “[...] quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida.” (VEIGA, 2006, p. 23).

Em busca desse ideal de desenvolvimento, considera-se pertinente a argumentação de Guzmán (1997) sobre ações e esquemas relacionados ao desenvolvimento sustentável e impostos pela sociedade como forma de reação aos problemas, de todas as ordens, causados pelo capitalismo, ou melhor, pelo poder do capital dos atores hegemônicos. Há, segundo o autor, um estímulo ao estabelecimento desses vários esquemas de atividade econômica ambiental que refletem em implicações relacionadas à regeneração dos processos ambientais.

Tais esquemas de atividade econômica ambiental devem ter uma *natureza industrial*, já que esta *é de importância fundamental para a economia das sociedades modernas e um motor indispensável ao crescimento; é essencial nos países em desenvolvimento para ampliar a base de seu desenvolvimento e satisfazer suas crescentes necessidades*. (GUZMÁN, 1997, p. 21-22, grifo do autor).

A compreensão a respeito das relações ambientais e econômicas nesses esquemas é importante instrumento para embasar o entendimento de desenvolvimento sustentável e sua abrangência ligada às estratégias utilizadas pelos indivíduos ou grupos para superar crises em suas regiões.

Internalizando a ideia de Santos (2011) sobre “o mundo como ele pode ser: uma outra globalização” e ancorando-se no pensamento de Guzmán (1997) sobre desenvolvimento sustentável, vislumbra-se que é possível construir o desenvolvimento rural sustentável no COREDE Central, bem como na *REDUP*. No entanto, para isso, exige-se um esforço do Estado para o fortalecimento da agricultura familiar que, na condição de “guia-mor”, conduziria essa construção, pois os agricultores familiares são preparados no dia a dia para preservar o meio ambiente e tirar da natureza sua subsistência sem degradá-la.

Quem melhor que os agricultores familiares para liderar um processo de desenvolvimento rural sustentável na prática? Esses produtores não podem “se dar ao luxo” de consumir os recursos que a natureza oferece sem a devida recomposição em um curto prazo, pois podem sucumbir à falta deles; ou seja, eles, mais do que ninguém, sabem o verdadeiro valor de um meio ambiente saudável. Ademais, esses agricultores e suas famílias estão enraizados, com os pés na terra, ocupando territórios e ativos, com as mãos na terra, diuturnamente, cuidando dela e produzindo sem deteriorá-la. Por isso é que, nesta tese, elegem-se os agricultores familiares para serem os condutores do desenvolvimento rural sustentável.

### **2.1.3 Globalização, desenvolvimento e agricultura familiar: conexões**

Como resposta às crises do capitalismo, à rigidez do modelo de acumulação fordista/taylorista e ao sistema de produção em massa, emerge, segundo Harvey (2007), o regime de acumulação flexível adotado após 1980.

A lógica do regime de acumulação flexível desenvolve-se, como uma nova lógica no modelo de acumulação econômica que envolve “[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo” (HARVEY, 2007, p. 140), envolvendo a ideia de espaço e de determinados lugares como pontos de acumulação de capital.

Do ponto de vista da conjuntura da globalização e da reestruturação produtiva, o regime de acumulação flexível conduz um processo contraditório que encarrega o trabalhador a desempenhar várias funções, realizando-as de acordo com as necessidades das empresas, e intensifica a terceirização, ao mesmo tempo em que traz consequências às relações de trabalho e aos mercados, tais como: a expulsão de grande parte da força de trabalho que atua no processo produtivo e a diminuição média dos níveis de remuneração.

Esses aspectos oportunizam a criação de formas de organização de ação coletiva por indivíduos, entre eles os agricultores familiares, como um modo de resistência e/ou uma

maneira de lutar pela sobrevivência, isto é, essas formas de organização são resultado de sentimentos contra-hegemônicos.

Santos (2004) explica que essas transformações oriundas da força do capitalismo e disseminadas pelo processo de globalização conduzem ao desenvolvimento de estruturas organizativas constituídas em meio aos círculos de relações sociais das classes trabalhadoras.

Essas realidades impulsionam uma massa de trabalhadores desempregados e excluídos socialmente para a informalidade, dando, em parte, a tônica do funcionamento de um dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos – o inferior. E, a partir disso, há uma mobilização de forças e um processo de cooperação entre os integrantes dessa massa que formam uma coletividade e buscam (re)descobrir estruturas com potencial endógeno para tentar neutralizar os efeitos da globalização.

Por isso, no entendimento de Santos (1996), tonificar uma região pode estagnar os efeitos da pressão desumana dessa globalização. A partir desse entendimento, defende-se a ideia de que os agricultores familiares, como atores sociais em uma região, são capazes de dar uma resposta positiva a situações impostas pelos atores hegemônicos. Para isso, podem utilizar-se de circuitos de cooperação para criar formas de modificar padrões que vão além dos econômicos. Isso significa que, também, devem ser mudados, para melhor, padrões sociais, culturais, ambientais e políticos.

A ideia de desenvolvimento sustentado por regiões intensifica-se na medida em que se observa a existência de uma “globalização perversa”, composta de segmentos hegemônicos, que levam a uma produção de alimentos, resultante de um processo produtivo capitalista e com uma lógica da acumulação e de lucro.

Paralelo a esses segmentos hegemônicos, os atores sociais regionais trabalham para (re)construir a lógica de produção e de comercialização a partir do modo de produção familiar, priorizando questões sociais, políticas, culturais, econômicas e ambientais, e respeitando a dinâmica existente na região.

Em outras palavras, admite-se que são as iniciativas de (re)construção criadas pelos agricultores familiares que motivam o desenvolvimento regional e pressupõem um processo de mudanças que está ligado a um conjunto de fatores que envolve e impacta fortemente esses atores sociais.

Essas iniciativas podem ser a alavanca para o desenvolvimento regional, desde que ocorra, segundo Boisier (1996, p. 24), “por meio da criação de um poder político, o pacto social, a cultura da cooperação e a capacidade de criar, coletivamente, um projeto de desenvolvimento”.

Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento regional passam a ser articuladas pela sociedade que se organiza, coletivamente, em prol de projetos relevantes para o desenvolvimento do próprio território. Em consequência, os processos de fortalecimento da região intensificam-se e um mecanismo de reação da região frente ao processo de globalização torna-se efetivo (BOISER, 1996).

Por isso, destaca-se que as relações e as ações de desenvolvimento passam pelas articulações regionais, afinal “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizam” (SANTOS, 1996, p. 196).

Diante disso, os atores pertencentes a uma região desencadeiam um processo de tomada de decisões que implica a não aceitação das decisões impostas por organizações globais. Os atores passam a reagir ao contexto da globalização, considerando as particularidades do território, promovendo um desenvolvimento alicerçado nos recursos produtivos locais.

Então, como conectar os agricultores familiares ao contexto globalizado e ao desenvolvimento?

Entende-se, nesta tese, que eles estão conectados, porque não há como separá-los do processo de desenvolvimento, assim como não há como separar o meio rural do sistema urbano, nem dissociar uma região do contexto global e dos efeitos da globalização. O que se defende é que em função dessa interligação os agricultores familiares organizam-se em redes, criam novos circuitos de produção e de cooperação, e passam a gerar desenvolvimento.

Em síntese, fundamenta-se na perspectiva de Veiga (2006) que entende que não há separação entre o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento do meio rural, porque não se pode ignorar as influências cruzadas de aglomerações e centros urbanos em municípios com ruralidade onipresente.

Nesse sentido, retoma-se, então, a ideia de que as influências e efeitos entre rural e urbano ampliam-se quando analisadas pela perspectiva de que coexistem os espaços em que se comercializa a produção do meio rural nos centros urbanos. Isso pode explicar questões a respeito da importância da agricultura familiar e sua participação na produção de alimentos e no contexto regional do desenvolvimento, nunca ignorando, mas sim, buscando elucidar a relação do contexto global e dos seus efeitos no regional e vice-versa, porque, afinal eles interagem e se transformam constantemente.

## 2.2 Processos organizativos e o fator endógeno do desenvolvimento

O propósito deste tópico é apresentar abordagens teóricas que sustentam a noção a respeito dos processos organizativos conduzidos pelos agricultores familiares e resultantes de conflitos, tensões e contrastes presentes no contexto globalizado, reorganizando espaços conquistados no território e conduzindo ao desenvolvimento a partir do potencial endógeno.

Parte-se, então, para a abordagem de processos organizativos, em diferentes enfoques. Santos (2011) atribui à “globalização perversa” o aumento do desemprego, e a partir dessa realidade, considera que a (re)construção de distintas formas organizativas nos diversos locais, comunidades e regiões é um modo de reagir à condição de exclusão imposta pelos atores hegemônicos.

Entende-se, assim, que as formas de organização se apresentam como um conjunto de processos inter-relacionados e que envolvem alguns elementos de motivação para a organização, como econômicos e sociais.

Ao apresentar essa linha de pensamento e diante da necessidade de caracterizar a dinâmica dos processos organizativos, procurou-se estabelecer a relação entre esses processos e a dialética, a partir das definições de Santos (1978; 1996) e de Santos e Silveira (2001) para espaço e para território.

Santos (1978, p. 122) considera que: “O espaço é o verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a relação pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares.” Evidencia-se isso porque o espaço é estático e “[...] é formado por um conjunto indissociável solitário e também contraditório de sistemas e objetos e sistemas de ações não isolados, mas como quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 1996, p. 51).

Por outro lado, o povo cria o espaço ao utilizar o território. E, ao se apropriar do território, o povo passa a construir a sua história por meio das articulações e das relações oriundas dos grupos sociais que fazem parte de um grande sistema global (SANTOS, 1978).

Logo, o território não é estático, mas sim dinâmico, desenvolve-se de acordo com as influências no seu uso e, conforme Santos e Silveira (2001, p.19), é “[...] geralmente a extensão apropriada e usada”. Nesse sentido, o território

[...] não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população. Isto é a identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, a resistência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se pois logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 101).

A partir desse entendimento a respeito de território, entende-se, nesta tese, que os processos organizativos consistem em articulações e organizações que acontecem nesse território ao longo do tempo, e que passam por muitas transformações que, conseqüentemente, criam e recriam novos processos organizativos, porque há uma constante interação com os indivíduos e suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

A construção de relações possibilita entender de que forma segmentos de agricultores familiares apresentam-se integrados. Acredita-se que a opção mais adequada seja por meio da construção de espaços participativos e solidários ligados à produção e à comercialização de seus produtos.

Guerreiro Ramos (1989) menciona, em seus estudos, características do mercado e as diferentes formas de atuação. Segundo o autor, a forma de atuação predominante é aquela que privilegia o processo de acumulação capitalista. Entretanto, formas como a organização associativa têm surgido como resultado da situação de pressão provocada pela globalização, como uma reação pela sobrevivência.

Com base nas ideias de Guerreiro Ramos (1989), argumenta-se que a eficiência das organizações tem uma grande ligação com as virtudes dos indivíduos que possuem como princípio orientador o bem comum, estabelecendo um novo enfoque à teoria das organizações e apresentando uma perspectiva de um modelo multidimensional de organização social.

As argumentações do autor reforçam e complementam a abordagem de Santos e Silveira (2001) a respeito do uso do território, da apropriação por parte dos indivíduos capazes de se articularem e cooperarem, porque aceita-se que as virtudes dos indivíduos passam a conduzir uma nova ordem de organização social, ocasionando um movimento contra-hegemônico, de baixo para cima, com autoconsciência coletiva. Por isso, defende-se que, diante da globalização, a agricultura familiar torna-se capaz de criar processos no território e uma nova ordem social contra-hegemônica.

Destaca-se que, no modelo de análise proposto por Guerreiro Ramos (1989), fica explícito que a sociedade capitalista enfrenta um contexto de muitos entraves sociais e convive com a pluralidade econômica, ou seja, a presença de diferentes formas de produzir e distribuir riquezas. Como exemplo, apresenta-se a economia solidária que valora produções indispensáveis para a sobrevivência de grupos de indivíduos e, por isso, é relevante no sentido de enfrentar a hegemonia capitalista.

O modelo multidimensional para análise das organizações apresenta como ponto central

[...] a noção de delimitação organizacional que envolve: a) uma visão da sociedade como sendo construída de uma variedade de entraves (dos quais o mercado é apenas um) onde o homem se empenha em tipos nitidamente diferentes embora verdadeiramente integrativos, de atividades subjetivas; b) um sistema de governo social capaz de formular e implementar as políticas e decisões distributivas requeridas para a promoção do tipo ótimo de transações entre tais entraves sociais. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 140).

Essa delimitação organizacional traz consequências para a ação dos agentes administrativos, que são aqueles atores organizacionais conscientes do seu papel e da sua conduta, que por meio de sua postura ética conduzem às mudanças nas organizações.

Guerreiro Ramos (1989) explicita que o agente e suas atividades são o ponto central da organização; e que o fato administrativo é um complexo de elementos dependente das atividades do agente. As desigualdades sociais e econômicas, segundo o autor, ocasionam a composição de diversas formas de organização, algumas delas são formas de organização sociais e solidárias.

De modo geral, essas formas de organização caracterizam o rompimento da segregação presente nas abordagens com foco capitalista para as novas abordagens relacionadas à lógica social e coletiva, em que o empenho nas articulações em rede existentes nos processos organizativos atuais, vem revelando contradições importantes entre o modelo de produção em massa do passado e os novos modelos, compostos por várias estruturas interconectadas por suas relações sociais e por princípios que proporcionam o desenvolvimento coletivo.

Trata-se, portanto, da reestruturação dos processos produtivos. Para tanto, os processos organizativos passam a requerer um conjunto de atividades e componentes interligados que podem ser executadas em prol do ordenamento de recursos e de funções inseridos em um sistema que está em constante transformação. Diante dessa abordagem, considera-se fundamental a interpretação de Guerreiro Ramos (1989) sobre as atividades dos agentes serem o componente central em uma organização. O autor explica que o restante são componentes do sistema e que se reduzem a fatos administrativos, estatutos estáticos e demais materiais dos processos.

De outra forma, Etzioni (1989, p. 3), nos seus estudos, define que as organizações são como “[...] unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente constituídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos.” Por isso, os agentes ou indivíduos se organizam, articulam-se e interagem, a fim de enfrentar e superar as dificuldades.

Ainda, no entendimento de Guerreiro Ramos (1989), cabe aos agentes as tarefas de realizar a organização dos recursos produtivos, de interpretar a política econômica, bem como, de criar uma articulação social que perpassasse os entraves e as desigualdades sociais.

Essas desigualdades, acentuadas pela crise do capitalismo, transformaram as empresas, o capital e as relações deste com o trabalho.

Ao desenvolver uma análise da abordagem do autor, entende-se que, no caso da agricultura familiar, se, de um lado, ela está inserida na sociedade, enfrentando as desigualdades sociais geradas nessa sociedade capitalista, por outro lado, esses agricultores se articulam no território, a fim de eliminar os entraves sociais, participando de diversos processos organizativos, construídos para atender às suas demandas, a fim de fazer frente às necessidades de desenvolvimento e sobrevivência de suas famílias.

Dessa forma, não há como desvincular agentes sociais de processos organizativos. Confirma-se isso por meio da análise da abordagem proposta por Drucker (1997) na qual se explicita que o conhecimento dos indivíduos é o alicerce para a organização e que essa organização aumenta a capacidade de ação desses indivíduos.

Então, no caso da agricultura familiar, não há como desvincular a capacidade de ação dos indivíduos das formas de organização e reação, a fim de torná-los capazes de enfrentar as consequências oriundas dos processos de modernização capitalista no campo.

Por isso, novas práticas solidárias e abordagens relacionadas à capacidade de ação e integração dos indivíduos e seus conhecimentos construíram organizações locais que se desenvolveram a partir dessa necessidade de ação para garantir-lhes a possibilidade de manterem-se no meio rural.

Esses movimentos de reação, ação e integração remetem ao entendimento de Vázquez Barquero (2001, p. 39) de que “o desenvolvimento endógeno propõe-se a atender as necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida”.

O desenvolvimento endógeno implica, de acordo com Dallabrida (2000), a tomada de consciência a respeito do território por parte dos atores locais (públicos e privados). Com isso esses atores poderão exercer, com propriedade, o controle do território, o fortalecimento dos recursos locais e a conservação da cultura da região, respeitando e levando em consideração os anseios da comunidade, inseridos em uma perspectiva de sustentabilidade.

Nesse sentido, Dallabrida e Büttendbender (2007, p. 72) entendem o desenvolvimento territorial como um “[...] estágio da mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos, materiais e imateriais, existentes no local, visando à melhoria da qualidade de vida de sua população.”

Dessa forma, é na superação das dificuldades que acontece a transformação da realidade desses agentes que, amparados em processos organizativos orquestrados nas unidades sociais, desenvolvem a habilidade de instigar as forças endógenas em prol do desenvolvimento.

Os processos organizativos dos agricultores familiares são, portanto, resultado da articulação de unidades sociais, num processo contraditório, ora motivados por situações de entraves, ora por situações de expansão.

E é a partir das mudanças que acontecem nos espaços sociais, nos espaços de trabalho e nos espaços de mercado – geradas pelo advento da tecnologia e pelo processo de mecanização na agricultura e influenciadas pelo agronegócio, que possui potencial para atuar em larga escala e fornecer grande quantidade de alimentos –, que o agricultor familiar sente-se pressionado para constituir novas formas de organização para produzir e comercializar seus produtos, sobrevivendo a essa avalanche de entraves provocada pelos setores hegemônicos.

Essa realidade de contradições e transformações que envolve a agricultura evidencia o contexto de crise na agricultura, motivando o agricultor familiar a organizar-se, constituindo novas formas de organização de ação coletiva que o auxiliem a continuar produzindo e comercializando alimentos com o objetivo de dinamizar o desenvolvimento econômico e social das famílias.

### **2.3 Processos organizativos e a origem de sentimentos contra-hegemônicos**

Revisitar a teoria dos dois circuitos da economia urbana, de Milton Santos, faz-se necessário para abordar os processos organizativos e a origem de sentimentos contra-hegemônicos, porque entende-se que da dinâmica de classes existente na relação de interdependência entre os dois circuitos emana um sistema articulador coletivo possibilitado pelos movimentos sociais.

Nesse contexto, agricultores familiares que fazem parte desse sistema e estão inseridos no circuito inferior formataram e implementaram processos organizativos visando garantir a sobrevivência individual (família) e coletiva (associação) e a manutenção em seu próprio lugar desenvolvendo atividades genuínas. A evolução histórica de organização e de reorganização desses produtores demonstra a importância dessas ações na produção de alimentos para a subsistência e para a comercialização do excedente produzido.

A prática associativista foi crucial para atender suas próprias necessidades, pois a agricultura familiar necessita de um trabalho intenso com grande desgaste físico, pois o acesso à tecnologia é limitado ou inexistente. Por outro lado, os grandes produtores de

comodities (soja, café, laranja, etc.), que fazem parte do circuito superior, detêm elevado nível tecnológico para desenvolver suas atividades.

Essa diferença quanto ao acesso à tecnologia reflete, em grande parte, no volume de produção e de comercialização: “As atividades do circuito superior manipulam grandes volumes de mercadorias, enquanto que as do circuito inferior [...] trabalham com pequenas quantidades.” (SANTOS, 2004, p. 44).

Considerando o peso da tecnologia sobre as atividades econômicas desenvolvidas nos circuitos superior e inferior é que Santos (2004, p. 38) declara:

Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas.

Além dessas diferenças, por meio da análise das atividades e das características dos dois circuitos (Quadro 2), observa-se que é no circuito inferior que os efeitos da globalização e dos processos hegemônicos são sentidos.

**Quadro 2 – Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**

	<i>Circuito Superior</i>	<i>Circuito Inferior</i>
<i>Tecnologia</i>	<i>capital intensivo</i>	<i>trabalho intensivo</i>
<i>Organização</i>	<i>burocrática</i>	<i>primitiva</i>
<i>Capitais</i>	<i>importantes</i>	<i>reduzidos</i>
<i>Emprego</i>	<i>reduzido</i>	<i>volumoso</i>
<i>Assalariado</i>	<i>dominante</i>	<i>não-obrigatório</i>
<i>Estoques</i>	<i>grande quantidade e/ou alta qualidade</i>	<i>pequena quantidade e/ou qualidade inferior</i>
<i>Preços</i>	<i>fixos (em geral)</i>	<i>submetidos à discussão entre comprador e vendedor (haggling)</i>
<i>Crédito</i>	<i>bancário institucional</i>	<i>pessoal não-institucional</i>
<i>Margem de lucro</i>	<i>reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)</i>	<i>elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios</i>
<i>Relações com a clientela</i>	<i>impessoais e/ou com papéis</i>	<i>diretas, personalizadas</i>
<i>Custos fixos</i>	<i>importantes</i>	<i>desprezíveis</i>
<i>Publicidade</i>	<i>necessária</i>	<i>nula</i>
<i>Reutilização dos bens</i>	<i>nula</i>	<i>frequente</i>
<i>Overhead capital</i>	<i>indispensável</i>	<i>dispensável</i>
<i>Ajuda governamental</i>	<i>importante</i>	<i>nula ou quase nula</i>
<i>Dependência direta do Exterior</i>	<i>grande, atividade voltada para o exterior</i>	<i>reduzida ou nula</i>

Fonte: Santos (2004, p. 44).

Na visão de Santos (2004), três são os fatores balizadores na distinção dos dois circuitos: tecnologia, organização e capital. Evidencia-se que, no circuito superior, a organização das atividades desenvolvidas é determinada pela adoção de modelos burocráticos bem estruturados, com importantes volumes de capital e muito investimento em tecnologia; enquanto que, no circuito inferior, o nível de estruturação e burocratização das atividades é ultrapassado, os volumes de capital são reduzidos e há um precário uso da tecnologia. Logo, pode-se determinar que, basicamente, os circuitos diferenciam-se pela intensidade proporcional na utilização de organização, de capital e de tecnologia.

Nesses circuitos, o que se vê é a hegemonia dos que detêm uma estrutura organizativa sólida e, principalmente, o capital e a tecnologia provocando conflitos e entraves (crises de emprego, exclusão social, desestabilização de sindicatos, etc.) nas classes menos favorecidas. No entanto, esses mesmos conflitos e entraves impulsionam a formação de movimentos sociais que, como forma de reação, constroem coletivamente sentimentos contra-hegemônicos e criam estruturas organizativas alternativas, como associações, cooperativas, etc.

Diferentes formas de pressão oriundas das classes dominantes e instaladas no circuito superior, circunstâncias conflitantes e problemáticas explicitam contradições sociais que podem gerar processos que resultarão em

[...] manifestações coletivas as quais incorporam uma dada forma de organização (espontânea ou não, mais ou menos formal), determinadas formas de relações sociais, uma concepção de mundo, uma ideologia e conseqüentemente um projeto articulador de determinados interesses. (GOHN, 1985, p. 48).

Dessa forma, entende-se que processos organizativos, além de potencializar sentimentos contra-hegemônicos, podem viabilizar ações coletivas, como resposta às ações originadas no circuito superior, que visam fixar práticas hegemônicas cujos efeitos são sentidos no circuito inferior.

### **2.3.1 Formas de organização de ação coletiva**

Existem diferentes tipos de formas organizativas de ação coletiva, das quais os agricultores familiares participam ou podem participar. Nantes e Scarpelli (2012) destacam as principais: parceria, *pool* de produtores, o associativismo e o cooperativismo.

Na agricultura familiar, verifica-se que a parceria é uma das formas de organização bastante comum, em virtude da facilidade de se estabelecer, pois não exige formalidade. Basta

definir os objetivos a serem alcançados, a forma como cada uma das partes envolvidas vai desempenhar seu papel nas atividades de trabalho e como vai se dar a divisão dos lucros.

A parceria, segundo Nantes e Scarpelli (2012, p. 647), representa uma opção adequada aos agricultores familiares, porque “[...] visa enfrentar os novos desafios da inserção e permanência nas cadeias de suprimento, pois é realizada por meio da racionalização do trabalho e dos custos.”

Explicita-se que, por se tratar, comumente, de um acordo informal, para que a parceria seja bem sucedida, exige-se credibilidade e confiança entre os parceiros, que devem compreender bem o seu papel em relação ao trabalho e aos recursos operacionais empregados, além de realizarem a partilha dos dividendos exatamente conforme o combinado.

Em relação a esses aspectos, ressalta-se que essa forma de ação coletiva “[...] quando bem estruturada pode viabilizar técnica e economicamente os pequenos produtores rurais, entretanto, não é fácil de ser organizada, pois pressupõe iniciativa, interesse comum e reciprocidade das partes.” (NANTES; SCARPELLI, 2012, p. 647).

A parceria representa, portanto, o interesse comum estabelecido por um acordo de cooperação que, segundo Nantes e Scarpelli (2012, p. 647), pode conduzir a uma “[...] queda do custo médio devido principalmente à redução dos preços dos insumos, dado que o volume de compra é maior. Também apresenta vantagens na comercialização geradas pelo poder de venda associado ao volume de produtos em negociação.”

Embasados em estudos de Batalha e Silva (2000), que abordam as virtudes e as pré-disposições necessárias para que se projete uma parceria com tendência de êxito, Nantes e Scarpelli (2012, p. 647) declaram que: “A parceria exige iniciativa, liderança, empenho e visão empresarial para buscar o parceiro certo, ter confiança no projeto e estar disposta a dividir lucros, ou seja, o negócio precisa ser bom para todos.”

Outra forma de organização de ação coletiva viável de ser adotada por agricultores familiares que, basicamente, visa aumentar o poder de negociação no mercado é o *pool* de produtores. Sobre essa possibilidade, Nantes e Scarpelli (2012, p. 647-648) afirmam que:

O interesse do grupo ocorre apenas para a comercialização, de modo que, durante a produção, os integrantes do *pool* trabalham separadamente, sem relação com os demais membros da organização, não compartilhando a infra-estrutura produtiva e administrativa existente em cada propriedade.

A exemplo da parceria, o *pool* caracteriza-se por ser uma forma associativa informal em que o êxito da associação depende bastante da relação de credibilidade e confiança entre os integrantes do grupo.

A figura do líder tem relevante importância na criação de um *pool*, na definição de estratégias de comercialização e, principalmente, nas negociações a que o grupo se propõe porque, de modo geral, os agricultores, segundo Nantes e Scarpelli (2012, p. 648), “[...] se sentem mais seguros sendo representados por um produtor mais esclarecido e com maior poder de articulação junto às indústrias.”

Normalmente, o *pool* é criado para aumentar o poder de barganha dos produtores para negociar com as indústrias, pois “[...] organizados em grupos, o volume de produção é maior. Isso facilita a negociação com a indústria, que geralmente prefere realizá-la com grupos organizados.” (NANTES; SCARPELLI, 2012, p. 648).

Ao considerar as formas de ações coletivas dos agricultores familiares para obter melhores resultados em relação à comercialização e visando à manutenção no mercado, admite-se que os *pools* apresentam-se como uma forma concreta de operacionalização das ações de negociações na venda da produção bastante útil.

Por sua vez, as associações são mais abrangentes em relação ao auxílio mútuo em mais segmentos das cadeias produtivas em que os agricultores familiares se inserem. Essas organizações, de acordo com Nantes e Scarpelli (2012, p. 648),

[...] buscam superar dificuldades e gerar benefícios comuns, como no caso dos ganhos de escala obtidos pela comercialização conjunta da produção, redução do preço dos insumos, utilização de máquinas e equipamentos de forma compartilhada, possibilidade de assistência técnica mais presente etc.

Essa forma organizativa de ação coletiva foi estudada por Putnam (1996) que evidenciou a importância das associações civis para a evolução da democracia na Itália. Além disso, o autor verificou, em sua pesquisa, que havia uma relação entre o desempenho (econômico e institucional) em algumas bem sucedidas regiões daquele país e a existência das associações e enfatizou que o êxito dessas regiões tem a ver com o fato de que elas contavam com a existência de redes de reciprocidade e com a presença de indivíduos que participavam ativamente de diferentes tipos de associações e de atividades diversas, como corais e clubes, tinham o hábito de ler jornais e de ir às urnas.

Sob o impacto da constatação de êxitos gerados em virtude de ações associativas de regiões italianas e inserida no contexto de “o mundo como pode ser: uma outra globalização”, veicula-se a possibilidade de disseminação das práticas das associações civis encontradas na Itália para outras regiões com modelos associativos similares e estimula-se a multiplicação de redes de reciprocidade e a participação ativa de indivíduos em sociedades democráticas.

Em outro estudo, uma análise desenvolvida por Lüchmann (2014) a respeito do associativismo e seus efeitos na democracia estabeleceu algumas características gerais (Quadro 3) que possibilitam uma diferenciação entre capital social, movimentos sociais e sociedade civil.

**Quadro 3 – Síntese dos tipos associativos e seus efeitos democráticos**

<b>Capital social</b>	<b>Movimentos sociais</b>	<b>Sociedade Civil</b>
As associações são organizações voluntárias, autônomas e sem fins lucrativos, que promovem a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo. Ênfase nas associações face a face.	As associações fazem parte de redes de interações engajadas em conflitos políticos, sociais ou culturais, com base em uma identidade coletiva compartilhada. Ênfase nas associações que contestam a ordem social.	As associações atuam pela lógica da ação comunicativa e são autônomas do mundo político e econômico. Pretendem, sobretudo, influenciar as decisões políticas institucionais. Ênfase nas associações de defesa de direitos e movimentos sociais.
Impactos democráticos: promoção de virtudes democráticas no plano individual e social; confiança, solidariedade e espírito cívico; ênfase na cooperação.	Impactos democráticos: promoção de mudanças nas relações de poder, tanto no plano político-institucional como no plano cultural; ênfase na contestação e no conflito.	Impactos democráticos: inclusão de atores e temas no mundo político através da tematização pública de problemas sociais; ênfase na mediação das esferas públicas.

Fonte: Lüchmann (2014, p. 169).

Em sua análise, Lüchmann (2014) relacionou o tipo associativo “capital social”, por exemplo, às associações comunitárias e a clubes de futebol; quanto aos “movimentos sociais”, a autora entende que privilegiam as redes e as organizações que manifestam seus pensamentos e sentimentos, questionando a ordem social; e, com relação ao tipo “sociedade civil”, ela identificou a existência de uma minimização da importância de organizações inseridas nos campos políticos e econômicos, por exemplo, partidos políticos e sindicatos.

A leitura da síntese apresentada por Lüchmann (2014) permite vislumbrar que é possível a inserção dos agricultores familiares nos diferentes tipos associativos, de maneira que particularize e torne diferente a dinâmica de superação das dificuldades encontradas em distintas regiões e que integram a realidade do circuito inferior.

No âmbito das formas de ação coletiva, Nantes e Scarpelli (2012) consideram, tanto por sua organização quanto por sua relevância social, o cooperativismo a mais expressiva. Por compartilhar da ideia desses autores, julga-se que essa forma de organização merece uma abordagem mais aprofundada.

### **2.3.2 Síntese da evolução histórica e da doutrina do cooperativismo no mundo**

Nos primórdios da humanidade, a solidariedade aflorou no ser humano, em virtude da necessidade de sobreviver num ambiente hostil e suprir suas necessidades básicas, abrigo e alimento. Enfrentar feras, caçar e pescar foram algumas atividades nas quais o homem começou a experimentar as vantagens da cooperação (CENZI, 2012).

A história da humanidade apresenta inúmeros exemplos de efetiva congregação de pessoas com o fim de se auxiliarem mutuamente. Os povos nômades se uniam para coletar e caçar. Alguns povos asiáticos, na pré-história, juntavam-se para pastorear e/ou para cultivar lavouras. Os indígenas se agrupavam para caçar, pescar e guerrear (CENZI, 2012).

Ideias cooperativistas eram experimentadas no antigo Egito, por meio da reunião de agricultores escravos, com incentivo do Estado; e, na Grécia, cidadãos livres e escravos se reuniam para garantir enterros decentes, e carpinteiros e serralheiros reunidos formavam os *colégios* (RECH, 2000).

Um marco importante nesse processo histórico dá-se no ano de 1844, no bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, com a criação da primeira cooperativa formal de trabalhadores (28 tecelões). Uma cooperativa de consumo, resultado de uma luta para superar o capitalismo, cujos princípios serviram de referencial para o movimento cooperativista no mundo (PINHO, 1966b; RECH, 2000).

Na década de 1880, Charles Gide<sup>2</sup> inicia a sistematização da doutrina cooperativista, que tem como conteúdo principal, segundo Pinho (1966b, p. 30), a proposta de “[...] corrigir as injustiças sociais, os males do ambiente econômico-social, através da associação dos consumidores em cooperativas.”

Nessa proposta, evidencia-se o relevante papel do consumidor, pois é natural concluir que todas as pessoas inseridas em uma sociedade são consumidoras. Diante disso, ressalta-se que:

O consumidor é o objetivo último da doutrina cooperativista e, também, o instrumento de reforma da sociedade. De fato, enquanto o capitalismo dá primazia ao capitalista e o socialismo ao proletariado, o cooperativismo coloca o consumidor como fim de toda atividade econômica, afirmando que assim como na ordem política a soberania pertence ao cidadão, na ordem cooperativa a hegemonia cabe ao consumidor. (PINHO, 1966b, p. 31).

Desse momento histórico, importa destacar que, segundo Pinho (1966b), além de dedicar sua vida ao estudo e à sistematização da doutrina cooperativista, Gide pregava a República Cooperativa<sup>3</sup> e enumerou as 12 virtudes do cooperativismo (Quadro 4), que se mantêm atuais nos dias de hoje:

<sup>2</sup> (1847-1932) – Francês, professor universitário, é conhecido mundialmente por suas obras sobre economia, política e cooperativismo. Fundador da ‘Escola de Nimes’ na França, que muito contribuiu com a produção do conhecimento sobre o cooperativismo mundial. Fonte: Disponível em: <http://www.ocbgo.org.br/cooperativismo/>. Acesso em: 2 nov. 2014.

<sup>3</sup> Charles Gide vislumbrou “[...] a cooperativização integral da sociedade, partindo das cooperativas de consumo para chegar, por etapas sucessivas, às cooperativas de produção industrial e agrícola. É o seu célebre ‘Programa em Três Etapas’, que permitirá atingir a ‘República Cooperativista’, qualificada de utópica por alguns cooperativistas e defendida com ardor por outros.” (PINHO, 1966a, p. 56).

**Quadro 4 – As 12 virtudes da doutrina cooperativista**

12 virtudes	Objetivos
1. viver melhor	- solucionar coletivamente os problemas e, por meio do auxílio-mútuo, conseguir melhor nível de vida.
2. pagar a dinheiro	- evitar a dívida, pois o endividamento é “uma das formas de escravidão”.
3. poupar sem sofrimento	- a devolução dos ganhos, sob a forma de retorno dos excedentes, proporcionalmente às operações realizadas pelos sócios na cooperativa, permite-lhes economizar sem sacrificar a satisfação das necessidades.
4. suprimir os parasitas	- eliminar os intermediários, de maneira a se reduzir ao mínimo os órgãos de transmissão de riquezas do produtor ao consumidor.
5. combater o alcoolismo	- finalidade educativa já acentuada pelos Pioneiros de Rochdale para evitar vícios e viver com saúde.
6. integrar as mulheres nas questões sociais	- obter a participação feminina; são elas que cuidam do lar e fazem as compras, portanto, devem conhecer os problemas do consumo e das cooperativas de consumo.
7. educar economicamente o povo	- tornar homens e mulheres aptos/capacitados para a autogestão econômica e política.
8. facilitar a todos o acesso à propriedade	- conquistar os meios de produção, por meio da união de esforços, ou seja, coletivamente.
9. reconstituir uma propriedade coletiva	- formar um patrimônio cooperativo, que é coletivo e está a serviço de um interesse geral e permanente, “acima de nossas existências efêmeras”.
10. estabelecer o justo preço	- remunerar convenientemente todo trabalho consagrado à produção, inclusive o trabalho de direção e os trabalhos intelectuais preparatórios e definir os preços sem motivação especuladora.
11. eliminar o lucro capitalista	- criar a preocupação com a satisfação das necessidades dos homens e não com a obtenção de lucros.
12. abolir os conflitos	- na cooperativa de consumo, o consumidor torna-se seu próprio fornecedor, na cooperativa de produção, o operário torna-se seu próprio patrão, na cooperativa de crédito, o sacador torna-se seu próprio sacado, na cooperativa de habitação, o locatário torna-se seu próprio locador, e assim por diante, de modo que toda disputa cessa pela fusão dos inimigos, ou melhor, “o combate cessa por falta de combatentes”.

Fonte: quadro elaborado pela autora, a partir de Pinho (1966b, p. 34-35).

Concomitantemente a esse início da sistematização da doutrina cooperativista, cabe destacar que, em 1895, em Londres, na Inglaterra, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI)<sup>4</sup> – órgão máximo do cooperativismo mundial – que pregava a continuação da obra dos Pioneiros de Rochdale e que reunia associações cooperativas de diversos países, congregando-as desde que tivessem a intenção de melhorar as condições econômicas e sociais de seus membros, que primassem pelo auxílio-mútuo e que se pautassem pelos mesmos princípios de Rochdale (PINHO, 1966b; CENZI, 2012).

<sup>4</sup> Aliança Cooperativa Internacional (ACI) é a entidade mais representativa do cooperativismo no mundo e tem como função primordial preservar e defender os princípios cooperativistas. Atualmente, sua sede está localizada em Bruxelas, na Bélgica, e se organiza por intermédio de quatro sedes continentais: África, América, Ásia e Europa. Fonte: Cooperativa de las Américas (2014).

Avançando em busca da atualização e do aprimoramento da doutrina cooperativista, destacam-se alguns dos principais precursores e estudiosos (Quadro 5) do cooperativismo, conforme Pinho (1977) e Vilchez (1986):

**Quadro 5 – Precursores do cooperativismo**

<b>Precursores/estudiosos</b>	<b>Origem e feitos na área do cooperativismo</b>
- John Bellers (1654-1725)	- inglês, iniciou organizações cooperativas de trabalho visando eliminar o lucro pretendido pelas indústrias.
- Robert Owen (1772-1858)	- inglês, é considerado o pai do cooperativismo; entendia que as injustiças sociais eram decorrentes do estímulo ao lucro e à concorrência.
- Philippe Buchez (1792-1865)	- belga, estimulou a autogestão nas cooperativas e, na França, organizou cooperativas de produção.
- Luis Blanc (1812-1882)	- francês, destacou-se na política defendendo causas como o direito ao trabalho e a liberdade baseada na educação (moral e ética) da sociedade.
- Friedrich Raiffeisen (1818-1888)	- alemão, julgava que o amor ao próximo e o auxílio mútuo eram a solução para resolver as questões sociais. Sua paixão pela agricultura levou-o a buscar alternativas para resolver os problemas de obtenção de crédito agrícola e, para isso, organizou cooperativas de crédito.
- Bernard Lavergne (1884-1975)	- francês, acreditava que o cooperativismo sucederia a ordem capitalista, pois representava a terceira via entre o coletivismo estatal e o capitalismo.
- Ernest Poisson (1882-1942)	- francês, proclamava a soberania do consumidor e, ao contrário de Gide, entendia que não havia incompatibilidade entre marxismo e cooperativismo.
- Georges Lasserre (1902-1985)	- francês, vislumbrava a possibilidade de concretizar a República Cooperativa, mas reconhecia as barreiras impostas pelo capitalismo à difusão do cooperativismo.

Fonte: quadro elaborado pela autora, a partir de Pinho (1977) e Vilchez (1986).

George Fauquet<sup>5</sup>, por sua vez, discordava de Gide quanto à cooperativização integral da sociedade e, por volta de 1935, externou que as cooperativas não conseguiriam concretizar as reformas socioeconômicas apregoadas na República Cooperativa e, no máximo, poderiam compor um setor – o Setor Cooperativo – que abrangeria todas as formas de cooperativas: de consumo, de produção, de crédito, etc. (PINHO, 1966b; VILCHEZ, 1986).

A linha de pensamento de Fauquet reduz, portanto, as possibilidades de reformulações socioeconômicas cooperativistas, exclusivamente, às atividades do setor cooperativo o que, segundo Pinho (1966b, p. 36), deve-se ao fato de que as cooperativas “[...] dominam essencialmente os extremos inicial e final do processo econômico [...]”.

Dessa forma, visualizando a cadeia produtiva de orgânicos (ver Esquema 7, f. 126), infere-se que, estando no setor cooperativista, os produtores familiares produzindo alimentos (cooperativas de produção) estariam inseridos no extremo inicial e os consumidores adquirindo bens e serviços (cooperativas de consumo) no extremo final, enquanto as indústrias de transformação (empresas capitalistas) ocupariam a zona intermediária.

<sup>5</sup> (1873-1953) – Um dos cooperativistas que mais influenciou no pensamento cooperativo contemporâneo. Seu livro *‘Le secteur coopératif’* foi traduzido em diversos idiomas. Foi chefe do departamento de cooperação da Organização Internacional do Trabalho. Fonte: Vilchez (1986, p. 168-169).

Há que se considerar que é preciso encontrar um meio-termo entre as propostas de Gide e de Fauquet, porque mesmo estando no extremo inicial produzindo alimentos (de acordo com a proposta de Fauquet), os agricultores familiares não deixam de ser consumidores (conforme a teoria de Gide), pois compram insumos – adubos, sementes, mudas, etc.

Nesse contexto doutrinário, considerando a diversidade de variáveis, identificar o papel dos agricultores familiares é um exercício difícil, mas importante. No entanto, mais importante que determinar uma posição nesse cenário, é encontrar alternativas possíveis de cooperar para o desenvolvimento de atividades mais justas e solidárias.

Nessa síntese, verifica-se que a doutrina cooperativista começa a ser sistematizada pós-Rochdale, tem por premissa maior corrigir as injustiças sociais e, com base nas conclusões de Pinho (1966b), avança sob a batuta de doutrinadores divididos em dois grupos principais: os que defendem, inspirados em Gide, a “República Cooperativa”, ou seja, a reforma pacífica e integral da sociedade, por meio das cooperativas; e os que sustentam, inspirados em Fauquet, que o cooperativismo limite-se a reformas socioeconômicas em um setor da sociedade, o “Setor Cooperativo”.

### **2.3.3 O cooperativismo na América Latina**

Na América Latina, as primeiras experiências cooperativas são atribuídas aos Incas com suas unidades locais, os *ayllus*, baseadas em vínculos de sangue, ou seja, familiar, e em trabalho coletivo e aos Astecas com os *calpulli* que se dedicavam a desenvolver a atividade agrícola com alto grau de solidariedade e cooperação no trabalho e na vida em coletividade (RECH, 2000).

O cenário latino-americano, no início do século XX, possuía muitas semelhanças com o cenário dos tecelões de Rochdale e com o cenário vivenciado por Raiffeisen, nos anos de 1847-1848, na Alemanha: muita dificuldade financeira e muita miséria; oportunizando a formação concreta de processos associativos e do desenvolvimento das práticas de cooperação para a produção e para o consumo (PINHO, 1966a).

Por ocasião da chegada dos imigrantes europeus no meio rural, na América Latina, essas práticas ganharam expressão e, a partir delas, potencializou-se o desenvolvimento da população rural (PINHO, 1966a; OBSCHATKO, BASAÑES, MARTINI, 2011).

Muitos países latino-americanos, conforme as leis promulgadas – Quadro 6, todas de inspiração rochdaleana, iniciaram um processo de legitimação do cooperativismo, caracterizando-as de acordo com os princípios de Rochdale, mas com determinadas especificidades peculiares em cada país:

### Quadro 6 – Caracterização das cooperativas na América Latina

País / Lei	Características
<p><b>Argentina</b> Lei Cooperativa Argentina nº 11.388, de 20/12/1926. (Art. 2º)</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) número ilimitado de sócios e quotas-partes;</li> <li>2) indivisibilidade e inaccessibilidade das quotas-partes;</li> <li>3) direito de um voto apenas por sócio;</li> <li>4) prestação de serviço somente aos sócios;</li> <li>5) distribuição de retorno;</li> <li>6) proibida a propaganda de ideias políticas, religiosas ou de países.</li> </ol>
<p><b>México</b> Lei Geral das Sociedades Cooperativas, de 11/01/1938. (Art. 1º)</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) ser integrada por trabalhadores (cooperativas de produtores) ou de membros da sociedade que utilizem os serviços que esta distribui (cooperativa de consumidores);</li> <li>2) igualdade de direitos e de obrigações de seus membros;</li> <li>3) funcionar com número variável de sócios, nunca inferior a dez;</li> <li>4) ter capital variável e duração indeterminada;</li> <li>5) conceder a cada sócio apenas um voto;</li> <li>6) não objetivar lucros;</li> <li>7) buscar a melhoria econômica e social de seus associados mediante a ação conjunta destes em uma obra coletiva;</li> <li>8) dividir rendimentos entre os sócios proporcionalmente ao tempo de trabalho de cada um (cooperativas de produção) e de acordo com o montante de operações realizadas com a sociedade (cooperativas de consumo).</li> </ol>
<p><b>Bolívia</b> Lei Geral das Sociedades Cooperativas, de 13/09/1958. (Art. 1º)</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) todos os sócios têm igualdade de direitos e obrigações;</li> <li>2) a sociedade é regida pelo princípio do controle democrático e cada sócio tem direito a um voto;</li> <li>3) as contribuições individuais (capitais, bens, direitos, trabalho) constituem propriedade comum, com funções de serviço social ou de utilidade pública;</li> <li>4) o objetivo da sociedade não é o lucro, mas sim a ação conjunta dos sócios para a melhoria econômica e social e para estender os benefícios da educação cooperativa e a assistência social à comunidade;</li> <li>5) a distribuição dos excedentes será efetuada de acordo com o trabalho realizado nas cooperativas industriais, agrícolas ou de serviços; de acordo com o montante de operações, nas de consumo e crédito; conforme o trabalho, montante de operações, consumo ou aproveitamento, nas de educação;</li> <li>6) juros limitados ao capital.</li> </ol>
<p><b>Brasil</b> Decreto 22.239, de 19/12/1932. (Art. 2º)</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) variabilidade do capital social para aqueles que se constituem com capital social declarado;</li> <li>2) não limitação de número de associados, mas no mínimo sete.</li> <li>3) limitação do valor da soma de quotas-partes de capital social que cada associado poderá possuir;</li> <li>4) inaccessibilidade das quotas-partes do capital social a terceiros estranhos à sociedade, ainda mesmo em ‘causa mortis’;</li> <li>5) ‘quorum’ para deliberar a assembleia geral, fundado no número de associados presentes à reunião;</li> <li>6) distribuição dos lucros ou sobras proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo associado com a sociedade, podendo ser atribuído ao capital social um juro fixo não maior que cinco por cento ao ano, previamente estabelecido nos estatutos;</li> <li>7) dedução de porcentagens para o fundo de reserva não inferior a 10%;</li> <li>8) indivisibilidade do fundo de reserva entre os associados, mesmo em caso de dissolução da sociedade;</li> <li>9) singularidade de voto nas deliberações, isto é, cada associado tem direito a um voto;</li> <li>10) área de ação determinada.</li> </ol>

Fonte: quadro elaborado pela autora, a partir de Pinho (1966b, p. 46-48).

Atualmente, a *Cooperativas de las Américas* (antes ACI-Américas), vinculada a ACI-Internacional e estabelecida, desde 1990, em *San José*, na Costa Rica, representa o sistema cooperativo no continente americano e tem por objetivo principal:

Promover o reposicionamento do modelo cooperativo no novo entorno econômico, político, social e comercial apoiando as organizações-membros da ACI nas Américas na difusão e defesa da identidade cooperativa, a promoção dos negócios e o desenvolvimento do recurso humano. (COOPERATIVAS DE LAS AMÉRICAS, ¿Quiénes somos?, Em: <<http://www.aciamericas.coop/Quienes-somos-2092>>. Acesso em: 2 nov. 2014, tradução nossa).

Importante destacar, de acordo com Cenzi (2012, p. 41), que: “O cooperativismo na América, assim como no resto do mundo, tem o mesmo histórico e a mesma base de formação, pois em todos os lugares onde existe uma cooperativa os princípios adotados centram-se no modelo universal.”

Contudo, é preciso frisar que não há um modelo exclusivo de cooperativa; entretanto, os princípios básicos e o modelo da primeira cooperativa formal de trabalhadores de Rochdale representam um referencial para a criação de outras novas cooperativas em qualquer país do mundo, inclusive nos da América Latina, caso de Brasil e Argentina.

### **2.3.4 Evolução histórica do cooperativismo no Brasil e na Argentina**

No Brasil, a forma de organização cooperativista estruturou-se a partir da chegada dos imigrantes europeus, principalmente no período entre 1824 e 1920, porque, ao chegarem, enfrentaram muitas dificuldades – de todas as ordens – e encontraram na cooperação e na solidariedade a possibilidade de desenvolverem suas atividades.

De acordo com Cenzi (2012), o surgimento das cooperativas efetivou-se, primeiramente, nos estados litorâneos, do sul ao nordeste, e isto ocorreu em função da grande massa de imigrantes que aportava no Brasil desde meados do século XIX.

Na década de 1930, houve ampla disseminação e aparecimento de cooperativas no Brasil – um verdadeiro surto de cooperativas – muito graças à criação da lei básica do cooperativismo, por meio do Decreto 22.239, de 19 de dezembro de 1932, fortemente influenciada pela experiência dos imigrantes alemães, italianos e japoneses (CENZI, 2012).

Apesar disso, o governo de Getúlio Vargas, em 1934, por meio do Decreto 24.647, de 10 de julho, revoga o decreto anterior e cria uma vinculação e controle realizados pelo Estado. Essa interferência do Estado, com intervenção de controle sobre as cooperativas, por meio de um processo centralizador e paternalista, perdurou até 1988, quando a atual constituição estabeleceu um novo sistema de gestão cooperativa, a auto-gestão. Segundo (Cenzi, 2012, p.

48), a implantação desse novo sistema “[...] refletiu bastante no crescimento, em especial das cooperativas de crédito e de trabalho”.

Faz-se necessário aclarar que, para chegar ao modelo atual, inúmeras foram as dificuldades enfrentadas. Rech (2000) enfatiza que, durante o regime militar, por meio da Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, foram impostas severas restrições nas estruturas organizacionais das cooperativas, o que dificultou o desenvolvimento do modelo cooperativista no Brasil.

Na década de 1980, movimentos sociais mobilizaram o país visando à transformação da forma de governo (da ditadura militar para a democracia), mas o regime militar desenvolvia um controle rigoroso das atividades, inclusive das cooperativas, sindicatos, grupos sociais organizados que se articulavam em prol da democracia como forma de resistência, a fim de que pudessem continuar existindo.

A democratização tornou-se mais efetiva com a execução de fóruns de debates promovidos pelo movimento das associações e cooperativas no meio rural e pela motivação de diversos movimentos sociais em favor de ações coletivas de desenvolvimento. Gohn (2008, p. 446) corrobora essa argumentação ao esclarecer que: “No Brasil, a partir dos anos 90, a tendência dos grupos sociais organizados se articularem em redes e criarem fóruns a partir dessas redes passou a imperar como modismo, de um lado, e, ‘exigência para sobrevivência’, de outro.” (grifo da autora).

Para explicar os movimentos sociais e suas ações, nas décadas de 1980 e 1990, diversas teorias foram elaboradas o que, de certa forma, serve para desvendar a conjuntura do associativismo civil no Brasil. A respeito dessas teorias, ressalta-se que:

Elas buscam explicar o novo cenário de associativismo civil, principalmente no Brasil. Políticas de identidade têm sido construídas por políticas públicas advindas de governos, em vários países latino-americanos, na última década. Essas políticas buscam ‘incluir’ grupos e associações, tidos como vulneráveis. (GOHN, 2008, p. 452)

No entanto, apesar de essas políticas públicas terem a “boa intenção” de incluir grupos e associações vulneráveis, Rech (2000) critica tais políticas ao colocar em discussão o modelo cooperativista adotado no Brasil:

Não estamos descartando a necessidade da observação de uma estrutura básica do modelo cooperativista. O que estamos fazendo é colocando em discussão o modelo adotado no Brasil e suas características, principalmente porque o que conhecemos é a proposta de uma cooperativa que apenas venha resolver algumas *distorções* que o sistema capitalista apresenta, dificultando inovações e, principalmente, evitando que as comunidades caminhem em direção a uma proposta de cooperativismo autogestionário, participativo e democrático-popular. (RECH, 2000, p. 21, grifo do autor).

Além dessas limitações do modelo cooperativista brasileiro citadas por Rech, que evidenciam a necessidade de aprimoramento desse modelo, o processo de empobrecimento gerado pela crise do emprego, iniciada por volta de 1980, orientou a implementação de novas políticas que foram desenvolvidas no Brasil, com a intenção de acabar ou, pelo menos, reduzir a exclusão social.

O elo entre a possibilidade de avanços do modelo cooperativista brasileiro e a necessidade de uma massa de trabalhadores, excluída socialmente, sobreviver em um momento de crise verifica-se na argumentação de Singer (2004, p. 3):

Como defesa contra a exclusão social e a queda na indigência, as vítimas da crise buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas. Quando coletivas, elas optam, quase sempre, pela autogestão, ou seja, pela administração participativa, democrática, dos empreendimentos. São estes os que constituem a economia solidária.

Nesse contexto, dentre outras políticas públicas, destaca-se a criação, em junho de 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), agregada ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). A criação dessa secretaria, segundo Singer (2004, p. 3), “[...] representou uma ampliação significativa do âmbito de responsabilidades do MTE, que passa a incluir o cooperativismo e associativismo urbano (já que pelo rural continua responsável o Ministério da Agricultura).”

A construção de uma política participativa conduzida pela SENAES propunha reduzir as desigualdades sociais, fomentar a economia solidária e possibilitar o desenvolvimento de associações e a criação de cooperativas autogestionárias, visando à superação da pobreza extrema no Brasil (SINGER, 2004).

Contudo, percebe-se um momento de (re)adequações das associações/cooperativas em relação à economia solidária e à legislação, principalmente, a Lei 12.690, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOOP).

Em resumo, essas políticas públicas revelam novas perspectivas relacionadas à estruturação alternativa de cooperativas com modelo de autogestão e ao desenvolvimento coletivo, de forma solidária, como possibilidade para a permanência dos agricultores familiares no mercado; tudo em prol do desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, na Argentina, antes mesmo do estabelecimento do marco legal cooperativista em 1926, registram-se movimentos cooperativistas importantes. Considera-se que a criação, por colonos suíços-alemães, da *Cooperativa Frederico Meiners*, em *Esperanza*,

*provincia de Santa Fé*, em 1878, marca a origem do cooperativismo no país (OBSCHATKO; BASAÑES; MARTINI, 2011).

Referindo-se à primeira aproximação do cooperativismo no meio rural argentino, Carricart (2012) aponta um grupo de colonos franceses como responsáveis pela criação, em 1898, da *Cooperativa El Progreso* que visava amenizar prejuízos provocados por quedas de granizo na região de *Pigüé*, ao sul da província de *Buenos Aires*. No entanto, o autor afirma que a primeira cooperativa agrária propriamente dita foi a *Liga Agrícola Ganadera de Junín*, ao norte da *provincia de Buenos Aires*, criada em 1904.

As ações coletivas dos imigrantes reduziram as dificuldades encontradas nos novos territórios e, com a criação de uma nova lógica organizativa coletiva para o desenvolvimento de suas atividades, apresentaram evidências de que a participação democrática atenderia aos interesses dos associados (OBSCHATKO; BASAÑES; MARTINI, 2011).

Verifica-se, portanto, que da mesma maneira que no Brasil, o começo dos processos associativos/cooperativos na Argentina aconteceu por influência de experiências de imigrantes europeus.

Na Argentina, as bases legais das cooperativas foram estabelecidas no ano de 1926, quando foi sancionada a Lei nº 11.388, regulamentada em 1927, que, apesar de primitiva, não impediu a constituição das primeiras cooperativas. Essa lei permaneceu vigente até 2 de maio de 1973, quando foi sancionada a Lei nº 20.347, que consolida novas normas e regras para as cooperativas agropecuárias, de consumo, de crédito, de trabalho, de serviços públicos, etc. (OBSCHATKO; BASAÑES; MARTINI, 2011; CARRICART, 2012).

A consolidação da legislação somada à orientação de líderes experientes e à disseminação da doutrina cooperativista auxiliou a transformar o movimento cooperativo argentino em um dos mais avançados da América Latina. Destaca-se o avanço das cooperativas agrícolas que se desenvolveram “[...] sob a forma de cooperativas de produção agropecuária, de produção industrial ligada à agricultura, de seguros agrícolas, mistas, etc.” (PINHO, 1966a, p. 74).

No período de 1984 a 1989, verificou-se uma mudança significativa na dinâmica cooperativa, porque o governo viu no movimento cooperativista argentino uma alternativa organizacional eficaz e de enfrentamento no mercado. Por isso, por intermédio da *Secretaría de Acción Cooperativa*, desenvolveu programas que estimulavam o desenvolvimento das cooperativas existentes e a criação de novas entidades no setor (OBSCHATKO; BASAÑES; MARTINI, 2011); o que, de certa forma, ajudaria a sustentar a reação de uma massa de desempregados pós-crise de 2002.

A Argentina vivenciou, desde o princípio de um momento histórico conduzido pela Ditadura Militar (1976-1983), até o ano de 2001, profundas transformações nas condições materiais e subjetivas das famílias pertencentes às distintas classes sociais. Essas mudanças acentuadas originaram-se do novo modelo de acumulação de capital sustentado pela valorização financeira imposta pelo Estado (representado tanto pela ditadura militar até 1983, quanto pelos governos democráticos até 2001) que impôs graves dificuldades à população das classes menos favorecidas e culminou, em 2002, em uma gravíssima crise econômica, social, do sistema político e das representações institucionais argentinas (BASUALDO, 2011).

Essa crise deflagrou um processo de empobrecimento da população e levou muitos trabalhadores desempregados, visando à manutenção dos empregos, a desenvolverem cooperativas de trabalho para, dessa forma, garantirem a continuidade de aproximadamente 180 antigas empresas (OBSCHATKO; BASAÑES; MARTINI, 2011).

A partir do ano de 2003, o governo argentino adotou novas políticas de estímulo ao associativismo e às cooperativas do setor rural como suporte para o desenvolvimento de agricultores familiares que estavam em situação de exclusão social. Essas políticas, de modo geral, provocaram uma notável formação de diversos tipos de associações que visavam receber, basicamente, capacitação, assistência técnica e financiamento. Concomitante a essas ações governamentais, estabeleceu-se, em dezembro de 2005, o *Foro Nacional de Agricultura Familiar – FoNAF* que estimulou a incorporação de grande número de associações de todo o país. No entanto, apesar desses esforços integrados, constatou-se que houve uma reduzida constituição/criação de cooperativas ou associações formais em relação às informais que buscavam adesão ao Foro (OBSCHATKO; BASAÑES; MARTINI, 2011).

Evidencia-se que há semelhanças nos processos históricos do cooperativismo argentino e brasileiro; porém uma diferença marcante ressalta-se: é que no Brasil, o Estado desenvolveu uma condução rigorosa na formação das cooperativas, enquanto que, na Argentina, a sociedade integrada estabeleceu estruturas de concretização de associações e cooperativas em prol da necessidade coletiva.

Tal conclusão, além de comprovar-se nesta apresentação da evolução histórica do cooperativismo nestes países, é validada pela afirmação de Devoto e Boris (2004, p. 27):

Enquanto no Brasil o primeiro que salta aos olhos é o Estado, na Argentina é a sociedade. Neste país, a despeito de todos os seus recentes fracassos, construiu-se ao longo do processo histórico uma sociedade mais integrada (mais estruturada se preferir) do que a brasileira, com uma forte presença de mecanismos sociais autônomos em relação ao Estado.

Contudo, se por um lado, a participação do Estado diferencia-se, na dimensão histórica que envolve o cooperativismo no Brasil e na Argentina, por outro, verificam-se parâmetros comuns (definições e princípios rochdaleanos) na base de formação das cooperativas.

Outrossim, em ambos os países, revelam-se evidências de que as associações e cooperativas são formas de articulação importantes que viabilizam a afirmação de sentimentos contra-hegemônicos por parte de grupos sociais que se encontram no circuito inferior, em situação de exclusão nessas sociedades de classes.

#### **2.4 A agricultura familiar e sua participação na produção de alimentos**

Ao abordar a agricultura familiar, inicia-se citando o estudo de Abramovay (1998a) que desenvolveu questões e criou indagações que discutiam as formas e os tipos de produção a partir do estabelecimento de uma escala de produção e do tamanho da propriedade. De posse dessas características, as quais julgava serem elementares, os agricultores eram definidos como grandes ou pequenos produtores.

Essa discussão e questionamentos entraram nos estudos de Veiga (1991, p. 188) que criou e passou a utilizar uma nova maneira de descrever e compreender o meio rural brasileiro por meio de um “critério histórico”. O autor demonstrou que, ao longo do tempo, no meio rural havia “uma constante oposição e coexistência entre formas ‘familiar’ e ‘patronal’ de produção”.

Para Veiga (2000, p. 21), “[...] se a relação dialética entre eficiência alocativa e eficiência distributiva – que está no âmago da eficiência econômica – estiver presente no raciocínio, a agricultura familiar brasileira mostra-se superior à patronal”. E, nesse sentido, o autor exemplifica dizendo: “Basta comparar o dinamismo do Vale do Itajaí à tristeza do extremo sul gaúcho para se dar conta.” (VEIGA, 2000, p. 21).

É a partir dessa definição que se admite, nesta tese, que a agricultura familiar tem a estrutura e a forma de produção e de organização propícias para gerar desenvolvimento, porque ela cria, ao longo da história, meios de articulação associativos e desenvolve uma estruturação adequada às mudanças que acontecem no mercado, assim como faz os ajustes necessários para reagir às alterações na economia.

Apesar de parecer contraditório, esses são motivos resultantes do desenvolvimento capitalista, pois os agricultores familiares precisam, constantemente, reinventar-se como categoria social e desenvolver sentimentos e ações contra-hegemônicas. Tal argumentação é validada pelo comparativo entre a agricultura patronal e a agricultura familiar apresentado por

Veiga (1992) em que destaca a equivalência de ambas em termos de eficiência técnica e enfatiza o fato de que com o desenvolvimento capitalista houve um fortalecimento da forma familiar de produção na agricultura, ao invés de seu extermínio.

Salienta-se que essas duas formas de produção, patronal e familiar, estão passando por uma constante redefinição que, na percepção de Oliveira (2007, p. 21), ocorre porque “a agricultura desenvolveu-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista [...]; de outro, a agricultura baseada na articulação com formas de produção não-capitalista”.

Inserido nas correntes de pensamento que se relacionam ao estudo da agricultura e do modo capitalista de produção, Oliveira (2007, p. 8) explica que “[...] todos procuram de uma forma ou de outra, entender o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua etapa monopolista.”

Nessa etapa, são criadas correlações com os complexos industriais e sua integração com a agropecuária. Isso tem gerado um processo continuado de industrialização no campo que, de acordo com Oliveira (2007, p. 8) “[...] traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo.”

Oliveira (2007) chama a atenção para o ano de 1984, em que acontece o fenômeno do movimento grevista dos boias-frias de Guariba, em São Paulo; e que isso foi resultado das mudanças nas relações de produção na agricultura, relacionadas ao fracionamento do processo produtivo por causa da necessidade tecnológica da indústria.

Essas transformações, tanto para o campo como para a cidade, são analisadas por inúmeras correntes de pensamento. Em todas elas, há uma unanimidade quanto a estar ocorrendo um processo de

[...] generalização progressiva por todos os ramos e setores de produção, e do assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção. No entanto, existem discordâncias quanto à interpretação do processo. Para uns, ele leva inevitavelmente à homogeneização: a formação de um operariado único num pólo, e de uma classe burguesa no outro. Para outros, esse processo é contraditório, portanto heterogêneo, o que leva a criar obviamente, no processo de expansão do assalariamento no campo, o trabalho familiar. (OLIVEIRA, 2007, p. 8).

O autor destaca duas vertentes de interpretação para o processo de generalização das relações de produção capitalista relacionado à produção agropecuária: uma delas seria a de que ocorreria a destruição do campesinato ou pequeno produtor de subsistência, uma vez que ele ficaria sujeito às crises decorrentes de altas taxas de juros e baixos preços dos produtos; a

outra vertente defende que, em função do processo de modernização do latifúndio, ocorreria a sua conseqüente evolução, tornando-se empresa rural capitalista.

Oliveira (2007) acrescenta que há uma terceira linha de pensamento que busca entender a permanência e o aumento do campesinato na agricultura. Os estudiosos que compõem essa terceira vertente entendem que “[...] o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção” e que o campesinato “[...] deve ser entendido como classe social que ele é”. (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Reforça-se a ideia de que a agricultura familiar tem uma estrutura diferente da empresa agrícola capitalista, pois as unidades de produção familiar, conforme Lima et al. (2005, p. 40), possuem algumas particularidades distintas:

São unidades de produção essencialmente distintas da empresa capitalista típica. Pois, a partir de uma base material e social específica e da forma como se inserem no meio físico e socioeconômico, buscam reproduzir-se social e economicamente, organizando e realizando a produção basicamente através da força de trabalho familiar.

Essa dinâmica organizativa possibilita que a agricultura familiar seja entendida como uma categoria, composta por três elementos que possibilitam a reprodução social: meios de reprodução, terra e trabalho.

Tais elementos são, para os agricultores, razão de conexão entre os indivíduos e redes, que possibilitam uma cooperação, de modo que o capital social conduza a estrutura democrática e participativa, possibilitando a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de práticas úteis para a coletividade.

A partir dessa ideia, entende-se, nesta tese, por *agricultura familiar* quando a família possui a propriedade sobre os meios de produção e, conjuntamente, desenvolve o trabalho de produção no processo produtivo do estabelecimento rural, porque a estrutura de produção que envolve a família, o trabalho e a produção e tem efeitos diretos na maneira como atua econômica e socialmente, ao longo do tempo, gera mudanças regionais.

Esse entendimento é corroborado pela argumentação de Wanderley (1999, p. 25):

[...] agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é mero destaque superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

Destaca-se, então, a crescente importância da agricultura familiar, a começar pelos dados do Censo Agropecuário 2006, do IBGE, que evidencia que a agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção de alimentos consumidos no Brasil e que 84% dos estabelecimentos que estão em atividade no meio rural são de agricultores familiares. Ainda, de acordo com os dados do Censo, a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de alimentos no Brasil e apresenta um desempenho econômico que chega a 10% do PIB nacional. Ademais, é responsável por mais de 75% da mão de obra empregada no campo.

O reconhecimento da importância da agricultura familiar, principalmente para o consumo alimentício interno do Brasil, vai além dos dados apresentados pelo Censo. Valida essa afirmação a abordagem de Schneider (2003, p. 29):

Que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações nas quais o trabalho da família assume uma importância decisiva. Essa descoberta foi fundamental não apenas por ter difundido entre os estudiosos brasileiros a noção de agricultura familiar, mas sobretudo, por ter operado um deslocamento teórico e analítico decisivo na sociologia dos estudos rurais e agrários, cujas preocupações, até então, giravam em torno da discussão do caráter capitalista, tradicional ou moderno, das relações sociais predominantes na agricultura.

Abramovay (1995, p. 22) também destaca a relevância e a representatividade da agricultura familiar do sul do país, em virtude de estar inserida em um contexto de “[...] política agrícola, MERCOSUL [Mercado Comum do Sul], situação de cada produto, cadeias agroalimentares, cooperativas de crédito (como tudo que isso representa em termos de relações com o Banco Central) e assim por diante.”

Além da destacada relevância e da obtenção de representatividade, esses agricultores vêm sendo reconhecidos como agentes de um processo de desenvolvimento rural.

As elites brasileiras começam a identificar os agricultores familiares como um grupo social distinto e, sobretudo, a reconhecê-lo como um dos agentes coletivos do processo de desenvolvimento rural. Por isso, talvez não seja exagerado otimismo esperar que esse grupo social também venha a ser visto como o segmento importante da estratégia de desenvolvimento que o Brasil necessita, isto é, um dos protagonistas do lado rural da agenda de desenvolvimento que está emergindo com a renovação do debate público posterior à estabilização da economia. (VEIGA, 2000, p. 1).

A agricultura familiar, no Brasil, tem se reestruturado, passado por inúmeras transformações/mudanças advindas da realidade do mundo globalizado e em função do surgimento de novas tecnologias. Schneider (2006, p. 1) destaca que, em meio a essas transformações, a agricultura familiar tem ganhado importância:

Atualmente, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupem da agricultura e do mundo rural.

Essa atenção dispensada à agricultura familiar e à compreensão das interações e dos processos organizativos ocorreu no Brasil, tardiamente “[...] se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos, a expressão ‘agricultura familiar’ emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990.” (SCHNEIDER, 2006, p. 1).

Cabe destacar que as transformações foram impulsionadas por dois fatos importantes: no universo político, surgiu a expressão “agricultura familiar” como uma nova categoria-síntese e, no campo das políticas públicas, o Estado criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

Referente ao primeiro estágio da agricultura, Schneider (2006, p. 1) explica que:

[...] no campo político, a adoção da expressão ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicato rural ligado à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Em meados dos anos 1990, assistiu-se uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram inclusive formas de manifestação política que perduram até hoje, como é o caso dos eventos anuais em torno do ‘Grito da Terra’.

Por conseguinte, muitos foram os desafios enfrentados pelo sindicalismo rural, tais como: “[...] impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação [...]” (SCHNEIDER, 2006, p. 1).

Além disso, Schneider (2006, p. 1) ressalta que a agricultura familiar abarcou um conjunto de categorias sociais: “[...] assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, trabalhadores rurais.”

Com relação ao segundo estágio da agricultura – o do campo das políticas públicas – Schneider (2006, p. 1) cita que:

De outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio ao institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade.

Nessa conjuntura, a agricultura familiar no Brasil passou a ser beneficiada com iniciativas que a fortaleceram. Exemplo disso foi a criação do PRONAF, contribuindo para o reconhecimento dos agricultores familiares como uma categoria social e, também, como agentes coletivos do processo de desenvolvimento rural.

Nesse sentido, a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, estabeleceu os requisitos que os agricultores precisam atender para que tenham o direito de participar de programas de apoio à agricultura familiar.

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:  
 I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;  
 II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;  
 III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;  
 IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a família.  
 (Art. 3º, da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006)

Cabe explicar que o termo “módulo fiscal” (constante no inciso I, do Art. 3º, da Lei 11.326) corresponde a uma área mínima e necessária para que uma propriedade seja considerada economicamente viável, conforme descrito na Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979.

Enquadram-se, também, como agricultores familiares, de acordo com o § 2º, do Art. 3º, da Lei 11.326, os

I – silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;  
 II – aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocuparem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando se efetivar em tanques-rede;  
 III – extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;  
 IV – pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente;  
 V – povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III, e IV do caput do art. 3º;  
 VI – integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

Considera-se relevante essa legislação, porque estabelece critérios claros pelos quais os agricultores familiares podem ser identificados a fim de que possam ter direito a participar de programas de apoio e de subsídios. Mas, o reconhecimento legal, em relação à agricultura familiar, como categoria, já vem sendo efetivado desde 1996 com a criação do PRONAF.

Assim, cabe destacar que, tanto para o Brasil quanto para a Argentina, não é especificamente o tamanho do estabelecimento que caracteriza a agricultura familiar, mas a maneira como se desenvolve o processo de produção, ou seja, basicamente, como proprietária dos meios de produção, empregando mão de obra familiar e gerenciando sua propriedade.

Abramovay (1998b, p. 3) a respeito das definições dos mais diversos autores sobre a agricultura familiar destaca que: “O importante é que esses três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas.”

Nessa linha de pensamento, para caracterizar a agricultura familiar na Argentina, em 2006, por meio de um documento resultante de um encontro em *Mendoza* dos agricultores no *FoNAF* manifestaram os argumentos de luta por novas políticas públicas. Em 2008, com o novo *FoNAF* os agricultores familiares tiveram sua relevância reconhecida e a iniciação de um processo de fortalecimento foi impulsionada nesse Foro (FONAF, 2014).

Entretanto, somente em 2014 é que foi criado um projeto de lei (Anexo A), que está transitando no Congresso Nacional, cujo foco principal de desenvolvimento está explícito no seu título *Ley de “Reparación histórica de la agricultura familiar para la construcción de una nueva ruralidad en la Argentina”* (ForoUNAF, 2014).

Evidencia-se, portanto, que há uma crescente importância da agricultura familiar no cenário agropecuário argentino. Também validam essa constatação os dados do Censo Nacional Agropecuário de 2002, do *INDEC*, que mostram que 66% das unidades produtivas na Argentina e 53% do emprego total da mão de obra no campo correspondem à agricultura familiar.

Esse panorama identificado por esses marcos históricos e pelos números oriundos da atual realidade dos agricultores familiares conduz a argumentação de que existe uma dimensão organizativa desses agricultores, tanto no Brasil quanto na Argentina, em prol de seu reconhecimento como categoria social, de sua reprodução social e da capacidade de fortalecimento como classe social para obtenção de novas conquistas no meio rural e, dessa forma, objetivando o desenvolvimento territorial.

Por conta disso, ressalta-se que a compreensão de ruralidade e de desenvolvimento territorial são peças-chave para a análise desse contexto histórico e ela envolve o entendimento do conceito de respeito ao território:

[...] o território é a arena da oposição entre o mercado - que singulariza - com as técnicas da produção, a organização da produção, a “geografia da produção”, e a sociedade civil - que generaliza - e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de Mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações. (SANTOS, 1996, p. 207).

Apresentado o conceito de território, defende-se que ele funciona como suporte de redes que constituem uma forma de tecido social em que os atores sociais se articulam para permanecer no espaço territorial, reorganizando os processos, conforme as novas realidades rurais e, por isso, sustenta-se a ideia de que as horizontalidades envolvem ações que abrangem interesses dos agricultores da região onde eles se localizam, enquanto que, nas verticalidades, os atores externos e estranhos à região direcionam a dinâmica do sistema de produção.

De acordo com os estudos desenvolvidos por Karnopp (2014, p. 151) a respeito da agricultura familiar, a partir de uma análise comparativa sobre horizontalidades e verticalidades

[...] é possível, também, avançar nos esquemas de análise das lógicas na relação produtiva, assim como dos principais processos presentes na base de todas as desigualdades socioespaciais hoje existentes. Isto permite progredir, também, na busca de soluções com vistas à outra globalização.

Ao apresentar essa possibilidade para pesquisas futuras, Karnopp (2014), também, indica que novas soluções são necessárias diante da globalização, de modo que todas as pessoas participem de maneira colaborativa e sistemática, desencadeando o que Santos (2011) vislumbra: um processo de globalização mais humanizado.

Portanto, entende-se que essa integração e participação colaborativa de elementos, pessoas e instituições, em rede, são o ponto de partida para a análise a ser desenvolvida nesta tese, porque busca-se avaliar as constantes transformações que criam e recriam novos processos organizativos, e as contribuições desses para a organização e reprodução social dos agricultores familiares.

## **2.5 Agroecologia**

Essa abordagem remete à essência da agroecologia, cuja prática é estabelecida a partir dos saberes dos indivíduos e das suas ações que, por meio delas e das observações, desenvolvem novos sistemas de produção, aumentam a sua capacidade de ação e a sua atuação econômica e social.

As formas organizativas assumidas pela agroecologia possuem um caráter distinto das formas do modo de produção capitalista. Essa afirmação é reforçada pelo entendimento aprofundado do conceito proposto por Caporal e Costabeber (2004, p. 6-7), em que agroecologia se caracteriza como “uma ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável”.

Além disso, a agroecologia é tratada “[...] como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencional para estilos de desenvolvimento rural de agriculturas sustentáveis.” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 11).

Considerando o contexto das diversas interpretações a respeito do conceito, os autores esclarecem que, ao aplicar o conceito de agroecologia, é comum ocorrerem interpretações equivocadas a esse respeito.

Nesse sentido, são comuns as interpretações que vinculam a Agroecologia com “uma vida mais saudável”; uma produção agrícola dentro da lógica em que a natureza mostra o caminho; “uma agricultura socialmente justa”; “o ato de trabalhar dentro do meio ambiente, preservando-o”; “o equilíbrio entre nutrientes, solo, planta, água e animais”; “o continuar tirando alimentos da terra sem esgotar os recursos naturais”; “um novo equilíbrio nas relações do homem com a natureza”; “uma agricultura sem destruição do meio ambiente”; “uma agricultura que não exclui ninguém, entre outras. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 6, grifos dos autores).

Já o conceito de agroecologia, segundo Guzmán (1997), é o resultado de diversos estudos e a síntese do referencial teórico desenvolvido por Altieri (1989). A sintetização das definições que origina tal conceito está fortemente ligada à ideia de desenvolvimento rural sustentável que permite a evolução social e ecológica.

Nesse sentido, a agroecologia leva em conta uma estratégia de desenvolvimento que valoriza o potencial endógeno, articulando o conhecimento científico e o do agricultor familiar, permitindo a implantação da agricultura alternativa.

[...] a estratégia agroecológica poderia ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alterado da evolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismo de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia, desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa potenciadores da biodiversidade ecológica e sociocultural. (GUZMÁN, 1997, p. 29).

Para Altieri (1989), o principal objetivo da agroecologia é proporcionar bases científicas, fundamentadas no conceito de agroecossistema como uma unidade de análise, a fim de apoiar o processo de transição da agricultura convencional para os sistemas de agricultura sustentável.

Nos estudos de Caporal e Costabeber (2002), evidencia-se a amplitude do conceito de Desenvolvimento Rural Sustentável, cuja abrangência envolve a existência de condições

apropriadas para ganhos sociais, econômicos, ambientais, políticos, culturais e, em especial, para atuar na preservação e na conservação dos recursos naturais com consciência ética.

A agroecologia possui como base uma abordagem sistêmica, com a integração das dimensões social, ecológica, econômica, cultural, política e ética (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Considera-se que todas essas dimensões são importantes para o desenvolvimento desta pesquisa e, por isso passam a ser elencadas como elementos integrantes das categorias de análise a serem utilizadas na tese para avaliar aspectos agroecológicos e entender a (re)construção dos processos organizativos, passíveis de intervenções e de interpretações no contexto de desenvolvimento da agricultura familiar.

Com isso, cabe destacar que os processos organizativos de agricultores familiares assumem uma dimensão de atendimento de necessidades que, individualmente, seria inviável. Esses processos induzem à interação social, procurando atingir objetivos comuns a todos, por meio de formas de organização de ação coletiva, com viés agroecológico e uma configuração de redes e movimentação de organizações, promovendo vínculos dinâmicos no território.

A agricultura orgânica, como uma prática agrícola, passa a ser amplamente adotada, haja vista que, por meio dessa prática, acontece uma construção social que leva ao estabelecimento de limites teóricos relacionados à agroecologia. Esses limites estabelecem em que medida estará sendo respeitado o uso de certos tipos de insumos.

Portanto, enfatiza-se que a agroecologia é uma ciência que surgiu em função da busca de bases teóricas para os sistemas orgânicos de produção.

Nos últimos anos, Caporal e Costabeber (2004, p. 9) propõem que

[...] a agricultura orgânica, entre outras denominações existentes, conceitual e empiricamente, em geral, são o resultado da aplicação de técnicas e métodos diferenciados dos pacotes convencionais, normalmente estabelecidas de acordo e em função de regulamentos e regras que orientam a produção e impõem limites ao uso de certos tipos de insumos e a liberdade para o uso de outros.

Conforme Trivellato e Freitas (2003, p. 12-13), os requisitos básicos da agricultura orgânica no Brasil são:

- matéria orgânica responsável pela melhoria da fertilidade e vida do solo;
- substâncias húmicas são indispensáveis na nutrição vegetal (estimulam o crescimento das raízes, aumentando sua capacidade de absorção de nutrientes, hormônios de crescimento, antibióticos, vitaminas, aminoácidos e de outros componentes minerais e orgânicos, liberados no solo pela atividade microbiana);
- o solo é considerado um organismo vivo, onde ocorre uma série de processos biológicos e dinâmicos essenciais à saúde das plantas;
- associação entre produção vegetal e produção animal;
- compostagem em pilhas (processo Indore); e
- integração produtor e consumidor final.

Apesar de conhecer as técnicas e requisitos básicos da agricultura orgânica, a transição agroecológica envolve saberes e uma construção de caráter social e de entendimento dos problemas que estão ligados com o injustificável processo convencional de produção, comercialização e consumo de alimentos.

No contexto da transição do sistema de produção convencional para a produção agroecológica, o capital social induz a práticas úteis um conjunto de agentes e evidencia a amplitude da teia de relações que esse conjunto de agentes movimenta. Para Soto (2008, p. 393), há um certo consenso na definição de capital social como sendo: “[...] a capacidade que tem uma comunidade de constituir redes de cooperação social baseadas na confiança interpessoal, com o objetivo central de produzir bens coletivos que signifiquem prosperidade econômica e desenvolvimento sustentado.”

De outro modo, Bourdieu (2001, p. 67) entende que capital social seja

O conjunto de recursos reais ou potenciais que estão ligados a posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como um conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis.

Em Putnam (1996, p. 177), encontra-se o seguinte esclarecimento a respeito de capital social: “[...] características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.”

Na visão Putnam (1996), o capital social é articulado por meio da confiança. Do mesmo modo, Nahapiet e Ghoshal (1998) entendem que a confiança é a força geradora de capital social que possibilita a intervenção e a criação de redes e associações, com base na cooperação entre os agentes envolvidos em uma comunidade, viabilizando, assim, uma estrutura democrática, assim como, a partir da participação dos indivíduos em associações, se desencadeia um efeito de criador de novo capital social.

É com essa construção democrática, que envolve uma estrutura de cooperação em que as famílias são proprietárias da força de trabalho e dos meios de produção, que se caracteriza a lógica de produção familiar. Para Veiga (1995), é na estrutura de produção da agricultura familiar que se pode constituir a forma mais apropriada para o desenvolvimento da agroecologia.

Veiga (1995) entende que a agricultura familiar pode fazer algo pelas gerações futuras, por meio de uma nova forma de produção de alimentos. A agricultura familiar passa a ter grande valorização, uma vez que tem desenvolvido uma capacidade de organização social, com princípios agroecológicos e envolvimento comunitário, com forte participação na sociedade.

Sendo assim, no que tange ao processo de transição agroecológica relacionada à agricultura familiar, os fatos não podem ser considerados fora do contexto social, nem podem ser desconsideradas as instituições que contribuem para a constituição desse capital social.

Um exemplo de organizações que, sem fins lucrativos, abriram novos caminhos para promover a participação social e a mudança são as ONGs. Segundo Altieri e Masera (1997), essas organizações desafiaram a noção de desenvolvimento social, ou seja, a noção de que esse desenvolvimento só poderia ser promovido pelas iniciativas do Estado (de cima para baixo) e articularam o potencial endógeno (de baixo para cima) das comunidades.

Elas também representam um arranjo institucional que enriquece a sociedade civil, abrindo novos espaços de participação social. Essas organizações não estão livres de obstáculos e limitações. Elas são muito diversas em termos de objetivos, dimensão, estrutura interna e especialização técnica social. (ALTIERI; MASERA, 1997, p. 74).

Essas organizações, muitas vezes, dinamizam determinados processos de transição e no caso dos processos de transição presentes no contexto de produção de alimentos da agricultura familiar, o trabalho das ONGs tende a promover o desencadeamento de um novo paradigma, o de fertilizar ações sociais. Isso valoriza o conhecimento da coletividade e, por meio de um conjunto de processos alternativos, se opõe à lógica do capitalismo.

Entretanto, apesar da existência de uma legislação que estabelece definições sobre agricultura orgânica e do esforço de ONGs em dar apoio aos agricultores para optarem pelo desenvolvimento sustentável, a agricultura convencional possui um papel mais significativo no contexto mundial, embora os países europeus já estejam difundindo o sistema de produção orgânico.

No exemplo da agricultura europeia e também com ênfase nas tendências mundiais percebe-se que a agricultura convencional ainda mantém o papel mais importante, mesmo que o sistema de produção orgânico tenha sido cada vez mais implantado nos últimos anos. Na Europa a paisagem cultural atualmente difundida baseia-se no princípio ecológico, ou seja, numa diversidade biológica e numa paisagem natural típica necessárias para conservar a diversidade biológica. Atualmente na Alemanha uma redescoberta de produtos regionais está acontecendo, tendo em vista oferecer novos impulsos à agricultura e permitindo com que as pessoas se identifiquem fortemente com sua própria região. Por último, mas não menos importante, os escândalos de alimentos geneticamente alterados levaram os consumidores a confiarem em produtos regionais. (KARNOPP, 2005, p. 240-241).

Destaca-se que, quanto ao cenário atual e futuro, Karnopp (2005) argumenta que a agricultura orgânica está fortemente ligada ao mercado, às ações dos produtores e suas estratégias de marketing, bem como à demanda de possíveis novos consumidores desses alimentos.

A continuidade do desenvolvimento de uma agricultura orgânica, portanto, será determinada pela demanda dos consumidores, bem como pela política de marketing dos produtores. Em relação a uma demanda ampliada as estimativas variam altamente. De acordo com cada produto desenvolvimentos diferentes são esperados. No entanto, não se pode negar a possibilidade de que devido a um acréscimo da demanda pelos consumidores, também as grandes propriedades poderão futuramente fazer uso deste método de produção orgânico e desta forma criar problemas de ajustes econômicos para agricultores familiares. (KARNOPP, 2005, p. 241).

Karnopp (2005) alerta para a questão de que o processo de transição da agricultura convencional para a agricultura orgânica se tornará efetivo se estiver ancorado na cidadania e na democracia, com a ampla participação das pessoas nos processos de decisões e com respeito ao conhecimento existente na comunidade. Esse processo depende ainda de condições econômicas e interesses políticos para possibilitar o desenvolvimento sustentável.

O método de cultivo convencional sobrecarrega o meio ambiente e usa em demasia os recursos naturais. Assim, o método de cultivo orgânico está mais próximo do modelo de produção duradoura de alimentos. Se tal mudança fosse politicamente necessária, os agricultores necessitariam ser amplamente subsidiados neste processo. (KARNOPP, 2005, p. 241).

Por certo, é por meio desse processo de transição que se pode avançar no contexto econômico, social, político e ambiental, e é com a efetiva participação da agricultura familiar que se pode ocupar um espaço ainda mais relevante na produção de alimentos orgânicos.

Contudo, cabe destacar que, além disso, os agricultores familiares enfrentam alguns obstáculos relacionados ao escoamento da produção, como precariedade de transportes e de estradas, dificultando o processo de comercialização. Por isso, as associações e as cooperativas são agentes econômicos que dão suporte aos agricultores no processo de comercialização.

Na comercialização, os agentes econômicos realizam trocas de bens e serviços e na relação desses agentes econômicos tais trocas acontecem conforme os fluxos de renda e de bens e serviços (PINHO, 1977).

Nesse contexto, as cooperativas se articulam com os demais agentes econômicos (Estado, famílias, empresas, instituições que intervêm num circuito econômico) e, de acordo com Pinho (1977), fazem com que os produtos dos agricultores (unidades domésticas ou unidades familiares) fluam até o mercado.

O mercado é formado por consumidores que buscam um determinado produto ou serviço a fim de atender suas necessidades de consumo.

[...] necessidades descrevem exigências humanas básicas. As pessoas precisam de recreação, educação e entretenimento. Essas necessidades se tornam desejos quando são dirigidas a objetos específicos capazes de satisfazê-las. Desejos são moldados pela sociedade em que se vive. (KOTLER, 2000 p. 33).

Cada subconjunto desse mercado atende a um grupo específico de consumidores, com características específicas e demandas próprias. Esses subconjuntos são chamados nichos de mercado, ou seja, um determinado produto pode ser definido por um determinado segmento de mercado.

Mundialmente, tem ocorrido uma modificação nos hábitos de consumo de alimentos, o que contribui para a identificação mais clara de um novo nicho de mercado.

O nicho de mercado de consumidores de alimentos orgânicos é um nicho com características específicas. A partir da identificação do perfil e das características do segmento de mercado, é possível definir o público alvo a ser atendido.

Assim, o consumidor que procura um determinado produto diferenciado precisa de uma forma de tratamento especializado. Para realizar a comercialização do produto para esse tipo de consumidor, conhecer esse nicho de mercado é fundamental.

No caso do sistema de comercialização dos alimentos orgânicos, mostra-se como constituinte do nicho aquele consumidor específico, que está disposto a pagar um valor mais alto do que o alimento convencional, com garantia de qualidade especificada por um processo de certificação.

A garantia de qualidade do produto está relacionada à certificação. Porém, há uma significativa variação entre as normas utilizadas por um ou por outro país, assim como há diferenças em relação aos procedimentos utilizados pelos órgãos certificadores dos diversos países. Por se tratar de um estudo comparativo cujo foco não é a certificação, destacam-se, a seguir, as principais normas relativas à produção orgânica existentes no Brasil e na Argentina.

Do Brasil, as normas dedicadas à produção de orgânicos começaram a ser elaboradas no ano de 1999. No entanto, o projeto de lei 659-A, que foi o “embrião” da normatização da produção desses produtos no país, tramitou por mais de quadro no Congresso Nacional brasileiro até se transformar em lei, em 2003.

Os conceitos de agricultura orgânica e de produto orgânico que servirão de referência para a pesquisa estão definidos na legislação brasileira. De acordo com o Art. 2º, da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, está estabelecido que: “Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele **in natura** ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local.” (grifo no original).

Quanto ao controle de qualidade, há duas modalidades para esses produtos: a Certificação por Auditoria ou por meio do Sistema Participativo de Garantia. Contudo, cabe destacar que, no Brasil, os agricultores familiares são os únicos autorizados a realizar vendas

diretas ao consumidor sem certificação, desde que integrem alguma organização de controle social cadastrada nos órgãos fiscalizadores (MAPA, 2009). Há uma tendência de crescimento da demanda de produtos orgânicos. Isso evidencia a necessidade de concentrar esforços para aprimorar a cadeia produtiva desse tipo de produto.

Por isso, a análise busca apontar, em cada fase da cadeia produtiva de orgânicos um comparativo a respeito do Brasil e da Argentina, enfatizando as peculiaridades e alguns fatores que podem ser trabalhados para que aconteça o fortalecimento e a criação de novas estratégias de agregar valor aos produtos da agricultura familiar.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de identificar os gargalos referentes à distribuição dos produtos a fim de minimizá-los e de evidenciar a qualidade dos produtos para melhorar o processo de comercialização.

Na Argentina, a primeira resolução (legislação, norma) visando regulamentar a produção dos alimentos orgânicos foi criada no ano de 1992: a *Resolución SAGyP* nº 423, de 3 de junho de 1992 (OLIVEIRA STRINGHETA, 2003). Em síntese, as normas argentinas (Quadro 7) para produção orgânica foram elaboradas no início da década de 1990 e não avançaram em alguns aspectos, principalmente, no que se refere à certificação, assunto que se abordará no Capítulo 4, desta tese.

**Quadro 7 – Legislação argentina sobre produtos orgânicos**

Origem dos produtos orgânicos	Legislação
De origem vegetal	- Resolución Sagyp 423/92; - Resolución Sagyp 424/92; - Resolución Iascav 82/92; - Resolución Sagyp 354/93; - Resolución Iascav 116/94; - Resolución Iascav 331/94; - Resolución Iascav 188/95.
De origem animal	- Resolución Senasa 1286/93; - Resolución Senasa 1505/93; - Resolución Senasa 68/94.
De origem vegetal e animal	- Resolución Sagyp 270/00.

Fonte: quadro elaborado pela autora

E, ainda, há a *Ley* 25.127, de 8 de setembro de 1999 (trata da produção ecológica, biológica ou orgânica) e os *Decretos Reglamentarios* nº 97/01 e 206/01 equivalentes ao regulamento da Comunidade Econômica Europeia – CEE nº 2092/91 (trata do modo de produção biológico de produtos agrícolas e da sua indicação nos produtos agrícolas e nos gêneros alimentícios) e suas modificações.

Quanto aos organismos atuantes na área de orgânicos, destacam-se dois: o *MAPO*, criado em 1995, é a organização mais antiga de agricultores orgânicos, na Argentina, e a *Cámara Argentina de Productores Orgánicos Certificados – CAPOC* criada em 1998 (FAO, 2014).

Quanto ao controle de qualidade, as primeiras certificadoras para esses produtos são: a ARGENCERT e a *Organización Internacional Agropecuaria – OIA* que desenvolvem a *Certificación Garantizada*.

Acrescenta-se ainda que, tanto no Brasil quanto na Argentina, além do controle de qualidade, que oportuniza a construção de um processo de confiança com o consumidor, a identificação e o estudo da estrutura de mercado, quanto ao seu desempenho e ao seu funcionamento, possibilitam à agricultura familiar uma maneira racional de inserção em novos mercados, uma vez que a dinâmica desigual no mercado capitalista condiciona a ação e atuação desses agricultores. Nas palavras de Oliveira (2007), fica evidenciado que é de forma desigual e contraditória que acontece o desenvolvimento do capitalismo, o que reforça a necessidade de atuar racionalmente no mercado.

Fornazier e Waquil (2013, p. 66) confirmam que os agricultores familiares “[...] podem ter dificuldade de inserir-se nos mercados, pois pela quantidade produzida, podem ter dificuldades de acessar serviços de assistência técnica, crédito, bem como o pagamento de auditorias para acompanhar os processos de certificação e rastreabilidade.”

Esses autores afirmam que, para organizar a agricultura familiar de forma que essa possa atender à demanda do mercado, as formas organizativas como cooperativas e associações passam a ser de grande importância e passaram a reemergir com a liberação dos mercados agrícolas no país.

Entre as vantagens destacadas pelos autores quanto à participação da agricultura familiar nessas organizações estão: a melhoria nos processos de negociações com as grandes redes, os padrões de produtos e sistemas de produção e a diminuição dos custos de transação, “[...] uma vez que produtores atomizados necessitam de maiores relações e, portanto, mais transações, assim, diminuem-se os custos de operações na entrada e saída nos mercados” (FORNAZIER; WAQUIL, 2013, p. 67).

Contudo, para atuar no mercado, os agricultores enfrentam uma estrutura de comercialização relacionada ao capital hegemônico (exemplo: supermercados) que tende a fazer pressão para distanciar esses agricultores do processo da produção e da comercialização dos alimentos orgânicos. Por outro lado, essas pressões tendem a funcionar como motor para as organizações alternativas (associações, cooperativas) e atores regionais que passam a desenvolver uma estrutura para comercialização da produção dos agricultores familiares

alternativa. Em outras palavras, o destino da produção desses agricultores demanda alternativas estratégicas para serem comercializadas.

Fornazier e Waquil (2013, p. 72) explicam que é, por meio de cooperativas que o agricultor familiar pode obter uma redução dos custos de transação, entre outras vantagens como: “também permite um maior poder de negociação entre as partes, pois se faz um contrato direto com a cooperativa, o que diminui as transações e permite um contrato de maior valor”.

Dessa forma, inserida no contexto de uma estrutura capitalista desigual de mercado, a comercialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar passa a ser realizada, por meio de formas organizativas de ação coletiva, principalmente as cooperativas, conforme descrevem Fornazier e Waquil (2013, p. 72):

O sistema cooperativo também é visto como vantajoso para a inserção em novos mercados, pois, além das contribuições de economia de escala, também há possibilidade de uma marca única ou o marketing de um produto com determinadas características, o que permite uma maior difusão desse produto e da marca da organização.

Portanto, com base nas percepções apresentadas pelos autores e nos conceitos citados a respeito de agricultura familiar, defende-se a ideia de que a agricultura familiar se diferencia da lógica do mercado capitalista porque tende a se articular como proprietária dos meios de produção, de forma solidária e cooperativa, diante das forças existentes no mercado globalizado. O agricultor familiar é visto como o novo agente de mudança, integrado ao mercado, dinamicamente, ocupando a sua condição de produtor organizado, a fim de fornecer produtos com princípios solidários e ecológicos.

A existência de um processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar nas feiras livres evidencia as diferenças de acesso aos bens e serviços, ao consumo. Santos (2004, p. 37) reforça essa afirmação quando argumenta que:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não tem condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços.

O desafio do desenvolvimento rural sustentável possui relação direta com a agricultura familiar e, ao creditar o pensamento de Caporal; Costabeber; Paulus (2009, p. 68), defende-se

a ideia de que o desenvolvimento regional acontece de baixo para cima, com o conhecimento da população local.

No enfoque agroecológico o potencial endógeno constitui um elemento fundamental de ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica, na medida em que auxilia na aprendizagem sobre os fatores socioculturais e agroecossistêmicos que visem alcançar patamares crescentes de sustentabilidade.

Portanto, cabe destacar que o conhecimento das possibilidades de criar desenvolvimento a partir das capacidades regionais pode desencadear um processo de transição à agroecologia, porque, na dimensão regional, o fator endógeno pode ser o impulsor ou o sustentáculo de sistemas agroecológicos como o orgânico e viabilizar o desenvolvimento (rural) sustentável.

## **2.6 Produção orgânica: sistemas de produção, processo de transição e redes de comercialização**

O sistema de produção agrícola se desenvolve em um processo de constante transformação, com uma estrutura dinâmica, com entradas de insumos, transformações e saídas de produto final. E, atualmente, esse processo envolve uma prática de produção que pode ser desenvolvida de duas diferentes maneiras: uma segue a lógica de produção industrial produtivista e capitalista e a outra, a lógica de produção da agricultura familiar.

A lógica da produção industrial capitalista intensificou-se com as influências do processo de globalização no sistema de produção. Em países latino-americanos, por volta de 1950, desenvolveu-se uma ordem econômica e social que conduziu a realidade do campo, com novas formas de utilização dos meios de produção por ocasião da Revolução Verde.

Altieri (2001) argumenta que a Revolução Verde, parte integrante do pacote introduzido pelo modelo de exploração capitalista, pretendia proporcionar um aumento de produtividade, por meio da tecnologia e da utilização de insumos químicos.

A Revolução Verde garantiu um aumento significativo da produção agrícola e esse aumento da produção, desenvolvido num sistema de monocultura, condicionou muitos agricultores ao sistema de produção com uso de tecnologia e elevado teor de agrotóxicos aplicados durante o processo de produção dos alimentos.

Tal sistema deu origem ao modelo de produção agrícola denominado convencional, ao mesmo tempo em que proporcionou o aumento da produtividade e o desenvolvimento econômico, impactou e degradou o meio ambiente e gerou desigualdades sociais; o que evidencia, portanto, um processo contraditório (OLIVEIRA, 2007).

Na estrutura capitalista, fica evidente que, no modelo de produção agrícola convencional, aqueles que são proprietários do capital e dos meios de produção buscam acumular mais capital e aumentar suas riquezas, enquanto que os trabalhadores lutam por condições dignas de trabalho, melhoria da renda e de condições de vida.

Esse modelo de produção gerou crises de ordem social e econômica e, também, de ordem ambiental, já que nesse sistema de produção a força de trabalho representa um mero instrumento em prol da geração de lucro e do capital.

Por ocasião das crises, que se considera pertinente citar a do petróleo no começo dos anos 1970 mencionada por Tavares (2011), surge um movimento que introduz a proposta de um sistema de produção alternativo, no qual a força de trabalho se articula de forma a garantir a sobrevivência, entendendo que a existência de trabalho, que conduz à geração de uma renda e melhoria das condições de vida, representa o principal motivo dessa força de trabalho, e não pelo motivo de geração e reprodução do capital.

O desenvolvimento de um movimento relacionado ao sistema de produção alternativo e à alimentação natural no mundo iniciou na Europa, no fim do século XIX. Nesse mesmo período, despontavam os referenciais teóricos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável.

Na América Latina dos anos 1980, a realidade era de deterioração das condições de saúde dos trabalhadores e degradação ambiental. Segundo Altieri e Masera (1997, p. 72):

Na década de 1980, as economias latino-americanas passaram por uma grande crise econômica de extraordinários custos sociais e ambientais. Foi a chamada 'década perdida'. Apesar de inúmeros projetos de desenvolvimento internacionais, financiados pelo Estado, a miséria, a escassez de alimentos, a desnutrição, a deterioração das condições de saúde e a degradação ambiental ainda são problemas existentes em larga escala.

Tavares (2011) valida essa descrição da situação na década de 1980 ao explicitar que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL descreveu, em 1985, os resultados da crise da dívida na América Latina e os efeitos desse endividamento sobre o meio ambiente e as instituições ambientais.

Salienta-se, portanto, que o modelo neoliberal passou a ser adotado pelos governos dos países latino-americanos, com o objetivo de crescimento alicerçado em exportação.

Apesar do fato de que em alguns países como Argentina, Chile, México o modelo tenha tido um aparente êxito em nível macroeconômico, o desmatamento, a erosão do solo, a poluição industrial, a contaminação por pesticidas e a perda da biodiversidade (incluindo erosão genética) continuam com taxas alarmantes, e que não se refletem nos indicadores econômicos. (ALTIERI; MASERA, 1997, p. 72).

Contudo, foi nos anos 1970 que a estratégia de industrialização foi adotada pelos países latinoamericanos e, por isso a agricultura subordinou-se “[...] ao desenvolvimento industrial através da fixação de preços, das políticas de taxaço e taxas de câmbio supervalorizadas, todas políticas de canalização do excedente agrícola para os investimentos industriais.” (ALTIERI; MASERA, 1997, p. 84).

Essa estratégia adotada, naquele momento histórico, gerou reflexos significativos como o aumento da miséria na agricultura entre 1980 e 1986. Tanto que para combater a miséria do setor rural, muitas ONGs se envolveram na busca de novos modelos de desenvolvimento agrícola voltados, principalmente para a agricultura familiar, a fim de recuperar minimamente as pequenas propriedades (ALTIERI; MASERA, 1997).

Muitos reflexos desse contexto começaram a ser notados no mundo e, segundo Ehlers (1999, p. 55), “[...] nos anos 80, a noção de agricultura orgânica já representava um campo conceitual e operacional mais preciso e, em 1984, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos reconheceu sua importância”.

Na América Latina, no entendimento de Altieri e Masera (1997), no início dos anos 1990, as ONGs passaram a desenvolver um trabalho que considerava o conhecimento dos agricultores, dando significado ao paradigma agroecológico. Nesse sentido, as práticas agrícolas, com movimentos contrários ao processo de industrialização, deram origem às práticas alternativas.

Essas práticas são desenvolvidas em diferentes formas de organização social de produção em que a decisão de desenvolver uma ou outra dessas formas está ligada a diversos valores que vão além dos fatores econômicos.

Ao considerar uma série de valores e múltiplos objetivos, os agricultores familiares desenvolvem um processo de tomada de decisão. Esse processo se torna complexo porque possui como base um conjunto de elementos que são levados em conta: sociais, psicológicos e culturais, além dos econômicos (GASSON, 1973).

No sentido de analisar as construções das múltiplas formas de organização dos sistemas de produção, os diferentes processos de transição e as motivações dos agricultores em relação aos sistemas de comercialização em redes, optou-se pela classificação de Gasson (1973) – Quadro 8 – na qual são identificadas quatro categorias de orientação para a tomada de decisão dos agricultores familiares: orientação instrumental, orientação social, orientação expressiva e orientação intrínseca.

### Quadro 8 – Classificação dos valores dos agricultores familiares na tomada de decisão

Categoria de orientação para a tomada de decisão	Descrição dos valores envolvidos em cada categoria
Instrumental	Dá valor à possibilidade de expansão do negócio, à obtenção de benefícios, fazendo dinheiro, e ao melhoramento nas condições de trabalho.
Social	Dá valor ao ganho de prestígio social, à possibilidade de apoiar a família e, também, de trabalhar junto com ela, e à manutenção da tradição da família.
Expressiva	Dá valor ao prazer de ser o proprietário (o que eleva a sua auto-estima), à chance de usar a criatividade e desenvolver os planejamentos e a organização do seu trabalho, assim como obter a resposta dessas ações.
Intrínseca	Dá valor ao estilo de vida na área rural, à independência, ao bem-estar que as tarefas de trabalho no meio rural lhe proporcionam ao escolher esse estilo de vida.

Fonte: quadro elaborado pela autora, a partir de Gasson (1973).

Os valores que orientam a tomada de decisão dos agricultores familiares, que vão além dos de ordem econômica e técnica, propiciam uma análise mais adequada sobre a definição de um ou outro tipo de sistema para produzir, sobre formas de mudar de um sistema para outro, sobre os modos de executar um processo de transição e sobre a construção de processos para a comercialização dos alimentos, dentre outras possibilidades. Todas essas variáveis conduzem à organização de redes que, por meio da identificação dos elementos-chave que geram motivação e que desencadeiam o surgimento de processos organizativos na agricultura familiar, podem conduzir ao desenvolvimento rural sustentável.

Isso remete à abordagem de Granovetter (1983) que estabelece uma amplitude de análise que vai além das questões produtivas e econômicas, pois na visão dele, as redes de cooperação demandam motivações de diferentes naturezas. Sendo assim, os valores propostos por Gasson (1973) também possibilitam o desenvolvimento de análises sobre os processos organizativos inerentes à comercialização em rede dos alimentos orgânicos advindos da agricultura familiar.

#### 2.7 Categorias e perspectivas de análise

Para desenvolver a comparação histórica a respeito dos processos organizativos inerentes à produção e à comercialização de alimentos orgânicos oriundos das unidades produtivas familiares do Brasil e da Argentina, mais especificamente, do COREDE Central e da REDUP, elegeram-se as categorias de análise propostas no Quadro 9.

Desse modo, seguindo por este caminho trilhado e de posse do material coletado na pesquisa de campo, tem-se a pretensão de caracterizar tais processos organizativos, bem como as formas de organização de ação coletiva atuantes nas redes de produção e de comercialização de alimentos orgânicos das duas regiões pesquisadas, as tentativas de construção de um sistema de relações de cooperação entre as famílias de agricultores e de desenvolvimento regional e os conflitos motivados pelo processo de globalização – indutora da competição e da situação de exclusão.

Outrossim, foca-se na articulação das famílias, na interação por meio de organização social em rede que pode evidenciar processos organizativos capazes de fortalecer as relações sociais e desencadear uma dinâmica de desenvolvimento territorial, tudo isso inserido na cadeia produtiva de alimentos orgânicos.

**Quadro 9 – Categorias e perspectivas de análise**

<b>Categorias de análise</b>		
<b>Expressão analítica</b>	<b>Ideias principais sobre o conceito</b>	<b>Principais autores pesquisados</b>
- Globalização/Circuitos	É um processo por meio do qual agem duas forças: uma delas impulsiona a expansão do sistema capitalista, afetando todos os indivíduos e grupos; a outra faz desses indivíduos e grupos agentes de mudança desse processo, atuando como propulsores do desenvolvimento. E é, por meio desse processo, que se integram os países e as pessoas, que as políticas, as culturas, aspectos sociais e econômicos também se integram e passam a impactar a consciência universal.	Santos (1996; 2004; 2011) Porto-Gonçalves (2011) Guzmán (1997) Barbieri (2011) Veiga (2006) Harvey (2007)
- Processos Organizativos	Consistem em articulações e organizações que acontecem no território, ao longo do tempo, e, que passam por muitas transformações que, conseqüentemente, criam e recriam novos processos organizativos porque há uma constante interação com os indivíduos e suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Representam um conjunto de operações desenvolvidas, a partir de um esforço organizado e ativo.	Santos (1978; 1996; 2004; 2011) Santos e Silveira (2001) Guerreiro Ramos (1989) Drucker (1997) Etzioni (1989) Gohn (1985) Nantes e Scarpelli (2012) Batalha e Silva (2000) Cechin (2014) Veiga (2000) Putnam (1996) Lüchmann (2014) Cenzi (2012) Rech (2000) Pinho (1966a; 1966b) Vilchez (1986) Obschatko, Basañes e Martini (2011) Singer (2004) Devoto e Boris (2004)

- Agricultura Familiar	Tem a estrutura, a forma de produção e de organização propícias para gerar desenvolvimento, porque cria, ao longo da história, meios de articulação associativos e desenvolve uma estruturação adequada às mudanças que acontecem no mercado, assim como faz os ajustes necessários para reagir às alterações na economia.	Abramovay (1995; 1998a; 1998b) Veiga (1991; 1992; 2000; 2006) Oliveira (2007) Wanderley (1999) Schneider (2003; 2006) Karnopp (2014) Santos (1996; 2011) Gasson (1973) Granovetter (1983)
- Agroecologia	É uma ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável.	Caporal e Costabeber (2002; 2004) Guzmán (1997) Altieri (1989) Soto (2008) Bourdieu (2001) Putnam (1996) Nahapiet e Goshal (1998) Veiga (1995) Altieri e Maserà (1997) Karnopp (2005) Pinho (1977) Oliveira (2007) Fornazier e Waquil (2013) Caporal, Costabeber e Paulus (2009)
- Agricultura orgânica	A agricultura orgânica, como uma prática agrícola, passa a ser amplamente adotada, haja vista que, por meio dessa prática, acontece uma construção social que leva ao estabelecimento de limites teóricos relacionados à Agroecologia. Esses limites estabelecem em que medida estará sendo respeitado o uso de certos tipos de insumos.	Altieri (2001) Oliveira (2007) Tavares (2011) Altieri e Maserà (1997) Ehlers (1999) Gasson (1973) Granovetter (1983) Caporal e Costabeber (2004) Trivellato e Freitas (2003)
- Desenvolvimento	As dimensões: econômica, social, cultural e ambiental representam os pilares e servem de base para o desenvolvimento sustentável.	Boisier (1996) Santos (1996) Vázquez Barquero (2001) Dallabrida e Büttenbender (2007) Caporal e Costabeber (2002) Caporal, Costabeber e Paulus (2009)
<b>Perspectivas de análise</b>		
<b>Processo de produção</b>	<b>Detalhamento das categorias de análise</b>	
- História da ocupação das terras e do início do plantio dos alimentos orgânicos	- Aspectos históricos da ocupação das terras. - Histórico de produção dos alimentos orgânicos, linha do tempo e motivos que levaram os agricultores familiares à produção desses alimentos.	
- Organização dos agricultores familiares	- Formas de organização de ação coletiva; e participação do agricultor familiar em parcerias, pools de produtores, associações e cooperativas, dentre outras. - Momento histórico; e motivos pelos quais o produtor aderiu à determinada forma de organização de ação coletiva para viabilizar a produção. - Detalhes sobre o tempo de participação do agricultor familiar em uma determinada organização; sobre o tempo que essa organização atua no município; e sobre os benefícios que podem ser obtidos por meio da organização. - De que forma essa organização atende as necessidades de produção do agricultor familiar; de que maneira ela atua na dinâmica da produção; quais atividades são desenvolvidas pela organização para atender as necessidades do agricultor familiar em relação ao planejamento da produção, do sistema de plantio, da obtenção de sementes e insumos; como a organização contribui para a produção; que melhorias a organização proporcionou para o processo de produção; e como é a socialização das informações na organização.	

- Estrutura de produção	- Principais informações a respeito do número de estabelecimentos produtores de produtos orgânicos existentes (conforme dados censitários). - Estrutura e tamanho das propriedades são suficientes para a subsistência e sustento das famílias de agricultores.
- Técnicas de produção	- Formas de obtenção de sementes e de outros insumos. - Técnicas de plantio: tipo de produtos utilizados para o cultivo, utilização de mão-de-obra e/ou máquinas e equipamentos. - Mecanismos de controle e certificação de produtos orgânicos.
- Organização regional quanto à produção	- Existência de planejamento regional voltado ao fomento da produção dos alimentos orgânicos.
<b>Processo de comercialização</b>	<b>Descrição e detalhamento das categorias de análise</b>
- Início da comercialização: motivações e pressões.	- Aspectos históricos do processo de comercialização; e motivos que levaram os agricultores familiares a comercializar alimentos orgânicos. - Principais pressões sofridas pelos agricultores familiares no processo de comercialização dos alimentos orgânicos.
- Estrutura de comercialização: - Canais; - Cobertura; - Variedade; - Locais; - Estoque; e - Transporte.	- Aspectos que determinam a estrutura de comercialização dos agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos: - Quanto aos canais de comercialização: tipos e características dos canais; e identificar se há intermediários, quantos são e quais os níveis de atuação; - Quanto à cobertura: área(s) de atuação dos agricultores familiares e das associações das quais são parte integrante; e abrangência alcançada pela comercialização dos alimentos orgânicos; - Quanto à variedade: variedade de produtos para comercializar; e formas de estabelecimento do composto de variedade de produtos a ser vendidos; - Quanto aos locais: local de comercialização; proximidade do público alvo; e acesso (fácil ou difícil) para os consumidores; - Quanto ao estoque: produtos suficientes para comercialização; há ou não há falta de produtos; e como realizam a continuidade de fornecimento de produtos; e - Quanto ao transporte: formas e aspectos característicos do transporte de alimentos orgânicos para a comercialização.
- Organização dos agricultores familiares para realizar a comercialização	- Participação do agricultor familiar em formas de organização de ação coletiva visando à comercialização de alimentos orgânicos. - Detalhes a respeito de quanto tempo o agricultor familiar faz parte de uma forma de organização de ação coletiva; há quanto tempo a organização atua no município; quais os benefícios que se obtém por fazer parte da organização; de que forma a organização atende as necessidades de comercialização do agricultor; de que maneira ela atua na dinâmica da comercialização; quais atividades são desenvolvidas pela organização para atender as suas necessidades de planejamento da comercialização; e que melhorias a organização proporcionou para o processo de comercialização de alimentos orgânicos.
- Organização regional quanto à comercialização	- existência de planejamento regional voltado ao fomento da comercialização dos alimentos orgânicos.
<b>Processos organizativos: contribuições e limitações</b>	<b>Descrição e detalhamento das categorias de análise</b>
- Dimensões do desenvolvimento: - Econômica; - Social; - Cultural; e - Ambiental.	- Os processos organizativos de produção e comercialização dos alimentos orgânicos contribuem ou limitam: - Na dimensão econômica: a obtenção de novas fontes de renda e melhoria da renda da família; - Na dimensão social: o estabelecimento de estratégias de reprodução social como a criação de agroindústrias, a pluriatividade dos membros da família, dentre outras; - Na dimensão cultural: a elevação do nível cultural e tipo de aprendizado obtido pelos agricultores e suas famílias, por meio das formas de organização de ação coletiva, a respeito da produção e comercialização de alimentos orgânicos; e - Na dimensão ambiental: a forma de uso da terra, com orientação de esquema de rotação de culturas e manutenção da fertilidade, orientando para o uso adequado dos insumos.

- Dimensões do mercado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Influência(s) dos processos organizativos regionais para que os agricultores familiares possam atender nichos de mercado.</li> <li>- Segmentação e atendimento do mercado.</li> </ul>
- A atuação de atores “coadjuvantes” na agricultura familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação dos órgãos das esferas municipal, estadual e federal e da ajuda governamental.</li> <li>- Atuação de órgãos de financiamento.</li> <li>- Atuação de instituições de assistência técnica e extensão rural – ATER, universidades, ONGs, dentre outras.</li> <li>- Políticas públicas específicas para o setor.</li> </ul>

Fonte: quadro elaborado pela autora.

Portanto, com essas categorias teóricas que englobam questões-chave como cooperação, reciprocidade e certificação e em virtude de a dialética partir de um processo de constante transformação, nos próximos capítulos desta tese, buscar-se-á desenvolver uma análise da evolução histórica dos agricultores familiares, considerando as respostas desses agricultores ao sistema hegemônico capitalista.

Para construir essa análise, quanto ao método, empregam-se a *historicidade* dos fenômenos que envolvem todo o contexto em que se insere a agricultura familiar, a *universalidade* que concebe a realidade por meio de determinações universais oriundas do sistema capitalista e suas contradições, a *práxis* – recorte – da situação do momento histórico presente nas articulações promovidas pelos agricultores familiares e que torna possível a mudança individual e coletiva, a *totalidade* exposta em um conjunto amplo de relações sociais, aspectos peculiares e representativos desses agricultores, a *contradição* que expõe pensamentos e/ou realidades distintas, permitindo a evolução qualitativa dos processos e a *mediação* presente na dimensão de abrangência das formas de organização de ação coletiva e na interação dessas organizações sociais em rede, evidenciando os processos organizativos e caracterizando, dessa forma, categorias do materialismo histórico-dialético.

### **3 PROCESSOS ORGANIZATIVOS DE PRODUÇÃO E DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Depois de construir, no capítulo anterior, os fundamentos teóricos que embasam a construção da tese, neste capítulo empírico, abordam-se os processos organizativos – inseridos em fatos que se relacionam com a ocupação dos territórios e o início da produção orgânica; na caracterização das formas de organização de ação coletiva de agricultores familiares atuantes nas redes de produção e de comercialização de alimentos orgânicos de ambas as regiões; e como elementos dinamizadores das articulações para a produção de orgânicos e de articulações e construções solidárias para atuar no mercado de alimentos orgânicos – primeiro, no COREDE Central, e depois, na *REDUP*.

Enfatiza-se que essa abordagem visa à análise dos processos organizativos no desenvolvimento das atividades relacionadas à produção e à comercialização de produtos orgânicos advindos de unidades produtivas de agricultores familiares.

Cabe esclarecer que, nesta tese, entende-se que os processos organizativos consistem em articulações e organizações que acontecem no território e que, com o passar do tempo, transformam-se ou (re)criam outros novos processos organizativos. Isso ocorre, porque há uma constante interação entre indivíduos/atores sociais que interferem nas dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais.

Para caracterizar esses processos organizativos estabeleceu-se uma amostra de 52 famílias no Brasil e 54 na Argentina, todas inseridas em diversas formas de organização de ação coletiva, buscando identificar as condições de articulação dos agricultores familiares em suas respectivas regiões.

A partir dessa identificação elabora-se uma análise sobre os processos organizativos que se desenvolvem no contexto da agricultura familiar produtora de alimentos orgânicos no âmbito do COREDE Central e da *REDUP*.

#### **3.1 Ocupação das terras e início da produção de alimentos orgânicos no COREDE Central**

A fim de entender a atual ocupação do espaço no COREDE Central, buscam-se esclarecimentos que, por meio de eventos históricos relativos à imigração ocorridos no Brasil, de alguma forma, influenciaram para que se chegasse a essa realidade. Cabe dizer que não serão abordados fatos sobre a ocupação de terras ocorridos no período colonial brasileiro,

antes de 1822. Entende-se que estes estão fora do contexto desta pesquisa, haja vista que grandes extensões de terras eram ocupadas primeiro, por jesuítas e grupos nativos, e depois por pessoas abastadas, fazendeiros ou estancieiros e, portanto, não têm a ver com a formação da estrutura atual da agricultura familiar nessa região, baseada na mão de obra familiar e na pequena propriedade.

Diante disso, inicia-se por enfatizar a Revolução Industrial (entre 1760 e 1820/1840) como impulso externo, porque alavancou um enorme crescimento econômico, mas deflagrou, na Europa, um processo que gerou uma grande massa de população excluída socialmente e sem emprego, tanto na cidade como no meio rural.

Por conta de descompasso, nesse período, os países europeus presenciaram a saída de seus habitantes em busca de oportunidades de sobrevivência e o Brasil transformou-se em uma possibilidade de melhoria de vida para milhares de cidadãos europeus.

Fatores internos também contribuíram para que esse movimento ocorresse: a independência do Brasil (1822), as leis antiescravistas, a abolição da escravatura (1888), a constituição de 1891, dentre outros.

Entre a segunda metade do séculos XVIII e início do século XIX, começaram a chegar, no Rio Grande do Sul, os imigrantes europeus – portugueses (açorianos), italianos e alemães – os quais, devido à pressão dos grandes proprietários de terra, foram levados a ocuparem locais de difícil acesso, próximas a rios, áreas de mata, serras, etc., ou seja, terras devolutas. Isso era um grave complicador para começar a produção agrícola, mesmo em pequenas propriedades, pois a força de trabalho era apenas a família (BRUM, 1988). Ainda, sobre a origem dos imigrantes que chegavam ao estado, importa ressaltar que: “A colonização no Rio Grande do Sul foi feita essencialmente por açorianos, alemães e italianos.” (HERÉDIA, 2001, p. 2).

Mais de meio século depois, a abolição da escravatura, em 1888, e a consequente necessidade de mão de obra para substituir a dos escravos levou o governo brasileiro a estimular a entrada de imigrantes. Nesse contexto, a constituição de 1891 foi determinante para atender a esse desígnio estatal, pois formalizou a imigração como política pública (GRZYBOVSKI; PEREIRA, 2013).

Milhares de europeus receberam incentivos para migrar para o Brasil e, inseridos nesse contingente, italianos e alemães, principalmente, ocuparam a zona rural no sul do país, muito por conta de aspectos geográficos, clima e relevo. No Rio Grande do Sul, do forte fluxo de entrada de italianos e alemães até a década de 1920 resultaram ilhas de colonização e culturais (GRZYBOVSKI; PEREIRA, 2013).

Contrapondo os argumentos expostos por Brum (1988) e Grzybovski e Pereira (2013), questiona-se: Os imigrantes escolheram as regiões porque o clima e o relevo eram parecidos com suas regiões de origem na Europa ou foram escolhidos/enviados para ocupar regiões de difícil acesso?

Enfim, o fato é que os imigrantes ocuparam essas áreas e, no COREDE Central, constata-se essa realidade histórica pela origem de alguns municípios: da colonização italiana surgiram Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma, São João do Polêsine, Dona Francisca e Pinhal Grande; e da colonização alemã surgiu Agudo.

De acordo com Grzybovski e Pereira (2013), a criação de núcleos coloniais, com base na pequena propriedade e no trabalho familiar, foi a forma adotada pelo governo federal para a inserção dos colonos estrangeiros na região.

Dessa aposta resultou uma pequena produção mercantil caracterizada justamente pela presença marcante dos imigrantes europeus, com destaque especial para os colonos italianos e à produção de queijos, vinhos, salames, pães e hortifrutigranjeiros que se mantêm até hoje e se pode constatar nas feiras do COREDE Central.

Outros aspectos relevantes como o espírito de coletividade que ia além dos laços familiares e do grau de parentesco (TEDESCO, 2001), os modelos associativos já conhecidos e desenvolvidos por eles na Europa (PINHO, 1966b) e as iniciativas locais empreendedoras (GRZYBOVSKI; PEREIRA, 2013) contribuíram para que essa pequena produção mercantil se estabelecesse e se tornasse o esteio de sustentação da agricultura familiar no COREDE Central.

Ainda sobre as terras ocupadas pelos imigrantes pioneiros, apesar de inúmeras modificações quanto ao tamanho das propriedades e título de posse por causa das compras e vendas realizadas, em grande parte, mantiveram-se sob o domínio dos descendentes que, todavia, seguem produzindo nelas.

Quanto ao início da produção de alimentos orgânicos no COREDE Central, a busca por agregar valor aos alimentos produzidos, a possibilidade de trabalhar a terra com mais qualidade de vida, sem a utilização de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, a manutenção da pluricultura e a preservação do meio ambiente foram alguns fatores que pesaram na opção pela adoção do sistema orgânico de produção.

Algumas práticas comuns desse sistema como a utilização de sementes crioulas e o não uso de agrotóxicos, historicamente, já eram utilizadas desde que os primeiros agricultores familiares começaram a produzir nas terras ocupadas e se mantiveram como costume dos descendentes desses produtores.

Mas, foi na década de 1990, em decorrência de ações práticas como o Projeto Esperança<sup>6</sup> e a Cooesperança<sup>7</sup> que, desde que foram criados, fomentam a agricultura familiar e a agroecologia e as têm como dois dos eixos mais importantes, tanto no desenvolvimento do projeto quanto nas articulações da cooperativa, que alguns produtores começaram a reconhecer-se como produtores de alimentos orgânicos e aprimorar o sistema em suas unidades de produção. No entanto, somente no início dos anos 2000, essa realidade prática e outras tantas espalhadas pelo Brasil de efetivo desenvolvimento do sistema orgânico de produção receberam reconhecimento do Estado brasileiro com a aprovação da Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Verifica-se, pelos discursos dos agricultores familiares entrevistados que, antes mesmo de haver uma legislação que tratasse da agricultura orgânica, algumas famílias no COREDE Central já trabalhavam com produção de alimentos orgânicos, umas há mais de 20 anos, enquanto outras famílias começaram a desenvolver novas formas de produção para realizar mudanças na sua matriz produtiva há menos tempo.

O depoimento do Sr. Eduardo Moreira, agricultor familiar de Dona Francisca, apresenta alguns aspectos quanto à mudança de pensamento sobre o sistema de produção a ser praticado e à evolução dos alimentos orgânicos no que se refere à aceitação do consumidor:

[...] as pessoas começaram a procurar mudanças na matriz produtiva porque entendiam que era uma necessidade produzir sem venenos e que os venenos nunca contribuíram para a produção familiar, nem como meio de produção sustentável e de base ecológica. [...] As famílias entenderam que deveriam produzir e buscar um novo processo de produção, com dignidade, com renda e capacidade de se sustentar, tendo todo embasamento produtivo, não precisaria muito recurso de fora, a própria propriedade se tornaria um organismo agrícola, ela mesma tem sua fertilidade autônoma em terra. A propriedade produz tudo e não precisa buscar produtos e insumos de fora para fazer o processo de fertilidade. [...] As famílias associadas a nossa associação entenderam que deveriam buscar uma forma de comercialização diferenciada para colocar esse produto porque entendiam que colocar o produto no supermercado não teria a mesma valorização que colocar para vender na feira, uma vez que o consumidor valoriza mais o produto vendido em um local especializado,

<sup>6</sup> O Projeto Esperança – criado em 15 de agosto de 1987, a partir da inspiração de Dom Ivo Lorscheiter, Bispo Diocesano de Santa Maria, baseada no estudo do livro “A pobreza, riqueza dos povos”, de Albert Tévoédkeré – é um dos setores do Banco da Esperança da Arquidiocese de Santa Maria, que cria e desenvolve Projetos Alternativos Comunitários (PACs) com autogestão, cooperativismo, e sustentabilidade, como um novo jeito de construir o Desenvolvimento Solidário e Sustentável e encontrar soluções para os grandes problemas sociais, entre eles o desemprego, o êxodo rural, a fome, a miséria e a exclusão social no campo e na cidade. (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA da Arquidiocese de Santa Maria, 2012, p. 8-9).

<sup>7</sup> A Cooesperança (Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos Vinculados ao Projeto Esperança Ltda.), criada em 29 de setembro de 1989, é uma Central, que juntamente com o Projeto Esperança, congrega e articula os grupos organizados e viabiliza a Comercialização Direta dos produtos produzidos pelos Empreendimentos Solidários do Campo e da Cidade e que fortalecem juntos, com todos os grupos um Novo Modelo de Cooperativismo, na proposta Alternativa, Solidária, Transformadora, Autogestionária e no Desenvolvimento Solidário, Sustentável e Territorial, na certeza de que UM OUTRO COOPERATIVISMO É POSSÍVEL. (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA da Arquidiocese de Santa Maria, 2012, p. 9).

com venda direta ao consumidor. [...] A relação de credibilidade foi construída ao longo dos anos e funciona como um sistema de parceria entre produtor e consumidor, que busca constantemente os produtos na feira. [...] Nenhuma certificação se compara com a relação construída entre o produtor e o consumidor, de forma ética. Os produtos das famílias da associação são comercializados na feira da Coesperança porque aqui em Santa Maria a procura por alimentos saudáveis é muito grande, ao contrário do que acontece em municípios pequenos como o nosso [Dona Francisca]. Eu acho que deveria ter um investimento público em educação para conscientizar a população sobre a importância de uma alimentação saudável, para mudar a cultura, para valorização o produto orgânico.

No município de Agudo, encontram-se agricultores familiares que adotaram a produção de alimentos orgânicos porque procuravam uma alternativa para deixarem de produzir fumo e, dessa forma, ter mais qualidade de vida para si próprios e para a família. A cultura do fumo, segundo eles, exige muito manejo de agrotóxicos, o que pode causar danos sérios à saúde, pois o mínimo descuido pode causar danos irreversíveis. A agricultora Edite Silva dos Anjos expõe seus motivos:

Iniciamos como o cultivo dos orgânicos em 2012 para extinguir a produção do fumo, porque desejamos maior qualidade de vida, porque estavam sofrendo com muitos problemas de saúde, em função do plantio do fumo. [...] Optamos pelo trabalho com alimentos orgânicos para sair da vida escrava que tínhamos quando plantávamos fumo.

Do exposto, verifica-se que a ocupação das terras no COREDE Central tem forte influência da imigração e que a orientação para utilizar um sistema produtivo menos agressivo ao ser humano e ao meio ambiente já era adotada por muitos produtores. Além disso, percebe-se uma tendência de transição do modelo convencional de produção agrícola para o orgânico em algumas unidades produtivas, principalmente, nos municípios de Agudo e Dona Francisca, ou seja, um retorno às origens das formas de produção dos antepassados pluricultores. Tudo isso envolvido por processos organizativos que se formataram e se formatam dentro e fora das propriedades, por meio de alianças associativas, desde o início da ocupação das terras na região, mantendo as principais características da agricultura familiar, pequena propriedade e mão de obra familiar, que seguem servindo de base estrutural para manter a capacidade competitiva no mercado.

### **3.2 Formas de organização de ação coletiva atuantes nas redes de produção e de comercialização de alimentos orgânicos da agricultura familiar no COREDE Central**

Dentre os processos organizativos inerentes à produção e à comercialização de alimentos orgânicos oriundos das unidades produtivas da agricultura familiar, destacam-se as formas de organização de ação coletiva como elementos capazes de transformar a configuração

social de uma classe, neste caso a dos agricultores familiares, e de condicionar processos de mudança envolvendo aspectos econômicos, sociais, culturais, tecnológicos e ambientais.

Diante disso, ao considerar a importância dessas formas de organização para o desenvolvimento desse setor produtivo – o de orgânicos – no COREDE Central, enfoca-se na caracterização das associações constituídas pelos agricultores familiares que integram o universo de pesquisa nesta tese.

Sendo assim, na Tabela 1, apresentam-se a quantidade de famílias entrevistadas, as associações das quais essas famílias de agricultores produtores de alimentos orgânicos<sup>8</sup> fazem parte e os respectivos municípios onde se localizam as unidades produtivas, todos no COREDE Central.

**Tabela 1 – Famílias entrevistadas no COREDE Central**

Associação e município	Número de famílias	% do total da amostra de entrevistados
Associação Alfa – Agudo	08	15,4
Associação Bravo – Dona Francisca	07	13,6
Associação Charlie – Pinhal Grande	09	17,3
Associação Delta – Santa Maria	02	3,8
Associação Echo – Santa Maria	08	15,4
Associação Foxtrot – Santa Maria	02	3,8
Associação Golf – Santa Maria	06	11,5
Associação Hotel – Santa Maria	03	5,8
Associação Índia – São Pedro do Sul	01	1,9
Associação Juliet – Silveira Martins	06	11,5
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>100</b>

Fonte: tabela elaborada pela autora.

A Associação Alfa agrega oito agricultores familiares do município de Agudo cujo foco principal é a união para a comercialização no Feirão Colonial<sup>9</sup> da Cooesperança, onde mantêm uma banca com produtos de hortifrutigranjeiros *in natura* e alguns pães e cucas, além de compotas (doces em conserva) e conserva de legumes.

<sup>8</sup> Nesse rol, estão incluídos produtores que estão em fase de transição do modelo convencional para o modelo orgânico de produção de alimentos e/ou que ainda não obtiveram a certificação de seus produtos alimentícios.

<sup>9</sup> O Feirão Colonial é uma das atividades do Projeto Esperança/Coesperança, setor vinculado ao Banco da Esperança da Arquidiocese de Santa Maria, e foi criado em 1º de abril de 1992, com a participação efetiva e comprometida dos produtores rurais e urbanos associados ao Projeto Esperança/Coesperança e de consumidores conscientes da importância de consumir um alimento saudável, organizados na Região Central-RS (PROJETO ESPERANÇA/COESPERANÇA da Arquidiocese de Santa Maria, 2012, p. 42).

Em Dona Francisca, encontra-se a Associação Bravo – a única que tem todos os sete agricultores associados com certificado de conformidade orgânica – que mantém seus associados produzindo hortifrutigranjeiros e arroz em suas propriedades, mas com apoio coletivo para obtenção de insumos, compartilhando o uso de máquinas e equipamentos, etc. e comercializando, individualmente, em suas propriedades e na porta do consumidor ou com cooperativas (caso do arroz orgânico) e, coletivamente, no Feirão Colonial.

No município de Pinhal Grande, a Associação Charlie, com nove agricultores familiares produzindo leguminosas, principalmente, feijão e verduras, destaca-se por ser bastante organizada no aspecto formal, de legalização documental, inclusive para facilitar legalmente a obtenção de financiamentos por parte dos associados para aquisição de máquinas e equipamentos a serem utilizados na produção.

Localizada em Santa Maria, quase na divisa com o município de Restinga Seca, a Associação Delta conta com a parceria de dois agricultores familiares – um deles já com certificação de conformidade orgânica – cujo destaque se dá em termos de organização administrativa da propriedade, seja na produção, seja na comercialização.

A Associação Echo, localizada no interior de Santa Maria, no distrito de Arroio do Só, conta com oito associados cuja produção envolve o cultivo de porongos para cuias de chimarrão e de hortaliças cultivadas em uma horta comum para consumo próprio, das famílias e venda do excedente.

No distrito de Arroio Grande, município de Santa Maria, encontra-se a Associação Foxtrot com a parceria de duas famílias de agricultores que produzem, verduras, principalmente, brócolis e alface.

A Associação Golf, localizada no distrito de Santa Flora, município de Santa Maria, é formada por seis famílias de agricultores que estabeleceram parceria em todos os elos da cadeia produtiva, desde a produção de milho, mandioca, batata-doce e frutas até a comercialização desses alimentos.

Em Santa Maria, no distrito de São Martinho, três agricultores familiares que produzem hortifrutigranjeiros formam a Associação Hotel com o intuito de auxiliarem-se mutuamente para a produção e, principalmente, para comercialização de alimentos no Feirão Colonial, da Cooesperança onde exercem posições de liderança, trabalhando para a criação de estratégias que auxiliem o grupo de agricultores a melhorar a capacidade de produção das unidades produtivas e a obter um melhor desempenho na venda de alimentos. Cabe ressaltar o fato de que essa associação mantém estreita ligação com a Associação Foxtrot para a comercialização no que tange à exposição dos produtos. Ocorre que ambas as associações utilizam a mesma

bancada para vender os alimentos, pois dessa forma conseguem atrair mais consumidores, em virtude do grande volume e da variedade de produtos que juntos conseguem expôr.

Nomeia-se o agricultor familiar, Sr. Paulo Silva Santos, cuja unidade produtiva localiza-se em São Pedro do Sul, como Associação Índia, pois ele é remanescente de uma parceria desfeita logo nos primeiros anos de implantação do Projeto Esperança. Esse produtor de hortaliças e frutas mantém-se produzindo individualmente, na prática, mas segue sendo sócio da Cooesperança porque foi “adotado” pela Associação Hotel e, por isso, utiliza-se do espaço disponibilizado no Feirão Colonial para a comercialização.

A Associação Juliet, em Silveira Martins, é formada por seis famílias de agricultores que produzem uma variedade bastante significativa de alimentos orgânicos e, apesar de possuírem unidades produtivas com estrutura individualizada, estabelecem trocas de informações e auxílio-mútuo para reduzir custos com transporte até o Feirão Colonial onde comercializam grande parte da produção.

De acordo com os conceitos de Nantes e Scarpelli (2012), abordados no Capítulo 2 desta tese, pode-se afirmar que as associações Delta, Echo, Foxtrot, Golf e Hotel formam parcerias porque estabelecem acordos para produzir e comercializar alimentos orgânicos, as associações Alfa, Índia e Juliet enquadram-se como *pool* de produtores, pois se unem apenas para comercializar seus produtos, e as associações, propriamente ditas, Bravo e Charlie que se destacam pelos aspectos formais, pela busca de superação das dificuldades e pela geração de benefícios comuns.

Congregando e articulando todas essas associações surge a Cooesperança que, vinculada ao Projeto Esperança, viabiliza, por meio do Feirão Colonial e da Teia Esperança<sup>10</sup>, a comercialização da produção advinda da agricultura familiar. Cabe esclarecer que, para fazer parte da Cooesperança, é preciso que o agricultor familiar seja integrante de um grupo ou associação de produtores.

Observa-se uma espécie de *pool* às avessas, isto é, os *pools* de produtores são estruturados para viabilizar a participação na Cooesperança e a comercialização no Feirão Colonial do Projeto Esperança/Coesperança, pois esta é uma das exigências do projeto, ou seja, somente grupos associados e associações podem participar da comercialização na feira. Dessa forma, o que se percebe é um estímulo ao fortalecimento das formas organizativas associativas de agricultores familiares.

---

<sup>10</sup> A Teia Esperança, criada em 14 de março de 2003, é uma Rede do Projeto Esperança/Coesperança formada pelos Empreendimentos de Economia Solidária e que tem pontos fixos e autogestionários de comercialização direta na Região Central-RS. (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA da Arquidiocese de Santa Maria, 2012, p. 9).

Pode-se inferir dessa rede construída, a partir do Projeto Esperança, que as associações (grupos, parcerias, pools, etc.) e a Cooesperança caracterizam-se, indubitavelmente, como elos entre os agricultores familiares e o mercado consumidor e transformaram-se em importantes bases de apoio que auxiliam esses produtores a superar dificuldades/crises.

O depoimento do agricultor familiar, Sr. Guilherme Fagundes, da Associação Golf, de Santa Maria, esclarece que, ao longo da história desses 25 anos, o desenvolvimento da Cooesperança motivou muitos produtores a trabalharem coletivamente para produzir e comercializar.

Antigamente era difícil, não tinha onde vender a produção, tinha que fazer tudo de forma isolada, sozinho; mas depois que se criou a cooperativa [Coesperança], tudo ficou mais fácil. [...] O Feirão Colonial foi uma grande ajuda para vender a produção. [...] Com a ajuda de todos os que fundaram a cooperativa, ficou melhor também para produzir, para aprender técnicas mais adequadas de plantio, para conseguir sementes. [...] Assim, a gente conseguiu continuar plantando, o que garantiu o trabalho e o sustento da família.

Portanto, a Cooesperança, bem como as formas de organização coletiva adotadas pelos agricultores familiares produtores de orgânicos, no caso do COREDE Central, contribuiu deveras para a permanência desses produtores e suas famílias no campo.

Nesse processo histórico, evidenciam-se as constantes lutas dos agricultores familiares para venderem os seus produtos que sensibilizaram Dom Ivo, mentor do Projeto Esperança. A proposta de Dom Ivo e a luta dos agricultores familiares para, cooperativamente, trabalhar na produção e na comercialização dos alimentos, principalmente hortifrutigranjeiros, auxiliaram na criação de uma identidade social e histórica. É o que se percebe no depoimento do agricultor familiar, Sr. Augusto Caetano, da Associação Charlie, de Pinhal Grande:

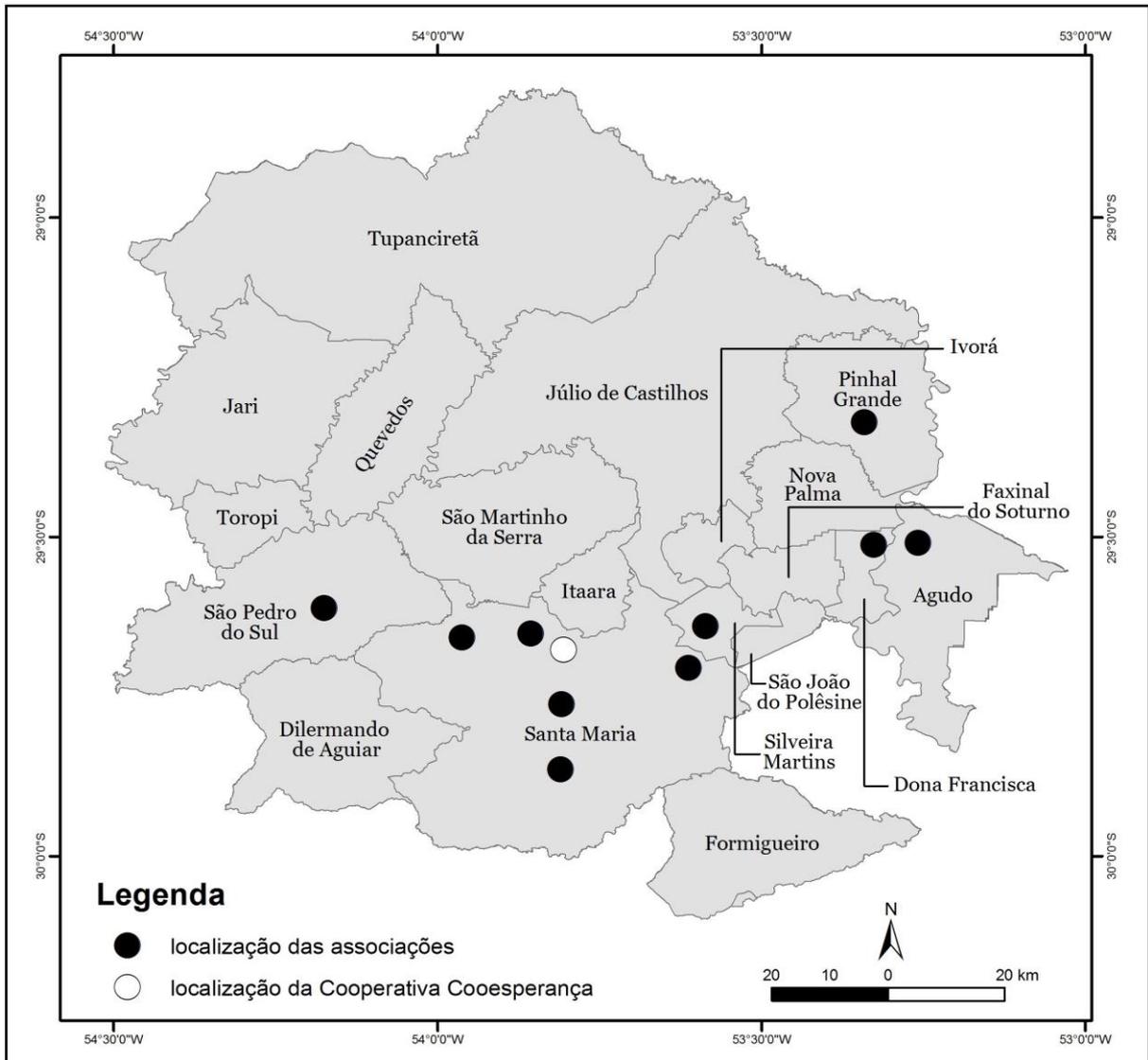
Em 1993, quando Dom Ivo [bispo da diocese de Santa Maria, na época] fez a divulgação do Projeto Esperança nas paróquias católicas da região, houve um interesse por parte da comunidade e da paróquia de Pinhal Grande em realizar a comercialização de produtos na feira desenvolvida pelo projeto [Feirão Colonial] e no feirão tradicional do mês de julho [FEICOOP]. [...] A comunidade lotava um caminhão, se organizava para levar os produtos e vender no Feirão, [...] o Projeto Esperança enviava um caminhão para buscar os produtos dos produtores da região, mas as famílias continuavam plantando fumo, feijão, soja e criando vacas para a produção de leite. Aos poucos, foram desenvolvendo essa nova modalidade de produção [orgânica] como alternativa à cultura do fumo, a fim de extinguir a produção do fumo. A partir de 1993 ocorreu uma permanência dessa forma de organização, na qual o caminhão buscava os produtos da comunidade, por, aproximadamente, três anos. Isso facilitava a venda dos produtos do pequeno agricultor porque era difícil vender os produtos, já que os mercados compravam dos grandes agricultores que comandavam os preços no mercado. A verdade é que não era uma maravilha, muitos desistiram, mas dava para ajudar no sustento das famílias. [...] Lideranças se alternaram na coordenação das atividades na associação [Charlie] em Pinhal Grande até 2011, quando assumi a coordenação da associação. Comecei a trabalhar e buscar mais famílias do Vale do Pororó que tivessem interesse em trabalhar cooperativamente e, graças a Deus, continuamos trazendo os nossos produtos e comercializando na feira da Cooesperança porque temos orgulho de fazer parte dessa organização cooperativa.

Vê-se que o trabalho é vigoroso, consistente, mas exigiu e exige muita solidariedade, organização individual e coletiva. Para se ter uma ideia da dimensão alcançada pelo Projeto Esperança, ressalta-se que hoje essa proposta serve de parâmetro para o desenvolvimento da economia solidária, não só no Brasil, mas também em diversos países latinoamericanos e de outros continentes. Juntamente, com o Banco da Esperança e a Prefeitura Municipal de Santa Maria, com o apoio de diversas entidades e com a participação de Empreendimentos de Economia Solidária, ONGs e o Poder Público, o Projeto Esperança/Coesperança organiza, anualmente, no mês de julho, em Santa Maria, a Feira Internacional do Cooperativismo – FEICOOP, o maior evento de economia solidária da América Latina.

Em relação aos processos organizativos construídos pelos agricultores entrevistados na região do COREDE Central, constata-se que, de maneira geral, as formas de organização coletivas, associações e cooperativas (Mapa 3), auxiliam os agricultores a atingirem os seus objetivos de produzir e comercializar alimentos orgânicos.

Enfatizados os aspectos estruturais e de funcionamento dessa rede de associações em torno da Coesperança, trata-se de demonstrar a localização e a área de abrangência geográfica das famílias de agricultores produtores de orgânicos, pertencentes às associações vinculadas ao Projeto Esperança/Coesperança.

**Mapa 3 – Distribuição regional das associações e cooperativas no COREDE Central**



Fonte: mapa organizado pela autora e elaborado por João Paulo Delapasse Simioni, a partir do IBGE e FEE.

A “leitura” do Mapa 3 indica uma maior incidência de associações de agricultores familiares na parte sul do COREDE Central. Há, realmente, uma predominância da agricultura familiar nessa zona denominada “Microrregião da Serra” colonizada por imigrantes italianos e alemães, enquanto que, na parte norte da região, desenvolve-se, prioritariamente, uma agricultura moderna em médias e grandes propriedades, com destaque para as plantações de soja e de milho e para a pecuária de corte (NEUMANN, 2003).

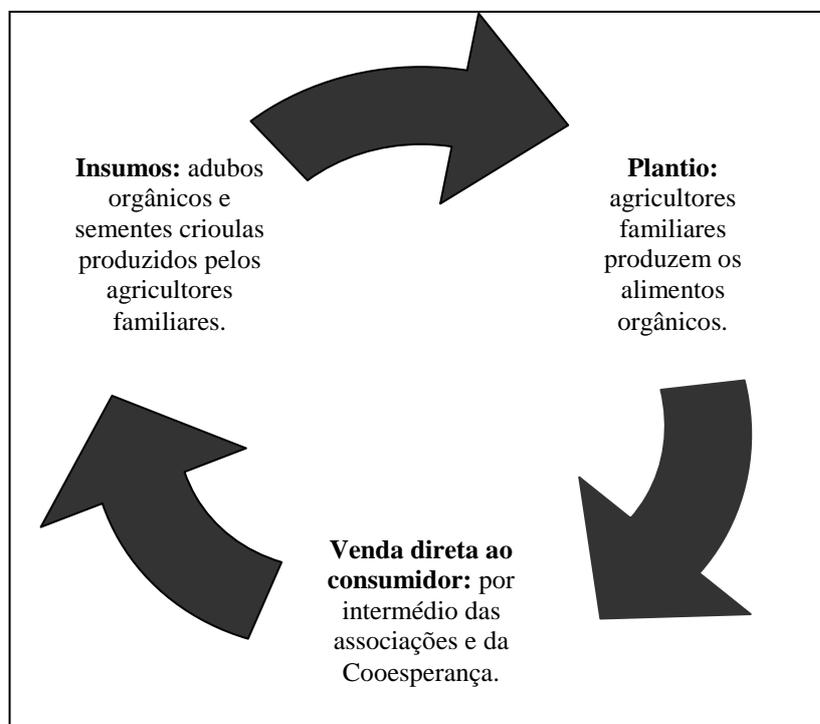
Com a “fotografia” obtida das associações e da Coesperança, por meio das características principais detalhadas, busca-se a apreensão do *modus operandi* dessas formas de organização de ação coletiva, ou seja, de que maneira elas contribuem para produzir e comercializar alimentos orgânicos.

### 3.3 Articulações para a produção de orgânicos no COREDE Central

A produção desse grupo de produtores brasileiros pertencentes às associações vinculadas à Coesperança, desenvolvida em um sistema de organização (Esquema 1), caracteriza-se pelo cultivo de hortaliças cujo ciclo produtivo é longo e que têm um alto grau de perecibilidade, por utilizar mão de obra familiar e aplicar técnicas específicas de preparo do solo para a realização do plantio, usar sementes crioulas para a produção de um alimento saudável, sem utilização de agroquímicos, tudo isso visando oferecer um produto de qualidade ao consumidor.

Entretanto, quanto aos insumos, à tecnologia utilizada na produção e à forma de cultivo, é preciso esclarecer que há dois tipos de processos produtivos envolvidos: o processo em que os produtos são totalmente orgânicos e o processo em que está acontecendo uma conversão, isto é, há um processo de transição da produção convencional para a produção orgânica, por meio da redução e racionalização da utilização de insumos químicos e das práticas prejudiciais ao meio ambiente.

#### Esquema 1 – Sistema de organização praticado por agricultores familiares no COREDE Central



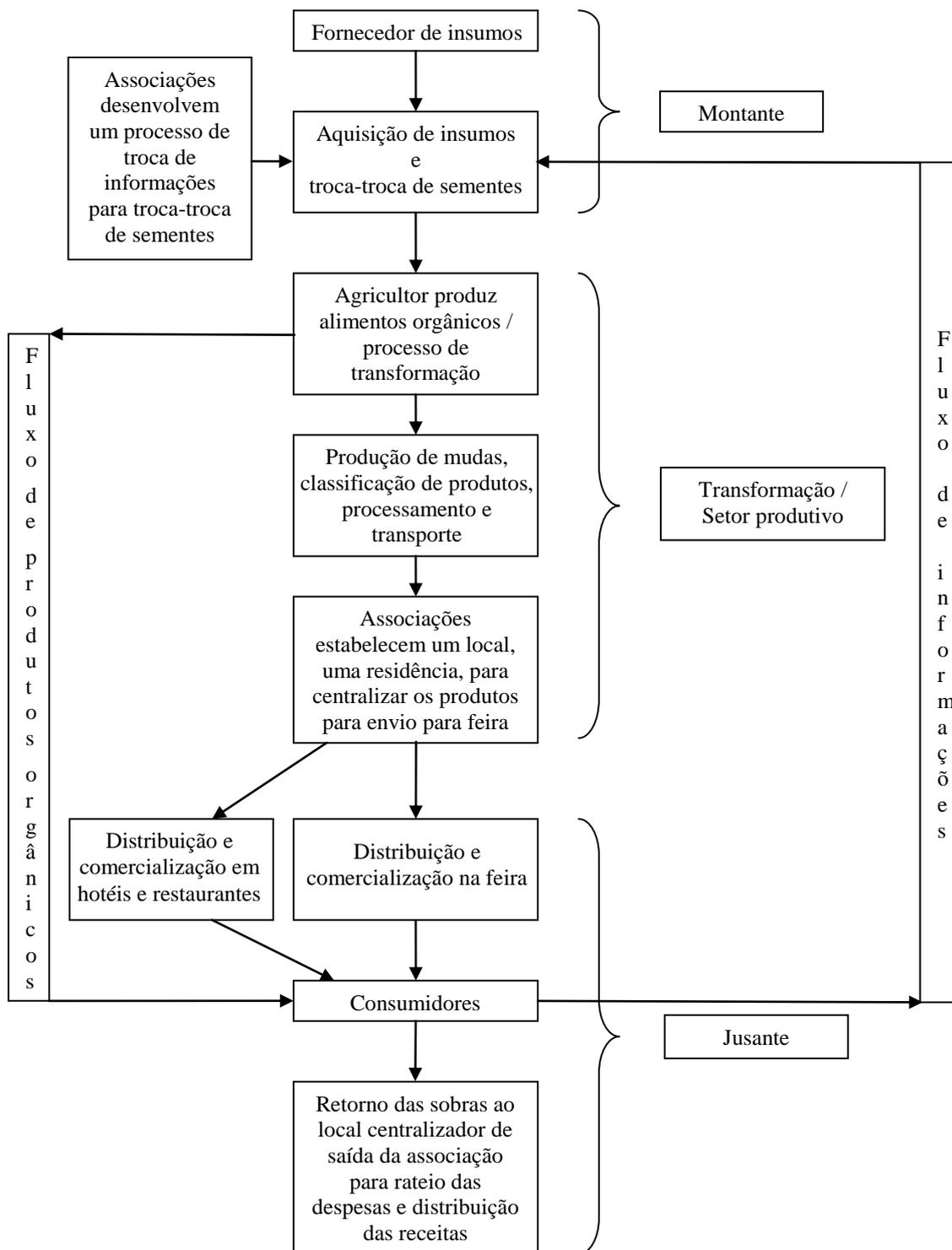
Fonte: esquema elaborado pela autora.

Desde a criação do Projeto Esperança, especificamente em relação à agricultura familiar e à agroecologia, há um incentivo explícito à formação de alianças solidárias, de grupos de produtores, associações, enfim, formas de organização coletivas de agricultores familiares porque, historicamente, essas formas associativas mostraram-se apropriadas para obtenção de uma maior capacidade produtiva e mais força para ocupar espaços no mercado. Ou seja, juntos, atuando coletivamente, torna-se mais fácil para que esses produtores possam alcançar uma maior escala de produção, um volume maior e uma oferta mais diversificada de produtos para levarem às feiras e/ou a outros pontos de distribuição com o intuito de realizar a venda dos alimentos.

A essas possibilidades acrescenta-se que a dinâmica dos produtores agrícolas familiares envolve um sistema de organização em que a maior parte das estratégias são desenvolvidas a partir da constituição de formas organizativas, pois, dessa forma, eles podem ampliar a capacidade de agregar valor aos produtos alimentícios cultivados (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005).

Essas abordagens confirmam-se, pois, nos processos organizativos de produção de alimentos orgânicos na região do COREDE Central, observa-se que, para superar as dificuldades em relação à mão de obra e as deficiências tecnológicas, os agricultores familiares articulam-se formando parcerias, pools de produtores, pequenas associações, etc. e constroem uma estrutura (Esquema 2) em que a demanda do consumidor final evidenciada no Feirão Colonial traduz-se na informação necessária para uma produção que supra essa demanda por alimentos orgânicos.

**Esquema 2 – Fluxos da cadeia de produção de alimentos orgânicos no COREDE Central**



Fonte: esquema elaborado pela autora.

Observa-se que o fluxo de informações, de jusante a montante, flui em direção às fontes de matéria-prima para a produção dos alimentos orgânicos porque tais informações obtidas no contato com o consumidor são essenciais para (re)organizar/(re)definir a produção que, de modo geral, segue uma estrutura primitiva e tem por base a experiência dos produtores.

Por outro lado, de montante a jusante, o fluxo de produtos orgânicos segue na direção do cliente final e tem as associações e a Cooesperança como elos fundamentais entre os processos de produção e de comercialização.

Nessa relação de fluxos de informação e de produtos orgânicos, há uma interação permanente entre produtor e consumidor que agrega valores, não só econômicos com a obtenção de um preço justo para os alimentos produzidos, mas também culturais, sociais e ambientais.

### **3.4 Articulações e construções solidárias no COREDE Central para atuar no mercado de alimentos orgânicos**

Criar maneiras de vender os alimentos orgânicos, principalmente nas feiras livres, foi o caminho trilhado ao natural pelos agricultores familiares ante a exploração dos atravessadores e de setores atacadistas hegemônicos. E, para isso, a construção de redes solidárias foi essencial para a afirmação consistente da comercialização direta produtor-consumidor, como um modelo ou prática comercial que viabilizasse o atendimento de diversas demandas desse setor agrícola.

Entre as vantagens que os agricultores têm ao comercializarem integrados a uma rede de associações e/ou cooperativas, está a redução de custos e o aumento do poder de barganha na cadeia produtiva, o que possibilita um maior retorno sobre o investimento na produção.

Sobre a apresentação dos alimentos orgânicos no mercado, enfatiza-se que os produtos oriundos da agricultura familiar, na sua grande maioria, não passam por beneficiamento, ou processamento, ou transformação porque são comercializados *in natura*. Araújo (2010, p. 72) corrobora essa afirmação ao destacar que “[...] os produtos agropecuários são agrupados nos comercializados *in natura* e nos que serão processados ou transformados.”

No caso do canal de comercialização dos produtos orgânicos no COREDE Central, as associações e a Cooesperança, conforme já demonstrado, são importantes elos entre os agricultores familiares e os consumidores finais, contribuindo de veras para a agregação de valor a produtos pouco ou nada processados.

Nas entrevistas realizadas com os agricultores familiares, constatou-se que a maior parte deles reconhece que há uma dependência da coletividade para a continuidade de suas atividades produtivas. Por isso, o suporte realizado pelas pequenas associações e pela Cooesperança é fundamental.

Evidencia-se, com base nos depoimentos obtidos, que a existência de um local para comercialização dos alimentos orgânicos foi preponderante para a intensificação das vendas desses produtos e é essencial para manter uma perspectiva de aumento na procura por orgânicos, o que já vem sendo evidenciado nos últimos anos. Segundo o agricultor familiar Sr. Jurandir de Souza Macedo, da Associação Bravo, de Dona Francisca,

[...] se não fosse esse local de comercialização, não faríamos o mesmo volume de vendas. Aqui, na feira [Feirão Colonial], a venda é certa porque o consumidor valoriza um produto vendido em um local especializado e também porque a venda é direta ao consumidor [...]. Ao longo dos anos, fomos construindo um sistema de parceria que gerou credibilidade com a clientela.

Esse local a que se refere o agricultor, é um espaço construído por meio do Projeto Esperança para a realização de diversas atividades, dentre elas o Feirão Colonial, onde os agricultores familiares vinculados à Cooesperança comercializam seus produtos. Esses agricultores e suas associações têm, portanto, suporte da Cooesperança em relação à infraestrutura para comercialização de alimentos, acompanhamento e reestruturação das pequenas associações, bem como na obtenção de qualificações diversas, como por exemplo, cursos de informática, de línguas, do plantio ecológico, artesanato, entre outras.

Além disso, para os sócios da Cooesperança, a construção dos pavilhões destinados à venda de alimentos oriundos da agricultura familiar funcionou como um fator motivador para uma comercialização organizada, não só de alimentos produzidos de acordo com o modelo convencional de produção, mas também de alimentos orgânicos.

Outro fator motivador, segundo alguns dos agricultores familiares entrevistados, foi a apresentação de uma alternativa de renda que representou uma saída para que muitos deles pudessem deixar para trás as atividades relacionadas à cultura do fumo, que é denominada pelos agricultores como a cultura da morte. Conforme relato do Sr. Adalberto Freitas, da Associação Alfa, de Agudo, “[...] essa foi a oportunidade de conhecer novos horizontes e mudar de vida”.

Além desses fatores, os agricultores relatam que a motivação para produzir e comercializar orgânicos também surgiu da possibilidade de produzir um alimento saudável para comer (subsistência) e para vender (obter renda) e, principalmente, de desfrutar de maior qualidade de vida para eles próprios, para suas famílias e para os consumidores.

No entanto, a história da comercialização de alimentos no Feirão Colonial, bem como nos outros locais que integram a Teia Esperança, de acordo com informações obtidas nas entrevistas, não se construiu somente com boas ideias e ações organizadas. As instalações

físicas destinadas às atividades do Projeto Esperança/Cooesperança começaram a ser erguidas nos primeiros anos da década de 1990 e, obviamente, a estrutura para a comercialização não era igual a que se tem atualmente. Na época, apresentava-se pouco moderna e com muitas limitações de espaço, de conforto para o comerciante (agricultor familiar) e o consumidor, de acesso, etc. e ainda sofriam com as constantes pressões/inspeções da vigilância sanitária e de órgãos fiscalizadores.

Quando começamos em 1993, tudo era mais difícil: eram barracas que voavam com o vento, nos molhávamos todos com as chuvas, sofriamos com o frio; não era fácil mesmo [...]. Os mais antigos são verdadeiros heróis porque aguentaram firmes neste propósito e acreditaram nas ideias de Dom Ivo e na coragem da irmã Lourdes para tocar o projeto. (Sr. Mário Veloso, da Associação Charlie, de Pinhal Grande).

Além da pressão sofrida pelas instituições públicas para as adequações, principalmente, de ordem sanitária, os agricultores familiares entrevistados, por meio dos relatos, revelam que, com o crescimento da feira, passou a existir uma pressão velada por parte de grandes redes de supermercados que integram o circuito superior, para que esses agricultores, integrantes do circuito inferior, produzissem alimentos para esses supermercados revenderem. Segundo eles, foram apresentadas propostas de contratos fixos, objetivando a obtenção de alimentos em grandes quantidades, com custos baixos, não importando o sistema de plantio. Porém, esses agricultores familiares rejeitaram as propostas porque se tornariam dependentes dessas empresas, por conta das cláusulas contratuais de exclusividade. Importante considerar que, caso tais propostas tivessem sido aceitas, poderia haver uma diminuição da produção de alimentos orgânicos, haja vista as grandes quantidades de hortifrúti exigidas/demandadas, o que influenciaria na adoção de um sistema de produção agrícola com ciclo produtivo mais rápido, como o convencional e, seguramente, haveria a transferência de clientes para esses supermercados.

A respeito de conflitos e tensões como esses que ocorreram entre essas grandes redes de supermercados e os agricultores familiares da Cooesperança e que envolvem as atividades dos circuitos superior e inferior, Santos (2004) menciona que, frequentemente, grandes empresas buscam controlar atividades similares no mercado e, eventualmente, absorvê-las.

Verifica-se que é por meio da organização coletiva e dos estímulos da Cooesperança que os agricultores familiares produtores de orgânicos buscam amenizar as pressões e resolver as dificuldades que se apresentam, a fim de resistir e permanecer no mercado.

Conforme relato do agricultor familiar, Sr. Otávio Pereira, da Associação Alfa, de Agudo, a organização social, via pequenas associações e Cooesperança, foi a forma

encontrada pelos agricultores familiares não só para realizar a comercialização dos alimentos produzidos, mas também para reivindicar melhores estradas para escoamento da produção, receber informações concretas sobre as formas de obter créditos, microcréditos, financiamento para produzir e/ou ampliar a capacidade da unidade produtiva, receber assistência técnica de instituições estatais, dentre outras necessidades.

Por outro lado, os depoimentos dos agricultores familiares entrevistados revelam que, em algumas associações, há desafios internos a serem enfrentados, sob pena de enfraquecimento dessas associações ou de diminuição da capacidade de atuação ou, ainda, de abalar por completo a sua existência. São eles: ação de indivíduos que priorizam a comercialização dos seus produtos, ao invés de comercializar de maneira equitativa os produtos de todas as famílias pertencentes à associação, evidenciando, dessa forma, preocupação com bom desempenho individual, deixando em segundo plano o coletivo; o interesse em buscar popularidade para ocupar cargos e/ou fazer parte de governos municipais, ou seja, a única preocupação é com o individual renegando, portanto, os interesses coletivos; a desconfiança entre membros de uma mesma associação, em virtude da ausência de um controle financeiro rígido.

Dificuldades como essas têm relação direta com a organização e a participação coletiva voltadas para a comercialização, interferindo negativamente nesses processos. Elas causam turbulências na gestão participativa das associações e, principalmente, da Cooesperança e comprometem o exercício democrático desses agricultores familiares. Esses problemas podem ser causas para a afirmação de Rech (2000, p. 95): “Na vida prática das cooperativas, nem sempre a democracia é preservada.” Por isso, é que “[...] na vida da cooperativa, a democracia é uma conquista a ser realizada permanentemente e deve ser um debate presente em todos os momentos da entidade.” (RECH, 2000, p. 98).

Outro elemento a ser destacado é que o processo de organização coletiva deve ser desenvolvido a partir de objetivos comuns às famílias e ter como meio e fim a construção da convivência social propulsora de desenvolvimento coletivo. Conforme verificou-se por meio das entrevistas, esse entendimento é compartilhado pela maioria dos agricultores familiares, no entanto, o objetivo comum mais citado por ser considerado o mais importante é apenas o de vender os produtos.

Entretanto, num sentido mais amplo, o êxito da organização coletiva está relacionado com a construção coletiva de forças para fazer frente às necessidades comuns e com a soma de esforços para o sucesso dos objetivos, buscando apoio de entidades que possam auxiliá-los no andamento das atividades, não apenas no aprimoramento da estrutura de comercialização,

porque esse passa a ser consequência das ações da coletividade de agricultores familiares.

Por isso, cabe especificar que, a organização coletiva, construída com bases sólidas na convivência social é a alternativa adequada para a inserção do agricultor familiar do COREDE Central, produtor de alimentos orgânicos, no mercado frente aos efeitos do processo de globalização, levando ao fortalecimento da articulação coletiva solidária e ao melhoramento da estrutura e da dinâmica de comercialização dos seus produtos.

Cabe destacar que, quanto a essa comercialização, identificou-se que o local mais utilizado pelos agricultores para comercializar e para divulgar os produtos tem sido as feiras livres, conforme relatos feitos por todos os entrevistados. Além disso, há produtores que realizam o fornecimento de alguns produtos para restaurantes e hotéis de Santa Maria. Ainda sobre esse aspecto, ressalta-se que apenas um produtor citou que utiliza uma rede social - o facebook – para colocar as fotos da plantação e divulgar os seus produtos.

Constatou-se, ainda, que essa comercialização direta entre produtor e consumidor final demanda aprimoramento porque, em sua grande maioria, não consta um rótulo nos produtos para identificação das características, validade e procedência, e a construção de uma relação de confiança foi citada pelos entrevistados como o fator que fidelizou os consumidores e é o que garante a venda.

Destaca-se que, para a realização das vendas, não há uma atuação da Coesperança para formação dos preços de venda. Conforme depoimento do Sr. Ademir Ribeiro, da Associação Foxtrot, de Santa Maria: “Cada um coloca o seu preço. [...] A alface, por exemplo, é vendida por preços variados. Hoje, cada produtor estabelece o preço do seu produto.” Na visão desse agricultor familiar, critérios claros para a formação dos preços deveriam ser estabelecidos e a cooperativa deveria incentivar a todos os agricultores que comercializam ali a praticar um preço padronizado.

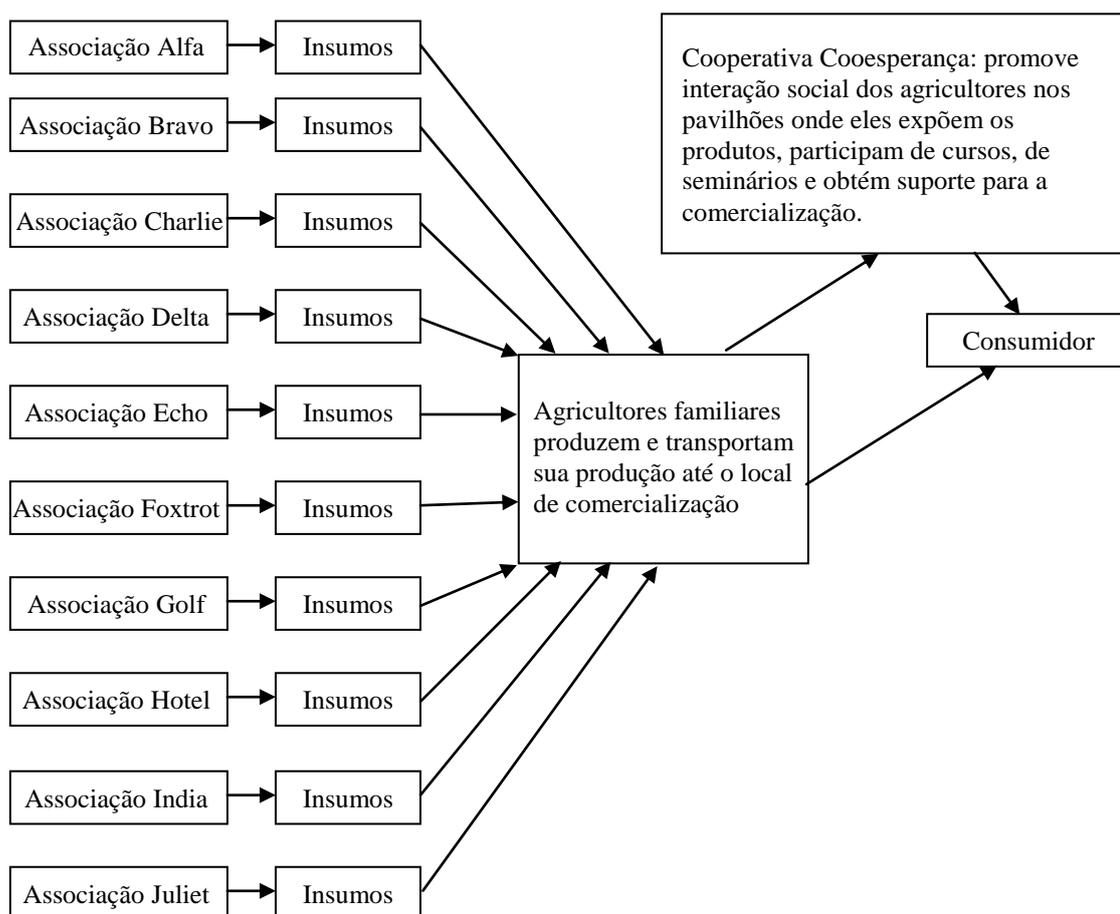
Ainda, sobre a formação dos preços, o Sr. Rudimar Bernardes, da Associação Echo, do município de Santa Maria, afirma que “[...] antigamente, até tinha umas placas que definiam, claramente, os preços dos produtos que eram vendidos na feira, mas, hoje, não tem nada e, cada um coloca o preço que quer, em função dos seus custos e da qualidade dos produtos.”

No que se refere à qualidade dos produtos, constatou-se que os agricultores de duas associações obtiveram a certificação, por meio da certificação participativa no ano de 2014, e são oficialmente rotulados como produtores de alimentos orgânicos. Os demais estão em processo de transição e passam por diversas adaptações de seus sistemas de produção.

Quanto à articulação dos agricultores familiares do COREDE Central, observou-se que eles se reportam às associações e à Coesperança para operacionalizar a dinâmica de

comercialização dos produtos orgânicos. Esses processos organizativos (Esquema 3) são, portanto, realizados a partir de articulações dos próprios produtores, das associações e da cooperativa e de suas relações comerciais já estabelecidas com o consumidor.

**Esquema 3 – Processos organizativos dos agricultores familiares da região do COREDE Central e suas relações comerciais na cadeia de comercialização dos alimentos orgânicos**



Fonte: esquema elaborado pela autora.

Com base na ação coletiva, os agricultores familiares realizam um processo de aquisição de sementes em suas respectivas associações, desenvolvendo também um troca-troca de sementes entre os membros da associação ou intercambiando com outros grupos. Os interesses e valores comuns desses agricultores geram um movimento de cada associação em direção ao espaço de comercialização, ou seja, eles desenvolvem toda a logística até chegar no local do pavilhão da Coesperança, onde acontece uma integração social desses agricultores com a comunidade local, ao mesmo tempo em que se desenvolvem as atividades de comercialização.

Tais considerações indicam que pode haver um estímulo ou uma necessidade maior de interações, articulações, *pool* de produtores, associações, etc. para o desenvolvimento do comércio de alimentos orgânicos no COREDE Central.

Cabe destacar que, em torno do Feirão Colonial, movimentam-se os agricultores e suas associações; algumas instituições, como a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e, também, organizações que desenvolvem atividades de apoio ao meio rural, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/Rio Grande do Sul e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – Emater/RS-Ascar por meio de seus extensionistas; organizações civis; outras entidades de planejamento da cidade de Santa Maria e região, como a Agência de Desenvolvimento de Santa Maria – ADESM; e, ainda, os consumidores que se interrelacionam constituindo uma rede e viabilizando a comercialização dos alimentos orgânicos.

Essa rede organizada em torno dos agricultores familiares fomenta a multidimensionalidade do meio rural, ou seja, esses produtores não possuem uma vinculação restrita com o meio rural e com a agricultura.

O convívio no meio urbano e a prática do comércio nas cidades caracterizam esses agricultores como pluriativos, independentemente de ter ou não mais fontes de obtenção de renda, uma vez que participam ativamente do setor primário, produzindo alimentos, do setor secundário (em pequena escala), transformando esses alimentos e do setor terciário, comercializando o produto final.

Além disso, esses produtores e suas famílias têm desempenhado papel bastante ativo, ainda que incipiente, ao participarem e exporem seus anseios em reuniões e encontros promovidos por instituições públicas, como as Secretarias Municipais de Agricultura, Emater/RS-Ascar, universidades, etc. e, principalmente, pela Cooesperança que tem o objetivo de desenvolvimento e execução de um planejamento, por meio do qual Santa Maria e região passem a ser referência no fortalecimento de organizações coletivas e da sustentabilidade da sociedade, por meio de princípios e valores do comércio realizado de forma justa e solidária (ADESM, 2013).

### **3.5 Ocupação das terras e início da produção de alimentos orgânicos na REDUP**

Para compreender o contexto da atividade agrícola desenvolvida na *REDUP*, investigou-se a trajetória histórica e migratória na região. Aborda-se a imigração e ocupação portuguesa e principalmente a boliviana, porque, atualmente, são os agricultores familiares de origem boliviana que dominam a produção de hortifrúti em unidades produtivas familiares.

Na Argentina, habitualmente, a história da imigração é narrada em três fases: a precoce, a de massas e a contemporânea (DEVOTO, 2003). Nesta pesquisa, detém-se, na terceira fase, porque é quando a ocupação das terras da *REDUP* destinadas à agricultura realmente começa

a se definir em uma configuração de “passagem de bastão”. Ou seja, os imigrantes portugueses deixam a produção, principalmente a de hortaliças e frutas, nas mãos dos imigrantes bolivianos.

Do contexto histórico de ocupação das terras da zona norte da província de *Buenos Aires* onde, atualmente, insere-se a *REDUP*, destaca-se que, por volta da década de 1950, imigrantes portugueses vieram para ocupar e trabalhar nessas terras.

De posse das terras na região, os imigrantes portugueses dedicaram-se a produção agrícola até meados dos anos 1990, quando verificou-se uma grande especulação imobiliária que atraiu os proprietários das *quintas* para adentrarem nesse ramo de negócios.

Atualmente, a maioria dos imigrantes portugueses reside nos arredores da capital federal Buenos Aires e muitos deles vivem dos arrendamentos de terras, justamente, para os imigrantes bolivianos que assumiram o setor de produção de hortaliças e frutas.

Por volta de 1946, os registros históricos apontam que, em condições de extrema precariedade nos locais em que chegavam as famílias de bolivianos, como na província de Salta, onde os primeiros imigrantes começaram a trabalhar como empregados na produção do tabaco (OWEN; HUGHES, 2002).

Nessa trajetória migratória, os agricultores passaram por diversos lugares do território, e, inclusive, retornavam ao seu país de origem para levar um pouco de dinheiro aos parentes que lá permaneciam. Dessa forma, quando migravam dentro do território argentino, buscavam terras para a produção de verduras e, em busca de oportunidades e terras férteis, as migrações chegaram, rapidamente, ao norte da província de *Buenos Aires*.

A partir de 1960, com grande ímpeto, os bolivianos iniciaram seu processo migratório na Argentina, inicialmente em regiões de fronteira entre Argentina e Bolívia e, posteriormente, como consequência das mudanças que aconteceram nas economias regionais, ocuparam a região metropolitana de *Buenos Aires* (DEMARCHI, 2012).

Segundo Pizzaro (2009), na década de 1970, chegaram ao município de *Escobar* os primeiros os imigrantes bolivianos e se inseriram como mão de obra nas “*quintas*” frutihortícolas.

Mas foi, a partir dos anos de 1980, que a agricultura familiar existente nas regiões próximas da cidade de *Buenos Aires* passou a ser notada pela ampliação no volume de produção hortícola, desenvolvida pelos imigrantes bolivianos (PIZARRO, 2009). A articulação social e a estruturação de associações se tornaram fundamentais para os agricultores porque, apesar de proporcionar visibilidade da agricultura, os bolivianos sofriam muita discriminação social, e isso contribuiu para que muitos evitassem circular em público,

especialmente com objetos que indicassem a sua identidade.

Segundo Benencia (2012), por volta do final do século XX (anos 1990) e início do século XXI, o imigrante boliviano passou a produzir alimentos, não mais como empregado, mas como patrão, e criou uma hegemonia na produção de verduras, legumes e frutas, o que caracteriza a região periurbana de *Buenos Aires*, inclusive a *REDUP*, como o cinturão verde mais importante da Argentina.

No início da ocupação das terras na *REDUP*, esses imigrantes bolivianos que ocuparam os espaços tinham dificuldades semelhantes às existentes no Brasil. Os agricultores familiares sobreviviam como podiam, porque não possuíam nenhuma infraestrutura para ocupação dessas terras.

Conforme Benencia, Quaranta e Casadinho (2009), os habitantes locais não-bolivianos perseguiam, praticavam atos de violência, discriminavam e humilhavam os imigrantes, pois entendiam que os bolivianos estavam ocupando os postos de trabalho disponíveis que deveriam ser dos moradores locais ou nativos. Essas práticas se multiplicavam e eram mais evidentes em momentos de crise do país, quando havia um alto índice de desemprego. A combinação das violências sofridas com a dificuldade de inserção no mercado de trabalho contribuiu para um processo de exclusão social dos imigrantes e os levou à organização de ações coletivas que amenizassem tais dificuldades e permitissem a sobrevivência deles num ambiente hostil. Assim, originaram-se as associações de bolivianos residentes na zona norte da província de *Buenos Aires*.

A magnitude de produtores e de famílias de origem boliviana na horticultura da área, a dinâmica de suas organizações e suas ações coletivas dão conta de uma crescente presença social. A vulnerabilidade dos residentes bolivianos da zona norte da área hortícola bonaerense diante dos prejuízos, comportamentos discriminatórios e ações violentas por parte dos habitantes locais não-bolivianos teve picos de recrudescimento em distintos momentos desde o final da década de 1980 até a atualidade; inclusive, está claro que as instâncias de intolerância por parte do resto da sociedade tem funcionado como elemento intensificador de discriminação. Mais ainda, a origem da primeira organização formal vincula-se com uma situação de violência e perseguição que os têm como protagonistas. Em princípio, as redes locais de parentesco e camaradagem que congregam os imigrantes bolivianos em distintos âmbitos de socialização propiciam uma maior visibilidade na sociedade local e constituíram uma condição necessária para o emergir da organização. (BENENCIA; QUARANTA; CASADINHO, 2009, p. 26, tradução nossa)

As formas de organização de ação coletiva representaram para as famílias um instrumento estratégico de socialização, bem como facilitaram o processo de estruturação econômica. As associações desenvolvidas na região pelos imigrantes bolivianos, ao longo da história, funcionaram como esteios para a superação das crises sociais e econômicas, em

virtude de estabelecerem redes de relações fundamentais para a produção e para a comercialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Um marco da coletividade dos bolivianos deu-se com a criação, em 17 de fevereiro de 1990, da *Coletividad Boliviana de Escobar*, uma associação civil que foi desenvolvida com o objetivo de unir forças para representar os bolivianos e os de origem boliviana diante da sociedade e das autoridades argentinas (PIZARRO, 2009). É notório na *REDUP* que essa associação coordenou e coordena ações contra os atos discriminatórios, debates com os associados sobre oportunidades de trabalho e possibilidades de obtenção de melhores condições de vida e discussões com as autoridades governamentais locais sobre as necessidades dessa coletividade.

De uma maneira similar à criação dessa associação em *Escobar* surgiram, no município de *Pilar*, a *Asociación Boliviana de Pilar* e a *Cooperativa Hortícola 2 de Septiembre* dos produtores bolivianos; em *Exaltación de la Cruz*, a *Colectividade Boliviana de Parada Robles*; em *Zárate*, a *Sociedad Boliviana de Zárate*; e em *Campaña*, a *Colectividad Boliviana de Campaña*. Essas e outras associações de bolivianos se fazem presentes na vida cotidiana desses imigrantes nessa região, em diversas atividades sociais e desportivas, nas igrejas e nas feiras e, principalmente, auxiliam os agricultores familiares, conforme depoimento do Sr. Miguel Velázquez, agricultor familiar residente no município de *Escobar*:

[...] Eu passei muitas dificuldades quando cheguei aqui, não me sentia bem. [...] Além da vida difícil, o pessoal [argentinos, de modo geral] tratava mal os bolivianos que chegavam aqui [na Argentina]. Mas, depois da criação da associação [*Colectividad Boliviana de Escobar*] passamos a ter um pouco mais de dignidade e de vontade para produzir e comercializar alimentos e com isso melhorar de vida, dar uma condição melhor para nossos filhos. (tradução nossa).

Em função da situação de vulnerabilidade e precariedade, esses agricultores entrevistados revelaram que, por meio de processos organizativos coletivos, construíram uma estrutura que impulsionasse a produção e minimizasse dificuldades, especialmente as econômicas e sociais.

Esses relatos confirmam-se nas palavras de Feito, Galán e Brodd (2009) que afirmam que as associações surgiram para suprir necessidades identificadas pelos produtores. Um exemplo disso é a *Asociación Boliviana de Pilar* que se destacou por auxiliar na resolução de situações conflituosas, como a falta de financiamento e a dificuldade para colocar os produtos em novos mercados, bem como na intermediação junto às instituições públicas de assistência técnica para que esse serviço fosse realizado nas unidades produtivas de seus associados.

Quanto ao início da produção orgânica dos agricultores familiares da *REDUP*, Casadinho (1995) atribui relevante importância às primeiras experiências que datam de meados dos anos de 1980, pois é quando esse modo de produção começa a ganhar notoriedade na área hortícola da grande *Buenos Aires*.

Diversos fatores contribuíram para que isso ocorresse, dentre eles: um melhor preço dos alimentos orgânicos na comparação com os produzidos de forma convencional, um incremento do consumo vinculado ao desejo do consumidor de alimentar-se com produtos mais saudáveis e livres de contaminação, o assessoramento de uma rede de instituições voltadas para a agroecologia e a regulamentação da produção orgânica no país (CASADINHO; DURÁN; MOYA, 2009).

Outro aspecto que ajuda a consolidar a agricultura orgânica na *REDUP* é o processo de capacitação e assistência técnica às famílias, desenvolvido a partir do ano de 1990, por meio do programa *Pro-Huerta*<sup>11</sup>, política pública que permite aos agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos na *REDUP*, universo desta pesquisa, receberem assistência técnica do *INTA* para produzirem alimentos com bases ecológicas nas hortas comunitárias e nas propriedades individuais.

Nos últimos anos, agricultores e suas famílias, coletivamente e com apoio de associações de bairros e do *INTA*, vêm desenvolvendo plantações de hortaliças, principalmente, e de frutas em hortas comunitárias, o que lhes proporciona alimentos para subsistência e possibilita a comercialização do excedente.

### **3.6 Formas de organização de ação coletiva atuantes nas redes de produção e de comercialização de alimentos orgânicos da agricultura familiar na *REDUP***

Inicialmente, faz-se necessário destacar que o levantamento de dados a serem expostos, quanto às formas de organização de ação coletiva na *REDUP*, contou com o apoio do pessoal do *INTA*.

Tal levantamento de dados restringiu-se à área de abrangência geográfica das famílias de agricultores pertencentes às associações vinculadas a projetos com produção de alimentos orgânicos e/ou em processo de transição, com processos organizativos específicos e relacionados ao foco desse estudo (Tabela 2).

---

<sup>11</sup> O programa *Pro-Huerta* – política pública implementada pelo *Ministerio de Desarrollo Social*, por meio da *Resolución* nº 239/90, e desenvolvida pelo *INTA* – destina-se à autoprodução de alimentos com bases agroecológicas cujos objetivos envolvem melhorar a soberania alimentar, favorecer a participação e organização de setores vulneráveis da população, principalmente, os que estão com as necessidades básicas insatisfeitas ou abaixo da linha de pobreza, e propiciar a comercialização do excedente da produção (MDS, 2013).

Optou-se por observar uma população que fosse apropriada ao estudo dos processos organizativos, considerando as formas de organização de ação coletiva utilizadas pela agricultura familiar, na Argentina, para produzir e comercializar alimentos orgânicos. Ou seja, o enfoque considerou aquelas famílias que integram associações e/ou cooperativas atuantes na *REDUP* para realizar a caracterização dessas formas de organização, bem como identificar aspectos contributivos das associações em relação aos agricultores familiares, a influência delas no processo de transformação da realidade social, econômica e cultural desses agricultores e sua relação com o processo de desenvolvimento da região.

**Tabela 2 – Famílias entrevistadas na *REDUP***

Associações e Municípios	Número de famílias	% do total da amostra de entrevistados
Associação Kilo – <i>Escobar</i> horta comunitária “Bairro A”	8	14,81
Associação Lima – <i>Pilar</i> núcleo de agricultores familiares	9	16,67
Associação Mike – <i>Campana</i> horta comunitária “Bairro C”	10	18,52
Associação November – <i>Pilar</i> horta comunitária “Bairro D”	10	18,52
Associação Oscar – <i>Exaltación de la Cruz</i> horta comunitária “Bairro E”	8	14,81
Associação Papa – <i>Zárate</i> horta comunitária “Bairro F”	9	16,67
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100</b>

Fonte: tabela elaborada pela autora.

A Associação Kilo, localizada em *Escobar*, com oito famílias, produz em uma área de 0,5 hectare uma variedade de hortifrúti que dá conta da subsistência das famílias e possibilita a venda do excedente. A horta é comunitária, mas a área foi dividida entre essas famílias e cada uma possui os seus canteiros para cultivar hortaliças, de acordo com a época: verão ou inverno.

Em *Pilar*, a Associação Lima, formada por um núcleo de nove agricultores e suas famílias que produzem alimentos orgânicos, foi o modo de eles, como imigrantes bolivianos, obterem auxílio-mútuo para desenvolverem suas atividades agrícolas e enfrentarem e superarem as dificuldades de inserção no mercado. Sua constituição relaciona-se com a busca

de uma evolução socioeconômica proposta a partir da alternativa de geração de renda e da garantia de emprego estabelecida por um modo de plantio que não agride o meio ambiente – a produção orgânica. Sua estruturação tem ligação com incentivos de religiosos de uma igreja evangélica existente próxima da área produtiva. Essa área foi dividida entre as famílias, de forma que, cada uma delas possuísse uma área de, aproximadamente, quatro hectares para produzir grande quantidade de hortaliças e frutas orgânicas ou *naturales*, como denominam os agricultores, em virtude de não possuírem certificação. Um aspecto peculiar desse núcleo de horticultores é que toda área é arrendada de um mesmo dono. Isso permite que as famílias mantenham-se vivendo próximas umas das outras, compartilhando momentos de lazer (futebol e festas com temas bolivianos) e de religiosidade.

No município de *Campana*, a área da horta comunitária da Associação Mike foi dividida entre as dez famílias que a integram, pois cada uma é responsável pelo plantio de um ou dois tipos de hortaliça. Por isso, há um troca-troca de produto final entre as famílias e o resultado da comercialização também é dividido igualmente.

A Associação November, localizada no município de *Pilar*, conta com dez famílias associadas que, em uma área de um hectare, produzem alimentos suficientes para a subsistência e para comercializarem o excedente no próprio local de produção e na feira da *Cooperativa Hortícola 2 de Septiembre*.

Em *Exaltación de la Cruz*, oito agricultores familiares plantam hortaliças na horta comunitária da Associação Oscar, com intuito de prover o sustento das famílias. A área é um terreno de 1.000m<sup>2</sup> que foi disponibilizado pela Associação de Bairro “E” como forma de auxiliar essas famílias de origem boliviana a inserirem-se na comunidade, a terem trabalho e uma vida digna.

Formada por nove agricultores familiares, a Associação Papa, no município de *Zárate*, estabeleceu uma horta comunitária, cuja área de, aproximadamente, 0,5 hectare foi dividida entre as famílias, a fim de que cada uma delas possuísse seus canteiros para cultivar e compartilhar os resultados da produção, tanto para a subsistência quanto para a comercialização do excedente. Esses agricultores cultivam diferentes tipos hortaliças, de acordo com a época: verão ou inverno, e recebem apoio de assistência técnica para produzirem alimentos orgânicos do *Centro Integrador Comunitário de Zárate*.

Um aspecto a ser ressaltado no âmbito dessas associações de hortas comunitárias é a pluriatividade<sup>12</sup>, pois enquanto os pais, de modo geral, ocupam-se com a horta e com

---

<sup>12</sup> A pluriatividade, grosso modo, é uma prática social que exige o envolvimento do agricultor familiar e/ou de sua família em outras atividades laborais, além da agricultura.

pequenos reparos (biscastes), atuando como pintor, eletricista ou bombeiro hidráulico, os filhos ocupam-se na construção civil, trabalham como garçons ou taxistas à noite e as filhas fazem faxinas (diaristas) ou são empregadas domésticas na região ou na capital federal.

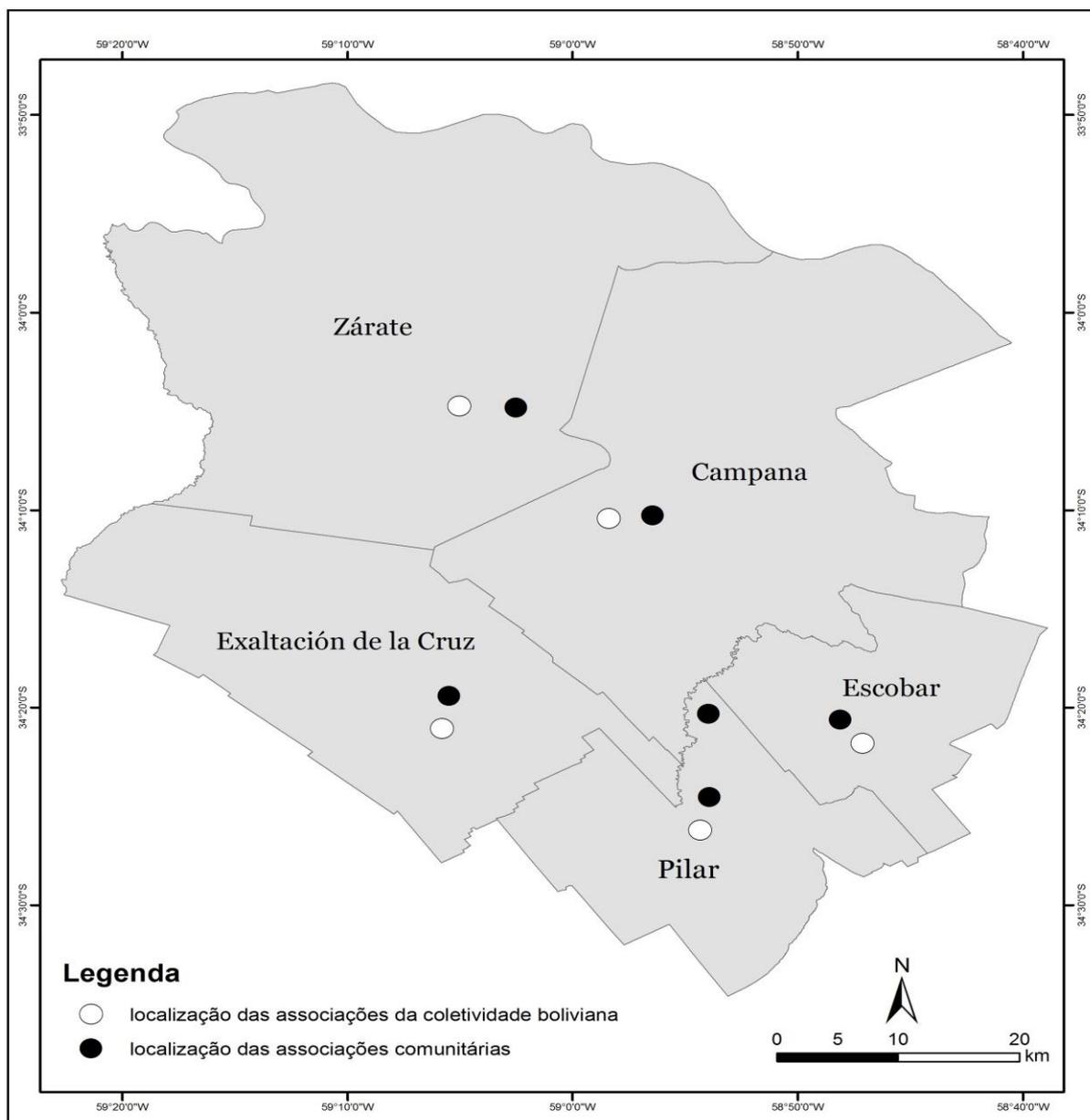
Essas famílias entrevistadas fazem parte de associações de bairros que se localizam na divisão regional da *REDUP* (*Zárate, Campana, Escobar, Pilar y Exaltación de la Cruz*). Todas essas associações, com exceção da Associação Lima, no município de Pilar, vêm sendo beneficiadas pelo programa *Pro-Huerta*, na modalidade horta comunitária de bairro.

Apesar de o *INTA*, por meio desse programa, fornecer *kits* de sementes para o plantio agroecológico e desenvolver cursos para capacitação dessas pessoas, considera-se que a produção dessas famílias está em processo de transição porque nenhuma delas possui certificação de conformidade orgânica (os motivos serão abordados no Capítulo 4, desta tese).

Quanto aos processos organizativos desenvolvidos pelos agricultores familiares entrevistados na *REDUP*, verifica-se as parcerias realizadas para produção de alimentos nas hortas comunitárias têm forte apoio das associações de bairros, bem como das coletividades bolivianas organizadas nos municípios da região (Mapa 4). Dessa maneira, essa integração entre os agricultores familiares de origem boliviana torna-os mais capazes de inserirem-se como cidadãos na comunidade e como produtores hortícolas no mercado de hortifrúti da *REDUP* e grande *Buenos Aires*.

Depois de ressaltar algumas características das hortas comunitárias e das associações que desenvolvem atividades hortícolas orgânicas na *REDUP*, a seguir visualizam-se os locais onde se dá a produção e as áreas de abrangência geográfica das coletividades bolivianas.

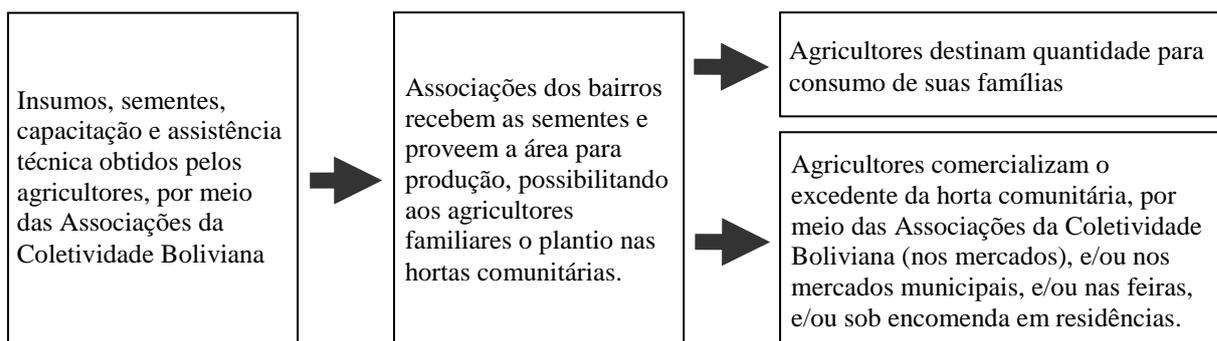
**Mapa 4 – Distribuição regional das associações na REDUP**



Fonte: mapa organizado pela autora e elaborado por João Paulo Delapasse Simioni, a partir do IGN.

Nos processos organizativos existentes na REDUP, verificou-se que as associações da coletividade boliviana são instituições fundamentais para a resolução dos conflitos referentes às questões da terra, à organização de documentação em geral, inclusive as relacionadas aos processos migratórios, além de amparar seus associados nas dificuldades econômicas, quando há falta de financiamentos estatais ou privados. Essas associações constituem-se, ainda, como elos para recebimento de sementes, articulação de assistência técnica, dentre outros serviços e servem de ponto de apoio para a comercialização dos excedentes da produção de hortifrúti (Esquema 4) produzidos pelos agricultores familiares.

#### Esquema 4 – Sistema de organização utilizado por agricultores familiares na REDUP



Fonte: esquema elaborado pela autora.

A análise das entrevistas obtidas com os agricultores familiares da REDUP vinculados a essas associações aponta para uma nítida dependência deles em relação às formas de organização de ação coletiva desenvolvidas na região, pois o “existir” como membro de uma sociedade, produzir, comercializar, etc. só é possível por meio da coletividade, caso contrário, voltariam a ter as imensas dificuldades do princípio da colonização.

### 3.7 Articulações para a produção de orgânicos na REDUP

A produção de alimentos orgânicos na REDUP demanda esforço dos agricultores familiares envolvidos nesse processo, em virtude da inviabilidade de certificação por auditoria, única possibilidade na Argentina, e da falta de sensibilidade do Estado em relação ao reconhecimento “oficial” da garantia orgânica desses alimentos produzidos por outro sistema, apesar do desenvolvimento de programas estatais de incentivo à produção agroecológica, como o *Pro-Huerta*, o que evidentemente não deixa de ser uma contradição. Diante disso, o fazem por outros motivos: produzir alimentos saudáveis para consumo próprio (subsistência) e para pôr na mesa dos consumidores, diminuir os riscos à saúde com a não manipulação de agroquímicos e preservação do meio ambiente, solo e água, principalmente.

Apesar da inexistência de outros sistemas de certificação na Argentina que possibilitem a certificação de alimentos orgânicos oriundos da agricultura familiar, o depoimento do Sr. Nicolás Avellaneda, da Associação November, de *Pilar*, esclarece que o início do plantio dos orgânicos, além de ter sido estimulado pelo programa *Pro-Huerta*, foi amparado pela estrutura da associação do Bairro “D”. Essa conexão de apoio estatal e de uma forma de organização de ação coletiva possibilitou a produção de um alimento sadio e a ampliação da renda, o que está entre as principais motivações desse agricultor:

[...] A capacidade de produzir um novo produto é uma das muitas coisas que mudaram no campo nos últimos anos e essa realidade pode ser vista nas hortas comunitárias. [...] Há uma motivação especial na produção de uma ampla variedade de produtos e isso indica um novo tempo que faz com que deixemos para trás tudo o que se fazia ou usava anteriormente: a plantação pouco variada e pesticidas na agricultura convencional. [...] A Associação [November] incentiva a mudança coletiva, mas o que mais me motiva é a maneira de produzir alimentos saudáveis que garantam a sobrevivência de minha família.

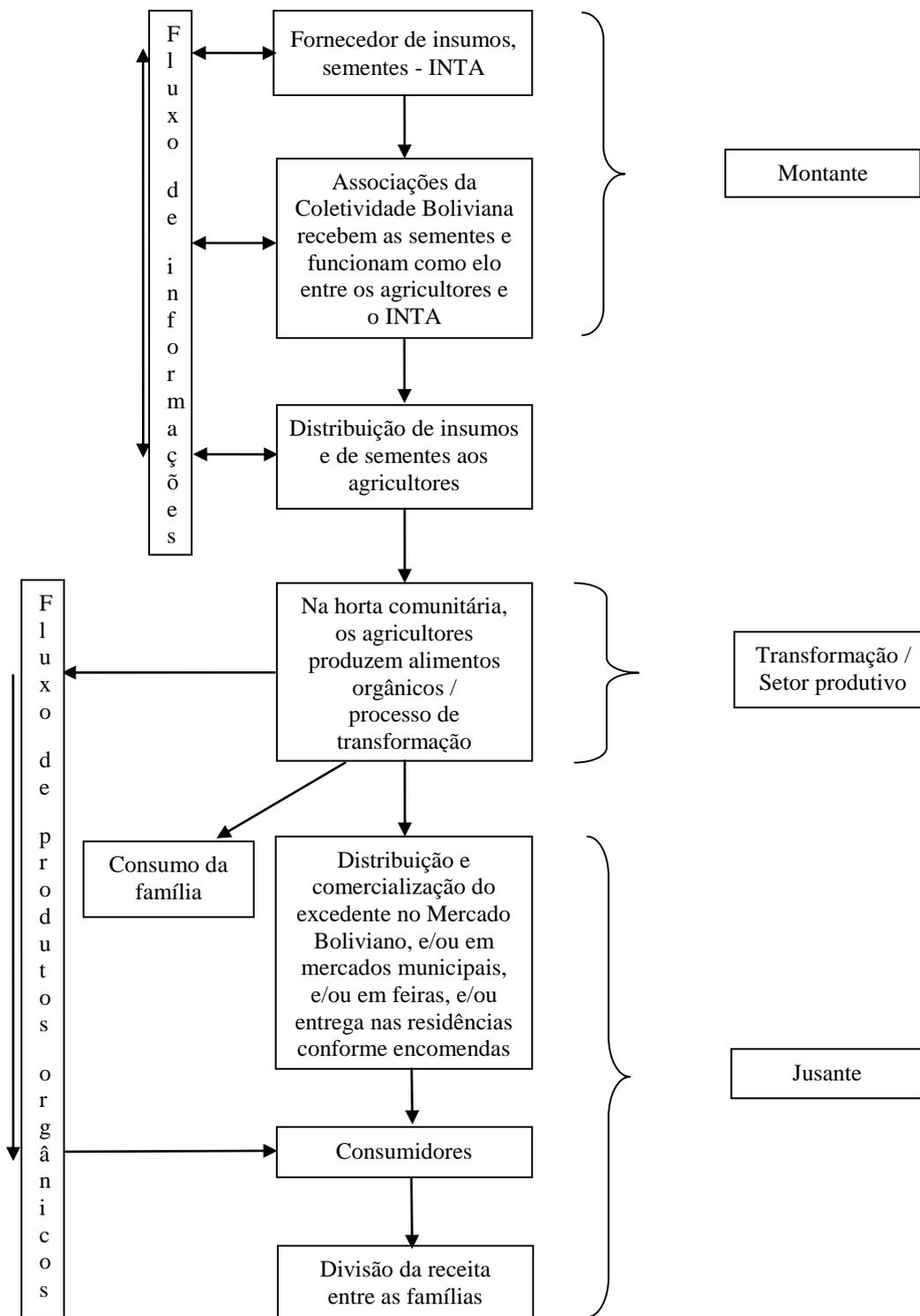
Cabe destacar que, entre as respostas dos entrevistados, ficam evidentes mais alguns motivos que os levaram ao início do plantio dos alimentos orgânicos, como: a preocupação com a própria saúde, de seus familiares e dos consumidores; a preservação do meio ambiente, incluindo a conservação do solo e a qualidade da água, principalmente.

Nesse sentido, pode-se constatar que as terras utilizadas pelos agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos vêm sendo recuperadas aos poucos, com a produção orgânica planejada e implantada pelas associações de bairros e incentivada pela coletividade boliviana e por instituições públicas como o *INTA*.

A receita da venda do excedente mantém as famílias e o aumento da procura por alimentos mais saudáveis estimula os produtores a (re)pensarem formas de ampliar a produção, ou aumentando a área de plantio, ou aprimorando as técnicas de cultivo para obter melhores resultados sem necessidade de ampliação da área de cultivo. As hortas comunitárias, por exemplo, já estão quase no limite, isto é, há área para expandir, mas é muito pouca, algo em torno de 100 a 300m<sup>2</sup>.

Por isso, os processos organizativos de produção de alimentos orgânicos na *REDUP*, para superar as questões de todas as ordens enfrentadas pelos agricultores familiares, possuem uma vinculação com a organização de associações da coletividade boliviana, presentes em cada um dos municípios da região e, também, com formas organizativas desenvolvidas nos bairros, compostas por, em média, dez famílias em cada horta comunitária. Essas famílias se apoiam na estrutura das associações da coletividade para receber as sementes, a fim de iniciar o plantio. Nessa estrutura, o excedente da produção é levado às feiras, ou comercializado e distribuído nas residências, conforme solicitação dos consumidores.

**Esquema 5 – Fluxos da cadeia de produção de alimentos orgânicos na REDUP**



Fonte: esquema elaborado pela autora.

Como o objetivo de diminuir os custos, o grupo de produtores colhe os alimentos, organiza o excedente e envia para as encomendas dos consumidores ou para as feiras, completando, assim, o fluxo dos produtos orgânicos na REDUP. Essa organização é extremamente primitiva, com formas de comércio não-moderno.

Verifica-se que os fluxos de informação não seguem a regra de levar a informação em direção às fontes de matéria-prima, a fim de melhorar a produção dos alimentos orgânicos. Tais fluxos acontecem com maior intensidade entre associações de coletividade boliviana e *INTA*, posteriormente, entre *INTA* e agricultores familiares e, por último, as informações são obtidas no contato com o consumidor a respeito da quantidade necessária de produtos.

Essa relação de fluxos torna evidente que a organização das associações pesquisadas demanda uma melhoria no sentido de projetar o mercado e identificar as necessidades dos consumidores em relação aos produtos. Por isso, nas atividades realizadas nas feiras, onde são obtidas tais informações, estão presentes evidências da inserção desses agricultores familiares argentinos no circuito inferior da economia urbana.

Observou-se que os agricultores familiares da *REDUP* procuram sobreviver como podem em meio aos conflitos sociais e buscam constantemente a aceitação dos produtos no mercado; e que a produção de alimentos efetiva-se, porque existe uma demanda dos próprios agricultores e suas famílias e, também, do mercado local para o consumo de produtos orgânicos.

Essa consolidação dos alimentos orgânicos no mercado só ocorre, em grande parte, por causa do interesse de indivíduos que se situam no circuito superior da economia urbana, onde se processa a criação de riquezas nas cidades. Com isso, a precariedade na análise das informações dessa demanda e as dificuldades econômicas fazem com que as associações dos agricultores familiares não desenvolvam uma estrutura equivalente à necessidade de produção e ao fornecimento de produtos, conforme as exigências e necessidades do mercado.

### **3.8 Articulações e construções solidárias na *REDUP* para atuar no mercado de alimentos orgânicos**

No contexto comercial de alimentos orgânicos ou naturais produzidos pelos agricultores familiares na *REDUP*, constatou-se que, de modo geral, as associações e cooperativas dão suporte à comercialização desses produtos e são conduzidas por uma solidariedade étnica, objetivando contestar a natureza de desigualdade que está subentendida na lógica das classes e nas relações entre bolivianos e não bolivianos residentes na Argentina.

Contudo, os agricultores formam associações por muitas razões, que vão muito além de uma história ou uma origem comum. As associações atuam em questões como conflitos por terra, envolvendo questões legais, e agem na organização desses agricultores, contribuindo significativamente para a operacionalização da comercialização dos produtos orgânicos entre os agricultores e os consumidores finais.

Conforme informações obtidas junto aos agricultores, constatou-se que a maior parte deles entende que a constituição de mercados próprios para comercialização desenvolvidos via associações de coletividade boliviana, tem contribuído significativamente para agregar valor ao produto final.

Apesar da existência de uma divisão territorial caracterizada como *REDUP*, a articulação das associações e seus agricultores associados é desenvolvida em cada município, com seus espaços e mercados definidos, que, aos poucos, foram surgindo, nesses últimos anos, nos municípios dessa região.

Todos os agricultores relataram que, para a comercialização hortícola, é uma segurança e maior garantia de venda levar os produtos a um local para comercialização e que a procura vem crescendo, o que garante um aumento na renda.

Para o agricultor familiar Sr. Rafael Palácios, da Associação Lima, de *Pilar*, “[...] há um lugar para vender, mas é preciso aumentar o volume de produção de verduras nas hortas comunitárias, porque as associações se encarregam da organização geral para a comercialização e de vários outros interesses dos associados [...]. É preciso aproveitar.”

Essa motivação para melhorar e aumentar a quantidade de alimentos produzidos é percebida nos relatos dos produtores de todos os municípios da *REDUP*. Além disso, os produtores de *Escobar* argumentaram que, com o incentivo da igreja evangélica e a mobilização criada pela associação da coletividade, ampliaram-se as razões para plantar e comercializar verduras no mercado da coletividade, em feiras menores ou de porta em porta (sob encomenda), melhorar a renda da família e, ainda, poder produzir e se alimentar com um alimento de maior qualidade.

Por outro lado, a comercialização em pequenas feiras, pelo seu caráter informal, gera algumas preocupações para os agricultores familiares, porque essas feiras têm crescido e, conforme relato dos agricultores, por causa da estrutura precária, sofrem pressões e constantes fiscalizações de órgãos governamentais e sanitários.

Segundo Pizarro (2009, p. 231): “Em contextos de recuperação socioeconômica, do mesmo modo que o caso dos pequenos mercados, este tipo de feira tem sido motivo de preocupação para as autoridades governamentais que aspiram reduzir a informalidade e aumentar a pressão fiscal.” (tradução nossa).

A importância das organizações associativas, portanto, vai além do enfrentamento dessas pressões sofridas pelos agricultores familiares no processo de comercialização. Elas possuem o desafio de se constituírem em canais de representação política na construção da democracia.

Em um contexto que abrange diversas possibilidades de (re)construção de formas de organização coletivas, essas associações da *REDUP*, indubitavelmente, priorizam a defesa dos interesses dos seus associados dos quais são representantes, conforme explicitam Feito, Galán e Brodd (2009, p. 203):

A importância das organizações da sociedade civil (privadas, não governamentais, sem fins lucrativos, de associação voluntária e com mecanismos de autogestão e diferentes de outras formas de organização próprias do sistema político – partidos políticos – e do econômico – empresas) radica seu caráter de “representantes” da cidadania. (tradução nossa, grifo das autoras).

A construção democrática a qual se aborda envolve, ainda, práticas de apropriação do espaço e do território que têm se desenvolvido por meio de um processo de formação de grupos de trabalho com identidade coletiva articulados em formas de organização de produção e de comercialização dos alimentos.

Em relação à comercialização, esses agricultores não possuem muitas maneiras de divulgação dos seus produtos, por se tratar de pequenos empreendimentos com poucos recursos e organização primitiva, apenas divulgam o produto de porta em porta e nas feiras. Também são ínfimas as iniciativas relacionadas à organização de critérios de formação de preço, porque apenas consideram algumas despesas comuns ao processo de produção para estabelecer o preço dos produtos produzidos na horta comunitária.

Não há, também, uma caracterização e rótulo que identifique que o produto é orgânico, bem como demais informações a respeito da sua qualidade, já que, na Argentina, os custos para obtenção do selo de certificação de produto orgânico são muito elevados para os agricultores familiares. Por isso, os consumidores reconhecem como orgânicos, porque o *INTA* fornece sementes produzidas de forma ecológica e os produtores não costumam aplicar agrotóxicos nessas hortas comunitárias, porque são muito caros.

Casadinho, Durand e Moya (2009, p. 284) reforçam a afirmação do motivo que leva os agricultores familiares a não certificarem os seus produtos

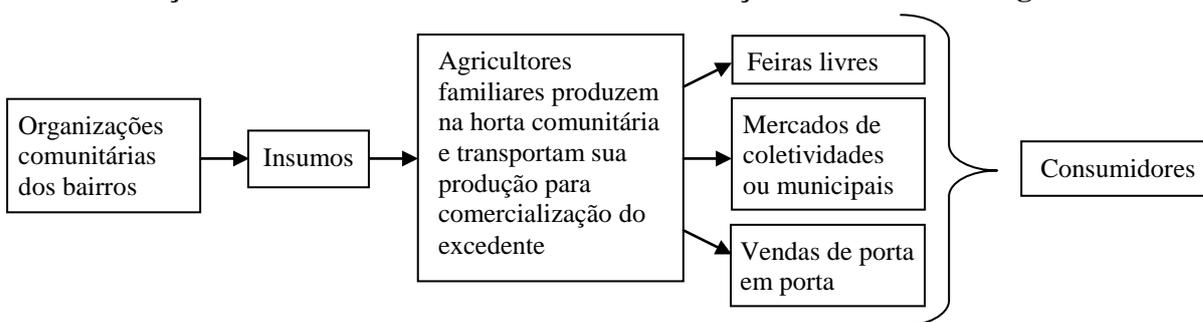
Ainda que existam mecanismos legais que regulam a procedência e certificam a produção orgânica criados a partir das normas estabelecidas pela Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM, 1990), a maioria dos produtores não certificam sua produção por meio das empresas habilitadas [empresas certificadoras]. Os produtores argumentam que a certificação implica um custo que não podem assumir, além de não ser necessária, já que essa certificação “oficial” é substituída pelo vínculo de confiança que se estabelece com o consumidor. Ao mesmo tempo, muitos produtores opõem-se à certificação “oficial” porque consideram que foi imposta sem considerar as necessidades dos consumidores e as características dos produtores. (tradução nossa, grifos dos autores).

Dessa forma, as associações dão apoio aos associados para desenvolverem a produção, mas não estabelecem muitos critérios para estabelecer estratégias de marketing e potencialização da comercialização dos produtos.

Para obter maior capacidade de produção, com o estudo de tecnologias de produção que proporcionem eficácia na produção dos orgânicos, já que a demanda existente ultrapassa o volume de excedentes disponíveis para venda, levando em consideração as condições gerais da área a ser plantada, do solo, da capacidade de mão de obra e da percebibilidade do produto. Como a distribuição acontece em áreas próximas da produção (nos mercados municipais ou de coletividade de cada município) e o contato do produtor é direto com o consumidor final, o preço do produto não é elevado, mas demanda uma planilha de custos organizada para que o agricultor saiba exatamente quanto está gastando na produção e estabeleça o preço final justo.

A integração dos agricultores familiares na comunidade onde residem facilita a articulação entre eles e as associações das quais fazem parte para fazerem frente aos efeitos da globalização, uma vez que eles se amparam nas associações de coletividade para operacionalizar a comercialização dos produtos. Esses processos organizativos (Esquema 6) são, portanto, desenvolvidos pelos próprios agricultores familiares e suas associações para viabilizar as vendas de alimentos orgânicos.

**Esquema 6 – Processos organizativos dos agricultores familiares da REDUP e suas relações comerciais na cadeia de comercialização dos alimentos orgânicos**



Fonte: esquema elaborado pela autora.

Os processos organizativos dos agricultores familiares da REDUP diferem dos existentes na região do COREDE Central, porque as organizações familiares presentes nos bairros, geralmente, se articulam para produzirem em hortas cujas áreas pertencem aos centros comunitários de ação social ou outras instituições que têm áreas disponíveis para plantio.

Por pertencerem à terceira, quarta e quinta coroa do *Territorio Periurbano Norte*, os agricultores familiares estão distantes, em média 50 a 100 Km, das grandes feiras de comercialização, especializadas em produtos orgânicos e/ou “naturais”, como, por exemplo, “*El Galpon*” e “*Buenos Aires Market*”, localizadas em *Buenos Aires* – capital federal, onde os produtos são muito procurados pelos consumidores. Por isso, os espaços de comercialização dos produtores de hortifrutigranjeiros da *REDUP* restringem-se aos existentes nos seus respectivos municípios, já que a produção é limitada e em pequena escala.

A logística para realizar a comercialização depende da organização do grupo de agricultores que planta na horta e pode variar de acordo com a necessidade de distribuição dos alimentos: um veículo para levar até a feira municipal ou venda de porta em porta na cidade, conforme o excedente existente na produção.

Cabe destacar que o *INTA* desenvolveu um documento denominado “*Normativas vinculadas a los procesos de producción y comercialización de la agricultura familiar urbana e periurbana*” para orientar os agricultores na realização da produção e da comercialização, utilizado nas orientações, palestras e distribuição de sementes. Entretanto, nas fases de distribuição e de comercialização não há ação direta do *INTA*, a não ser por conta desse documento que como um de seus objetivos contribuir com uma forma de comercialização mais justa frente aos efeitos da globalização (GONZÁLEZ; GÓMEZ; MORICZ, 2013).

Dessa forma, os processos organizativos, embora se desenvolvam de forma independente em cada município em que a criação dos mercados associativos municipais (na grande maioria composto por descendentes de bolivianos) promoveu desenvolvimento econômico e social, envolvem um trabalho conjunto do *INTA* e de diversos atores do território, no sentido de ativar novas articulações.

Nesse conjunto de atores estão: universidades, *CONICET*, *MAGyP* e municipalidades presentes nesse território. A concretização das ações inicia com a realização de convênios e acordos estabelecidos entre o *INTA* e os governos municipais de *Escobar*, *Pilar*, *Exaltación de La Cruz*, *Campana* e *Zárate*, incentivando o fortalecimento das redes das associações para viabilizar, a partir das agências do *INTA* existentes em *Luján* e *Escobar*, o funcionamento do programa *Pro-Huerta* em cada um dos municípios da *REDUP*.

Na parte de expansão técnica, gestão, organização, produção e comercialização, as práticas envolvem a atuação das universidades federais e particulares, localizadas na capital federal ou na província de *Buenos Aires*, que estão integradas às ações do *INTA*, para propiciar o fortalecimento das organizações dos produtores que, na grande maioria, se encontram na informalidade e são pertencentes ao circuito inferior. Esse aspecto de

articulação local e regional verificado na *REDUP* demonstra a lógica existente no processo de cooperação no circuito inferior e vai ao encontro da argumentação de Santos (2004, p. 48): “O circuito inferior encontra elementos de sua articulação na cidade e na região, enquanto o circuito superior vai originalmente buscar essa articulação fora da cidade e da sua região.”

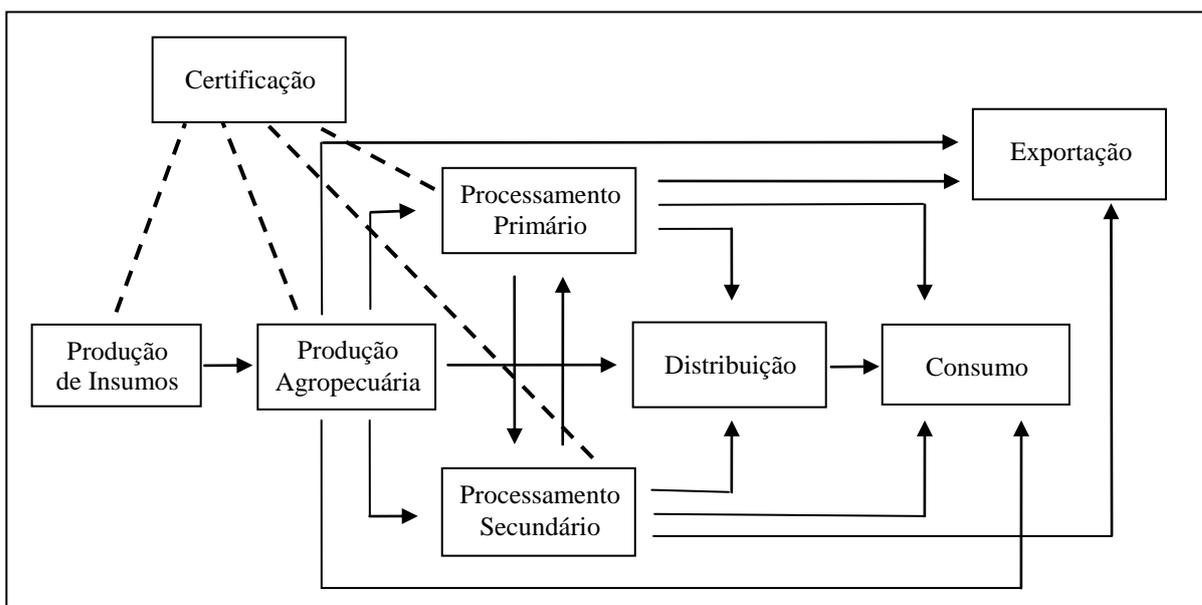
Portanto, essa rede de atores e a forma de organização dos agricultores familiares aliadas ao *Pro-Huerta*, política pública de Estado, têm viabilizado uma melhoria nas condições de trabalho e renda das famílias pertencentes às organizações dos bairros mais vulneráveis da região, fomentando incipientes transformações territoriais, no sentido de incorporar a ideia de produzir, consumir e comercializar alimentos sem o uso de agrotóxicos, isto é, orgânicos.

#### 4 PROCESSOS ORGANIZATIVOS NA CADEIA PRODUTIVA DE ALIMENTOS ORGÂNICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES

Neste capítulo, propõe-se analisar a cadeia produtiva de alimentos orgânicos com o intuito de identificar as limitações e apontar as potencialidades dos processos organizativos de produção e de comercialização na agricultura familiar no COREDE Central e na *REDUP*.

Para realizar tal intento, adota-se o esquema da cadeia produtiva de orgânicos proposto por Ormond et al. (2002) – Esquema 7, como ponto de partida para a abordagem do tema, seguindo a sequência dos segmentos ou elos que normalmente integram essa cadeia produtiva.

**Esquema 7 – Cadeia produtiva de orgânicos**



Fonte: Ormond et al. (2002, p. 28).

Cabe ressaltar que essa proposta de Ormond et al. (2002) não engessa a cadeia produtiva de orgânicos, mas abre caminhos para a inserção de novos segmentos cuja importância pode-se revelar na construção de novas oportunidades de aprimoramento dessa cadeia de produção.

Antes de abordar especificamente cada segmento, faz-se necessário expor conceitos de cadeia produtiva, cadeia de produção agroindustrial e características da cadeia produtiva de orgânicos, além de conhecer os principais atores/agentes envolvidos nos processos organizativos de produção e de comercialização de alimentos orgânicos.

Com uma visão bastante abrangente sobre cadeia produtiva, Fernandes e Karnopp (2014, p. 133) declaram que [...] “em sentido amplo, é um conjunto de etapas que se constituem em um processo por meio do qual os insumos são transformados em produtos ou serviços, demandados pelos clientes/consumidores.”

Quanto à cadeia produtiva agroindustrial, Batalha e Silva (2012, p. 20-21) utilizam-se de uma das formas de representação do sistema agroalimentar do repertório de Sobral et al. (1998), a *food chain*, para afirmarem que a noção desta aproxima-se bastante da noção de cadeia agroindustrial, pois “[...] foca-se no fluxo de produtos e matérias-primas através de uma sequência de estágios, enfatizando um encadeamento ordenado e linear destes estágios de transformação.”

Assim, é a partir dessa noção sobre a *food chain* que surge a definição de cadeia de produção agroindustrial:

[...] a soma de todas as operações de produção, de logística e de comercialização necessárias para que um produto passe de uma ou várias matérias-primas de base ao estado em que ele pode ser utilizado pelo consumidor final, seja este consumidor um particular ou uma organização. (SILVA; BATALHA, 2012, p. 133).

No caso da cadeia produtiva de alimentos orgânicos, observam-se quatro características principais que, de acordo com Schultz (2001, f. 74), impactam na delimitação dessa cadeia produtiva:

1. não utilizam insumos externos à propriedade, ou, no máximo, pouca quantidade de insumos orgânicos, oriundos de sistemas orgânicos ou convencionais;
2. as propriedades ecológicas funcionam como um organismo sistêmico, possuindo interações bastante diferenciadas da agricultura convencional. As complexas relações em um sistema agrícola alternativo são oriundos (sic) de práticas de diversificação de cultivos (policultivos), sendo estas um dos princípios básicos da agricultura ecológica;
3. utilizam-se de práticas agrícolas de incremento e manutenção da fertilidade e atividade biológica do solo, bem como para a preservação da qualidade das águas e dos ecossistemas em que a produção está inserida;
4. organização e comercialização conjunta de produtos orgânicos, diretamente em feiras livres e outros formatos varejistas, com o objetivo de proporcionar a integração entre produtores e consumidores finais, preferencialmente em mercados regionais.

Enfim, considerando-se os conceitos de cadeia produtiva, de cadeia de produção agroindustrial e as características principais que delimitam a cadeia produtiva de alimentos orgânicos, pode-se, então, defini-la como um conjunto de atividades sustentáveis ecologicamente voltadas para a produção e para a comercialização de alimentos orgânicos, num contexto que abrange a utilização de insumos naturais/orgânicos, que visa à conservação de recursos naturais e que apresenta forte apelo para a preservação do meio ambiente.

As características peculiares à produção de alimentos orgânicos determina, portanto, a forma de atuação dos diversos atores envolvidos em alguns dos segmentos ou em todos os elos da cadeia produtiva. Desse rol de agentes, destacam-se como principais: produtor/agricultor familiar, consumidor, associações, cooperativas, instituições de assistência técnica e extensão rural – ATER, universidades, ONGs, etc., porque são eles que fazem funcionar essa cadeia produtiva que ora se inicia a abordar.

Contudo, para que esse funcionamento ocorra com eficiência e eficácia, mostra-se relevante analisar a cadeia produtiva de alimentos orgânicos, no sentido de compreender o andamento de cada segmento que a compõe e de entender o panorama das interações entre os atores, a fim de encontrar os pontos falhos/gargalos para, enfim, projetar o aperfeiçoamento da cadeia produtiva.

#### **4.1 Potencialidades e limitações dos processos organizativos de produção de alimentos orgânicos na agricultura familiar**

Agricultores familiares deparam-se com questões nem sempre fáceis de solucionar. Produzir para quê? Produzir para quem? As respostas a esses questionamentos eles têm, em parte: “para a subsistência” e “para nós mesmos e nossas famílias”; alguns sustentam, porque sabem de quanto precisam para o próprio consumo e da família. Mas, é preciso ir além. O agricultor familiar, Sr. João Batista Souza, com propriedade em Santa Maria, por vezes, indaga-se: “Quanto mais necessito produzir para atender a certa demanda e atender minhas necessidades individuais e de minha família em relação à alimentação, a medicamento, à energia elétrica, à água, a lazer, à cultura, [...]?”

Na verdade, a indagação do Sr. João Batista demonstra uma das limitações dos produtores que poderia ser sanada com uma interação maior entre os produtores familiares, as organizações das quais são parte integrante e outras instituições coadjuvantes no processo produtivo (as de ATER, universidades, ONGs, etc.).

Essa dificuldade explicita que, mesmo num mundo globalizado onde as notícias viajam em uma velocidade instantânea, nem todos os agricultores familiares têm acesso à informação e se mantêm “correndo atrás” de meios tecnológicos que lhes dêem essa oportunidade. Essa realidade é exposta por Santos (2011, p. 38-39) ao destacar “o papel despótico da informação” como um dos traços marcantes da globalização. Há uma restrição, apesar das novas condições técnicas, ao acesso sobre o “[...] conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca.” Essas possibilidades

não se concretizam ou são de difícil concretização, particularmente, por causa da apropriação das técnicas modernas de comunicação e da manipulação das informações pelos atores hegemônicos.

Enfatiza-se que a informação é um elemento essencial e intrínseco em quase tudo que uma unidade produtiva faz. Não se pode abrir mão de informações o mais corretas possíveis, disponíveis na hora certa, para obter melhores resultados no desempenho da produção e da comercialização (CHOO, 2003).

Sobre esse aspecto, supõe-se que as associações/cooperativas e/ou os próprios agricultores familiares com mais possibilidades de acesso às informações – seja por meio de instrumentos tecnológicos, seja por meio do contato direto com os pesquisadores que desenvolvem trabalhos cujas fontes empíricas são as feiras livres ou os produtores que comercializam nesses locais – podem contribuir para a disseminação de informações que tornem os agricultores mais “por dentro” da realidade em que estão inseridos.

É nesse contexto que se adentra a cadeia produtiva de alimentos orgânicos para verificar quais são as limitações dos processos organizativos de agricultores familiares e para apontar possibilidades de enfrentamento e de superação dessas limitações, a fim de vislumbrar formas de aperfeiçoar a produção de orgânicos.

#### **4.1.1 Produção de insumos**

O segmento produção de insumos, na cadeia produtiva de alimentos orgânicos, basicamente, se constitui “[...] na produção de mudas, sementes, adubos, fertilizantes, controladores de pragas e doenças, defensivos, embalagens e outros itens necessários ao manejo orgânico de uma área ou propriedade” (ORMOND et al., 2002, p. 27).

Ressalta-se que, nesse segmento, ainda que se verifique a pouca oferta de mudas e de sementes orgânicas, de controladores de pragas e doenças e de defensivos biológicos no mercado, o setor de produção de insumos para a agricultura orgânica tem atraído a atenção de empresas que sentem a necessidade de despender esforços para produzir e oferecer ao produtor uma maior quantidade desses insumos, em razão do crescente consumo, principalmente de adubos, devido à ampliação das áreas voltadas para a produção de alimentos orgânicos.

No entanto, o que poderia ser um facilitador para o produtor, ou seja, adquirir no mercado – setor de produção de insumos – mudas, adubos, sementes, etc.; acaba encarecendo o custo de produção.

Por isso, visando à redução do custo com insumos, particularmente com adubos, agricultores tanto no COREDE Central quanto na *REDUP* tem-se utilizado da compostagem para obter um adubo orgânico que mantenha o solo fértil, pois essa opção é mais barata e produz ótimos resultados.

O agricultor familiar, Sr. José Carlos Antunes, com propriedade em Santa Maria, no COREDE Central, relata que aprendeu a técnica há 12 anos com um professor do curso de Agrônomo da UFSM e nunca mais comprou adubo ou fertilizante. Do mesmo modo, o Sr. Gabriel Quinteros, produtor no município de *Pilar*, na *REDUP*, utiliza a compostagem para adubar os quatro hectares onde produz hortaliças:

Veja, eu mesmo cuido da terra que sempre foi muito produtiva naturalmente. Mas, eu tenho composteiras que me garantem um adubo orgânico. [...] Alguns amigos que também arrendam terras não se preocupam muito com isso, usam fertilizantes químicos para fazer as plantas crescerem mais rápido e pesticidas para matar as pragas, mas eu cuido desses quatro hectares que é de onde eu tiro o sustento da minha família. [...] Na minha horta, as hortaliças são de ótima qualidade porque a terra é bem adubada, faço rotação de culturas, não uso nada de química. (tradução nossa).

Observa-se que há, no COREDE Central, instituições que apoiam a opção pela compostagem para manter ou melhorar a qualidade e a fertilidade do solo, entre elas, a Emater/RS-Ascar que, por intermédio de seus extensionistas, orienta e estimula produtores a adotarem a prática em suas unidades de produção.

Há, no município de Santa Maria, vinculado à UFSM, o Grupo de Agroecologia Terra Sul – GATS que, dentre outras atividades envolvendo o estudo da agroecologia e com o intuito de trabalhar o desenvolvimento rural sustentável, auxilia os produtores a realizarem um manejo adequado do solo e a compostagem é uma dessas possibilidades.

Na *REDUP*, o *INTA* tem incentivado os agricultores familiares a fazerem uso de adubos orgânicos, por intermédio de seus extensionistas e de seu *website* na internet no qual mantém o material didático intitulado *Agricultura orgânica: el compost*, que ensina passo a passo como fazer a compostagem.

Ainda sobre a compostagem, o Sr. Juan Morales, boliviano radicado na Argentina, produtor de hortaliças em *Pilar*, relata que o *INTA* faz minicursos e *charlas* (reuniões para conversar) que visam, dentre outras coisas, ensinar os agricultores a produzir sem agrotóxicos e a preparar seus próprios adubos e que, em algumas dessas oportunidades, aprendeu bastante sobre compostagem, rotação de cultura, técnicas antierosão, etc. Mas não esconde que a grande maioria dos conhecidos/amigos bolivianos que produzem hortaliças na região não se mostram interessados em aplicar tais técnicas e preferem manter o alto rendimento produtivo e os bons resultados econômicos baseado na utilização de fertilizantes e agrotóxicos.

Em relação às sementes orgânicas – também chamadas de “crioulas” no COREDE Central e de “nativas” na *REDUP* – os agricultores familiares, de modo geral, produzem suas próprias sementes.

Essa iniciativa visa, principalmente, à redução do custo desse insumo e, conseqüentemente, da produção e evitar a condição de “refém” de empresas que comercializam esse tipo de sementes, além de valorizar a cultura regional, no sentido de perpetuar variedades cultivadas pelos antepassados, caso da Quarta Colônia de Imigração Italiana<sup>13</sup>, no COREDE Central.

Nesse contexto, verifica-se que os agricultores familiares, verdadeiros “guardiões de sementes crioulas”, mantêm a produção de sementes, em suas unidades de produção, como estratégia agroecológica de resistência diante do poderio de setores hegemônicos. Sobre esse aspecto, o Sr. Sebastião da Silva, agricultor familiar e guardião de sementes em Dona Francisca, afirma que: “[...] não é o ideal, mas sem adubar a terra é possível plantar desde que se tenham sementes; agora, sem sementes não há como produzir.”

No COREDE Central, grupos de agricultores familiares vinculados ao Projeto Esperança/Coesperança criaram, em 2009, um pequeno banco de sementes, mas a experiência não germinou. Apesar desse revés, muitos agricultores como os que integram a Associação Alfa, em Agudo, estabeleceram parcerias para realizar um troca-troca de sementes, o que tem propiciado, além de uma economia de recursos, a dinamização da produção de vasta variedade de hortaliças e frutas, estimulando, dessa maneira, a pluricultura – uma das essências da agricultura familiar.

O produtor familiar, Sr. Odair Schmidt, com unidade de produção em Santa Maria, traz à tona outro problema que ocorre no COREDE Central ao expor a dificuldade de produzir alimentos orgânicos utilizando as sementes crioulas porque, cada vez mais, certas pragas se fortalecem ao fugir dos pesticidas aplicados em áreas de monocultura próximas de sua propriedade.

Não é fácil produzir alimentos orgânicos nos dias de hoje, porque exige muito mais cuidado do que antigamente. Os bichos que os agrotóxicos não matam nas lavouras de soja e de arroz aqui perto, se eu deixar, vêm se alojar tudo aqui na minha horta. [...] Não se encontra pesticida orgânico em lugar nenhum. Tem um amigo meu, aposentado da Emater, que fazia uns preparados muito bons e vendia na feira [Feirão Colonial da Coesperança] por um preço bom, mas a fiscalização bateu lá e proibiu ele de comercializar os produtos. [...] Agora, eu mesmo faço umas caldas; funciona, mas não é a mesma coisa. (Sr. Odair Schmidt, da Associação Delta).

---

<sup>13</sup> Atualmente, congrega os municípios de Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma, São João do Polêsine, Dona Francisca, Pinhal Grande (todos de colonização italiana) e, por questões político-econômicas, Restinga Seca (de colonização portuguesa) e Agudo (de colonização alemã).

Na Argentina, as sementes nativas agregam valor à dimensão cultural de povos ancestrais, por exemplo, da Patagônia e dos Andes. No entanto, esse aspecto não se observa, com clareza, na *REDUP*, pois são os imigrantes bolivianos que dominam a agricultura familiar e costumam produzir as próprias sementes, basicamente, com o intuito de diminuir o custo de produção dos alimentos.

O Sr. Carlos Sánchez, da Associação Oscar, conta que, em *Exaltación de la Cruz*, na horta comunitária, onde ele e mais sete agricultores familiares produzem hortaliças, a maioria das sementes são produzidas e guardadas por eles e que o *INTA* ajudou bastante na distribuição de sementes no início da horta, em 2011. Atualmente (agosto de 2014), seguem recebendo os *kits* para utilizar as sementes que eles têm mais dificuldade de produzir e guardar o restante que lhes serve como um pequeno banco de sementes.

Há alguns poucos casos de troca de sementes entre os produtores como os vinculados à *Colectividad Boliviana de Escobar* e que comercializam no *Mercado Frutihortícola Escobar*. De acordo com o depoimento do agricultor familiar, Sr. Sérgio Gutiérrez, da Associação Kilo: “[...] o intercâmbio de sementes ocorre, principalmente com aqueles produtores mais próximos, vizinhos ou amigos, mas tem gente que presenteia e também há quem vende.” (tradução nossa).

O *INTA* tem auxiliado muito na disseminação da prática orgânica, por meio do programa *Pro-Huerta*, com a capacitação de produtores e a distribuição de *kits* com 14 tipos de sementes para a temporada primavera/verão: acelga, alface, salsinha, rúcula, chicória, tomate, pimentão, abóbora, moranga, feijão, milho, rabanete, flores de *copete* e manjerição; e para a temporada outono/inverno: acelga, alface, radiche, rabanete, beterraba, cenoura, repolho, rúcula, feijão, ervilhas, flores de calêndula, salsinha, aipo e espinafre.

As sementes crioulas, portanto, podem ser consideradas uma espécie de tesouro natural e cultural, devido ao valor genético de espécies nativas que se perpetuam na agricultura agroecológica e à preservação de variedades genuínas que, passadas de geração em geração, seguem fazendo parte da subsistência familiar.

Do exposto, dentre diversas possibilidades, verifica-se que o agricultor familiar, utilizando meios próprios de produção e recursos renováveis, empregando sua própria força e capacidade de trabalho, interagindo com instituições que mantêm foco em atividades agrícolas agroecológicas e aliando-se a outros agricultores familiares, seja estabelecendo parcerias, associações informais e *pools* de produtores, seja fazendo parte de associações e/ou cooperativas, pode minimizar o custo com os insumos necessários à produção dos alimentos orgânicos, evitar o desgaste do solo mantendo-o fértil, melhorar a qualidade dos alimentos que produz e, principalmente, ajudar a preservar o meio ambiente.

#### 4.1.2 Produção agropecuária

Esse segmento da cadeia produtiva de alimentos orgânicos compõe-se de produtores agropecuários ou agropecuaristas e empresas agropecuárias. Nesta tese, restringe-se o foco aos agricultores familiares que, segundo Ormond et. al. (2002, p. 28), “[...] em sua maioria dedicam-se à produção de hortifrutigranjeiros e são ligados a associações de produtores, cooperativas ou empresas de processamento, responsáveis pela comercialização. Eventualmente, fazem comercialização direta em feiras de produtores.” Sobre essa afirmação de Ormond et. al., é preciso esclarecer que o termo “eventualmente”, empregado pelos autores, não cabe para a realidade atual encontrada tanto no COREDE Central quanto na REDUP, porque as feiras livres ou de produtores são justamente os locais prioritários e mais utilizados pelos agricultores familiares para a comercialização direta com os consumidores.

Especificamente, sobre a produção agropecuária orgânica dos agricultores familiares brasileiros, afirma-se que há uma tendência de aumento acompanhando o crescimento do mercado interno brasileiro de produtos orgânicos – destino da maior parte dos alimentos orgânicos oriundos da agricultura familiar.

Tal afirmação toma por base o aumento de 35% do mercado interno de orgânicos de 2012 para 2013, segundo informou Ming Liu, coordenador executivo do Instituto de Promoção do Desenvolvimento – IPD e gestor do projeto Organics Brasil (G1, 2014) e o aumento expressivo de produtores orgânicos, conforme o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos – CNPO atualizado pelo MAPA em dezembro de 2014.

Detalham-se os quantitativos de produtores orgânicos no CNPO: em todo o país, são 10.720 produtores cadastrados; do Rio Grande do Sul, constam 1.212 no cadastro; e no COREDE Central, enquanto em 2013 só figurava um produtor no cadastro nacional, em 2014, são nove produtores constando no CNPO e, destes, oito são familiares (CNPO, 2014).

Na Argentina, dados apresentados pelo SENASA (2014), coletados junto às certificadoras que operam no país, revelam que praticamente toda a produção certificada, isto é, 99%, visa à exportação. Tais dados, porém, não traduzem a realidade sobre o consumo interno dos argentinos, uma vez que quase a totalidade da produção “natural”, isto é, orgânica na prática, mas não certificada, não entra nessas estatísticas.

Por exemplo, na feira de produtos agroecológicos *El Galpón*, localizada na capital federal, *Buenos Aires*, onde alguns produtores da REDUP expõem e comercializam hortifrutigranjeiros, segundo uma das diretoras da *Asociación Mutual Sentimiento* que organizam a feira, em face da dificuldade dos agricultores familiares certificarem seus

produtos, aceita-se uma declaração, mesmo que informal, de um engenheiro agrônomo ou técnico agropecuário do *INTA*, afirmando que os alimentos são cultivados sem o uso de agroquímicos para que os produtos possam ser comercializados no local.

Julga-se necessário acrescentar informações inerentes à produção orgânica, particularmente à pecuária, porque ela marca, de certo modo, a realidade dos produtores familiares. Sendo assim, cabe dizer que a pecuária orgânica é dominada pelos pecuaristas com grandes extensões de terras e que adotam o modelo de pecuária extensiva, enquanto na pecuária familiar predominam os pequenos rebanhos de bovinos, em grande parte, voltados à produção de leite e derivados e de ovinos para corte e fornecimento de lã.

Apesar de esta pesquisa restringir-se à agricultura orgânica praticada pelos agricultores familiares no COREDE Central e na *REDUP*, ressalta-se que, em ambas as regiões, quanto à pecuária, não há registros de produção orgânica certificada em unidades produtivas familiares.

Na *REDUP*, sequer verificou-se a intensão de algum agricultor familiar certificar seus rebanhos e os produtos oriundos desses rebanhos: leite, nata, queijos, etc. Mas, no COREDE Central, em Santa Maria/RS, há um grupo de 15 agricultores familiares organizado pela Emater/RS-Ascar que está em processo inicial de busca pela certificação de leite orgânico.

Quanto à produção hortícola, é preciso esclarecer que é necessário um tempo maior para completar um ciclo produtivo, ou seja, entre o plantio e a colheita de alimentos orgânicos demora-se, em média,  $\frac{1}{3}$  a mais em relação aos produzidos no modelo convencional. Em contrapartida, os produtores de orgânicos podem auferir em média de 30 a 50% a mais no valor final de venda.

Em relação aos alimentos orgânicos produzidos no COREDE Central, as hortaliças são o carro-chefe da produção, seguidas pelas frutas. Nas hortas, verificam-se alface, rúcula, couve, couve-flor, repolho, tomate, pepino, salsinha, cebolinha, cenoura, beterraba, mandioca, batata-doce, feijão, dentre outras cultivares que são escolhidas conforme a experiência do agricultor, a área disponível para plantio, potencial de comercialização ou interesse/gosto do consumidor etc. Entre as frutas, destacam-se as cítricas, laranja, bergamota e limão, que não exigem grandes cuidados na produção e têm boa aceitação dos clientes, e o morango, que exige bastante atenção do produtor durante a produção, mas é muito compensador na hora da comercialização graças a sua excelente aceitabilidade no mercado.

Nos municípios da *REDUP*, os horticultores cultivam espécies de uma forma bem marcada em relação às estações do ano. Destacam-se entre as hortaliças de verão: abobrinha, salsinha, pimentão, berinjela e alcachofra; e entre as de inverno: brócolis, alho, feijão, ervilha,

couve-flor e chicória. Há, porém, hortaliças que se produzem o ano todo: acelga, alface, cenoura e repolho.

Do mesmo modo que no COREDE Central, os agricultores familiares da *REDUP*, para produzir, além de estar atento às características do solo e à complexidade de cada hortaliça para o cultivo orgânico, têm que se adequar à área e à demanda que é imposta pelo consumidor.

Todos esses aspectos e a interligação subsequente entre as práticas de produção e de comércio de alimentos orgânicos remetem à comparação da administração do processo produtivo e do processo de comercialização. A partir da análise da organização administrativa interna das unidades de produção do COREDE Central e da *REDUP*, detecta-se que há uma preocupação e um controle maior em relação à comercialização, pois é nesse momento que os agricultores “veem o dinheiro”. Quanto ao controle dos custos de produção, observa-se um extremo desconhecimento sobre essa possibilidade/necessidade e que a grande maioria dos agricultores familiares sequer tem noção do custo de suas produções. No entanto, encontra-se uma exceção no universo desta pesquisa: o Sr. Adalberto Schneider, agricultor familiar em Santa Maria, demonstrou ter controle bastante eficaz de todo o processo produtivo realizado em sua propriedade, por meio de planilhas de custos e de controles de despesas e receitas.

Aprendi a calcular os custos de produção e a controlar as finanças da minha propriedade com um aluno de Gestão Rural da UFSM que veio fazer estágio aqui. Com o passar do tempo fiz as adaptações necessárias, de acordo com a minha realidade. [...] Hoje, não há mais espaço para amadorismos na produção de qualquer bem de consumo, ainda mais na agricultura que além de trabalhar direito, prever tudo o que envolve a produção, tem que torcer para que o clima ajude. É preciso gerenciar, e bem, todo o processo produtivo, se não a gente pode ter problemas até para pagar as contas. (Sr. Adalberto Schneider).

Não se pretende detalhar aqui aspectos sobre a utilização de ferramentas, como por exemplo, custeio direto ou variável, custeio completo ou por absorção, método *ABC*, custeio meta, etc., que poderiam ser úteis na administração interna da unidade de produção, mas é necessário fazer menção sobre a possibilidade de contribuição das instituições de ensino superior (cursos de Administração, Economia, Ciências Contábeis, Agronomia, entre outros) na disseminação do conhecimento dessas ferramentas, principalmente, nos estágios, nas pesquisas dos grupos de estudo, em cursos ou minicursos. Essa possibilidade mostra-se viável, pois configura-se como uma via de mão dupla, isto é, ao mesmo tempo em que os agricultores familiares abrem as portas de suas unidades produtivas para que pesquisadores e estudantes elaborem seus estudos, estes podem contribuir de fato para a resolução de problemas administrativos com a aplicação de ferramentas simples e viabilizar a melhoria da gestão nessas unidades de produção familiar.

Indo além dessa proposta, Lima et al. (2005) defendem a formação administrativa dos agricultores familiares no sentido de capacitá-los a saber quanto gastam para produzir, quanto ganham com o resultado da produção e quanto sobra efetivamente, a fim de que possam planejar ações de (re)investimentos nas unidades de produção ou projetar outras conquistas pessoais, como a aquisição de uma casa, de um carro ou a realização de uma viagem.

Outro aspecto a ser realçado é que, em ambas as regiões, a falta de apoio dos governos e/ou das entidades públicas inseridas no âmbito da agricultura familiar, quanto à correção e à precisão das informações sobre financiamentos e auxílio financeiro para a produção e quanto à assistência técnica (manejo do solo, compostagem, produção de sementes, técnicas de plantio, controle de pragas, rotação de culturas, etc.) são, de modo geral, reclamações recorrentes dos produtores.

Essa realidade espelha-se no município de Santa Maria, de acordo com o depoimento do Sr. Jair Oliveira da Silva, agricultor familiar que integra a Associação Echo:

Eu vejo falar em apoio à agricultura familiar na televisão, principalmente, nas épocas de eleições. Aí fico sabendo que tem plano disso, plano daquilo, [...]. Mas, quando é preciso, procuro a Emater e nem sempre recebo a orientação certa para conseguir um financiamento ou uma ajuda do governo. É uma burocracia danada, para tudo tem o tal do projeto. E, se você pede um apoio técnico que precisa, eles [os extensionistas] até te dizem o que fazer, mas não é a mesma coisa que vir aqui na horta, acompanhar um plantio, fazer um controle correto de pragas [...].

Porém, em outras oportunidades, percebe-se que o trabalho desenvolvido pela Emater/RS-Ascar junto aos agricultores familiares do COREDE Central efetiva-se em um adequado manejo do solo, em maior produtividade e mais qualidade dos alimentos produzidos, além de ajudar a “promover o desenvolvimento rural sustentável” que, afinal, é a missão da instituição, conforme verifica-se no item 4.1.3 deste capítulo.

A agricultora familiar, Sra. Joana Zimmer, produtora de hortaliças e frutas em Agudo, destaca a relevância das atividades desempenhadas pelos extensionistas da Emater/RS-Ascar:

O pessoal [os extensionistas] da Emater sempre me ajudou a trabalhar melhor a terra, adubar melhor, deixar a terra com mais nutrientes para ficar mais produtiva, as plantas crescem mais saudáveis, resistem mais às pragas que, às vezes, aparecem. [...] Com eles aprendi a fazer meu próprio adubo [a compostagem], fazer a rotação de culturas que ajuda a manter o solo fértil, [...]. Eles fazem um trabalho muito bom que ajuda bastante o agricultor que é interessado em aprender.

O *INTA*, por sua vez, denota interesse em prestar apoio, prioritariamente, nos segmentos de produção de insumos e produção agropecuária, uma que vez que a essência da existência desse Instituto no *Território Periurbano Norte*, onde se insere a *REDUP*, é voltada para a produção agroecológica, conforme detalha-se no item 4.1.3 deste capítulo.

No município de *Campana*, encontram-se agricultores familiares, como o Sr. Juan Carlos Galarza, da Associação Mike, que produzem em hortas comunitárias, satisfeitos com a distribuição de sementes que o *INTA* realiza: “[...] é uma boa ajuda que possibilita o plantio de algumas variedades de hortaliças que não se tinha” (tradução nossa).

Em contrapartida, há muitos agricultores que, como o Sr. José Pedro Moreno, da Associação Lima, produtor de verduras, legumes e frutas, no município de *Pilar*, não contam com o *INTA* para nada: “Faço meu trabalho com as minhas próprias mãos e de meus filhos. E, minha senhora [esposa] trabalha muito na organização do local do plantio. Em verdade, não sei nem onde encontrá-los [os extensionistas] e pelo que sei só ajudam os conhecidos” (tradução nossa).

Além do exposto, enfatiza-se o real interesse dos produtores de alimentos orgânicos pela busca do conhecimento/aperfeiçoamento, por meio de cursos e minicursos, palestras, orientações técnicas, interações com outros agricultores, etc., para produzir mais e melhor, fazendo um acompanhamento eficaz de suas hortas/lavouras, desde o preparo do solo até a colheita (FERNANDES; KARNOPP, 2014). Essa demonstração de interesse revela a aptidão para a agricultura. O “gostar da lida” supera as dificuldades encontradas para adquirir máquinas e equipamentos mais modernos que poderiam melhorar a capacidade de produção das unidades produtivas familiares.

Sobre esse aspecto, Santos (2004, p. 264) argumenta que: “A modernização pode ser um obstáculo para algumas atividades do circuito inferior, quando essas sofrem a concorrência de produtos homólogos, oferecidos a um preço inferior.” A concorrência de produtores com maior capacidade produtiva inibe a participação dos agricultores familiares produtores de orgânicos em determinados nichos, como as grandes redes de supermercados. Daí a necessidade de se buscar outros locais para a comercialização de alimentos, de eliminar os intermediários e de fugir dos encargos fiscais para obter vantagens econômicas que lhes permitam manter as atividades.

De todo modo, verifica-se que os agricultores familiares do COREDE Central e da *REDUP*, especificamente os produtores de orgânicos, têm capacidade para ampliarem e diversificarem a produção, o que, aliás, faz-se necessário, a fim de suprir a demanda que aumenta a cada dia. Para tanto, a melhoria da administração interna das unidades produtivas, a obtenção de incentivos estatais específicos para a produção de alimentos orgânicos, a capacitação constante dos recursos humanos e o estreitamento dos laços com instituições de ATER, universidades (pesquisadores e estudantes), ONGs, etc. são aspectos indispensáveis.

### 4.1.3 Assistência Técnica e Extensão Rural

O Estado tem importância considerável na disponibilização de elementos que possibilitem assistência técnica ao produtor rural, especialmente, o agricultor familiar.

Nesse contexto, no Brasil, em cada estado e no distrito federal, as Emateres estão entre as principais instituições responsáveis por promover o desenvolvimento rural sustentável, enquanto que, na Argentina, o *INTA* é o órgão responsável por desenvolver ações de ATER que auxiliem os produtores.

No Rio Grande do Sul, a Emater/RS-Ascar tem por missão:

Promover o Desenvolvimento Rural Sustentável por meio de ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos e participativos, visando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações e criando condições para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha. (EMATER/RS-ASCAR, *Missão*, Em: <<http://www.emater.tche.br/site/a-emater/missao-visao.php>>. Acesso em: 18 mar. 2014).

Para cumprir essa missão, a instituição dispõe de 12 escritórios instalados em cidades polos regionais do estado do Rio Grande do Sul. A região de atuação do Escritório Regional de Santa Maria (EscReg SMA) da Emater/RS-Ascar é composta por três Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural (COREDEs) e 35 municípios, incluídos nesse rol os 19 municípios do COREDE Central (EMATER/RS-ASCAR, Em: <<http://www.emater.tche.br/site/>>. Acesso em: 18 mar. 2014).

Nessa estrutura, todos esses municípios contam com escritórios locais (Esquema 8), o que pode possibilitar um contato mais próximo ao produtor e, dessa forma, facilitar o atendimento das necessidades de aprimoramento da produção e da comercialização.

### Esquema 8 – Rede de escritórios locais vinculados ao EscReg SMA, da Emater/RS-Ascar



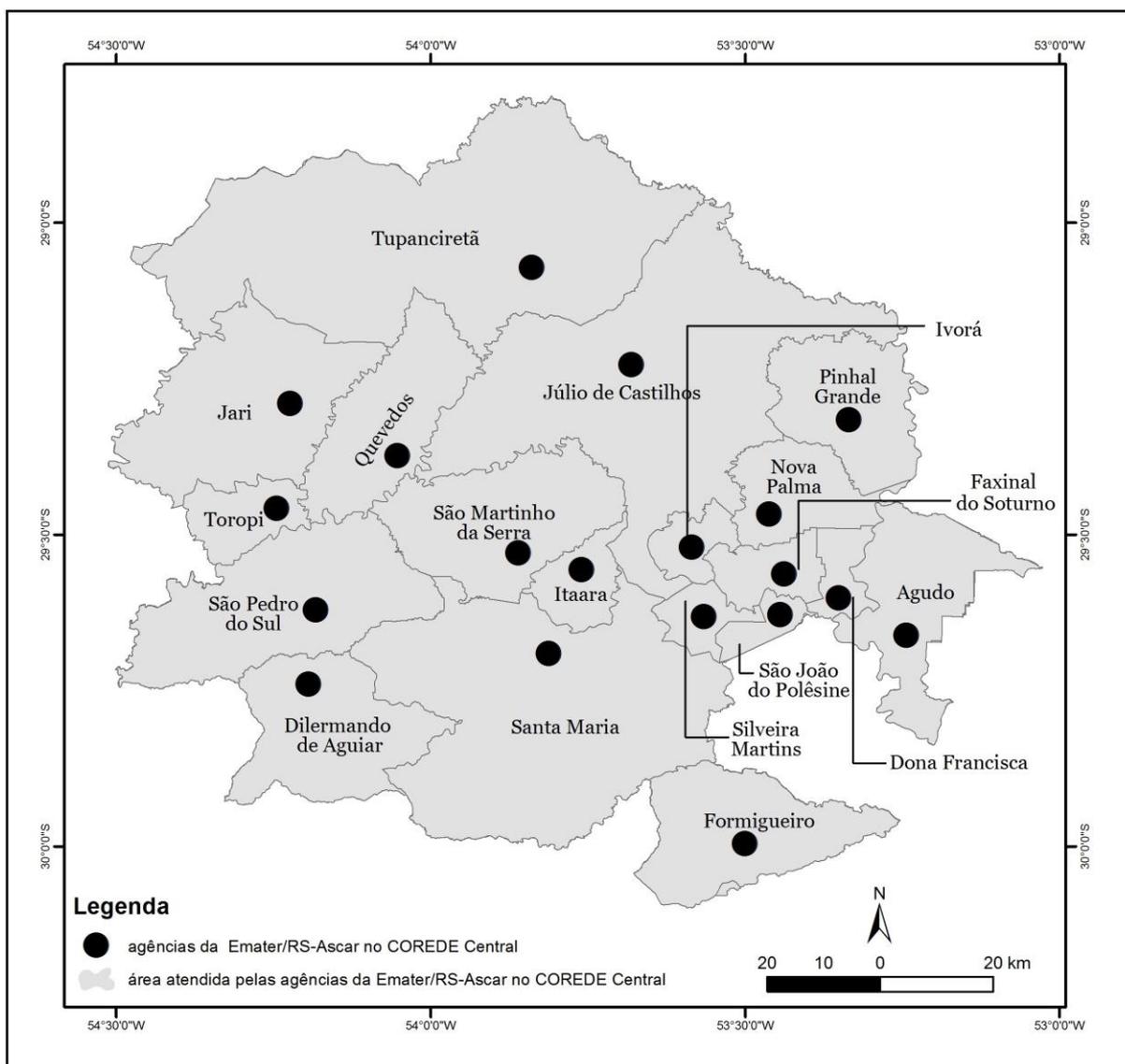
Fonte: esquema elaborado pela autora, a partir da estrutura organizacional do EscReg SMA da Emater/RS-Ascar.

Apesar dessa composição, a instituição não consegue atender à demanda dos agricultores familiares do COREDE Central. Produtores reclamam que a Emater/RS-Ascar faz um “trabalho de gabinete”, ou seja, os extensionistas não vão às lavouras para prestar assistência técnica propagada pela instituição. Por outro lado, os funcionários (engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas) afirmam que realizam um trabalho satisfatório no que se refere à qualidade da assistência disponibilizada, considerando os meios disponíveis (pessoal, veículos e equipamentos) para o desenvolvimento da atividade-fim. Porém, consideram que realmente não dão conta das inúmeras solicitações de apoio, pois o efetivo de pessoal não é suficiente.

Essa realidade é corroborada pela própria instituição ao reconhecer em seu *site* na internet que, o EscReg SMA, no COREDE Central, “atende cerca de 40% dos agricultores familiares existentes nessa área [...]” (EMATER/RS-ASCAR, *Regional – Santa Maria*, Em: <<http://www.emater.tche.br/site/regionais/santa-maria.php#.VMgvRmJdW0g>>. Acesso em: 18 mar. 2014).

A dificuldade também ocorre em virtude da área de extensão territorial do COREDE Central, 12.419,8 Km<sup>2</sup> (RIO GRANDE DO SUL, 2010) e do número de estabelecimentos, 15.970, pertencentes ou arrendados a agricultores familiares, ocupando uma área de 311.783 hectares (CENSO, 2006).

**Mapa 5 – Escritórios locais da Emater/RS-Ascar no COREDE Central**



Fonte: mapa organizado pela autora e elaborado por João Paulo Delapasse Simioni, a partir do IBGE e da FEE.

Reitera-se, de acordo com o exposto nesta pesquisa, que o fato de a Emater/RS-Ascar ter escritórios locais em todos os municípios do COREDE Central não garante o atendimento das necessidades dos agricultores familiares da região, incluídos os produtores de alimentos orgânicos. Logo, depende-se disso que há necessidade de o governo, por meio de políticas públicas, ampliar a disponibilidade de recursos humanos capacitados para realizar o trabalho

de campo, focando no atendimento ao agricultor familiar. Mas não é só isso, é preciso investir em tecnologia, máquinas e equipamentos, laboratórios, etc.

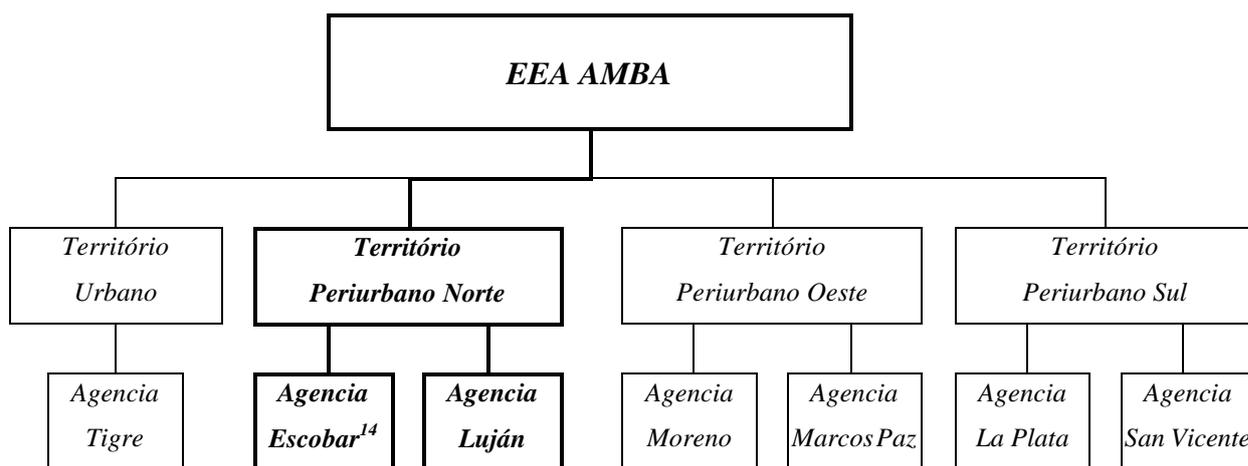
Na Argentina, dentre outras atividades, a assistência técnica e a extensão rural estão sob a responsabilidade do *INTA* que tem a incumbência de

[...] desenvolver atividades de pesquisa e inovação tecnológica nas cadeias de valor, regiões e territórios para melhorar a competitividade e o desenvolvimento rural sustentável do país. Seus esforços estão direcionados para a inovação como motor do desenvolvimento e integra recursos para promover a cooperação interinstitucional, gerar conhecimentos e tecnologias e colocá-los a serviço do setor através de seus sistemas de extensão, informação e comunicação. (INTA, *¿Qué es el INTA?*, Em: <<http://inta.gob.ar/sobre-el-inta/que-es-el-inta>>, Acesso em: 11 abr. 2014. tradução nossa).

Cabe ressaltar que, para realizar essa missão na área metropolitana da capital federal *Buenos Aires*, onde se localiza a *REDUP*, o *INTA* conta com a *Estación Experimental Agropecuaria Area Metropolitana de Buenos Aires – EEA AMBA* (Organograma 1) que, por sua vez, tem o objetivo de:

[...] participar na gestão estratégica do desenvolvimento territorial da Área Metropolitana de Buenos Aires, com ações na agricultura urbana e periurbana, contribuindo para a competitividade, para o fortalecimento da soberania e segurança alimentar, para a inclusão social e a preservação e/ou recuperação do meio ambiente. (INTA, 2014, p. 2, tradução nossa).

### Organograma 1 – *Estación Experimental Agropecuaria Area Metropolitana de Buenos Aires*



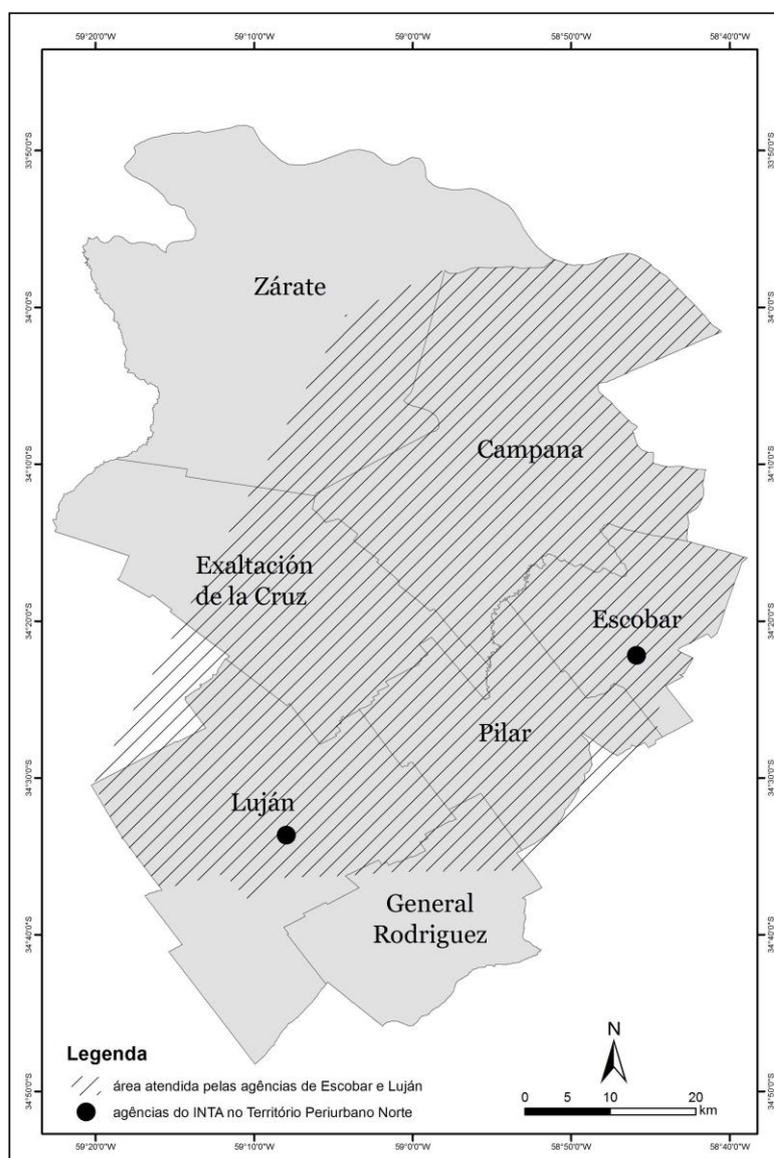
Fonte: organograma elaborado pela autora, a partir da estrutura organizacional da *EEA AMBA* do *INTA*.

<sup>14</sup> A agência no município de Escobar será fechada e há uma previsão de abertura de uma nova agência do *INTA* no município de Campana, mas ainda não há data definida para a execução dessa decisão que já está tomada pela direção da instituição.

Na *REDUP*, portanto, a assistência técnica está a cargo da *Agencia de Extensión Rural Escobar* e da *Agencia de Extensión Rural Luján* (Mapa 6), ambas vinculadas à *EEA AMBA*. Essas agências buscam aproximar a instituição dos agricultores familiares e têm

[...] a premissa de dar resposta aos problemas e fragilidades identificados nos territórios vinculados à agricultura urbana e periurbana. Faz isso dando ênfase no **enfoque agroecológico** para produzir alimentos mais saudáveis, realizar aportes à sustentabilidade ambiental e melhorar a competitividade da produção. (INTA, *Área Metropolitana de Buenos Aires*, Em: <<http://inta.gov.ar/unidades/715000/sobre-715000>>. Acesso em: 15 abr. 2014, grifo nosso, tradução nossa).

**Mapa 6 – Agências de Extensão Rural do INTA no Território Periurbano Norte**



Fonte: mapa organizado pela autora e elaborado por João Paulo Delapasse Simioni, a partir do *IGN* e do *INTA*.

Embora o trabalho dessas agências – *Escobar* e *Luján* – junto aos agricultores familiares da *REDUP*, segundo extensionistas do *INTA*, demande ajustes e avaliações/análises precisas

para o aprimoramento das atividades desenvolvidas, em virtude da recente criação (dezembro de 2013 e janeiro de 2011, respectivamente) e das incipientes propostas que não tiveram resultados conclusivos, evidenciam-se dificuldades para que as agências tenham êxito no cumprimento da missão institucional proposta, mas ressalta-se que a iniciativa de aproximação do *INTA* a esses produtores mostra-se deveras importante para a melhoria do processo produtivo agroecológico e/ou natural nas propriedades.

Quanto à atuação do *INTA*, os extensionistas entendem que o Instituto poderia propiciar maior suporte no acompanhamento do processo produtivo, se o governo interviesse com mais investimentos. O desenvolvimento do trabalho esbarra, principalmente, na escassez de recursos humanos e financeiros, pois, com o que o Instituto dispõe, não é possível atender à demanda do setor produtivo agrofamiliar.

Dados obtidos *in loco*, em agosto de 2014, mostram que a *EEA AMBA*, no *Territorio Periurbano Norte*, apresenta dificuldades quanto à disponibilidade de pessoal. A agência de *Escobar*, por exemplo, conta com apenas dois extensionistas (o chefe e um técnico), enquanto a agência de *Luján* tem em seus quadros seis funcionários.

Além da contratação de pessoal capacitado, faz-se necessária a aquisição de equipamentos, laboratórios, veículos, área para plantio (lavouras-testes) e, para isso, é preciso mais investimento.

No entanto, apesar dos problemas elencados, verifica-se que há produtores satisfeitos com o trabalho desenvolvido pelo *INTA*, no que se refere à produção de alimentos orgânicos. O depoimento do agricultor familiar, Sr. Pablo Fernández, da Associação Oscar, no município de *Exaltación de la Cruz*, corrobora essa constatação:

O *INTA* tem realizado um trabalho que ajuda a muitos agricultores familiares. [...] Eles nos auxiliam com orientações sobre produção [preparo do solo, plantio, cuidados com a planta, colheita, etc.] e rotação de culturas. O *INTA* também nos abastece com sementes e disponibiliza tratores com operador a quem necessita. Isso é um bom apoio. (tradução nossa).

Apresentados aspectos relativos à ATER desenvolvidas pelo EscReg Santa Maria, da Emater/RS-Ascar e pelo *INTA AMBA*, constata-se que, na *REDUP*, as dificuldades são semelhantes às encontradas no COREDE Central, porque ambas as instituições não conseguem atender à demanda por assistência técnica aos agricultores familiares agroecológicos, principalmente, por causa da falta de pessoal especializado/técnico, da falta de veículos, da deficiência de máquinas e equipamentos, da falta de recursos financeiros, da grande área territorial e do número de propriedades para visitar.

Faz-se necessário esclarecer que as dificuldades constatadas são similares, porém em relação à amplitude em que se manifestam em cada região, são diferentes. Enquanto, no COREDE Central, a Emater/RS-Ascar mantém escritórios em todos os municípios e, naturalmente, proporciona maior acesso dos produtores à instituição; na REDUP, o INTA AMBA, em virtude do número de agências e de funcionários, apresenta maiores dificuldades para apoiar a agricultura familiar, principalmente a que produz com base ecológica, foco da sua atividade.

Diante do exposto, é imprescindível que os governos priorizem ações no sentido de ampliar os investimentos nas instituições de ATER, a fim de que essas possam dinamizar, agilizar e intensificar as atividades de apoio técnico aos agricultores familiares para produzirem e comercializarem os alimentos cultivados de acordo com sistema de produção orgânica.

#### **4.1.3.1 Programas, projetos e/ou ações da Emater/RS-Ascar e do INTA**

Importante acrescentar nessa abordagem que essas instituições apresentam algumas iniciativas (ações e/ou projetos) que podem ser aproveitadas pelos agricultores familiares no desenvolvimento da produção orgânica e/ou natural.

A Emater/RS-Ascar, apesar dos problemas evidenciados, realiza atividades importantes para o desenvolvimento da agricultura familiar nos municípios do Rio Grande do Sul, o que demonstra o interesse do Estado em melhorar a capacidade produtiva desse setor.

Especificamente, em relação à agricultura de base ecológica, no COREDE Central, destaca-se que a Emater/RS-Ascar desenvolve atividades relacionadas ao manejo de solos e água e à produção de base ecológica.

Quanto ao manejo de solos e água, os escritórios municipais da região, por intermédio de seus extensionistas, vêm realizando orientações técnicas que visam à melhoria do uso e do manejo dos solos, a fim de conservá-los produtivos, bem como recuperar mananciais hídricos.

Quanto à produção de base ecológica, observa-se que a área de extensão rural tem procurado atingir, entre outros, os objetivos: “Desenvolver ações de orientação técnica sobre a agricultura de base ecológica; [...] apoiar os agricultores que se propõem a avançar na transição agroecológica dos sistemas produtivos; resgatar e apoiar a produção, o intercâmbio e o uso de sementes crioulas.” (EMATER/RS-ASCAR, *Produção de base ecológica*. Em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/agricultura-base-ecologica/producao-de-base-ecologica.php#.VMoS8GJdW0g>>. Acesso em: 26 abr. 2014.).

Supõe-se que essas atividades estejam muito bem delineadas, o que possibilita a obtenção de certo grau de desenvolvimento na produção de base agroecológica. No entanto, em virtude de não haver metas estabelecidas em relação à qualidade da assistência técnica prestada e à quantidade de propriedades atendidas, não se pode vislumbrar uma perspectiva sobre o êxito dos resultados esperados.

Considerando os objetivos traçados, a efetividade do trabalho depende, em grande parte, do conhecimento técnico e do interesse dos extensionistas em desenvolver as atividades a que se propõem com qualidade e, principalmente, da vontade do agricultor familiar de apreender novos saberes sobre o desenvolvimento das lavouras, hortas e pomares agroecológicos e de manter estreito contato com a Emater/RS-Ascar.

O estabelecimento dessa “parceria” pode viabilizar avanços tanto para a Emater/RS-Ascar quanto para os agricultores familiares. É a instituição disseminando conhecimentos técnicos experimentados nas pesquisas de campo e os produtores aplicando as técnicas apreendidas na área de produção e apresentando os resultados obtidos. Dessa forma, podem proporcionar a evolução dos sistemas produtivos e, respectivamente, o desenvolvimento técnico-prático e a produção agroecológica com mais qualidade e maior produtividade por hectare.

O *INTA*, por sua vez, em seu *site* na internet, disponibiliza cursos, minicursos, cartilhas, manuais e vídeos *online* sobre todas as etapas da produção de alimentos orgânicos. No entanto, para desenvolver esses projetos há que se considerar que muitos dos agricultores que produzem orgânicos não têm acesso à internet o que impede, de certa forma, que eles obtenham o conhecimento disseminado por esse meio. Dessa maneira, verifica-se que, apesar de a internet ser um sistema de redes de computadores interligadas bastante utilizado no mundo globalizado, não é uma realidade acessível a todos os agricultores familiares, nas áreas periurbanas e rurais dos municípios da *REDUP*. Portanto, entende-se que, atualmente, a melhor forma de prestar a assistência técnica ainda é a presença física do extensionista junto ao agricultor para orientá-lo, prepará-lo e auxiliá-lo no processo de produção.

Quanto aos programas de desenvolvimento e incentivo à agricultura familiar, especialmente aos produtores de alimentos agroecológicos, foco do *INTA AMBA*, atualmente, destaca-se o *Pro-Huerta*.

Para desenvolver o *Pro-Huerta*, o *INTA* realiza atividades de capacitação e assistência técnica de famílias, entidades e organizações da comunidade, provisiona os agricultores familiares com insumos biológicos: sementes, mudas de árvores frutíferas, animais de granja (frangos e coelhos) e supervisiona hortas comunitárias, escolares e familiares. Além dessas atividades, o programa propõe, via *INTA*, capacitar produtores familiares, gerar, adaptar e

aplicar tecnologias apropriadas à produção agroecológica, assistir tecnicamente nos processos de comercialização de excedentes em feiras de economia social agroecológicas e na aquisição de capacidades para assumir empreendimentos produtivos (MDS, 2013).

Esse programa, segundo os extensionistas do *INTA*, tem obtido bons resultados na *REDUP*, no que se refere à distribuição de sementes, à conscientização de agricultores familiares que produzem em hortas comunitárias e de alunos das escolas, onde se mantêm hortas escolares; entretanto, reconhecem que há resistência da maioria dos produtores vinculados às associações de bolivianos para iniciar um processo de transição da produção convencional para a agroecológica.

Esses produtores alegam que de nada adianta produzir orgânicos se não há uma perspectiva de certificação de seus produtos e isso é o que realmente poderia render mais economicamente. Além disso, com o modelo de produção atual, os resultados financeiros obtidos com a comercialização de hortifrúti no cinturão hortícola da grande *Buenos Aires* têm sido muito bons. Observa-se que esses agricultores não consideram os prováveis benefícios que a produção orgânica traria em relação ao meio ambiente e à saúde deles e de suas famílias.

Importa acrescentar que não se pretende instigar a criação/elaboração de novos programas e/ou projetos mirabolantes que, de modo geral, têm se mostrado mais úteis à finalidade de externar a atuação política de governantes, utilizando-se da mídia para expor uma realidade que de fato não se concretiza nas áreas produtivas da agricultura familiar, tanto no COREDE Central quanto na *REDUP*, pelo menos, não na dimensão que as propagandas dos governos geralmente mostram.

Entende-se que os programas, e/ou projetos, e/ou planos já em curso, esses sim merecem a atenção do Estado, seja aprimorando a legislação, seja realizando de fato investimentos reais em pessoal para a ATER, seja disponibilizando recursos para financiamento da produção, pois é isso que pode, realmente, proporcionar melhorias para a agricultura familiar dessas regiões.

#### **4.1.4 Processamento primário**

O processamento primário engloba várias etapas/atividades – colheita/coleta, limpeza, separação (peso, tamanho, maturação, cor, etc.) e embalagem dos alimentos – que podem ser realizadas de inúmeras maneiras. As mais utilizadas são as que se desenvolvem em cada unidade de produção e são realizadas pelos próprios agricultores ou membros da família e/ou das associações das quais são integrantes. Esses são os casos dos *pools* de produtores e das associações no COREDE Central e das hortas comunitárias na *REDUP*.

No COREDE Central, desenvolvendo todas as atividades que integram esse segmento e visualizando a possibilidade de deter o controle sobre o produto até a destinação final, ou seja, até o ato da comercialização, os agricultores familiares absorveram, praticamente, de forma integral, o processamento primário dos alimentos orgânicos que são consumidos *in natura* (FERNANDES; KARNOPP, 2014).

Enfatiza-se que a absorção desse segmento pelo próprio produtor revela-se um aspecto de suma importância na cadeia produtiva de alimentos orgânicos, em virtude de ter provocado a inibição, ou melhor, a extinção da figura do atravessador, que se mantém ocupando posição de destaque em diversas outras cadeias produtivas.

De acordo com o Sr. Ari Cassol, agricultor familiar no município de Dona Francisca e integrante da Associação Bravo, a exposição dos produtos com um aspecto de que recém foi retirado da terra faz diferença na hora da comercialização. Ademais, conforme explica o produtor, colher, limpar, selecionar, embalar, se for o caso, e transportar as hortaliças e frutas em caixas até a feira é mais fácil que preparar a terra, semear, acompanhar o crescimento das plantas, cuidando para que as pragas não as devorem até colheita.

Na *REDUP*, todos os agricultores familiares da Associação Lima, em *Pilar*, assim como todas as associações de bairros com hortas comunitárias, universo desta pesquisa, não se utilizam dos atravessadores para distribuir e comercializar os alimentos produzidos, pois eles mesmos desenvolvem essas atividades em canais curtos<sup>15</sup> de comercialização.

A análise desse elo da cadeia produtiva constata que tanto os agricultores familiares do COREDE Central quanto os da *REDUP* contrariam a abordagem de Santos (2004, p. 225) sobre “a proliferação dos intermediários” e o papel do “coletor de produtos alimentares” no circuito inferior, pois eles – os agricultores familiares –, graças aos esforços individuais e coletivos para a viabilização de formas variadas de comercialização, principalmente as feiras de produtores, independem dos atravessadores para a aquisição de insumos, bem como para a distribuição dos produtos finais.

#### **4.1.5 Processamento secundário**

Normalmente, o processamento secundário, como segmento da cadeia produtiva de alimentos orgânicos, é composto por indústrias que se dedicam a processar os alimentos orgânicos em linhas de produção convencional (caso das grandes indústrias) ou artesanal (caso das pequenas indústrias).

---

<sup>15</sup> São aqueles em que os produtores vendem direto ao consumidor, de acordo com Chifarelli (2006).

Ressalta-se, porém, que não é fácil entrar ou fazer parte desse segmento, conforme explica Ormond et. al. (2002, p. 29):

São grandes as barreiras à entrada nesse segmento, uma vez que todos os produtos e aditivos utilizados têm necessariamente que ser orgânicos e as linhas de produção, se não exclusivas, têm que passar por criteriosa limpeza, de forma a eliminar os vestígios de produtos não-orgânicos, para evitar a contaminação.

Da realidade dos agricultores familiares, produtores de hortaliças e frutas no COREDE Central e na *REDUP*, as indústrias especializadas na linha orgânica não fazem parte. O processamento secundário de orgânicos é realizado, em ínfima escala, pelos próprios agricultores e suas famílias, apesar de agregar mais valor aos seus produtos, caso dos pepinos em conserva. Em outras situações, além de agregar valor, “salvam” as frutas que seriam perdidas, por alguma pequena falha ou porque se deterioram rápido, como morangos e pêssegos, ao fazer geleias e compotas (frutas em conserva). Esses produtos processados artesanalmente, geralmente, são comercializados lado a lado com alimentos orgânicos *in natura* em feiras livres ou, por encomenda, nos domicílios dos consumidores.

Acrescenta-se que, em ambas as regiões, esse processamento é bastante limitado, pois exige mais mão de obra ou mais trabalho e nem sempre há disponibilidade de um ou outro nas unidades produtivas familiares porque os trabalhadores, normalmente, são os próprios membros da família e eles se inserem em várias outras atividades: o cultivo, o processamento primário, o transporte, a comercialização. Isso tudo demanda um trabalho exaustivo, o que confirma, de acordo com Santos (2004), uma das características mais marcantes das atividades desenvolvidas no circuito inferior, “o trabalho intensivo”.

#### **4.1.6 Certificação**

Ormond et. al. (2002, p. 29) ressalta que a “[...] cadeia produtiva dos orgânicos pouco se diferencia das demais cadeias agroalimentares, a não ser pela presença da figura da certificação [...]”. Ademais, considera-se esse segmento da cadeia produtiva de alimentos orgânicos – a certificação – como processo essencial para a credibilidade do produto junto ao consumidor.

No entanto, apesar dessa importância, a obtenção da certificação é um obstáculo considerável para que os produtores ampliem seu rol de atuação (expor em supermercados, em lojas especializadas, exportar, etc.), porque o valor cobrado pelas certificadoras não condiz com a realidade dos agricultores familiares. Isso dificulta ou inviabiliza a contratação de uma certificadora por auditoria tanto no Brasil quanto na Argentina.

Os altos custos com a certificação, naturalmente, influenciam no custo final do produto e contribuem para que o alimento orgânico certificado seja apresentado no mercado a um preço mais elevado do que o alimento produzido pela agricultura convencional. Por conta disso, quase a totalidade dos agricultores familiares abre mão da certificação por auditoria e continua comercializando seus produtos orgânicos ou naturais contando com a credibilidade que obtiveram ao longo do tempo junto ao consumidor.

#### **4.1.6.1 Garantia da qualidade orgânica de produtos alimentícios no Brasil**

No Brasil, há três formas de garantia da qualidade orgânica dos produtos alimentícios: a certificação, os sistemas participativos de garantia e o controle social para a venda direta sem certificação. As duas primeiras compõem o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg (MAPA, 2009).

Atualmente, no país, de acordo com o Cadastro Nacional de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica – CNOACO, existem cadastrados, no MAPA, oito certificadoras por autoria e 13 organismos participativos de avaliação da conformidade – OPAC. No Rio Grande do Sul, há dois OPAC: a Associação Ecovida de Certificação Participativa – Rede Ecovida e a OPAC Litoral Norte (CNOACO, 2014).

Entre as três possibilidades de garantir a qualidade orgânica dos produtos alimentícios, o controle social para a venda direta ao consumidor mostra-se como a forma mais acessível de o agricultor familiar colocar seu produto no mercado, apesar da limitação de somente comercializar nas feiras livres (direto ao consumidor) e de participar de processos licitatórios para as compras dos governos federal, estaduais e municipais (Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, merenda escolar, hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, etc.).

Nesse aspecto, destaca-se o que prescreve o Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, no que se refere à possibilidade de o agricultor familiar produtor de alimentos orgânicos não certificados realizar a venda direta ao consumidor final:

Art. 28. Para que possam comercializar diretamente ao consumidor, sem certificação, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma organização com controle social cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado. (BRASIL, 2007, p. 4).

No entanto, verifica-se que muitos produtores do COREDE Central continuam comercializando diretamente ao consumidor em feiras livres, sem a declaração de cadastro.<sup>16</sup> Isso evidencia que eles podem não estarem vinculados a uma organização de controle social – OCS e, conseqüentemente, não estarem cadastrados no MAPA para realizarem a venda direta sem certificação.

Há, porém, os sistemas participativos de garantia<sup>17</sup> – SPGs que possibilitam aos agricultores familiares organizados em associações, por intermédio de um núcleo ou grupo, obter a certificação de seus produtos orgânicos de um OPAC.

Observa-se que há dificuldades quanto à orientação e/ou à divulgação dessa possibilidade porque, no COREDE Central, não há um núcleo ou grupo constituído que faça esta ponte entre agricultores familiares produtores de orgânicos e os OPACs.

No entanto, para superar essa dificuldade, um dos agricultores familiares da Associação Delta em Santa Maria uniu-se à Associação Bravo do município de Dona Francisca que, por sua vez, filiou-se ao Núcleo Vale do Rio Pardo da Rede EcoVida, sediado em Santa Cruz do Sul, no COREDE Vale do Rio Pardo, a fim de obter o certificado de conformidade orgânica.

Ressalta-se que são os OPACs que autorizam as comissões de ética de núcleos como o Núcleo Vale do Rio Pardo a emitirem a certificação de qualidade orgânica aos agricultores filiados, e esses agricultores passam a receber o documento denominado Certificado de Conformidade Orgânica.

Vinculado a esse núcleo, Sr. Odair Schmidt, que tem uma propriedade com 2,5 hectares onde produz hortifrutigranjeiros orgânicos certificados (pepino, tomate, pimentão, feijão, mandioca, cana de açúcar, morango, etc.), detalha como funciona, na prática, o processo para a obtenção da certificação por OPAC:

---

<sup>16</sup> É o documento que permite ao produtor vender, na feira, diretamente ao consumidor sem certificação, que demonstra que está ele cadastrado junto ao MAPA e que faz parte de um grupo que se responsabiliza por ele. Ressalta-se que, neste caso, somente o produtor, alguém de sua família ou de seu grupo pode estar na barraca, comercializando os alimentos produzidos. Além disso, a Declaração de Cadastro deve ser apresentada/mostrada sempre que o consumidor e/ou a fiscalização pedirem (MAPA. *Regularização da produção orgânica*. Em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica>>. Acesso em: 15 jul. 2014).

<sup>17</sup> Os Sistemas Participativos de Garantia – SPG são formados pela reunião de produtores e outras pessoas interessadas em organizar a estrutura básica das organizações. Cada sistema é composto pelos seus membros e pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade – OPAC. Os Membros do Sistema são pessoas físicas ou jurídicas que fazem parte de um grupo classificado em duas categorias: uma composta pelos distribuidores, comercializadores, transportadores e armazenadores; e outra composta pelos colaboradores que são os consumidores e suas organizações, os técnicos, as organizações públicas e privadas, as que representam as mais diferentes classes e os parceiros (colaboradores) que possam ajudá-los a dar garantia a seus produtos. Todos tomam conta de todos e se visitam, para garantir a qualidade orgânica (MAPA. *Sistemas participativos: organismo participativo*. Em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/sistemas-participativos-rpo>>. Acesso em: 20 ago. 2014).

O produtor tem que participar das reuniões programadas pelo grupo [núcleo ao qual está filiado] para entender como funciona o sistema de garantia participativa, para conhecer a legislação sobre orgânicos, para aprender técnicas de adubação e formas de preservar o meio ambiente, enfim [...]. No nosso caso, ficamos um ano participando desses encontros, recebemos visitas de outros produtores já certificados em nossas propriedades e também visitamos propriedades para ver como os que eram certificados trabalham. Isso é bom porque trocando informações com esse pessoal pode-se melhorar a produção.

Além desse grupo de sete agricultores familiares que obteve a certificação utilizando-se do SPG, atualmente, no COREDE Central, de acordo com o CNPO (dezembro de 2014), há somente mais um agricultor familiar e uma indústria de alimentos certificados por empresa certificadora por auditoria cadastrada no MAPA, a Ecocert Brasil Certificadora.

Cabe destacar que esse sucesso dos agricultores familiares, mesmo que incipiente, do COREDE Central pode estar associado ao nível educacional desses produtores. Por meio das entrevistas, verificou-se que os primeiros a obterem a certificação para seus produtos são também os que apresentam maior grau de escolaridade entre os integrantes das associações, universo da pesquisa, alguns com ensino médio completo e outros ensino superior completo.

Portanto, o êxito dessas famílias de agricultores e o sucesso da dinâmica dos processos organizativos podem ter relação com o nível de educação.

A educação faz muita diferença. Muito mais no Brasil do que em países menos desiguais. Pode-se até afirmar que o nível educacional será o principal trunfo, tanto do sucesso dos agricultores que conseguirem saltar todos os obstáculos impostos pelo tapete rolante da corrida tecnológica e se manter sempre acima do patamar de renovação, quanto do sucesso daqueles que tiverem que se tornar pluriativos, quanto do sucesso dos que forem obrigados a transitar para ocupações externas à agricultura, sejam elas rurais ou urbanas. (VEIGA, 2000, p. 26).

Com base em estudo realizado por Lockeretz (1989), Souza Filho (2012) acredita que o nível educacional pode ser um dos aspectos mais relevantes para a adoção de práticas sustentáveis. Métodos ecológicos, como a produção orgânica de alimentos, normalmente exigem mais habilidades do que os convencionais. Dessa forma, sustenta-se a hipótese de que “[...] o nível educacional e a experiência dos produtores são importantes características pessoais na adoção de práticas sustentáveis.” (SOUZA FILHO, 2012, p. 697).

É importante considerar que a certificação orgânica dos alimentos, validada pelas certificadoras ou pelos OPACs, garante oportunidades mais abrangentes ao agricultor familiar produtor de orgânicos, pois permite-lhes o uso do selo do SisOrg<sup>18</sup> nos rótulos dos produtos, a venda direta ao consumidor, supermercados, indústria, restaurantes, etc. e até mesmo exportar.

---

<sup>18</sup> O selo do SisOrg foi instituído pela IN nº 50, de 5 de novembro de 2009, e identifica os produtos orgânicos produzidos no Brasil, de acordo com o Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007.

Contudo, constata-se que os agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos do COREDE Central, de modo geral, entendem que a certificação é essencial para a credibilidade do produto perante o consumidor, mas enfatizam que não sabem como proceder para ter seus produtos certificados.

Em relação a esse aspecto, observa-se que há necessidade de difundir mais informações sobre os SPGs, pois, apesar de a IN nº 19, de 28 de maio de 2009 (aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica) estar em vigor há mais de cinco anos, muitos produtores desconhecem essa possibilidade.

Portanto, verifica-se que há espaço para a participação e a promoção de um envolvimento maior dos agricultores familiares nas questões que envolvem a certificação e mais organização no sentido de formar grupos ou núcleos vinculados aos OPACs; ou ainda, criar/formar/organizar OCS, caso a intenção seja somente vender nas feiras livres do COREDE Central.

#### **4.1.6.2 Certificação de processos e produtos orgânicos na Argentina**

A certificação de processos produtivos e de alimentos na Argentina é, atualmente, uma realidade inatingível para os agricultores familiares que utilizam um modelo de produção natural/ecológico/orgânico porque a legislação estabelece normas inflexíveis para o sistema de produção. Isso implica investimentos para adequá-lo às normas exigidas e, principalmente, porque são altos os valores praticados pelas empresas certificadoras.

A Lei nº 25.127, de 8 de setembro de 1999, em seu artigo 6º, define que: “A *Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación*, promoverá a produção agropecuária, ecológica, biológica ou orgânica em todo país, especialmente naquelas regiões onde as condições ambientais e socioeconômicas sejam apropriadas à atividade e haja necessidade de conversão produtiva.” (ARGENTINA, 1999, p. 1, tradução nossa).

No entanto, o Estado não garante aos agricultores familiares a possibilidade de produzir dessa forma, pois não se verificam políticas públicas efetivas de incentivo à produção e à comercialização, nem de outras formas de certificação que não seja a certificação por auditoria realizada por empresas especializadas.

Dessa forma, o agricultor familiar produtor de alimentos orgânicos sofre restrições quanto à obtenção de um preço justo para seu produto, em virtude da concorrência daqueles que utilizam o sistema convencional que emprega fertilizantes sintéticos e agrotóxicos para produzir e, geralmente, produzem mais em menos tempo. Ao mesmo tempo, esse produtor não pode disputar um outro mercado, mais restrito, em face de não ter condições de obter a certificação.

Por conta desses aspectos, verifica-se que o sistema argentino de certificação dos alimentos orgânicos está fortemente influenciado pelo ideal mercantilista, pois transforma o alimento certificado em uma espécie de produto *premium* destinado ao consumidor com maior poder aquisitivo.

A inviabilidade de certificação de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar fez com que as associações e cooperativas de produtores familiares aliadas à sociedade civil e consumidores buscassem outros mecanismos que pudessem dar cabo dessa dificuldade. A inspiração no modelo brasileiro de certificação participativa surge como uma possibilidade de garantir a qualidade orgânica dos processos produtivos e dos alimentos produzidos sem que haja um aumento no custo do produto.

Na Argentina, atualmente, realizam-se experiências de SPG que, caso aprovadas e regulamentadas, podem viabilizar, a exemplo do Brasil, uma melhoria no que se refere ao acesso à certificação de conformidade orgânica.

No município de *Bella Vista*, na *provincia de Corrientes*, a partir do interesse municipal pela certificação participativa de produtos agroecológicos efetivado pela *Resolución* nº 113/2007, desenvolve-se um processo envolvendo produtores familiares, instituições<sup>19</sup> públicas (municipais e nacionais) e privadas e consumidores, cujo objetivo estabelecido no Art. 1º, da *Ordenanza* nº 919/2009 é: “Criar o Sistema de Garantia Participativa de Produtos Agroecológicos do Município de *Bella Vista*” (tradução nossa).

Nessa *ordenanza*, para a obtenção da certificação agroecológica, são estabelecidos os critérios a serem realizados pelos agricultores familiares e observados pelo Conselho de Garantia Participativa de Produtos Agroecológicos, que é o responsável por emitir a certificação de conformidade orgânica:

- Toda a terra produtiva deve ter um manejo agroecológico.
  - As sementes devem ser próprias.
  - Os produtores devem pertencer a um grupo.
  - A água de irrigação deve vir de uma fonte confiável.
  - O solo deve estar coberto.
  - Deve-se usar adubos, compostagem, etc. não contaminadas.
  - Deve-se garantir o uso de boas práticas na elaboração de produtos.
  - As famílias que realizam uma produção convencional deverão entrar em uma etapa de transição que não deverá durar mais de 3 anos.
  - As decisões dos produtores deverão ser tomadas em assembleia.
- (GONZÁLEZ; GÓMEZ; MORICZ, 2013, p. 44, tradução nossa)

<sup>19</sup> As instituições envolvidas na experiência de *Bella Vista* são: *Asociación Ecológica de Bella Vista*, *Instituto de Cultura Popular*, *Agencia de Extensión Rural do INTA*, *Instituto Nacional de Tecnología Industrial – INTI*, *Dirección de la Producción y Departamento de Bromatología de la Municipalidad de Bella Vista*, *Servicio de Sanidad y Calidad Agroalimentaria – SENASA*, *Subsecretaría de Agricultura Familiar Delegación Corrientes*, *Instituto Aerotécnico Pedro Fuentes Godo Universidad Nacional del Nordeste – Facultad de Ciencias Agrárias – UNNE-FCA*, com um nível de instrução universitário (BEL, 2014).

A ideia do projeto é beneficiar os agricultores familiares (20 famílias) produtores de alimentos orgânicos do município de *Bella Vista* e os consumidores locais, por meio da comercialização dos produtos agropecuários produzidos no sistema agroecológico diretamente ao consumidor, que são os beneficiários finais ou definitivos.

Nessa experiência, os mecanismos de acompanhamento e controle do processo produtivo agroecológico compõem-se de várias etapas: autocontrole do próprio produtor; visitas entre produtores pertencentes ao mesmo grupo; visitas entre produtores de grupos diversos; visita da Junta de Controle de Produtores; intervenção do Conselho de Garantia de Certificação, caso seja necessário aplicar alguma sanção. Além disso, o município – como organismo de controle – por meio de pessoal técnico especializado lotado na *Secretaría Municipal de Agropecuaria*, também se encarrega de monitorar as propriedades em que os agricultores familiares produzem seguindo esse modelo produtivo (BEL, 2014).

Contudo, enfatiza-se que a força desse sistema consiste na conscientização de cada produtor em relação ao modo de produção estabelecido nas normas e regulamentos, na capacidade de articulação dos agricultores familiares, utilizando-se de formas associativas adequadas à realidade deles e, principalmente, da demanda por alimentos orgânicos por parte dos consumidores.

Outra experiência ocorre em *Cañuelas*, província de *Buenos Aires*, onde, por meio da *Ordenanza* nº 2671/2010, restringe-se o uso de agroquímicos no município e, principalmente, enuncia-se a necessidade de implementar um SPG.

Para tanto, desenvolve-se, concomitantemente, um projeto que visa promover a produção agroecológica. Com base nesse projeto, pode-se estimular outros processos similares, além de servir de suporte para a construção de normas adequadas para o fomento da produção agroecológica desenvolvida pela agricultura familiar na Argentina.

O projeto prevê que, para operar os SPGs, deverá ser otimizada a criação de um “*Consejo de Garantía Participativa de Producción Agroecológica*” que se encarregará da certificação de todo o processo do sistema produtivo de cada produtor agropecuário integrante do grupo. Esse conselho será integrado por representantes do município de *Cañuelas*, pelo *INTA*, por instituições educativas, associações de produtores, ambientalistas, consumidores e por outros organismos do Estado, além de entidades com *know-how* ou que tenham antecedentes em atividades relacionadas com as produções agroecológicas (GONZÁLEZ; GÓMEZ; MORICZ, 2013).

Tais experiências demonstram que os SPGs podem constituir-se em um mecanismo legítimo para certificar os produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar. Porém, faz-se

necessária a ação do Estado no sentido de priorizar e/ou dar celeridade à implantação de políticas públicas que insiram esses sistemas como uma das formas de obtenção de certificação na Argentina e, desse modo, torne a certificação de conformidade orgânica uma realidade viável aos agricultores familiares do país.

#### 4.1.7 Síntese das limitações e potencialidades nos seguimentos de produção

Sintetizar as limitações dos processos organizativos para a produção de alimentos orgânicos (Quadro 10) não se mostra ser uma tarefa fácil, em virtude dos inúmeros obstáculos que esse setor produtivo agrícola tem de enfrentar para continuar produzindo e auxiliando na garantia da soberania alimentar tanto no COREDE Central quanto na *REDUP*.

Deixar de fora um ou outro limitador é um risco que se permite correr, a fim de reduzir ou superar aquelas limitações identificadas e, dessa forma, avançar em direção do aperfeiçoamento dos processos organizativos desenvolvidos na agricultura familiar e que esse avanço pretendido torne mais eficaz o funcionamento de cada segmento da cadeia produtiva de alimentos orgânicos.

**Quadro 10 – Limitações dos processos organizativos para a produção**

COREDE Central	<i>REDUP</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- pouca oferta de mudas e de sementes orgânicas, de controladores de pragas e doenças e de defensivos biológicos no mercado.</li> <li>- adquirir sementes, mudas e adubos no mercado encarece o custo de produção</li> <li>- proximidade de áreas de monocultura onde se utilizam fertilizantes sintéticos e agrotóxicos.</li> <li>- precária administração dos custos de produção e da unidade produtiva como um todo.</li> <li>- recursos humanos insuficientes para atender a demanda por ATER dos agricultores familiares.</li> <li>- produtos minimamente processados pelo agricultor e sem perspectiva de mudança na forma de processamento porque há pouca mão-de-obra para operar nessa etapa e também porque há um certo desconhecimento de técnicas e equipamentos apropriados para esse fim.</li> <li>- a obtenção de conformidade de qualidade dos produtos, através de certificadoras por auditoria, possuem um custo muito alto para os agricultores familiares do Brasil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- pouca oferta de pesticidas biológicos no mercado;</li> <li>- alto preço dos poucos pesticidas disponíveis no mercado.</li> <li>- utilização de áreas para o plantio nas proximidades de arroios (água usada para irrigação das hortaliças) com concentração de agroquímicos e outros químicos perigosos, oriundos de contaminações provocadas pelas indústrias da região.</li> <li>- suporte técnico insuficiente para as principais atividades agrícolas na região.</li> <li>- fragilidade na interação dos agricultores familiares e suas associações com o <i>INTA</i>.</li> <li>- pouca e quase nenhuma perspectiva de melhoria na forma de processamento do produtos, porque há deficiências de todas as ordens, como de provisão de energia elétrica, esgoto, etc.</li> <li>- alto valor cobrado pelas certificadoras por auditoria para concessão da certificação da qualidade orgânica na Argentina.</li> </ul>

Fonte: quadro elaborado pela autora.

Diante das limitações dos processos organizativos observadas no andamento dos segmentos da cadeia produtiva de alimentos orgânicos do COREDE Central e da *REDUP*, verifica-se a necessidade de expor as potencialidades (Quadro 11) desses processos com o intuito de aprimorar essa cadeia produtiva.

Verifica-se que muitas dessas limitações, principalmente as que têm relação com as instituições de ATER, podem ser reduzidas e/ou eliminadas se os governos realizarem investimentos específicos para ampliar e qualificar os quadros de recursos humanos.

Outras são obstáculos que podem ser suplantados com esforço individual e coletivo dos agricultores familiares. Individual, no gerenciamento de cada unidade produtiva, e coletivo, articulando-se em prol do benefício dos grupos associados, seja por meio da obtenção de insumos, da utilização conjunta de máquinas e equipamentos ou, de um modo geral, da redução dos custos de produção.

**Quadro 11 – Potencialidades dos processos organizativos para a produção**

COREDE Central	<i>REDUP</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- redução dos custos de produção com a utilização da compostagem para a obtenção de adubo orgânico, além de produzir ótimos resultados no solo, mantendo-o fértil.</li> <li>- utilização de <i>sites</i> na internet para disseminação de conhecimentos sobre preservação do solo, compostagem, rotação de culturas, técnicas antierosão, etc. pela Emater/RS-Ascar, universidades, cooperativas e/ou associações de produtores, ONGs.</li> <li>- maior oferta de palestras e minicursos pela Emater/RS-Ascar a agricultores familiares sobre técnicas que preservem o solo e mantenham-no fértil.</li> <li>- distribuição de sementes<sup>20</sup> pela Emater/RS-Ascar para a agricultura familiar.</li> <li>- retomar as iniciativas das associações de produtores para a (re)ativação de bancos de sementes.</li> <li>- criação de programas de Estado que estimulem a produção orgânica (agroecológica).</li> <li>- estabelecer parcerias com as universidades para a melhoria da gestão interna das unidades produtivas.</li> <li>- ampliar investimentos estatais para as atividades de ATER voltadas à agricultura familiar.</li> <li>- filiação de associações de agricultores familiares a núcleos de produtores vinculados a OPAC, a fim de obtenção da certificação de qualidade orgânica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- utilização cada vez maior da compostagem para obter adubo orgânico.</li> <li>- fortalecer as parcerias entre os agricultores familiares para estabelecer bancos de sementes mais sólidos e abrangentes em relação a tipos variados de cultivares.</li> <li>- potencial para integrar diversos atores regionais (associações de produtores, <i>MAGyP</i>, <i>INTA</i>, ONGs, municípios, universidades, instituições públicas, <i>Ministerio de Asuntos Agrarios – MAA</i>, etc.).</li> <li>- ampliar os quadros de extensionistas do <i>INTA</i>.</li> <li>- normatização dos Sistemas de Garantia Participativa como forma de certificação da qualidade orgânica.</li> </ul>

Fonte: quadro elaborado pela autora.

<sup>20</sup> Entende-se que essa seja uma possibilidade para sementes das quais os agricultores familiares não disponham, caso contrário, pode estimular a acomodação desses produtores e a dependência das instituições que se propõem a fazer a distribuição de sementes.

Essas potencialidades demonstram o potencial endógeno de ambas as regiões e, caso venham a ser melhor exploradas, além de tornar a cadeia produtiva melhor estruturada, podem alavancar um processo de desenvolvimento perene que abarque não só um crescimento econômico, mas que também abranja as dimensões sociais, culturais e ambientais.

#### **4.2 Potencialidades e limitações dos processos organizativos de comercialização de alimentos orgânicos na agricultura familiar**

Em relação à comercialização de orgânicos no Brasil, reiteram-se, nesta tese, os dados do Projeto Organics Brasil – resultado de uma parceria entre Agência Brasileira de Promoção e Investimentos – ApexBrasil e o IPD – que mostram que, de 2012 para 2013, houve um aumento de 35% nas vendas para o mercado interno brasileiro. Esse percentual, porém, não reflete a realidade desse mercado, uma vez que trata somente dos números coletados na rede varejista, conforme Ming Liu, gestor do projeto (G1, 2014).

Diante disso, infere-se que, se levar em conta as vendas realizadas pelos agricultores familiares nas feiras, em hotéis e restaurantes, diretamente na casa dos consumidores e até mesmo nas aquisições do governo (merenda, CONAB, etc.), o crescimento real do mercado interno de produtos orgânicos pode ser muito maior.

Na Argentina, não se encontram dados consolidados sobre crescimento ou diminuição da comercialização de alimentos naturais, advindos da agricultura familiar no país, o que não impede de estimar, com base nos relatos dos agricultores participantes desta pesquisa, que há um aumento significativo na procura por alimentos naturais/orgânicos.

Ademais, os produtores familiares, durante as entrevistas, foram unânimes em afirmar que a procura por alimentos orgânicos tem aumentado nas feiras livres do COREDE Central e da *REDUP* e, embora não apresentem dados estatísticos, confirmam a tendência de crescimento do mercado interno.

Dessas constatações depreende-se, então, que é essa tendência de ampliação do mercado consumidor que tem motivado os agricultores a expandirem a área de plantio de alimentos orgânicos e/ou convergirem do modelo convencional de produção para o modelo orgânico e a buscarem a certificação de seus produtos.

Porém, para suprir a crescente demanda por alimentos orgânicos, além de ampliar a área de produção, o que nem sempre é possível devido ao espaço físico das pequenas propriedades, evidencia-se a necessidade de concentrar esforços para qualificar a produção e aprimorar a cadeia produtiva desse tipo de produto também nos elos que se referem à comercialização.

### 4.2.1 Distribuição

Ao iniciar a abordagem deste segmento – a distribuição – pretende-se tornar claro que distribuição e comercialização são dois segmentos distintos e, portanto, não se deve confundirlos atribuindo-lhes a mesma finalidade. De fato, esses elos são muito próximos e a distinção entre um e outro se dá por uma tênue questão de conceituação.

Nesta tese, entende-se que a distribuição é quando se reparte a produção, ou melhor, é o momento de definição sobre para quem se vai oferecer o produto ou onde se vai expor o produto a ser comercializado. Isso quer dizer que não necessariamente esse produto será comercializado/vendido.

Nesse elo da cadeia produtiva de orgânicos, observa-se que, de modo geral, os produtores, aproveitando-se de um mercado em expansão, têm procurado distribuir (e também transportar e comercializar) eles próprios os seus produtos, geralmente, nas feiras livres, hotéis e restaurantes, porque a possibilidade de realizar a venda direta ao consumidor possibilita a obtenção de maior lucro real (FERNANDES; KARNOPP, 2014).

A distribuição, no entanto, deve levar em conta não somente a possibilidade de venda da produção e a possibilidade de obtenção de um melhor preço, mas também a distância do local de produção ou do centro distribuidor até o local de comercialização e, principalmente, a viabilidade de suprir tempestivamente a demanda de consumo, entre outros fatores.

No COREDE Central, os produtores, eles mesmos ou por intermédio de suas associações, têm distribuído os produtos, em sua maioria, nas feiras livres, principalmente, no Feirão Colonial, pois são sócios da Cooesperança. Mas, também distribuem em outros locais como restaurantes e hotéis.

Na REDUP, observa-se que os pontos de distribuição dos alimentos orgânicos ou naturais resumem-se às feiras livres dos mercados das associações de bolivianos, na porta dos consumidores, em alguns restaurantes e minimercados.

Por fim, acrescenta-se que, no universo pesquisado, em virtude de a produção ser pequena em relação à demanda que aumenta a cada dia, os agricultores familiares têm optado por não estabelecer vínculos comerciais com supermercados e lojas especializadas, mantendo os canais curtos de comercialização como estratégia principal.

## 4.2.2 Logística

Definidos os locais ou pontos de distribuição, faz-se necessária a organização de um sistema de transporte eficiente e eficaz, de embalagens adequadas e de locais para armazenamento que não onerem em demasia o custo do produto (alimento orgânico). É dessa logística que ora inicia-se a tratar.

Como descrito por Martins e Laugeni (2005, p. 179), “[...] a logística constitui um conjunto de técnicas de gestão da distribuição e transporte dos produtos finais, do transporte e manuseio interno às instalações e do transporte das matérias-primas necessárias ao processo produtivo.”

Com uma noção mais abrangente e visualizando a logística como um processo, Ballou (2006, p. 27) apresenta uma definição proclamada pelo *Council of Logistics Management – CLM*: “Logística é o processo de planejamento, implantação e controle do fluxo eficiente e eficaz de mercadorias, serviços e das informações relativas desde o ponto de origem até o ponto de consumo com o propósito de atender às exigências dos clientes.”

Além disso, Bowersox; Closs e Cooper (2007) abordam a logística a partir de três dimensões principais: transporte, embalagem e armazenamento. Nesta tese, opta-se por apresentar uma síntese dessas dimensões (Quadro 12) propostas pelos autores:

**Quadro 12 – A logística a partir de três dimensões principais**

Dimensões	Aspectos a considerar
Transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>- meios utilizados para transportar;</li> <li>- cuidados para manejo dos produtos; e</li> <li>- quem arca com custos de transporte</li> </ul>
Embalagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tipos usados para acondicionar o produto;</li> <li>- existência de rótulo de identificação do produto; e</li> <li>- informações apresentadas.</li> </ul>
Armazenamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- onde ficam armazenados os produtos; e</li> <li>- por quanto tempo são armazenados.</li> </ul>

Fonte: quadro elaborado pela autora, a partir de Bowersox; Closs e Cooper (2007).

Entre as modalidades de transporte de produtos existentes: rodoviário, ferroviário, aquaviário, dutoviário e aéreo, destaca-se o modal rodoviário porque, atualmente, é responsável por 61,1% dos transportes de cargas realizados no Brasil (CNT, 2014). Na Argentina, o transporte rodoviário também é o mais utilizado para transporte de cargas.

No caso específico dos agricultores familiares do COREDE Central e da *REDUP*, o modelo rodoviário corresponde à totalidade dos transportes utilizados por esses agricultores.

No COREDE Central, o transporte dos alimentos orgânicos produzidos pelos agricultores familiares caracteriza-se, principalmente, por ser realizado com recursos dos próprios produtores, por não haver um esquema representativo que identifique qual a melhor rota a ser desenvolvida e por não haver intermediário/transportador entre o produtor e o consumidor. Além disso, observa-se que os agricultores se unem para transportar os alimentos usando o menor número de veículos possível e que há um acordo entre eles para que os gastos com combustível sejam rateados. Essa, segundo os entrevistados, foi a melhor forma encontrada para reduzir os custos com transporte.

É preciso ressaltar, ainda, que as estradas vicinais (de terra), cuja manutenção está a cargo dos municípios, são de péssima qualidade em boa parte do ano e as rodovias estaduais (de terra e asfaltadas) e federais (asfaltadas) também são ruins, com desníveis, falta de sinalização, nos períodos mais chuvosos com buracos, etc. e, por causa disso, os veículos utilizados no transporte dos alimentos demandam constantes reparos.

Sobre os veículos utilizados pelos agricultores para realizar o transporte dos produtos até os locais de comercialização, observa-se o emprego de carros de passeio ou *pick-ups*, de kombis e de pequenos caminhões. Esses meios de transporte nem sempre possibilitam uma boa acomodação dos alimentos e, apesar disso, não se observa, por parte dos produtores, uma preocupação em quantificar as perdas que ocorrem em virtude dessa acomodação inadequada.

Na *REDUP*, conforme relatos dos entrevistados, por volta de 1995, os produtores sentiram a necessidade de desenvolver meios de distribuir os produtos, a fim de não depender mais dos atravessadores, e a coletividade boliviana passou a criar seus próprios mercados, iniciando pelo município de Escobar, e articular com os municípios a instalação de feiras e mercados municipais. Essas iniciativas tornaram possível a realização do transporte do excedente da produção pelos próprios produtores até esses pontos de comércio de alimentos.

Com relação a estudos para encontrar a melhor rota entre as unidades de produção e os locais de distribuição, os agricultores pesquisados citaram que não têm nenhum esquema realizado e que nunca refletiram sobre essa questão, mas acreditam que as rotas utilizadas são as melhores possíveis.

De modo geral, o transporte é dividido entre os produtores por semana, ou seja, a cada semana um produtor encarrega-se da tarefa e o custo recai sobre esse produtor. A exceção é a Associação Lima, em *Pilar*, que tem veículo próprio para realizar o transporte até as feiras/mercados ou nas portas dos consumidores.

Percebe-se que alguns veículos são precários e outros inadequados ao transporte de alimentos e por essas limitações os agricultores estimam que a perda relacionada à acomodação do produto no transporte rodoviário chegue a, aproximadamente, 5% do total transportado. Entretanto, esses produtores não estimam quanto representa o desgaste dos carros e *pick-ups* utilizados no transporte, mas garantem que os gastos com a manutenção desses veículos são consideráveis e consomem parte importante dos lucros auferidos com o comércio dos alimentos produzidos por eles.

Considerando essas realidades e visando à melhoria desse elo da cadeia produtiva, resumem-se as principais ações a serem desenvolvidas pelos produtores e associações em relação ao processo de transporte:

1º) Desenvolver uma análise das rotas, a fim de tomar decisões acertadas quanto ao trajeto que apresenta menores custos;

2º) Desenvolver um planejamento do escalonamento de viagens, obedecendo uma sequência lógica a ser realizada pelos membros da associação; e

3º) Desenvolver um estudo econômico para identificar as perdas de produtos que não resistem aos embarques, acomodações e desembarques, identificando qual a melhor embalagem em termos de adaptação ao transporte rodoviário.

Quanto à utilização de embalagens, no COREDE Central, verifica-se que não há um tipo específico adotado permanentemente pelos agricultores. A escolha das embalagens é definida a partir do preço para não impactar nos custos finais dos produtos e as mais utilizadas são: as sacolas plásticas, as redinhas de linha vermelha e pequenas caixas de papelão. Campanhas para que as pessoas levem carrinhos ou sacolas para colocar os produtos adquiridos são constantemente realizadas, mas há um consenso de que elas não produzem os efeitos desejados.

No Feirão Colonial, vê-se que a grande maioria dos produtos não possui qualquer identificação ou rótulo, apesar de a Cooesperança ter criado um rótulo, com a denominação “Sabor da Terra” (Anexo B), para expor as características dos alimentos e facilitar a identificação da procedência, mas poucos produtores utilizam-no.

Nas feiras de produtores da *REDUP*, as embalagens plásticas são as mais usadas e são adquiridas em quantidades grandes por grupos grandes de produtores, o que reduz consideravelmente o custo com esse item. Outro aspecto que auxilia nessa redução de custo, pelos menos em relação ao uso de sacolas grandes e caixas de papelão, é o fato de muitos consumidores trazerem sacolas próprias ou carrinhos de compras para levarem seus produtos para casa.

Os agricultores familiares da *REDUP* costumam expor os alimentos nas bancas em caixas de polietileno grandes e, normalmente, não são embalados no processamento primário, por exemplo, cenouras ou beterrabas separadas em sacos de 1Kg, como se vê, em algumas bancas do Feirão Colonial no Brasil.

Assim, demonstra-se que a utilização de um rótulo identificador para os alimentos e a aquisição de embalagens por grupos de agricultores são iniciativas desenvolvidas no COREDE Central e na *REDUP*, respectivamente, que podem ser aproveitados por um e outro e a quem mais interessar.

Entende-se que a apresentação das características dos alimentos e identificação da procedência em rótulo específico cria um vínculo de credibilidade maior entre o produtor, nesse caso, a Cooesperança e o consumidor; e a aquisição das embalagens por um grupo grande de produtores e em grandes quantidades pode resultar na obtenção de um preço mais baixo por unidade e, conseqüentemente, na redução dos custos com esse item.

A análise da dimensão armazenamento no contexto da logística expõe a dificuldade de organizar um estoque e armazenar produtos altamente perecíveis como os hortifrutis em ambas as regiões investigadas.

No COREDE Central e na *REDUP*, os agricultores familiares, universo desta pesquisa, não mantêm estoques desses produtos, isto é, eles fazem a colheita/coleta e tratam de colocar à venda imediatamente; no máximo, são colhidos/coletados de um a três dias antes de serem comercializados *in natura*.

Cabe a informação de que o *Mercado Hortícola Escobar*, na *REDUP*, além de ser um local de comercialização, armazena e distribui grandes quantidades de alimentos, mas somente os produzidos pelo modelo agrícola convencional porque a demanda e a produção de orgânicos, apesar de estarem em expansão, são consideradas muito pequenas na comparação com os alimentos produzidos pelo modo convencional.

Então, a incapacidade atual de armazenagem dos alimentos orgânicos ocorre devido à rápida decomposição dos alimentos perecíveis, à demanda e à produção que ainda são consideradas pequenas, à falta de local próprio/adequado com câmaras de refrigeração, etc.

Portanto, demonstra-se que a logística é um dos segmentos que mais necessitam de ajustes por parte dos agricultores familiares, associações e cooperativas, pois há gargalos nas três dimensões analisadas e que podem ser corrigidos, caso do transporte e da embalagem, ou tornado realidade, caso do armazenamento. Entretanto, exige maior organização dos produtores, das associações e/ou cooperativa, no sentido de trabalhar com foco nesses aspectos.

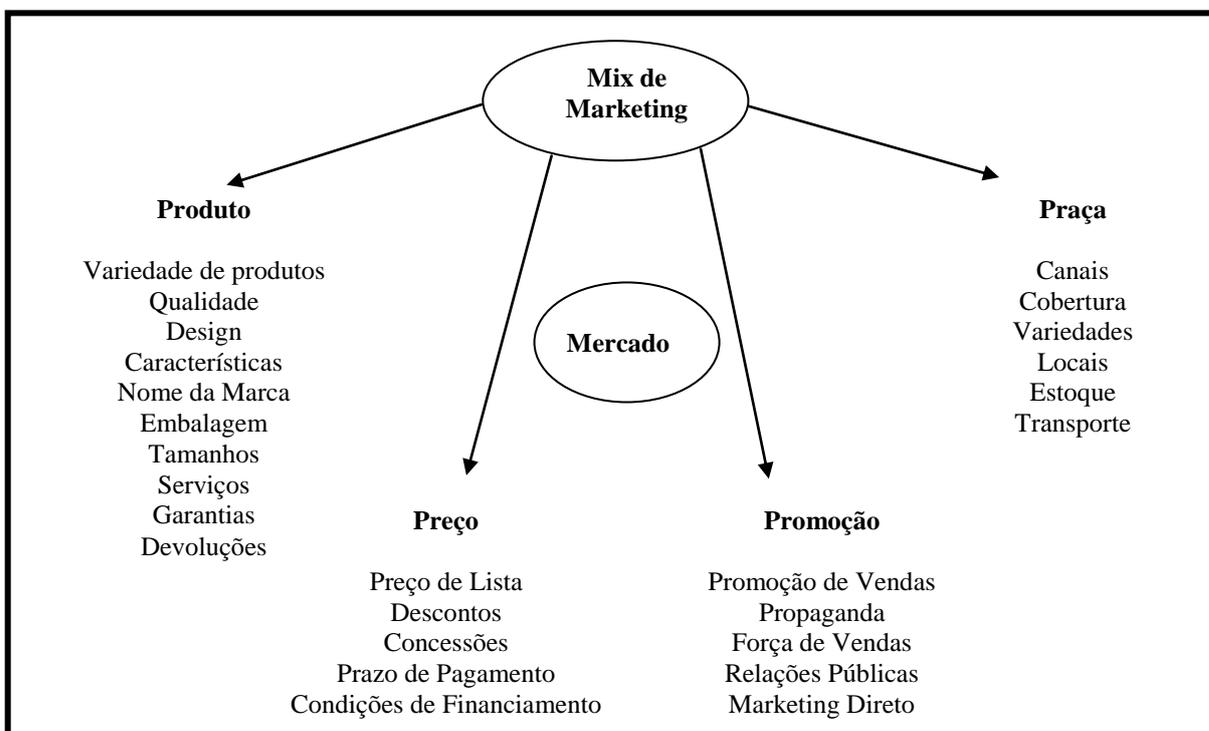
### 4.2.3 Marketing

Propõe-se a uma análise de marketing, a partir do desenvolvimento dos estudos de Kotler e Armstrong (1998); Kotler (2000) e Kotler e Keller (2006) em que apresentam o Mix de Marketing (Esquema 9) sintetizado em quatro grupos de variáveis, os denominados “quatro Ps” (produto, preço, promoção e praça).

*Produto* é a combinação de ‘bens e serviços’ que a empresa oferece ao mercado alvo. [...] *Preço* significa a soma de dinheiro que os clientes devem pagar para obter o produto. [...] *Praça* envolve as atividades da empresa que tornam o produto disponível para os consumidores-alvo. [...] *Promoção* significa as atividades que comunicam os atributos do produto e persuadem os consumidores-alvo a adquiri-lo. [...] (KOTLER; ARMSTRONG, 1998, p. 31, grifos dos autores).

A aplicação e a análise das ferramentas específicas de marketing em cada P possibilitam às organizações o direcionamento de ações para o atingimento do mercado-alvo ou consumidores-alvo e o estabelecimento de estratégias que desafiem seus concorrentes ou não-conflitantes que seguem a líder do mercado, todas em busca de um melhor posicionamento no mercado (KOTLER; ARMSTRONG, 1998).

**Esquema 9 – Os 4 Ps do Mix de Marketing**



Fonte: Kotler e Keller (2006, p. 17).

Todas essas ferramentas sob cada P servem, basicamente, para analisar o mercado e a partir dessa análise fazer um planejamento, definindo objetivos e traçando estratégias que influenciem no comportamento dos consumidores que vão até os locais de comercialização para adquirir bens e/ou serviços.

No entendimento de Kotler (2000, p. 38), “os 4 Ps representam a visão que a empresa vencedora tem das ferramentas de marketing disponíveis para influenciar os compradores.” Ao transpor a ideia do autor para a realidade das unidades produtivas dos agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos, remete-se à conclusão de que a integração das ferramentas que compõem os 4 Ps viabiliza o estabelecimento de estratégias mais efetivas e, conseqüentemente, amplia a possibilidade de atingir-se o objetivo, ou seja, de conquistar os consumidores.

Infere-se que a gestão correta dessas estratégias, no caso do mercado dos alimentos orgânicos, que está em crescimento, desencadeia uma estrutura de planejamento de distribuição e de comercialização de produtos que pode efetivar a sustentabilidade dos agricultores familiares.

No entanto, de acordo com Santos (2004, p. 46-47), nas atividades do “[...] circuito inferior, a publicidade não é necessária, graças aos contatos com a clientela, e tampouco seria possível, já que a margem de lucro vai diretamente para a subsistência do agente e de sua família.” Ou seja, não sobram recursos para investir em publicidade.

Mas, apesar de ser verdadeira a argumentação de Santos (2004) e enquadrar a realidade dos agricultores familiares do COREDE Central e da *REDUP* no que se refere ao contato direto com o cliente/consumidor ser a principal estratégia de marketing desses produtores, o “efeito Globo Repórter”<sup>21</sup> demonstra as vantagens de uma boa propaganda.

De acordo com o agricultor familiar, Sr. Sebastião da Silva, da Associação Hotel, toda vez que o programa apresenta, sexta-feira à noite, reportagens sobre os benefícios dos hortifrutigranjeiros à saúde humana, no sábado, dia do Feirão Colonial, em Santa Maria, as vendas de determinados produtos são um sucesso. Sua esposa, Sra. Isabel da Silva, declara:

Quando o Globo Repórter apresenta reportagens sobre algum dos alimentos que produzimos, levantamos um pouquinho mais cedo e levamos o máximo daquele produto da reportagem porque sabemos que vai vender tudo. É uma propaganda gratuita, mas muito bem-vinda. [...] É incrível como a TV faz a cabeça do povo.

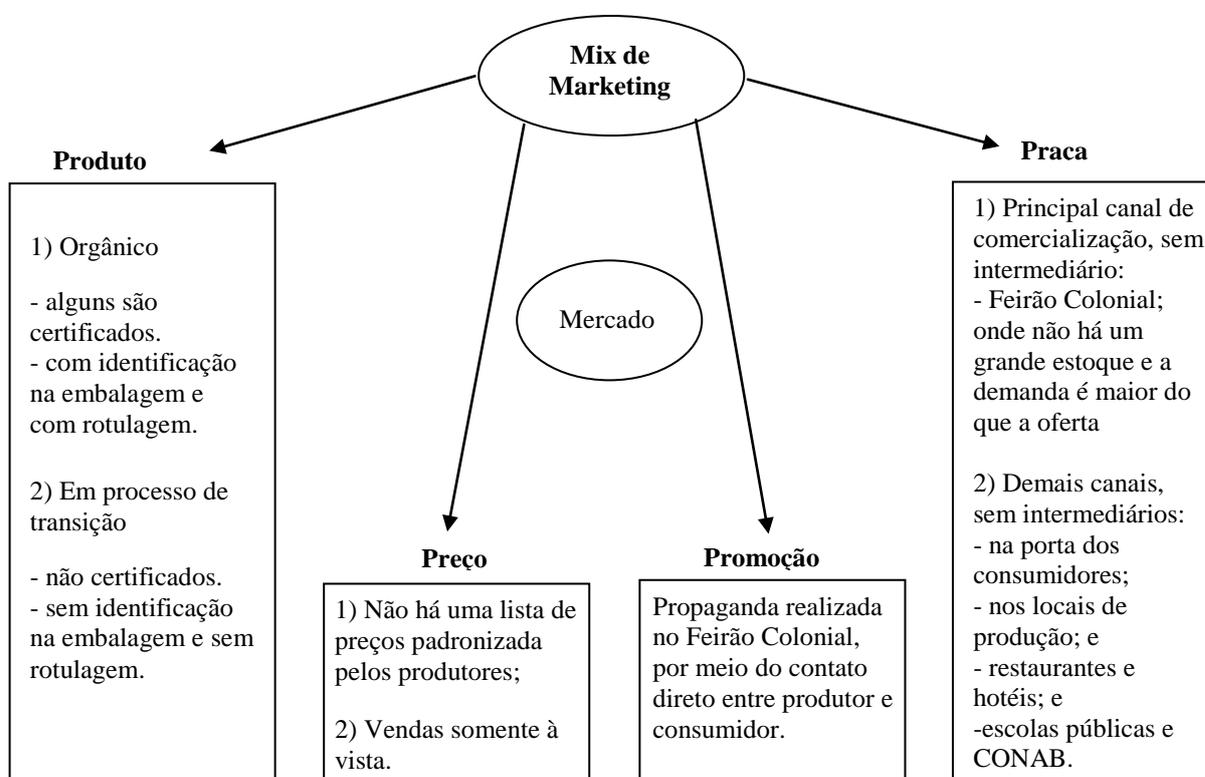
---

<sup>21</sup> Programa jornalístico levado ao ar todas as sextas-feiras à noite pela Rede Globo.

Nesse aspecto, as associações e/ou a Coesperança podem fazer a diferença no sentido de utilizar mais os meios de comunicação para enfatizar não só o trabalho realizado pela instituição e pelos produtores sócios da cooperativa, mas também os benefícios que alimentos orgânicos podem trazer à saúde do consumidor.

Conforme o modelo dos 4 Ps de Kotler e Keller (2006), que compõem o Mix de Marketing, desenvolveu-se um esquema dos elementos utilizados no estabelecimento de estratégias para conquistar o consumidor (Esquema 10), a partir dos dados obtidos nas entrevistas com os agricultores familiares na região do COREDE Central.

**Esquema 10 – Os 4 Ps do Mix de Marketing para produtos orgânicos no COREDE Central**

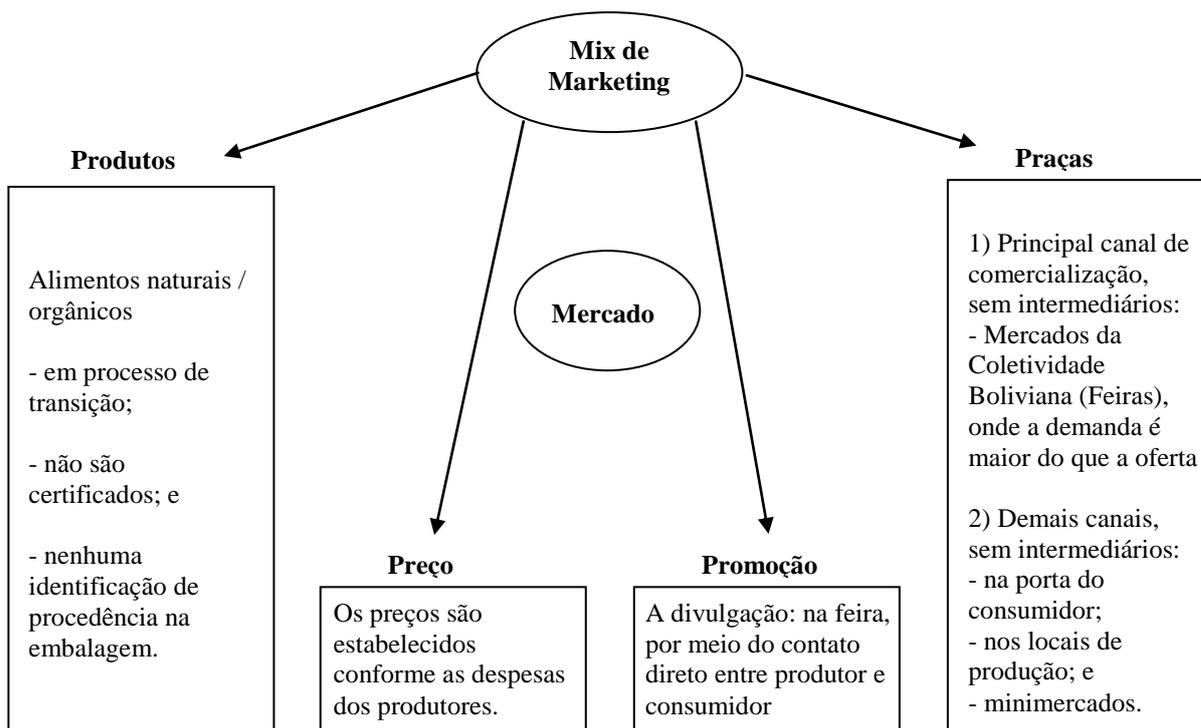


Fonte: esquema elaborado pela autora, a partir do modelo de Kotler e Keller (2006, p. 17).

Nessa forma de composição e de desenvolvimento das estratégias, evidencia-se que é no contato direto do produtor de alimentos orgânicos com o consumidor final que se sustentam as estratégias de marketing, ou seja, é no “boca a boca” que agricultor familiar e sua família “ganham” o cliente.

Os elementos utilizados pelos agricultores familiares da *REDUP* para formar o Mix de Marketing (Esquema 11), de acordo com modelo dos 4 Ps de Kotler e Keller (2006), mostram uma configuração parecida com os que se apresentam no COREDE Central.

**Esquema 11 – Os 4 Ps do Mix de Marketing para produtos orgânicos na REDUP**



Fonte: esquema elaborado pela autora, a partir do modelo de Kotler e Keller (2006, p. 17).

No que tange ao desenvolvimento das estratégias de marketing identificadas na REDUP, percebe-se que os agricultores familiares da região demandam um foco na divulgação dos benefícios da produção orgânica para o meio ambiente e do consumo dos alimentos orgânicos para a saúde do homem.

Uma boa possibilidade de marketing ainda não explorada pelos agricultores familiares é a propaganda nas rádios comunitárias das associações de bolivianos; outra é a exposição de anúncios nos sites das Associações de Bolivianos de *Escobar* e de *Pilar* que podem ser usadas para dar mais visibilidade a temas relacionados com a produção e com a comercialização de alimentos.

Dessa forma, há possibilidades viáveis de, por meio do aprimoramento ou da utilização mais intensa do marketing, incentivar o aumento da demanda, instigando o consumidor a alimentar-se mais com alimentos orgânicos e, conseqüentemente, melhorar o desempenho da comercialização desse tipo de alimento.

#### 4.2.4 Comercialização

No universo pesquisado no COREDE Central, quanto à comercialização de alimentos orgânicos produzidos pelos agricultores familiares da região, constata-se que a figura do

atravessador foi eliminada, isto é, esse segmento da cadeia produtiva está sob o comando dos produtores e seus familiares, com suporte de suas respectivas associações e da Cooesperança.

Disso depreende-se que os agricultores familiares, eles próprios ou por intermédio de formas de organização de ação coletiva, ampliaram o rol de atividades desempenhadas, a fim de ter sob controle todos os elos possíveis da cadeia produtiva de orgânicos.

As principais formas de comércio de alimentos orgânicos praticadas no COREDE Central são: venda na porta do consumidor, na unidade produtiva, em hotéis e restaurantes, em feiras e para instituições públicas, principalmente para as escolas da educação básica, por meio de processos licitatórios.

Comercializar hortifrutigranjeiros de porta em porta, atualmente, é uma prática pouco usual, mas ainda utilizada por agricultores familiares como a Sra. Nicole Rockenbach, da Associação Alfa, em Agudo, e o Sr. Antônio D'Agostini, da Associação Juliet, em Silveira Martins. Essa forma de comercialização está caindo em desuso, ou melhor, sendo aperfeiçoada para o que se chama de venda na porta do consumidor. Trata-se de um vínculo estabelecido entre produtor e consumidor para o fornecimento de alimentos orgânicos em casa. O cliente define previamente quais os produtos que ele deseja adquirir – normalmente o faz por semana – e o produtor se encarrega pela entrega na data e hora combinadas. É o que fazem também os agricultores das associações Bravo, Charlie, Echo e Golf.

A Associação Bravo, de Dona Francisca, inovou ao utilizar-se da internet para divulgar os alimentos produzidos por seus associados e receber pedidos de orgânicos (e também de não orgânicos) via correio eletrônico. O agricultor familiar Sr. Roberto Müller relata que o funcionamento não altera a configuração desse modelo de comércio de alimentos, apenas utiliza a tecnologia para dar ao consumidor mais possibilidades/facilidades de aquisição dos produtos disponibilizados pela associação.

Além disso, todos os agricultores entrevistados comercializam alimentos orgânicos nos locais de produção, entretanto, uns vendem consideravelmente mais do que outros, em virtude da localização das unidades produtivas. Isso quer dizer que quanto mais próxima for a unidade produtiva do núcleo urbano, maior será a prática desse tipo de comercialização.

Há produtores que mantêm acordos com hotéis e restaurantes para o fornecimento de verduras e legumes. Essa prática, segundo o produtor Sr. Paulo Silva Santos, da Associação Índia, em São Pedro do Sul, assegura vantagens para ambos – produtor e dono de restaurante (consumidor) – porque o produtor tem uma demanda definida ou com pouca variabilidade, enquanto que os donos de restaurantes adquirem um produto fresco com um preço mais acessível por conta da quantidade e da fidelidade com o produtor.

Destaca-se, porém, a comercialização realizada por esses agricultores familiares no Feirão Colonial do Projeto Esperança/Cooesperança, em Santa Maria, em virtude de ser onde eles dispõem de um espaço para a venda da produção, onde há a maior procura de alimentos orgânicos no COREDE Central, onde há credibilidade da instituição Cooesperança perante a sociedade e o consumidor, onde se dá o maior volume de transações comerciais de alimentos orgânicos produzidos na região, onde, enfim, ocorrem as interações produtor-produtor, consumidor-consumidor, produtor-consumidor.

Todas essas possibilidades enquadram-se como venda direta ao consumidor final e, nesse aspecto, o agricultor familiar produtor de alimentos orgânicos pode-se valer do que prescreve o Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007:

Art. 28. Para que possam comercializar diretamente ao consumidor, sem certificação, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma organização com controle social cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado.

Acrescenta-se que a comercialização não se restringe às feiras livres, à venda na porta do consumidor, na unidade produtiva, em restaurantes e hotéis, pois os agricultores familiares podem fornecer seus produtos a escolas públicas (merenda escolar), de acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de julho de 2009 e a Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009; e à CONAB, conforme o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

Quanto ao fornecimento de alimentos às escolas públicas, o Sr. Francesco Donadoni, da Associação Juliet, em Silveira Martins, declara:

Essa oportunidade (política pública) foi uma criação excelente para incentivar a agricultura familiar nos municípios porque você produz para a própria comunidade, [...] apesar de que, às vezes, demora para receber, mas é certo que recebe e isso é importante. Outra coisa boa é que você pode programar seu plantio porque sabe o que precisa produzir para atender ao que foi licitado. [...] Mas, a responsabilidade também é grande por causa do compromisso que temos com as escolas. Não é só uma questão de vender o produto, é uma questão de fornecer um alimento saudável. [...] Minha filha estuda numa escola que eu forneço legumes e verduras e eu quero que ela e todas as crianças tenham as melhores hortaliças para a merenda; e é bom também porque as crianças lá da escola da minha filha aprendem desde cedo o que é um produto saudável, orgânico e os benefícios de plantar e consumir esses alimentos.

Assim, verifica-se que a comercialização realizada diretamente pelo agricultor familiar ou por intermédio de associações e/ou cooperativas no COREDE Central tem se mostrado uma excelente alternativa, não só para a ampliação da renda da família, mas também para impulsionar a transformação dos valores culturais.

Na *REDUP*, reitera-se que os agricultores familiares, foco desta pesquisa, utilizam-se apenas dos canais curtos de comercialização e, portanto, inexistente a figura do atravessador, cabendo ao próprio produtor e sua família a venda dos alimentos produzidos.

Ressalta-se que a primeira forma experimentada pelos produtores familiares da *REDUP* para a comercialização de orgânicos foi a venda direta aos consumidores em residências próximas aos locais de produção, que hoje se mantém somente com os consumidores fiéis, isto é, compradores assíduos de alimentos orgânicos ou clientes fixos que determinam um ou mais dias da semana para a entrega dos produtos. O Sr. Hugo García, da Associação Papa, produtor em Zárate, exemplifica:

Normalmente, meus filhos levam os produtos até as casas de nossos clientes. A maioria compra, em média, de 5 a 12 produtos e de 1 a 2 vezes por semana. Em geral, arrumamos caixas com alface, repolho, acelga, pimentão, cenoura, beterraba, salsinha e cebolinha, laranja, bergamota, nas quantidades pedidas [...]. Essa não é a nossa maior fonte (de renda), mas para nós é uma coisa (oportunidade) importante porque são consumidores que sempre compram nossos produtos [...]. Bem, ademais, é uma venda certa. Saímos de casa sabendo o que vamos vender e quanto vamos receber pelos produtos. (tradução nossa).

Além disso, esses agricultores realizam vendas de hortifruti nos próprios locais de produção, pois há consumidores que preferem ver as hortaliças serem retiradas da terra e as frutas colhidas nos pés. A comercialização realizada diretamente nas unidades produtivas são bastante inferiores se comparadas com a realizada nas feiras, mas a credibilidade junto ao consumidor é maior e a publicidade realizada por estes consumidores, via conversação com outros possíveis clientes, são aspectos que podem ser considerados bastante positivos.

Mas, é nas feiras livres – das quais destacam-se o *Mercado de la Cooperativa 2 de Septiembre*, em *Pilar* e o *Mercado Hortícola Escobar* – onde a comercialização dos alimentos orgânicos ou naturais oriundos das unidades produtivas dos agricultores familiares da *REDUP* ocorre com mais intensidade porque há maior oferta desses produtos. É preciso, no entanto, ressaltar que não há feiras só de orgânicos na região e, por isso, esses produtores compartilham espaço com produtores que utilizam o modelo convencional de produção agrícola e que, afinal, são a imensa maioria.

Enfim, por conta da reunião de diversos produtores e, conseqüentemente, maior e mais variada oferta de produtos, as feiras tornam-se mais atrativas ao consumidor que busca suprir sua necessidade de alimentos, principalmente, os *in natura*.

Sobre a comercialização nas feiras, Casadinho; Durán; Moya (2009) exaltam como aspectos positivos a facilidade para exposição dos produtos, o contato continuado com os

consumidores e a possibilidade de articulação com novos clientes, o que é confirmado pelo Sr. Juan Pablo Rodríguez, agricultor familiar da Associação Kilo, em *Escobar*:

Veja, para nós da horta comunitária, comercializar é mais que simplesmente vender uma verdura ou um legume, é vender um alimento saudável, com qualidade, sem veneno, com outro sabor, muito melhor. [...] Nós gostamos de saber quando um cliente que levou uma cenoura ou um pé de alface para sua casa, comeu e gostou. Mas, nós só vamos saber isso se ele [o cliente] voltar e, bem, se voltou é porque conquistamos mais um cliente, certo? [...] E mais, nós gostamos de estar aqui [*Mercado Hortícola Escobar*]; fazemos amigos, conhecemos pessoas, falamos de futebol, do governo, [...]. No mercado, trabalha-se muito e sério, vivemos disso, mas também nos divertimos muito, é muito bom. (tradução nossa).

As vendas para as grandes redes de supermercados inexistem no universo da pesquisa, pois esse nicho é dominado por produtores com maior capacidade de produção que, de modo geral, mantêm acordos de fornecimento de alimentos a esses supermercados, em sua maioria, localizados na capital federal *Buenos Aires*. Porém, há exposições de produtos orgânicos ou naturais em fruteiras e minimercados de propriedade de bolivianos também produtores de hortifruti nas próprias cidades de origem, como *Pilar* e *Escobar*.

Cabe salientar um aspecto observado, tanto no COREDE Central quanto na *REDUP*, que, apesar de não envolver, diretamente, as formas de organização das quais os agricultores familiares (universo de pesquisa) fazem parte, mostra-se relevante como processo desenvolvido pelos agricultores familiares em suas respectivas unidades produtivas: trata-se da venda eventual de alimentos, principalmente “frutas da estação”, na beira de estradas federais e estaduais/provinciais do Brasil e da Argentina. No COREDE Central, nos meses de outubro a dezembro, pode-se verificar a venda de morangos na BR-287 e na RS-348, nos municípios de Agudo e Dona Francisca. Na *REDUP*, chama a atenção a comercialização de laranjas e bergamotas realizada nos meses de junho a agosto, às margens das *Rutas* 8 e 9 e na *Ruta Provincial* 25, nos municípios de *Pilar*, *Escobar* e *Campana*.

Essas ações, normalmente, são desenvolvidas individualmente, por unidade produtiva, pois não demandam organização coletiva para sua concretização e sua realização é de caráter totalmente informal. Ressalta-se que, segundo os entrevistados, essa possibilidade resulta em uma boa fonte de renda, apesar das intempéries do clima (calor, vento, etc.) e do risco de acidentes que eles têm de enfrentar.

Demonstra-se, portanto, que os agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos, no COREDE Central e na *REDUP*, utilizam-se das mais variadas formas de comercialização para colocar seus produtos no mercado e que, apesar de todas elas mostrarem-se importantes, destaca-se a comercialização nas feiras livres como a mais

vantajosa em termos de organizar a distribuição e a logística, de marketing, de fazer chegar os produtos ao consumidor e, principalmente, de lucratividade.

Ainda é possível afirmar que o desenvolvimento desse segmento da cadeia produtiva, além de contribuir para a permanência do homem no campo, propicia melhoria econômica, ascensão social e um incremento cultural pela interação constante com os consumidores.

#### 4.2.5 Consumo

Inicialmente, é preciso enaltecer o esforço dos agricultores familiares para ampliar a produção, melhorar a qualidade dos alimentos e ofertar variedade de produtos para atrair o consumidor e fazer frente à demanda cada vez maior por alimentos orgânicos.

Salienta-se que o consumo depende do interesse do consumidor e está diretamente relacionado à importância da disponibilização do produto no mercado. Por isso, o produtor deve estar atento às preferências de seus clientes, inclusive “[...] os consumidores institucionais (restaurantes, lanchonetes, empresas etc.), que, embora não determinem a preferência do consumidor final, exercem importante influência.” (ORMOND et. al., 2002, p. 29).

No COREDE Central, há um contínuo crescimento da procura por alimentos orgânicos, o que justifica a ampliação do espaço destinado à comercialização e o aumento da oferta de alimentos no Feirão Colonial da Cooesperança. Além disso, observa-se que o número maior de agricultores familiares expondo produtos com certificado de qualidade orgânica aumenta a credibilidade e auxilia a estimular o consumo.

Pelo depoimento do agricultor familiar Sr. Mário Veloso, da Associação Charlie, de Pinhal Grande percebe-se a evolução do Feirão Colonial e do movimento de consumidores comprando no local:

Às vezes, nem dá para acreditar que começamos expondo nossos produtos em barracas, nesse mesmo local, em 1993. [...] Não tinha tempo ruim, no calor ou no frio, vendíamos nossas frutas e verduras para sobreviver e sustentar a família, [...] não era fácil e, quando chovia, era um horror, um barro só. Hoje, a gente vê esses pavilhões bonitos, os acessos asfaltados, muita gente comprando, todo esse movimento, e fica feliz de ver que o trabalho do nosso bispo Dom Ivo e, posteriormente, da irmã Lurdes valeu a pena, que o Projeto Esperança deslanchou, que a Cooesperança é uma realidade.

Por isso, a organização em rede mostra-se essencial para a continuidade desse formato de comercialização para atender a esse consumo em expansão. Nesse contexto, a “Teia Esperança” (Anexo C) gerada na Cooesperança, apresenta-se como uma alternativa

sustentável capaz de inserir os agricultores familiares em diversos círculos (de troca de sementes, de ensino e aprendizagem, de cooperação entre comunidades para empréstimo de máquinas e equipamentos de colheita e de plantio, entre outros), que fazem parte de diferentes circuitos de relações, ora envolvendo relações de troca de mercadorias influenciadas pela estrutura mercantilista, ora envolvendo relações socialmente construídas coletivamente, com base nos princípios da Agroecologia.

O SENASA divulgou, em março de 2014, um informe sobre a situação da produção orgânica na Argentina no ano 2013 e sobre o mercado interno. Baseado em informações coletadas junto às certificadoras, declara que o consumo de produtos orgânicos certificados no país é de apenas 1%, mas, apesar disso, resalta que há uma maior diversificação na oferta. Os principais produtos orgânicos destinados ao mercado interno são: vinho, erva mate, farinhas e azeites, e hortaliças e legumes (SENASA, 2014).

Inferese desses dados que o consumo interno bastante reduzido de alimentos orgânicos deve-se a três aspectos principais: o primeiro relaciona-se com o fato de que as exportações têm sido bastante atrativas para o setor; o segundo tem a ver com os altos preços praticados no mercado interno que excluem a possibilidade da maioria da população de consumir esses alimentos; e o terceiro refere-se à dificuldade de os agricultores familiares certificarem seus produtos, o que faz com essa parcela de alimentos orgânicos (não certificados) consumidos internamente não faça parte da estatística oficial.

Contradizendo essa informação divulgada pelo SENASA (2014), pelo menos no que se refere à *REDUP*, expõe-se que esses dados, definitivamente, não refletem a realidade encontrada nas feiras livres da região, pois as declarações obtidas na pesquisa empírica demonstram que a demanda é cada vez maior por produtos naturais, principalmente hortifrutigrangeiros.

O produtor, Sr. Walter Muzlera, da Associação Mike, de Campana, relata que a cada ano que passa a procura por alimentos na horta comunitária e na feira aumenta e tem-se a impressão de que a quantidade de agricultores familiares vendendo nas feiras não acompanha o crescimento do consumo.

Por fim, resta enfatizar a importância de considerar que, nas duas últimas décadas, conforme Fernandes e Karnopp (2014), houve uma mudança considerável no perfil do consumidor de alimentos orgânicos que hoje se mostra interessado em nutrir-se de um alimento saudável e disposto a pagar mais por esse produto.

#### 4.2.6 Exportação

No caso dos agricultores familiares do COREDE Central, observa-se que a produção de alimentos orgânicos é voltada exclusivamente para o consumo interno. Além disso, de acordo com depoimentos dos produtores entrevistados, atualmente, não há como se inserir no atual modelo de agronegócio porque as características do setor de agronegócio exportador são diferentes das características da agricultura familiar.

Nos relatos dos agricultores familiares entrevistados sobressaem aspectos característicos do agronegócio exportador, como a disponibilidade de recursos para investir em tecnologia, a capacidade de exercer um controle eficaz de informações gerenciais, apoio estatal e governamental. Enquanto isso, a agricultura familiar, para desenvolver-se, no sentido de atingir um patamar aproximado desses aspectos relacionados, estipulando metas para entrar no mercado exportador, necessita de sistemas organizativos bem estruturados com suporte de associações, cooperativas, ONGs, etc.

A realidade é que não há foco para desenvolver esse elo da cadeia produtiva, nem por parte dos agricultores familiares, nem das associações e cooperativas, em grande parte, porque o consumo interno de orgânicos está em ascensão, ou seja, praticamente toda a produção é comercializada no mercado interno e isso tem suprido as necessidades básicas dos produtores e suas famílias.

Por isso, a exportação está deixada de lado, sem qualquer prioridade, uma possibilidade distante que, caso haja uma mudança de planos, ou seja, caso os agricultores familiares do COREDE Central tiverem a intenção de exportar seus produtos, exigirá um planejamento detalhado, a médio e longo prazo. A situação atual em termos de organização voltada para a possibilidade de exportar alimentos orgânicos, definitivamente, não existe.

No caso da *REDUP*, a produção desenvolvida pelos agricultores familiares não atende aos critérios de qualidade exigidos para exportação porque não possui certificação de qualidade orgânica.

Apesar disso, verificou-se que já houve oportunidade para desenvolver esse elo da cadeia produtiva na região. De acordo com informações obtidas com os produtores, no ano de 1999, um grupo de produtores do cinturão verde da Grande Buenos Aires tentou se integrar a um projeto – uma aliança argentino-holandesa (*joint venture*) – que objetivava concretizar um polo hortícola exportador, a fim de enviar os produtos para o Brasil e projetar-se pelo MERCOSUL.

Essa tentativa de integração ao projeto não obteve êxito na percepção dos agricultores, por dois motivos: na época, a produção se dava em pequena escala (para subsistência e para comercialização do excedente), porém, poderia ser aumentada, caso fosse necessário; mas o que realmente inviabilizou a participação foi o fato de não haver como comprovar a origem orgânica dos alimentos. Ou seja, a falta de um selo que garantisse a qualidade do produto impossibilitou a participação dos agricultores familiares nesse projeto de exportação.

Portanto, atualmente, verifica-se que este segmento da cadeia produtiva não faz parte da realidade dos agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos, nem no COREDE Central, nem da *REDUP*.

No entanto, por intermédio das cooperativas e/ou associações, os agricultores familiares poderão fazer da exportação uma realidade possível, desde que desenvolvam o aperfeiçoamento dos sistemas organizativos, aumentem a produção, certifiquem seus produtos e planejem, a médio e longo prazo, a entrada no mercado externo.

#### **4.2.7 Síntese das limitações e potencialidades nos seguimentos de comercialização**

Comercializar alimentos orgânicos produzidos pelas próprias mãos exige mais talentos do agricultor familiar: talento para identificar prováveis clientes, talento para organizar a distribuição mantendo baixo custo com transporte, talento para estabelecer estratégias de marketing, dentre outros.

Essa nova faceta das atribuições inerentes ao produtor, e agora também vendedor, torna a tarefa do agricultor e da família ainda mais árdua, porém mais prazerosa, segundo depoimento da maioria dos entrevistados. Comercializar tem sido, mais do que o momento de levantar capital por um bem produzido, um momento de lazer, de interação com os clientes, de ganho cultural, no sentido de vivenciar outras experiências, etc.

Identificar as barreiras que limitam os processos organizativos (Quadro 13) à obtenção de maior êxito na comercialização é essencial para reduzi-las ou, se possível, eliminá-las. É com esse intuito que se relacionam as maiores dificuldades encontradas pelos agricultores familiares no COREDE Central e na *REDUP*.

### Quadro 13 – Limitações dos processos organizativos para a comercialização

COREDE Central	<i>REDUP</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- A produção em pequena escala garante distribuição apenas em feiras livres, em alguns restaurantes e hotéis.</li> <li>- Apesar de a legislação brasileira permitir a venda direta ao consumidor, desde que o agricultor esteja vinculado a uma OCS, a maioria das atividades de comercialização de alimentos orgânicos seguem na informalidade.</li> <li>- Não há um esquema representativo que identifique qual a melhor rota a ser desenvolvida para o transporte dos produtos.</li> <li>- As estradas vicinais (de terra), cuja manutenção está a cargo dos municípios, são de péssima qualidade em boa parte do ano e as rodovias estaduais (de terra e asfaltadas) e federais (asfaltadas) também são ruins, com desníveis, falta de sinalização, nos períodos mais chuvosos com buracos, etc. e, por causa disso, os veículos utilizados no transporte dos alimentos demandam constantes reparos.</li> <li>- A atual produção em pequena escala proporciona a expansão limitada do consumo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A produção em pequena escala é distribuída somente nas feiras dos mercados das associações de bolivianos, na porta dos consumidores e em alguns minimercados.</li> <li>- A informalidade impera em todas as formas empregadas para a comercialização de alimentos orgânicos ou naturais.</li> <li>- Alguns veículos são precários e outros inadequados ao transporte de alimentos e por essas limitações os agricultores estimam que a perda relacionada à acomodação do produto no transporte rodoviário chegue a, aproximadamente, 5% do total transportado.</li> <li>- Falta de canais de marketing alternativo</li> <li>- A baixa conscientização dos consumidores proporciona a intensidade atual de procura pelos alimentos orgânicos.</li> </ul>

Fonte: quadro elaborado pela autora.

Diante dessas dificuldades encontradas pelos agricultores familiares e como forma de persistir na busca do aperfeiçoamento dos processos organizativos que são construídos com o intuito de melhorar os aspectos que envolvem a comercialização dos alimentos orgânicos produzidos, visualizam-se as potencialidades dos processos organizativos (Quadro 14) que podem ser aproveitadas pelos grupos e/ou núcleos de produtores associados.

Expõem-se algumas possibilidades para eliminar ou reduzir os gargalos encontrados e, dessa forma, aprimorar a cadeia de produção de alimentos orgânicos do COREDE Central e da *REDUP*, no que se refere à comercialização.

### Quadro 14 – Potencialidades dos processos organizativos para a comercialização

COREDE Central	<i>REDUP</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- os produtores, eles mesmos ou por intermédio de suas associações, têm distribuído os produtos, contribuindo para a redução dos custos.</li> <li>- tendência de aumento da demanda do mercado interno por alimentos orgânicos.</li> <li>- utilização de novas formas de divulgação, via internet, dos alimentos produzidos pelas associações.</li> <li>- há um contínuo crescimento da procura por alimentos orgânicos, o que justifica a ampliação do espaço destinado à comercialização e o aumento da oferta de alimentos já existente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tendência de aumento da procura de orgânicos / produtos naturais</li> <li>- utilização dos meios de comunicação das próprias Associações da Coletividade Boliviana.</li> <li>- proximidade de grandes centros de consumo e disponibilidade de diversos mercados.</li> </ul>

Fonte: quadro elaborado pela autora.

A capacidade de comercializar um produto depende de alguns fatores, como a qualidade, o preço e a demanda: quanto à qualidade do produto, neste caso, o alimento orgânico, depende basicamente do produtor; quanto ao preço, há uma influência dupla, uma vez que o vendedor tem o poder de defini-lo porque detém o produto, mas para vendê-lo, apesar de tratar-se de um artigo de primeira necessidade, é preciso ter o concorde do consumidor, caso contrário, a negociação não acontece; e quanto à demanda, ressalta-se a influência do consumidor, pois é quem vai determinar o volume de produção e de comercialização, o que faz dele peça-chave nesse processo. É ele que dita o ritmo de vendas.

No entanto, ao agricultor familiar, vendedor de produtos orgânicos, cabe organizar todos os segmentos que envolvem o processo de comercialização. Nesse sentido, é preciso ser detalhista na planificação da distribuição e na logística, no intuito de reduzir ao mínimo os custos, e aplicar estratégias de marketing que induzam/persuadam o consumidor a adquirir e alimentar-se de orgânicos.

As potencialidades aventadas aqui demonstram que há espaço para um aprimoramento dos processos organizativos para a comercialização de alimentos orgânicos advindos da agricultura familiar que, se forem utilizadas, podem dar uma maior dinâmica no mercado desses produtos no COREDE Central e na *REDUP*, influenciando tanto no que se refere à quantidade de alimentos produzidos quanto no volume de produtos comercializados.

A consequência inerente a esse processo pode se dar no desenvolvimento individual das unidades produtivas, coletivo das associações, cooperativas, núcleos de produtores, etc., e regional, com incremento econômico, essencialmente acompanhado de ascensão social e acesso aos bens sociais, cultural e da manutenção da capacidade de preservar a natureza e os recursos que ela proporciona.

#### **4.3 Perspectivas e estratégias de desenvolvimento da cadeia produtiva de alimentos orgânicos**

Na Argentina, há uma perspectiva da normatização dos SGPs a partir das experiências desenvolvidas em *Bella Vista* e em *Cañuelas*. Essa expectativa surge das proposições expostas em reunião da *Federación de Organizaciones Nucleadas de la Agricultura Familiar – FONAF*, realizada em *Buenos Aires*, em 21 de agosto de 2014, da qual esta pesquisadora participou na condição de convidada e, principalmente, por causa de um projeto de lei que tramita no Congresso Nacional argentino – *Ley de “Reparación histórica de la agricultura familiar para la construcción de una nueva ruralidad en la Argentina”* (Anexo A).

Caso seja sancionada a lei, muitos agricultores familiares passarão a ter a possibilidade de certificar seus produtos e impulsionar o segmento para ocupar uma posição de maior destaque no cenário agrícola da Argentina, principalmente no mercado interno, que demonstra forte tendência de crescimento.

Existe também uma perspectiva de avanço na produção de alimentos orgânicos, particularmente, na *REDUP*, com a recente implementação (junho de 2014) de oito unidades produtivas ecológicas (algumas com mais de uma família) com apoio do *INTA* em assistência técnica e utilizando-se do programa *Cambio Rural*<sup>22</sup> nos municípios de *Escobar*, *Campana* e *Exaltación de la Cruz*.

No Brasil e, especificamente, no COREDE Central, há uma perspectiva de aumento da produção em decorrência do crescimento da demanda, demonstrada pela tendência de crescimento do volume de vendas de alimentos orgânicos para o mercado interno.

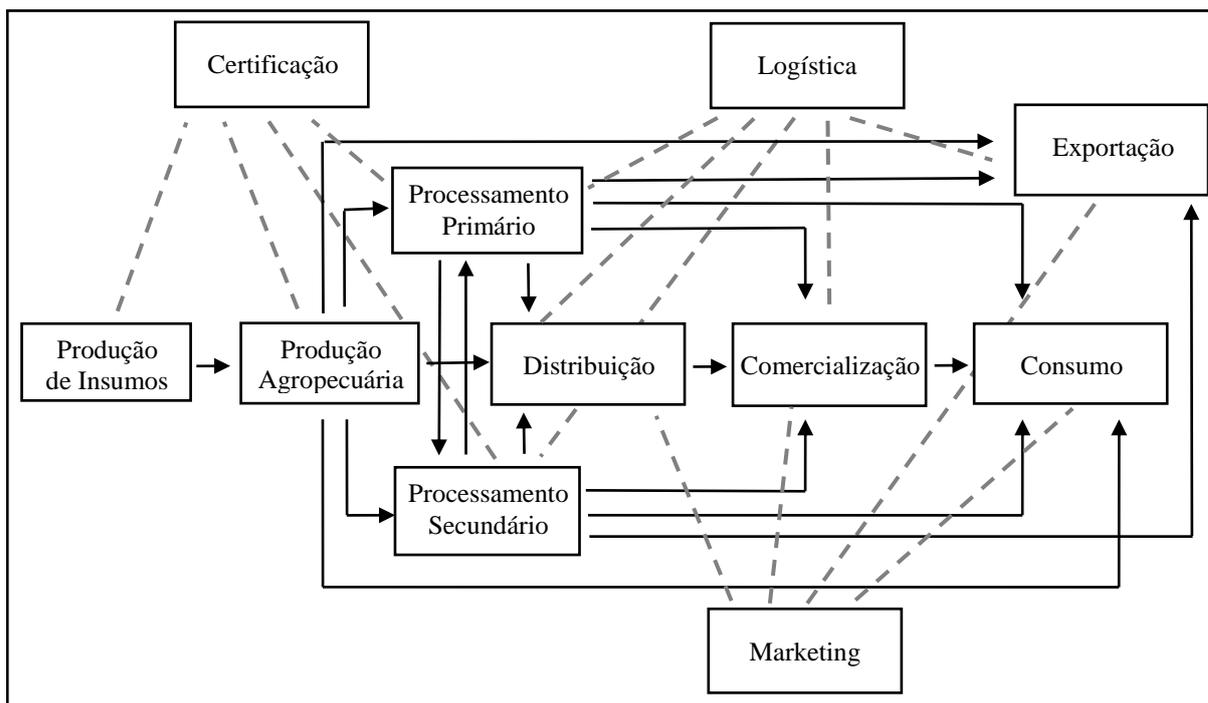
O embasamento para a exposição dessa perspectiva considera o aumento do número de produtores orgânicos (ver f. 21), o que demonstra que as áreas destinadas à produção aumentaram significativamente e que há demanda por um alimento mais saudável, exigência do consumidor.

Essas perspectivas, inexoravelmente, refletirão na cadeia de produção. Nesse sentido, expandindo a proposta de Ormond et. al (2002), propõe-se um esquema da cadeia produtiva de alimentos (Esquema 12), numa perspectiva mais realista em relação ao que se observa COREDE Central e a *REDUP*.

---

<sup>22</sup> Em dezembro de 2013, o *MAGyP*, após 20 anos de execução do *Programa Cambio Rural*, reformulou-o e lançou o *Cambio Rural II, Innovación e Inversión* que tem por objetivo apoiar as pequenas e médias unidades produtivas agroalimentares e agroindustriais, o setor cooperativo e os agricultores familiares capitalizados e/ou com possibilidades de capitalizarem-se para que: inovem, associem-se e se fortaleçam; gerem e administrem projetos que possibilitem agregar valor a seus produtos. O programa destina-se a produtores da agricultura familiar capitalizada, produtores familiares relacionados com o mercado com possibilidades de capitalizarem-se (agricultura familiar de transição), e pequenas e médias unidades produtivas do setor agropecuário e agroalimentar que desenvolvam atividades produtivas e/ou serviços agrícolas, pecuária, florestais, hortifrutigranjeiras, pesca artesanal ou outra atividade setorial e de agregado de valor relevante das economias regionais (*INTA. Cambio Rural II, Innovación e Inversión*. Em: <[http://inta.gob.ar/documentos/manual-operativo-de-cambio-rural-ii-y-actas-de-conformacion-de-grupos/at\\_multi\\_download/file/INTA%20-%20Manual%20Operativo%20Cambio%20Rural%20II.pdf](http://inta.gob.ar/documentos/manual-operativo-de-cambio-rural-ii-y-actas-de-conformacion-de-grupos/at_multi_download/file/INTA%20-%20Manual%20Operativo%20Cambio%20Rural%20II.pdf)>.)

### Esquema 12 – Cadeia produtiva de alimentos orgânicos



Fonte: esquema elaborado pela autora.

Aprimorar cada elo dessa cadeia produtiva pode ser estratégia de desenvolvimento individual (cada agricultor e sua família/uma unidade produtiva) e coletivo (formas de organização de ação coletiva/interações entre atores de desenvolvimento regional). Mas, antes disso, é fundamental o aperfeiçoamento dos processos organizativos para a produção e para a comercialização, desde a administração interna da unidade produtiva, a capacitação de pessoal, o engendrar das formas de organização de ação coletiva, a interação com as instituições de ATER, com as universidades, com ONGs, com os consumidores, etc. E, para que tudo isso funcione da maneira mais eficaz possível, é essencial o engajamento de todos os atores envolvidos em cada um dos segmentos da cadeia produtiva de alimentos orgânicos.

Enfatiza-se que, organizados e interagindo em cada elo da cadeia produtiva de alimentos orgânicos, os agricultores familiares passam a neutralizar deficiências encontradas e, por meio da cooperação – que para Pinho (1966b, p. 17) significa “[...] ação conjugada entre duas ou mais pessoas, em razão de um fim comum [...]” – geram novas formas de atuação coletiva, diante da estrutura de mercado globalizada.

Ao analisar os diferentes elos da cadeia, evidenciam-se espaços de cooperação que revelam estratégias possíveis de serem realizadas – iniciadas ou aprimoradas, no caso das já existentes. Ou seja, em todos os segmentos pode-se observar a cooperação, a solidariedade.

Isso ocorre desde a produção de insumos, quando se constata um esforço para fortalecer

as parcerias entre os agricultores familiares, visando (re)construir bancos de sementes mais sólidos e abrangentes em relação a tipos variados de cultivares. Na produção agropecuária, verifica-se a possibilidade de ampliar o estabelecimento de parcerias com as universidades a fim de melhorar a gestão interna das unidades produtivas e, também, percebe-se um potencial significativo de integração dos atores regionais (associações de produtores, instituições públicas, ONG's, entre outros). Na assistência técnica e extensão rural, constata-se que há uma cooperação substancial para a melhoria do processo produtivo agroecológico/natural por meio da ligação entre as associações e as instituições de assistência técnica. Mas, é preciso ressaltar que o setor agrícola familiar demanda políticas públicas de Estado que supram não só necessidades de ATER que se vinculam, essencialmente, à agricultura, mas também que atendam necessidades relativas à saúde, à educação, ao transporte, ao lazer, etc. No que se refere à certificação, uma incipiente organização cooperativa, com a filiação de associações de agricultores familiares a núcleos vinculados a OPACs, tem-se formado com o intuito de propiciar orientações que se destinam à obtenção da certificação de qualidade orgânica no COREDE Central e, na REDUP, ou melhor, na Argentina, há um amplo esforço para normatizar os SGPs, como forma de certificação da qualidade orgânica, a exemplo do que já ocorre no Brasil desde 2009. Na distribuição, produtores – eles mesmos ou por intermédio de suas associações – têm-se organizado, em ambas as regiões, solidariamente, e distribuído os produtos, contribuindo para a redução dos custos. Na comercialização, os agricultores têm obtido um fortalecimento com a inserção em diversas formas organizativas, incluindo ações do Projeto Esperança/Coesperança (no COREDE Central), das Associações das Coletividades Bolivianas (na REDUP), de associações, dos grupos de apoio de universidades, dos grupos de entidades religiosas, da Rede Ecovida, dentre outros, para alavancar a comercialização dos alimentos orgânicos, visando atender o aumento de demanda. Na logística, nas fases relacionadas ao transporte, embalagem e armazenamento dos alimentos, mostra-se evidente que a ação conjunta dos agricultores, objetivando, além de reduzir custos, minimizar problemas como a falta de veículos apropriados e a falta de locais adequados para estocagem, os agricultores tentam utilizar um menor número de veículos para economizar combustível e para diminuir gastos com a manutenção; procuram adquirir embalagens em maior quantidade, por meio de grupos, obtendo descontos que individualmente não conseguiram; e reduzem o tempo de guarda de alimentos, preferindo a comercialização *in natura* e imediata. Tudo isso tem, de modo geral, diminuído o custo total dessas operações. No marketing, para divulgar os alimentos orgânicos produzidos, os agricultores, individualmente ou por intermédio das associações, podem utilizar outras formas de

divulgação e propaganda, além do “boca a boca”, tais como: a internet e as rádios comunitárias. No consumo, há um esforço conjunto das associações para atender ao contínuo crescimento da procura por alimentos orgânicos, o que justifica a ampliação do espaço destinado à comercialização e o aumento da oferta de alimentos. Nesse processo, o consumo intensifica-se, especialmente, pela proximidade de grandes centros urbanos, caso de *Buenos Aires*, próximo à *REDUP*, e de cidades polos regionais, caso de Santa Maria, no COREDE Central, além da disponibilidade de diversos outros mercados menores.

Por fim, a apresentação dessa síntese de estratégias, todas ocorrendo em espaços de cooperação, torna indispensável a necessidade de ressaltar que esta tese expõe ensinamentos de uma a outra região que podem ser aproveitados para o aprimoramento de cada um dos segmentos da cadeia produtiva de alimentos orgânicos. Dessa forma, ações desenvolvidas no COREDE Central podem servir de parâmetro para serem realizadas na *REDUP* e vice-versa.

## 5 CONCLUSÃO

Inicialmente, a proposta desta tese buscou compreender de que forma os processos organizativos inerentes à produção e à comercialização de alimentos orgânicos na agricultura familiar poderiam contribuir para o atendimento das demandas dos agricultores familiares e do mercado.

No intuito de responder a esse questionamento, norteou-se pela teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos – circuito superior e inferior – de Santos (2004) e pela visão de Santos (2011) sobre globalização e seus efeitos da escala mundial à regional para “dialogar” com outros autores, de modo que as ideias emergidas perpassassem pelos processos organizativos, pelas formas de organização de ação coletiva, pela agricultura familiar, pela agroecologia e pela produção de alimentos orgânicos e servissem de parâmetro para a análise dos processos organizativos inerentes à produção e à comercialização de alimentos orgânicos na agricultura familiar que, afinal, foi o objetivo geral estabelecido nesta tese.

Para tanto, tendo as regiões do COREDE Central/RS (Brasil) e da *REDUP/BA* (Argentina), como âmbito para a obtenção de dados empíricos junto aos atores envolvidos nas atividades desenvolvidas pela agricultura familiar produtora de alimentos orgânicos, caracterizaram-se as formas de organização de ação coletiva, as articulações para a produção de orgânicos e as construções solidárias para atuar no mercado de alimentos orgânicos. Em seguida, detalharam-se os processos organizativos, inseridos na cadeia produtiva de alimentos orgânicos nessas regiões, buscando identificar as limitações e apontar as potencialidades desses processos enfocados nesta tese.

A análise desenvolvida considerou, ainda, três pressupostos elaborados a partir da teoria de Santos (2004) sobre os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos e da visão de Santos (2011) sobre a globalização e que despontaram como soluções possíveis para o questionamento norteador desta tese.

O primeiro dos pressupostos indicava que os processos organizativos desenvolvidos na agricultura familiar evoluem ao longo do tempo e decorrem das dificuldades encontradas pelos agricultores, o que se confirmou por meio da investigação realizada nas regiões do COREDE Central e da *REDUP*.

Os relatos dos produtores brasileiros mostram que os processos organizativos estão relacionados com a necessidade de associação dos agricultores familiares para fazer frente ao contexto global que induz à competição no mercado. A criação de organizações sociais, de modo

geral, visa contribuir para que esses agricultores mantenham-se desenvolvendo suas atividades genuínas, respondendo às dificuldades encontradas em momentos históricos distintos.

Algumas dessas dificuldades têm a ver com a pouca disponibilidade e o custo de insumos e sementes orgânicas, com a pouca assistência para a (re)organização dos sistemas de produção, com a falta de perspectiva de projeção do mercado consumidor e com a falta de capacidade produtiva para ampliar a produção e atender plenamente a demanda.

No COREDE Central, com o apoio do Projeto Esperança/Cooesperança que buscou articular os agricultores familiares da região, incentivando-os a praticar princípios agroecológicos, muitos desses problemas foram suplantados.

No caso da *REDUP*, as informações obtidas a respeito dos processos organizativos dos agricultores familiares de origem boliviana indicam que esses processos estão vinculados aos meios de inclusão social no território.

Os produtores cooperam entre si para atender aos interesses do grupo local, diante dos conflitos de exclusão social e de competição gerados pelos processos globais. E, inserido no contexto social da *REDUP*, por meio das associações da coletividade boliviana em cada município da região, novos padrões de organização social e de produção agrícola são construídos.

Nesse sentido, tentando minimizar as dificuldades decorrentes de atos discriminatórios, organizar a documentação em geral, inclusive a relacionada aos processos migratórios, e amparar nas dificuldades econômicas quando há falta de financiamentos, dentre outras intenções, e articulando-se diante das necessidades de representatividade da coletividade boliviana junto às autoridades locais, os agricultores familiares optaram por desenvolver processos organizativos associativos nos bairros onde, apoiados pelas associações de bolivianos, estabelecem organização social e auxiliam-se mutuamente nas suas lutas para permanecer nas atividades agrícolas, principalmente as de produção de hortifrúti.

O segundo pressuposto preconizava que, por meio do associativismo em redes, os agricultores familiares constroem, estrategicamente, formas solidárias de atuação no mercado, objetivando neutralizar as deficiências geradas pela baixa intensidade e proporção de utilização de organização, capital e tecnologia.

Confirmou-se esse pressuposto, pois, tanto no caso do COREDE Central quanto no caso da *REDUP* comprova-se a teoria de Santos (2004) quanto aos fatores balizadores na distinção dos dois circuitos superior e inferior: tecnologia, organização e capital. Ou seja, a lógica da articulação presente nas formas de organização de ação coletiva utilizadas pela agricultura familiar existe, grosso modo, para minimizar as deficiências desses três fatores balizadores.

Especificamente, em relação a esses fatores, no caso do COREDE Central, a organização para o trabalho envolve a mão de obra familiar, de duas a seis pessoas da família, em média, e o capital e o nível de tecnologia são baixos; enquanto que, no caso da *REDUP*, o trabalho familiar envolve de três a quatro pessoas de cada família, há pouco capital para investir e nível de tecnologia moderna é praticamente nulo.

Ainda, observou-se que os agricultores familiares se organizam de forma que, por meio do seu trabalho, além de criarem uma identidade social coletiva, obtém o capital. Desse modo, o capital remunera o trabalho e não o trabalho remunera o capital. E, se de um lado, a modernização tecnológica extinguiu muitos empregos e ampliou o circuito inferior, por outro lado, os agricultores familiares criaram novas formas de sobrevivência, articulando-se solidariamente para produzir alimentos e comercializá-los em feiras livres, mercados informais, dentre outros locais.

O terceiro e último pressuposto elaborado enunciava que as contribuições dos processos organizativos para o atendimento das demandas dos agricultores e do mercado estão, diretamente, relacionadas ao grau de organização da rede de solidariedade e das formas de organização de ação coletiva.

Constatou-se a confirmação desse pressuposto, nas regiões do COREDE Central e da *REDUP*, pois quanto mais organizada a rede colaborativa e as formas de organização que compõem essa rede melhores serão os resultados alcançados em termos de ter as demandas individuais – dos agricultores e suas famílias – e do mercado atendidas.

Em ambas as regiões, as formas de organização presentes nos processos organizativos demonstram a existência de laços de cooperação em suas construções. São laços familiares, de amizade e/ou comunitários que se estabeleceram a partir de uma realidade comum às famílias dos agricultores produtores de alimentos orgânicos.

Entretanto, é preciso considerar que em virtude de os processos organizativos serem dinâmicos e diversificados e sofrerem influências de diversos aspectos: econômicos, sociais, culturais, dentre outros, em momentos históricos diferentes vivenciados pelos agricultores, ora tais processos contribuíram, ora limitaram o atendimento das demandas dos agricultores e do mercado.

Além da confirmação dos três pressupostos, o desenvolvimento desta tese possibilita outras inferências que, também, corroboram as constatações já expostas e apresentam aspectos que dão a dimensão da importância da construção dos processos organizativos para a agricultura familiar.

No COREDE Central, por meio dos processos organizativos, observou-se que alguns dos agricultores familiares adquirem sementes conjuntamente; a maioria deles realiza a comercialização dos produtos de forma conjunta; vários buscam conseguir assistência técnica para si e para o grupo; outros buscam auxílio de organizações para a obtenção do selo que certifica o produto como orgânico; uns procuram alternativas de conseguir crédito e/ou subsídio para a aquisição de máquinas e equipamentos, e muitos participam coletivamente da identificação de questões importantes que envolvem as políticas públicas e a capacitação para cumprir com as exigências legais. Por outro lado, observou-se que a maioria das formas de organização não potencializa o agricultor familiar como gestor de sua propriedade, o que torna precária a gestão da unidade familiar e evidente a falta de ferramentas de controle e gestão nas propriedades.

O grau de organização da rede desenvolvida pelos agricultores familiares do COREDE Central não é considerado satisfatório, apesar de os agricultores obterem um fortalecimento com a inserção em diversas formas organizativas, incluindo ações do Projeto Esperança/Coesperança, das associações, dos grupos de apoio de universidades, dos grupos de entidades religiosas, da Rede Ecovida, dentre outros. Ainda, ao analisar a cadeia produtiva, observaram-se grandes deficiências presentes nos elos da cadeia, o que evidencia as limitações dos processos organizativos que dizem respeito a pouca variedade e quantidade disponível de produtos orgânicos, à descontinuidade na oferta desse tipo de alimento, à falta de informação do consumidor sobre onde encontrá-los, assim como a percepção de grande parte dos consumidores que deixam de comprar alimentos orgânicos porque consideram o preço muito alto.

Por outro lado, apesar dessa constatação, da impressão ilusória de certa apatia regional causada pela pressão exercida pelas grandes redes de supermercados para produção convencional de baixo custo e, ainda, da dificuldade de superação da matriz produtiva de produção de arroz, soja e fumo que subordinam o agricultor ao capital e ao lucro, pode-se verificar que tais dificuldades têm sido superadas e que há muitas conquistas dos agricultores familiares, em diversos segmentos da cadeia produtiva, o que tem evidenciado as contribuições dos processos organizativos relacionados às redes envolvidas na luta pela construção de políticas públicas que visam o desenvolvimento rural sustentável.

No caso da *REDUP*, verificou-se que as formas de organização exerceram e exercem papel preponderante em relação às contribuições para a ascensão social dos agricultores familiares. Coletivamente, eles puderam enfrentar dificuldades por meio de uma estruturação

organizada frente às circunstâncias problemáticas de cunho social, exclusão e discriminação que se sucederam em diversos momentos históricos.

Depois de enfrentarem tamanhos problemas, a comunidade boliviana na Argentina e, especificamente os agricultores familiares bolivianos e de origem boliviana da *REDUP* firmaram-se socialmente, como uma categoria, e são reconhecidos como *los reyes de las frutas y verduras* no cinturão hortícola bonaerense.

Essa posição justifica, de alguma maneira, a reação de desconfiança ante às investidas do Estado, via *INTA*, para angariar adeptos a uma transição agroecológica. Enquanto estrangeiros, outrora em situação de exclusão social, jamais receberam apoio estatal para inserção social no país. Os governos e as instituições públicas, ao contrário, sempre demonstraram ser permissivas com todo tipo de violência sofrida por eles.

Hoje, em uma situação mais confortável em termos de ocupar um lugar na sociedade, perguntam-se o que pode estar por trás de ações como as do programa *Pro-Huerta*. Na realidade, o que ocorre é que o Estado mantém programas de incentivo à agricultura familiar, entre eles o *Pro-Huerta* – é uma questão de soberania alimentar – e, nesse contexto, não há como excluir a coletividade boliviana na questão da produção de alimentos, uma vez que, de acordo com Feito, Nussbaumer e Casadinho (2009), os produtores bolivianos representam 98% dos produtores hortícolas na *REDUP*. Ademais, tal apoio só pode ser alcançado em virtude da organização da coletividade boliviana e das associações comunitárias, o que demonstra, por um lado, o incentivo às práticas associativas, mas, por outro, explicita um controle velado das atividades desenvolvidas por esses grupos de imigrantes.

Quanto à produção orgânica dos agricultores familiares na *REDUP*, considera-se de pequena escala, mas com potencial de vigoroso crescimento nos próximos anos. Por meio da análise dos elos da cadeia produtiva, a neutralização de algumas deficiências observadas está relacionada com a possibilidade de desenvolvimento de uma rede de produção organizada, o que é um dos aspectos altamente positivos das associações da coletividade boliviana. Além disso, o constante crescimento do mercado evidenciado nos últimos anos e a perspectiva de tornar os sistemas participativos de garantia uma possibilidade de certificação de alimentos orgânicos permitem fazer um prognóstico de um cenário positivo para esses produtores futuramente.

Então, a estrutura das formas de organização, o planejamento correto de uma rede de comercialização de produtos agroecológicos e políticas públicas que possibilitem a certificação dos alimentos oriundos da agricultura familiar são fatores fundamentais para

diminuir deficiências existentes nos elos da cadeia e eliminar alguns fatores de limitação dos processos organizativos.

Observa-se que, tanto no Brasil como na Argentina e, especificamente, no COREDE Central e na *REDUP*, muitos são os aspectos que influenciam nos processos de organização dos sistemas de produção e de comercialização de alimentos orgânicos, o que não quer dizer que não existam fragilidades nesses processos, ao contrário. Por isso, estabelecer uma cadeia produtiva sem gargalos, apesar de representar uma utopia para os agricultores familiares que, de modo geral, não possuem uma gestão com organização interna eficiente, é essencial para fortalecê-la.

No que se refere ao fortalecimento da cadeia produtiva dos alimentos orgânicos, alguns fatores influenciam diretamente: existência de linhas de crédito para a produção, assistência técnica, o valor das taxas para obtenção da certificação, a logística de distribuição dos alimentos, a qualidade de vida dos produtores e de suas famílias, o nível de renda e a demanda do consumidor, dentre outros.

A demanda dos consumidores, de acordo com Karnopp (2005), representa um fator crucial para a continuidade e expansão da agricultura orgânica. Nesse aspecto, o desenvolvimento de uma eficiente política de marketing pode representar uma alternativa viável para ampliar a aceitabilidade e o consumo de alimentos orgânicos.

Importa destacar que não se pode restringir o desenvolvimento rural sustentável ao crescimento da produção de alimentos e ao aumento de produtividade, porque a agricultura sustentável envolve, também, outras três dimensões: a social, a ambiental e a cultural.

Levando-se em consideração todas essas dimensões, percebe-se que, quanto à dimensão econômica, a produção orgânica gerou um aumento da renda das famílias do COREDE Central e da *REDUP*. Ao longo dos anos pós 1990, os agricultores têm melhorado a produção, por meio de técnicas apropriadas e de um envolvimento intenso de mão de obra familiar, o que garante o autoconsumo e o sustento da família, além de viabilizar a venda do excedente. Isso leva o agricultor familiar a prospectar uma diminuição da dependência de alimentos oriundos de outros municípios, regiões e países.

Entretanto, ao se comparar o COREDE Central com a *REDUP*, na dimensão social, comprovou-se que os processos organizativos têm contribuído muito para o desenvolvimento das famílias. Porém, no Brasil, as ações das formas de organização de ação coletiva, principalmente as do Projeto Esperança/Coesperança, têm se mostrado mais efetivas em relação às das associações da coletividade boliviana, no que se referem aos agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos.

Isso pode ser reflexo da prioridade que é dada à agroecologia no Projeto Esperança/Cooesperança, o que não ocorre com as associações de bolivianos na REDUP. Além disso, devido ao tamanho das dificuldades encontradas pelos agricultores familiares bolivianos e de origem boliviana, bem como por outros conterrâneos que atuam/trabalham em outros setores, houve e ainda há, por parte das associações – principal forma de organização social das famílias –, a necessidade de “combater” em outras frentes, desde ações para captação de água potável até a conquista de condições básicas de atendimento no sistema de saúde pública e na educação, trabalhando pelo bem não só dos agricultores, mas também de toda a coletividade boliviana na região.

Ainda, nessa dimensão, verifica-se que a coexistência do modelo produtivista de alimentos empregado por grandes empreendimentos capitalistas que objetiva a acumulação do capital e do modelo alternativo de produção de alimentos, ideal para os agricultores familiares, porque garante a eles o trabalho, evidencia que, no espaço global, as duas forças produtivas estão em constante movimento, gerando a ordem mundial e estabelecendo relações entre o local e o global. Isso demonstra o que Santos (2004, p. 203) preceitua: “[...] o trabalho é o fator essencial para o circuito inferior, quando no circuito superior é o capital.”

Ao analisar o modelo alternativo de produção da região do COREDE Central e da REDUP considerando a dimensão ambiental, comprovou-se que os agricultores familiares, ao construir processos organizativos, passaram a desenvolver processos produtivos com menor impacto ao meio ambiente.

No caso da REDUP, por meio de capacitações desenvolvidas pelo INTA, os agricultores foram orientados a produzir o alimento agroecológico, garantindo emprego aos indivíduos na região; enquanto que, no caso do COREDE Central, conclui-se que não há dificuldades quanto ao entendimento a respeito da importância do meio ambiente e dos cuidados de preservação dos recursos naturais por parte dos agricultores. Existem, porém, muitos agricultores em processo de transição agroecológica, buscando aprimorar as práticas em suas hortas/lavouras. No entanto, ressalta-se que, em ambas as regiões, não se consegue desenvolver uma mudança de tal magnitude de uma hora para outra, porque esse processo, também, envolve aspectos culturais.

Quanto à dimensão cultural, observa-se uma evolução nas duas últimas décadas, no COREDE Central, porque houve uma mudança de atitude a partir do momento em que as famílias dos agricultores familiares começaram a conviver com os problemas e consequências provocadas pelo modelo produtivista. A principal delas revelou-se em casos de intoxicação, doenças graves e, até mesmo, mortes causadas pelo uso intensivo dos agrotóxicos. No caso da

*REDUP*, verificou-se que também tem acontecido uma conscientização a partir da percepção dos danos que estão sendo causados à saúde humana e ao ecossistema, de forma que a identidade cultural dos agricultores vem sendo influenciada pelas situações do meio onde vivem, ou seja, pelo número crescente de intoxicações agudas no meio rural.

Contudo, considerando os aspectos relativos às quatro dimensões abordadas, entende-se que as formas de organização social dos agricultores familiares podem variar conforme as demandas do grupo de agricultores, mas, o que se defende é que esses agricultores devem desenvolver processos organizativos estruturados em rede, a fim de que estejam fortemente organizados para criarem ações de interesse próprio e do interesse da região.

Organizados em associações, cooperativas, etc., os agricultores criam redes colaborativas e constroem estrategicamente uma forma solidária de atuação no mercado visando neutralizar as deficiências presentes no circuito inferior. Dessa forma, em relação à prática da agricultura orgânica, eles geram conhecimento útil para a coletividade e, por meio da prática social que transcorre em um processo de constante transformação da realidade, contribuem para o desenvolvimento regional.

Observou-se que o desenvolvimento de uma região tem a organização dos agricultores familiares como uma de suas forças motrizes importantes. No caso das duas regiões estudadas, os entrevistados relataram que, por meio das formas de organização de ação coletiva, têm obtido melhores resultados em relação à qualidade de vida e à redução das desigualdades.

Por fim, constata-se que as limitações e as contribuições dos processos organizativos inerentes à produção e à comercialização de alimentos orgânicos oriundos da agricultura familiar do COREDE Central e da REDUP, ao longo da cadeia produtiva de alimentos orgânicos, estão diretamente relacionadas com o nível de organização desses processos. Isto é, quanto mais bem organizada a unidade produtiva e as formas de organização de ação coletiva, sejam elas parcerias, pools de produtores, associações ou cooperativas, melhores serão os resultados nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

Outrossim, quanto ao atendimento das demandas dos agricultores familiares e do mercado, pode-se afirmar que os processos organizativos atendem tais demandas em diferentes graus e de acordo com seus nível de organização e estrutura, na medida em que esses produtores avançam em questões que envolvem conhecimento para produzir mais e melhor, considerando os preceitos agroecológicos e de sustentabilidade presentes na produção orgânica; tornam-se capazes de gerenciar suas unidades produtivas, ainda que de forma rudimentar, não-profissional; e viabilizam a obtenção de certificação orgânica, dentre outros

avanços. Desse modo, oportunizam-se o aperfeiçoamento da cadeia produtiva de alimentos orgânicos, o desenvolvimento das unidades produtivas familiares e a redução das disparidades regionais.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. Rio Claro, v. 28, n. 1, 2, 3. p. 49-67. jan./dez. 1998a. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/tag/capital-social/>>. Acesso em: 30 set. 2012.
- \_\_\_\_\_. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998b.
- \_\_\_\_\_. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In: Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA, 1., *Anais...* Petrolina: CPATSA, 1995. p. 17-27.
- ADESM – Agência de Desenvolvimento de Santa Maria. *Plano estratégico de desenvolvimento de Santa Maria: “a Santa Maria que queremos” 2014 – 2030*. Santa Maria: Gráfica Palotti, 2013.
- ALTIERI, Miguel Angel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALTIERI, M. A.; MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p. 72-105.
- ARAÚJO, Massilon Justino de. *Fundamentos de agronegócios*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ARGENTINA. Ley n. 25.127, de 8 de septiembre de 1999. Concepto, ámbito y autoridad de aplicación. Promoción. Sistema de control. Créase la Comisión Asesora para la Producción Orgánica en el ámbito de la Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación. *Boletín Oficial [de la] República Argentina*, Buenos Aires, n. 29.228, p. 1, 13 set. 1999. Sección 1.
- BALLOU, Ronald. *Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial*. Tradução de Raul Rubenich. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.
- BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BASUALDO, Eduardo. *Sistema político y modelo de acumulación: tres ensayos sobre la Argentina actual*. Buenos Aires: Atuel, 2011.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, M. A.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Org.). *Gestão integrada da agricultura familiar*. São Carlos: EdUFSCAR, 2005, p. 43-66.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. da. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especialidades e correspondências metodológicas. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão agroindustrial*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 1-62.

\_\_\_\_\_. Redesenhando tecnologias de gestão no conceito das cadeias. In: MONTOYA, M. A.; PARRÉ, J. L. (Coord.). *O agronegócio brasileiro no final do século XX*. Passo Fundo: UPF, 2000. v. 1, p. 182-216.

BEL – Banco de Experiencias Locales. *Sistema de garantía participativa de productos agroecológicos: experiencia de Bella Vista*. Buenos Aires: UNQ, 2014. Disponível em: <[http://bel.unq.edu.ar/modules/bel/bel\\_see\\_exper.php?id=953&op=view&cmd=relate](http://bel.unq.edu.ar/modules/bel/bel_see_exper.php?id=953&op=view&cmd=relate)>. Acesso em: 6 nov. 2014.

BENENCIA, Roberto. Los inmigrantes bolivianos en el mercado de trabajo de la horticultura en fresco en la Argentina. *Cuadernos Migratorios – El impacto de las migraciones en Argentina*, Buenos Aires, n. 2, p. 153-234, abr. 2012. Disponível em: <[http://www.migraciones.gov.ar/pdf\\_varios/campana\\_grafica/OIM-Cuadernos-Migratorios-Nro2-El-impacto-de-las-Migraciones-en-Argentina.pdf](http://www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/campana_grafica/OIM-Cuadernos-Migratorios-Nro2-El-impacto-de-las-Migraciones-en-Argentina.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2014.

BENENCIA, R.; QUARANTA, G.; CASADINHO, J. S. Introducción. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). *Cinturón hortícola de la ciudad de Buenos Aires: cambios sociales y productivos*. Buenos Aires: CICCUS, 2009. p. 11-35.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 13, p. 111-143, jun. 1996.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Escritos de educação*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 65-69.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M. B. *Gestão da cadeia de suprimentos e logística*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRAUDEL, Fernand. *La historia y las ciencias sociales*. Madrid: Alianza, 1968.

BRASIL. Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 1, n. 249, p. 2-8, 28 dez. 2007. Seção 1.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 1, n. 129, p. 3-6, 5 jul. 2012. Seção 1.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa n. 19, de 28 de maio de 2009. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 1, n. 101, p. 2-8, 29 maio 2009. Seção 1, pt. 1.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre agricultura orgânica e dá providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 1, n. 250, p. 8, 24 dez. 2003. Seção 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm)>. Acesso em: 30 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 1, n. 141, p. 1, 25 jul. 2006. Seção 1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 30 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.947, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n. 10.880, de 9 de junho de 2004, n. 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, n. 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n. 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n. 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 1, n. 113, p. 2-4, 17 jun. 2009. Seção 1.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.690, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm)>. Acesso em: 30 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução/CD/FNDE n. 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <[https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=RES&num\\_ato=00000038&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2009&sgl\\_orgao=CD/FNDE/MEC](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000038&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC)>. Acesso em: 28 set. 2013.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAPILÉ, B.; SANTOS, N. P. dos. A química no melhoramento da produção agrícola e sua divulgação na revista Agrícola. In: LOPES, M. M.; HEIZER, A. (Org.). *Colecionismos, práticas de campo e representações*. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 183-194.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

\_\_\_\_\_. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-35, jan./mar. 2000.

\_\_\_\_\_. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70-85, jul./set. 2002. Disponível em: <<http://www2.emater.pa.gov.br/EmaterPortal/downloads/redestematicas/analMultSus.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. *Conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis*. Disponível em <<http://www.planetaorganico.com.br/trabCaporalCostabeber.htm>>. Acesso em: 3 ago. 2011.

CAPORAL, F. R. (Org.); COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Brasília: MDA, 2009.

CARRICART, Pedro. *Cooperativas rurales y territorios en la región pampeana argentina: transformaciones sociales, económicas y organizacionales*. Buenos Aires: La Colmena, 2012.

CASADINHO, Javier Souza. *Análisis de las posibilidades de expansión de la agricultura orgánica bonaerense*. Convenio CETAAR-INDES-Facultad de Agronomía UBA-Programa Social Agropecuario. Buenos Aires, 1995.

CASADINHO, J. S.; DURAND, P.; MOYA, M. Estudio de la producción orgánica en el área hortícola bonaerense (AHB). In: BENENCIA, R.; QUARANTA, G.; CASADINHO, J. S. (Coord.). *Cinturón hortícola de la ciudad de Buenos Aires: cambios sociales y productivos*. Buenos Aires: CICCUS, 2009. p. 273-292.

CENSO agropecuário 2006: banco de dados agregados do IBGE. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006\\_2/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/default.shtm)>. Acesso em: 13 fev. 2014.

CENZI, Nerii Luiz. *Cooperativismo: desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro*. Curitiba: Juruá, 2012.

CEPAL; FAO; IICA. *Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas 2014: una mirada hacia América Latina y el Caribe*. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/b3165e/b3165e.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

CHIFARELLI, Diego Hernan. *El proceso de reconversión agroecológica de un grupo de productores del Parque Pereyra Iraola*. 2006. Trabajo final de la especialización en Desarrollo Rural, Escuela para Graduados, Facultad de Agronomía, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires: 2006.

CHOO, Chun Wei. *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. Tradução de Eliana Rocha. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

CLARÍN. Buenos Aires. Diário. *Por una tierra sana que nos alimente*. Caminos y Sabores. Publicado em: 31 maio 2011. Disponível em: <[http://www.caminosysabores.com.ar/buenosaires/wp-content/uploads/2011/06/suple\\_mayo20112.pdf](http://www.caminosysabores.com.ar/buenosaires/wp-content/uploads/2011/06/suple_mayo20112.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2013.

CNOACO 2014 – Cadastro Nacional de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica. Banco de dados agregados do MAPA. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

CNPO 2014 – Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos 2014. Banco de dados agregados do MAPA. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

CNT – Confederação Nacional do Transporte. *Boletim estatístico*: dezembro 2014. Disponível em: <[http://www.cnt.org.br/Paginas/Boletins\\_Detalhes.aspx?b=3](http://www.cnt.org.br/Paginas/Boletins_Detalhes.aspx?b=3)>. Acesso em: 27 dez. 2014.

COOPERATIVAS DE LAS AMÉRICAS. *¿Quiénes somos?*. Disponível em: <<http://www.aciamericas.coop/Quienes-somos-2092>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

DALLABRIDA, Valdir Roque. *O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L. *Gestão, inovação e desenvolvimento: oportunidades e desafios para o desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste*. Santa Cruz: Edunisc, 2007.

DEMARCHI, Mariela. La espacialidad de la migración boliviana en el marco de las redes sociales: el caso del cinturón verde santafesino. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, v. XVI, n. 408, jul. 2012. Universidad de Barcelona. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-408.htm>>. Acesso em: 24 set. 2014.

DEVOTO, F. J.; BORIS, F. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. São Paulo: Editora 34, 2004.

DRUCKER, Peter. *Sociedade pós-capitalista*. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

EMATER/RS-ASCAR – Associação Riograndense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural. 2009-2014. Apresenta informações sobre a estrutura organizacional da instituição. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. *Missão*. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/a-emater/missao-visao.php>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. *Produção de base ecológica*. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/agricultura-base-ecologica/producao-de-base-ecologica.php#.VMoS8GJdW0g>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. *Regional – Santa Maria*. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/regionais/santa-maria.php#.VMgvRmJdW0g>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

ETZIONI, Amitai. *Organizações modernas*. São Paulo: Pioneira, 1989.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Argentina*. 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/004/y1669e/y1669e0h.htm>>. Acesso em: 5 out. 2014.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. *Demografia/população*. 2012a. Disponível em: <<http://mapas.fee.tche.br/categoria/demografia/populacao-demografia>>. Acesso em: 3 jan. 2012.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. *PIB per capita*. 2012b. Disponível em: <<http://mapas.fee.tche.br/categoria/economia/pib-per-capita>>. Acesso em: 3 jan. 2012.

FEITO, María Carolina. *Ruralidades, agricultura familiar y desarrollo: territorio del periurbano norte de la provincia de Buenos Aires*. Vicente Lopez: La Colmena, 2014.

FEITO, M. C.; GALÁN, L. D.; BRODD, C. D. Organizaciones locales en el área hortícola bonaerense: la acción colectiva como respuesta al conflicto social. In: BENENCIA, R.; QUARANTA, G.; CASADINHO, J. S. (Coord.). *Cinturón hortícola de la ciudad de Buenos Aires: cambios sociales y productivos*. Buenos Aires: CICCUS, 2009. p. 195-208.

FEITO, M. C.; NUSSBAUMER, B.; CASADINHO, J. S. Las políticas de intervención de los municipios en la actividad hortícola. In: BENENCIA, R.; QUARANTA, G.; CASADINHO, J. S. (Coord.). *Cinturón hortícola de la ciudad de Buenos Aires: cambios sociales y productivos*. Buenos Aires: CICCUS, 2009. p. 233-272.

FERNANDES, D. M. M.; KARNOPP, E. A agricultura familiar e a cadeia produtiva de orgânicos: conquistas. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, n. 29, p. 130-137, jun. 2014.

FiBL – Research Institute of Organic Agriculture; IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica. *The word of organic-world agriculture 2011: Graphs and Maps*. Organic World. Disponível em: <<http://www.fibl.org/fileadmin/documents/en/news/2011/willer-2011-biofach-world-of-organic.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2012.

FONAF – Federación de Organizaciones Nucleadas de la Agricultura Familiar. Apresenta informações sobre a agricultura familiar na Argentina. 2014. Disponível em: <<http://www.fonaf.org.ar>>. Acesso em: 25 set. 2014.

FONTES, Paulo Cezar Resende. Nutrição mineral de hortaliças: horizontes e desafios para um agrônomo. *Horticultura Brasileira*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 247-253, jul.-set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hb/v32n3/0102-0536-hb-32-03-00247.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2014.

FORNAZIER, A.; WAQUIL, P. D. A importância do cooperativismo na inserção de pequenos produtores nos mercados: o caso da produção de maçã na serra catarinense. In: CONTERATO, M. A. et al. (Org.). *Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos*. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. p. 61-77.

ForoUNAF – Foro de Universidades Nacionales para la Agricultura Familiar. *Ley de “Reparación histórica de la agricultura familiar para la construcción de una nueva ruralidad en la Argentina”*. Disponível em:

<<http://forounaf-2014.congresos.unc.edu.ar/files/ProyectoLeyAF-FONAF.pdf>> Acesso em: 25 set. 2014.

GASSON, Ruth. Goals and values of farmers. *Journal of Agricultural Economics*, Ashford, v. 24, p. 521-537, 1973. Disponível em: <[http://www.readcube.com/articles/10.1111%2Fj.1477-9552.1973.tb00952.x?r3\\_referer=wol&tracking\\_action=preview\\_click&show\\_checkout=1&purchase\\_referrer=onlinelibrary.wiley.com&purchase\\_site\\_license=LICENSE\\_DENIED\\_NO\\_CUSTOMER](http://www.readcube.com/articles/10.1111%2Fj.1477-9552.1973.tb00952.x?r3_referer=wol&tracking_action=preview_click&show_checkout=1&purchase_referrer=onlinelibrary.wiley.com&purchase_site_license=LICENSE_DENIED_NO_CUSTOMER)>. Acesso em: 5 mar. 2013.

G1. Rio de Janeiro. Portal de notícias. *Orgânicos apresentam expansão na produção e interesse de consumo*. Publicado em: 4 jan. 2014. Disponível em: <[http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2014/01/organicos-apresentam-expansao-na-producao-e-interesse-de-consumo.html?utm\\_source=g1&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=sharethis](http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2014/01/organicos-apresentam-expansao-na-producao-e-interesse-de-consumo.html?utm_source=g1&utm_medium=email&utm_campaign=sharethis)>. Acesso em: 28 dez. 2014.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439 – 455, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. *A força da periferia*. Petrópolis: Vozes. 1985.

GONZÁLEZ, E.; GÓMEZ, C.; MORICZ, M. *Normativas vinculadas a los procesos de producción y comercialización de la agricultura familiar urbana y periurbana*. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2013.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties: a network theory revisited. *Sociological Theory*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 201-233, 1983. Disponível em: <<http://www.soc.ucsb.edu/faculty/friedkin/Syllabi/Soc148/Granovetter%201983.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

GRZYBOVSKI, D.; PEREIRA, A. da S. Desenvolvimento econômico na região colonial no Rio Grande do Sul: uma análise histórica das implicações da constituição econômica de 1891 nas empresas familiares. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, n. 24, p. 110-140, set./dez. 2013.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J; NAVARRO, Z. (Org.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p. 19-32.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final de século XX. In: \_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna*. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007. p. 115-184.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A imigração européia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. *Scripta Nova*, Barcelona, n. 94, p. 1-11, ago. 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapa político da região Sul do Brasil*. Disponível em <[ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas\\_tematicos/politico/regionais/sul\\_politico.pdf](ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/politico/regionais/sul_politico.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2014.

IGC – Instituto de Gestión de Ciudades. *Agenda megaciudad*. Rosário: Avina, 2011. Disponível em: <<http://www.igc.org.ar/megaciudad/N2/tramoII.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

IGN – Instituto Geográfico Nacional. *Argentina/Mapas*. Disponível em: <<http://www.argentina.gob.ar/advf/documentos/4e5d2be5b7f52.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INDEC – Instituto Nacional de Estadística y Censos. *Censo 2010*. Buenos Aires, INDEC, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.indec.gov.ar/resultadosdefinitivos.asp>>. Acesso em: 03 out. 2013.

INTA – Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria. *Área Metropolitana de Buenos Aires*. Disponível em: <<http://inta.gob.ar/unidades/715000/sobre-715000>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. *Cambio rural II: innovación e inversión*. [s.l.: s.n.], [2014]. Disponível em: <[http://inta.gob.ar/documentos/manual-operativo-de-cambio-rural-ii-y-actas-de-conformacion-de-grupos/at\\_multi\\_download/file/INTA%20-%20Manual%20Operativo%20Cambio%20Rural%20II.pdf](http://inta.gob.ar/documentos/manual-operativo-de-cambio-rural-ii-y-actas-de-conformacion-de-grupos/at_multi_download/file/INTA%20-%20Manual%20Operativo%20Cambio%20Rural%20II.pdf)>. Acesso em: 18 ago.2014.

\_\_\_\_\_. *Estación Experimental Agropecuária AMBA*. Buenos Aires: INTA, 2014. Disponível em: <<http://inta.gob.ar/documentos/estacion-experimental-agropecuaria-area-metropolitana-de-buenos-aires>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. *¿Qué es el INTA?* Disponível em: <<http://inta.gob.ar/sobre-el-inta/que-es-el-inta>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

KARNOPP, Erica. Agricultura familiar entre o sistema da produção convencional e o orgânico: transição ou coexistência? *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 2, p. 239-248, maio/ago. 2005.

\_\_\_\_\_. Repensando o desenvolvimento rural no contexto territorial da agricultura familiar: estudos de casos. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 139-152, 2014.

KOTLER, Philip. *Administração de marketing: a edição do novo milênio*. 10. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2000.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. *Princípios de marketing*. 7. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1998.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. *Administração de marketing*. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, A. P. de et al. *Administração da unidade de produção familiar: modalidade de trabalho com agricultores*. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

LÜCHMANN, Ligia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 85, p. 159-178, jun. 2014.

KONIJNENBURG, Adriana van. *Agricultura orgánica: el compost*. Buenos Aires: Minigraf, 2007. Disponível em: <[http://inta.gov.ar/documentos/agricultura-organica.-el-compost/at\\_multi\\_download/file/INTA%20MATERIAL%20DIDACTICO%20NRO%2005.pdf](http://inta.gov.ar/documentos/agricultura-organica.-el-compost/at_multi_download/file/INTA%20MATERIAL%20DIDACTICO%20NRO%2005.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2014.

MAGyP – Ministerio de Agricultura, Ganaderia y Pesca. *Programa Nacional de Agricultura Periurbana*. Buenos Aires: MAGyP, 2012. Disponível em: <[http://www.minagri.gov.ar/site/desarrollo\\_rural/institucional/03\\_Programas\\_Vigentes/05\\_Programa\\_Nacional\\_de\\_Agricultura\\_Periurbana/index.php](http://www.minagri.gov.ar/site/desarrollo_rural/institucional/03_Programas_Vigentes/05_Programa_Nacional_de_Agricultura_Periurbana/index.php)>. Acesso em: 15 jun. 2012.

MARTINEZ, A. N.; IGLESIAS, A. N. Dimensión jurídico-normativa de la gestión ambiental local en Argentina: el papel de la interacción municipio-territorio. *Revista Electrónica de Derecho Ambiental*, Sevilla, n. 19, jul. 2009. Disponível em: <<http://huespedes.cica.es/gimadus/>>. Acesso em: 15 set. 2012.

MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. *Administração da produção*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Aumenta o número de produtores orgânicos no Brasil*. Brasília: MAPA, 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/02/aumenta-numero-de-produtores-de-organicos-no-brasil>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. *Produtos orgânicos: sistemas participativos de garantia*. Brasília: MAPA/ACS, 2009.

\_\_\_\_\_. *Regularização da produção orgânica*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. *Sistemas participativos: organismo participativo*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/sistemas-participativos-rpo>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

MDS – Ministerio de Desarrollo Social. *Seguridad alimentaria: educación nutricional para la autonomía alimentaria*. [S.l.: s.n.], [2013]. Disponível em: <<http://www.desarrollosocial.gov.ar/Uploads/i1/biblioteca/110.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital and the organizational advantage. *Academy of Management Review*, Briarcliff Manor, NY, v. 23, n. 2, p. 242-266, 1998. Disponível em: <<http://staffweb.hkbu.edu.hk/vwschow/lectures/ism3620/rp01.pdf>>. Acesso em: em: 28 mar. 2013.

NANTES, J. F. D.; SCARPELLI, M. Elementos de gestão na produção rural. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão agroindustrial*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 629-664.

NEUMANN, Pedro Selvino. *O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção*. 2003. 326 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção)-Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

OBSCHATKO, E. S. de; BASAÑES C. C.; MARTINI G. D. *Las cooperativas agropecuarias en la República Argentina: diagnóstico y propuestas*. Buenos Aires: Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca de la Nación / IICA Argentina (Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura), 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA STRINGHETA, J. P. de. As leis de produção orgânica no Brasil em face às legislações americana, argentina e européia. In: STRINGHETA, P. C.; MUNIZ, J. N. (Editores). *Alimentos orgânicos: produção, tecnologia e certificação*. Viçosa: UFV, 2003. p. 331-379.

ORGANICS BRASIL. *Mercado de orgânicos cresce 40%*. Disponível em: <<http://www.organicsbrasil.org/clipping-detalhes/526/>> Acesso em: 13 jan. 2012.

ORMOND, J. G. P. et al. Agricultura orgânica: quando o passado é futuro. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002.

OWER, O. M.; HUGHES, J. C. Migración boliviana en el Valle Interior del Río Chubut a través de dos relatos de vida. *Párrafos Geográficos*. [S.l.], n. 1, p. 82-90, maio 2002. Disponível em: <[http://igeopat.org/parrafosgeograficos/images/RevistasPG/2002\\_V1/1-10.pdf](http://igeopat.org/parrafosgeograficos/images/RevistasPG/2002_V1/1-10.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2014.

PÁGINA12. Buenos Aires. Diário. *La agricultura familiar como objetivo*. Economía. Publicado em: 2 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/subnotas/117592-37416-2009-01-02.html>>. Acesso em: 15 set. 2012.

PINHO, Diva Benevides. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista: suas modificações e sua utilidade*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966a.

\_\_\_\_\_. *Economia e cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977.

\_\_\_\_\_. *Que é cooperativismo*. São Paulo: São Paulo Editora, 1966b.

PIZZARO, Cynthia. Organizaciones de inmigrantes y procesos identitarios: el caso de la colectividad boliviana de Escobar. In: BENENCIA, R.; QUARANTA, G.; CASADINHO, J. S. (Coord.). *Cinturón hortícola de la ciudad de Buenos Aires: cambios sociales y productivos*. Buenos Aires: CICCUS, 2009. p. 209-232.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA da Arquidiocese de Santa Maria. Introdução. *Revista 25 anos do Projeto Esperança/Cooesperança*. Santa Maria: Editora Pallotti, 2012.

PUTNAM Robert David. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. *Caminhos 2030: planejamento estratégico regional*. COREDE Central. Relatório Final 2009-2010. Santa Maria/RS: COREDE Central, 2010.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. *A pluralidade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Org.). *Desenvolvimento rural: tendência e debates contemporâneos*. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHULTZ, Glauco. *As cadeias produtivas de alimentos orgânicos no município de Porto Alegre/RS frente à evolução das demandas do mercado: lógica de produção e/ou de distribuição*. 2001. 192 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Agronegócios) – Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SENASA – Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria. *Situación de la producción orgánica en la Argentina durante el año 2013*. Buenos Aires: SENASA, 2014.

SILVA, A. L. da; BATALHA, M. O. Marketing estratégico aplicado ao agronegócio. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão agroindustrial*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 113-183.

SINGER, Paul. A economia solidária no governo federal. *Mercado de Trabalho*, Brasília, n. 24, p. 3-5, ago. 2004. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt\\_24c.pdf](http://ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24c.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2012.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. Desenvolvimento agrícola sustentável. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão agroindustrial*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 665-710.

SOTO, William Héctor Gómez. A dialética do desenvolvimento regional: capital social, democracia, redes empresariais e dinâmica territorial. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (Org.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 383-395.

TAVARES, Márcia. Economia verde na América Latina: as origens do debate nos trabalhos da CEPAL. *Política Ambiental*, Belo Horizonte, n. 8, p. 58-70, jun. 2011. Disponível em: <[http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/politica\\_ambiental\\_08\\_portugues.pdf](http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/politica_ambiental_08_portugues.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2013.

TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: Ediupf, 2001.

TRIVELLATO, M. D.; FREITAS, G. B. de. Panorama da agricultura orgânica. In: STRINGHETA, P. C.; MUNIZ, J. N. (Editores). *Alimentos orgânicos: produção, tecnologia e certificação*. Viçosa: UFV, 2003. p. 9-35.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2001.

VEIGA, José Eli da. Agricultura familiar e sustentabilidade. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 13, n. 3, p. 383-404, set./dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Delimitando a agricultura familiar. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Campinas, v. 25, n. 2 e 3, p. 128-141, maio/dez. 1995.

\_\_\_\_\_. Diretrizes para uma nova política agrária. In: LEITE, P. S. et al. (Org.). *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. p. 19-35.

\_\_\_\_\_. *Meio ambiente & desenvolvimento*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1991.

\_\_\_\_\_. Potencial de cooperação e articulação no desenvolvimento rural. *Cadernos do CEAM*, Brasília, n. 23, p. 221-278, jan. 2006.

\_\_\_\_\_. Uma linha estratégica de desenvolvimento agrícola. *Revista de Economia e Política*, São Paulo, v. 12, n. 2 (46), p. 88-105, abr./jun. 1992.

VILCHEZ, Jorge Orozco. *Antologia 'doctrina cooperativa'*. San José, Costa Rica: EUNED, 1986.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

WILLER, H.; KILCHER, L. *The word of organic agriculture: statistics and emerging trends*. 12. ed. Genebra, Suíça: FiBL, 2011. Disponível em: <<http://www.fibl.org/fileadmin/documents/en/news/2011/willer-2011-biofach-world-of-organic.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2012.

**APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com famílias de agricultores produtores de alimentos orgânicos pertencentes a formas de organização de ação coletiva.**

Entrevistado nº: \_\_\_\_\_

Pertence ao município de: \_\_\_\_\_

País: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

1. O senhor produz alimento(s) orgânico(s)? Há quanto tempo? (solicitar que faça uma linha do tempo, incluindo o seu histórico na produção de alimentos orgânicos, como ocorreu o desenvolvimento, como está no momento presente e quais as suas perspectivas futuras)
2. Sua propriedade rural tem quantos hectares? O senhor é proprietário ou arrendatário? Essas terras são suficientes para a subsistência e/ou sustento da família?
3. Quantos são os membros de sua família? (especificar sexo, idade, nível de escolaridade de cada integrante da família, inclusive do próprio produtor – “chefe de família”)
4. Seus filhos atuam na atividade de produção de alimentos orgânicos? Eles têm formação para isso?
5. Há quanto tempo comercializa alimentos orgânicos? Sua renda melhorou com a produção de alimentos orgânicos?
6. O que motivou o senhor a produzir e a comercializar alimentos orgânicos?
7. O senhor faz parte de alguma organização (associação, cooperativa,...)? Qual? Há quanto tempo participa dessa organização?
8. Há quanto tempo essa organização, da qual o senhor participa, atua em seu município?
9. Quais são os benefícios que se obtém por fazer parte de uma organização como essa da qual o senhor participa?
10. De que maneira a organização atende/auxilia nas suas necessidades de produção de alimentos orgânicos? Em que ela atua para facilitar a dinâmica da produção?
11. Que atividades são desenvolvidas pela organização para atender as suas necessidades (planejamento da produção, planejamento do sistema de plantio, aquisição/compra de sementes/insumos, logística da colheita e da distribuição/venda dos produtos no mercado,...)?
12. Quais são os produtos comercializados pelo senhor? Como funciona o sistema de comercialização dos alimentos?
13. Quem é responsável pela comercialização da produção dos alimentos orgânicos? Como são repassados aos agricultores os recursos obtidos com a venda dos produtos?

14. O que o senhor aprendeu, por meio da organização, sobre produção e comercialização de alimentos orgânicos?
15. O senhor entende que formas de organização, similares a essa da qual participa, realmente contribuem para a produção e a comercialização dos alimentos orgânicos? Por quê?
16. Cite algumas melhorias/contribuições que a organização, da qual o senhor faz parte, proporcionou aos agricultores familiares/orgânicos, no que se refere à produção e à comercialização dos alimentos orgânicos:
17. Como ocorre a socialização das informações na organização? (esclarecer quais as maneiras utilizadas e os meios empregados)
18. Que serviços de assistência o senhor recebe da organização da qual faz parte? (citar e explicar, se for o caso)
19. De que maneira o senhor entende que essa forma de organização facilita no atendimento das demandas do mercado (trabalha para atender nichos de mercado)?
20. Para o produtor de alimentos orgânicos é fácil obter financiamentos? Quais são as facilidades e/ou dificuldades? Fazer parte da organização auxilia/facilita na obtenção de financiamentos?
21. O senhor já obteve financiamento para a produção de alimentos orgânicos? Quais? Com qual instituição?
22. Como é a relação dos produtores com os extensionistas (no caso do Brasil: da EMATER; no caso da Argentina: do *INTA*)? (ressaltar os aspectos mais importantes das formas de atuação desses servidores e a influência desse trabalho na produção e na comercialização dos produtos orgânicos)
23. A EMATER (no Brasil) ou o *INTA* (na Argentina) tem desenvolvido projetos juntos aos agricultores produtores de alimentos orgânicos?
24. A comunidade de agricultores e os técnicos (no caso do Brasil: da EMATER; no caso da Argentina: do *INTA*) costumam participar de reuniões para discutir os temas relativos à agricultura? Como se dá essa interação entre os agricultores e os técnicos (no caso do Brasil: da EMATER; no caso da Argentina: do *INTA*)?
25. O senhor participa ou participou de cursos/palestras/seminários direcionados aos agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos? Quais?
26. Há facilidade para conseguir e/ou participar de cursos e/ou palestras e/ou seminários que abordam a produção de alimentos orgânicos para agricultores familiares?
27. O senhor já foi convidado por alguma instituição de pesquisa para participar de projetos de extensão voltados à produção de alimentos orgânicos?
28. O senhor recebe algum tipo subsídio em função para produzir alimentos orgânicos e/ou por participar da organização?

29. Como ocorre a logística de transporte do excedente da safra para a venda e/ou distribuição dos alimentos no mercado?
30. A organização tem desenvolvido ações voltadas para incrementar/melhorar a logística de transporte voltada a venda e/ou distribuição dos alimentos ao consumidor? (citar exemplos)
31. Quais fatores mais importantes/significativos influenciam para melhorar a competitividade dos produtos orgânicos frente aos alimentos produzidos pela agricultura convencional?
32. O senhor sofre algum tipo de pressão por produzir alimentos orgânicos? (relacionar quais são essas pressões e quem/o quê as exerce)?
33. A Secretaria Municipal de Agricultura (Brasil) ou a Municipalidade (Argentina) oferece algum incentivo ao agricultor familiar para a produção de alimentos orgânicos?
34. A Secretaria Municipal de Agricultura (Brasil) ou a Municipalidade (Argentina) disponibiliza algum tipo de orientação e/ou cursos voltados às práticas dos agricultores familiares que produzem alimentos orgânicos?
35. Cite as atividades que Secretaria Municipal de Agricultura (Brasil) ou a Municipalidade (Argentina) realiza em prol dos agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos:
36. Conhece as políticas públicas voltadas para a produção de alimentos orgânicos? Quais? (pode ser federal, estadual ou municipal)
37. Sobre políticas públicas administradas/gerenciadas pela Secretaria Municipal de Agricultura (Brasil) ou a Municipalidade (Argentina), o senhor acredita que estão atingindo os objetivos e, principalmente, o senhor crê que os produtores estão satisfeitos com elas?
38. Qual é a maior dificuldade que o senhor encontra hoje no campo para a produção de alimentos orgânicos? (levantar ideias para reduzir e/ou eliminar tal dificuldade)
39. Quais são as principais reivindicações e/ou necessidades dos agricultores produtores de alimentos orgânicos?

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com a Irmã Lourdes Dill, Coordenadora do  
Projeto Esperança/Coesperança**

1. Há um cadastro das associações de agricultores vinculadas à comercialização de produtos orgânicos no pavilhão da Coesperança, especificando quantas famílias fazem parte de cada associação, sexo, idade, nível de escolaridade dos membros dessas famílias?
2. Quais as ações veem sendo desenvolvidas pelo Projeto Esperança/Coesperança para atender a necessidades de produção de alimentos orgânicos dos agricultores familiares?
3. Quais as ações veem sendo desenvolvidas pelo Projeto Esperança/Coesperança para atender a necessidades de comercialização de alimentos orgânicos dos agricultores familiares?
4. Como os agricultores ficam sabendo dessas ações?
5. Como funciona o sistema de comercialização dos alimentos orgânicos no pavilhão da Cooperativa Coesperança?
6. Qual a sua percepção em relação ao cenário da economia da região e a perspectiva dos agricultores familiares quando foi criado o projeto Projeto Esperança/Coesperança?
7. Qual a sua percepção em relação ao cenário da economia da região e a atual perspectiva dos agricultores familiares? Há mercado para a produção de alimentos orgânicos na agricultura familiar?
8. Quais os benefícios para os agricultores familiares por participarem do Projeto Esperança/Coesperança?
9. Na sua percepção, esse processo organizativo ligado ao Projeto Esperança/Coesperança contribui para atender as demandas dos agricultores produtores de alimentos orgânicos? Como contribui?
10. Na sua percepção, esse processo organizativo ligado ao Projeto Esperança/Coesperança contribui para atender as demandas do mercado de alimentos orgânicos? Como contribui?
11. Na sua percepção, esse processo organizativo ligado ao Projeto Esperança/Coesperança contribui para atender as demandas do desenvolvimento regional? Como contribui?
12. Quanto à certificação dos produtos orgânicos, em que etapa do processo o Projeto Esperança/Coesperança auxilia ou pretende auxiliar os agricultores para a sua obtenção? (Obs.: No Brasil, de acordo com o MAPA (2009), são previstas três formas de garantia da qualidade orgânica dos produtos alimentícios: a certificação, os sistemas participativos de garantia e o controle social para a venda direta sem certificação. Os dois primeiros compõem o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg).

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista com o responsável pela Associação da  
Coletividade Boliviana (Argentina)**

Entrevistado nº: \_\_\_\_\_

1. Há um cadastro das associações de agricultores, vinculadas à Associação?
2. Quais as ações vêm sendo desenvolvidas pela Associação para auxiliar os agricultores familiares bolivianos?
3. Quais as ações vêm sendo desenvolvidas pela Associação para auxiliar as associações comunitárias e para atender a necessidades de produção de alimentos orgânicos dos agricultores familiares?
4. Como os agricultores ficam sabendo dessas ações?
5. Como funciona o sistema de comercialização dos alimentos orgânicos no pavilhão do Mercado da Coletividade Boliviana?
6. Qual a sua percepção em relação ao cenário da economia da região e a perspectiva dos agricultores familiares quando iniciou o trabalho das associações comunitárias vinculadas ao programa *Pro-Huerta*?
7. Qual a sua percepção em relação ao cenário da economia da região e a atual perspectiva dos agricultores familiares? Há mercado para alimentos orgânicos produzidos por agricultores familiares?
8. Quais benefícios os produtores têm por participarem do programa *Pro-Huerta*?
9. Na sua percepção esse processo organizativo ligado as associações comunitárias e ao *Pro-Huerta* contribui para atender as demandas dos agricultores produtores de alimentos orgânicos? Como contribui?
10. Na sua percepção, esse processo organizativo as associações comunitárias e ao *Pro-Huerta* contribui para atender as demandas do mercado de alimentos orgânicos? Como contribui?
11. Na sua percepção, esse processo organizativo ligado as associações comunitárias e ao *Pro-Huerta* contribui para atender as demandas do desenvolvimento regional? Como contribui?
12. Quanto à certificação dos produtos orgânicos, de que forma a Associação da Coletividade Boliviana pretende auxiliar os agricultores para a obtenção de um selo alternativo, já que o selo emitido pelas certificadoras mostra-se inacessível aos agricultores familiares em função dos custos?

**APÊNDICE D – Roteiro de entrevista com o responsável da Emater em Santa Maria e com os extensionistas que atendem à agricultura familiar**

Entrevistado nº: \_\_\_\_\_

1. Como é a estrutura e a organização da Emater/RS em Santa Maria e na região do COREDE Central para atendimento dos agricultores familiares que produzem alimentos orgânicos?
2. Qual a colaboração da entidade junto aos agricultores familiares e como fazem a assistência técnica?
3. Qual a área de abrangência atendida pelos extensionistas? E, quantos são os extensionistas?
4. A Emater procura os agricultores familiares ou eles procuram a Emater para obter assistência para realizar o plantio dos alimentos orgânicos e/ou realizar a transição do sistema de produção?
5. Quais as limitações, dificuldades e problemas (falta de veículos, falta de pessoal, falta de recursos em geral, etc.) enfrentados pela Emater para atender os agricultores familiares? Na área de abrangência do COREDE Central os demais escritórios enfrentam as mesmas dificuldades que o escritório de Santa Maria enfrenta?
6. Quais as ações que são desenvolvidas pela Emater para estimular a produção orgânica?
7. A Emater desenvolve ações conjuntas e tem contato com associações e/ou cooperativas de produtores que produzem alimentos orgânicos?
8. Como os agricultores ficam sabendo dos fundos para financiamento para produção orgânica no sistema de fundo perdido?
9. Para o agricultor receber recursos desses fundos ou obter financiamentos ele precisa ter o aval da Emater, tem que fazer algum projeto?
10. Como funciona: a Emater, caso tome conhecimento, procura os produtores que estão querendo produzir orgânicos ou os agricultores procuram a Emater para obter auxílio para montar os projetos de financiamento?
11. A Emater realiza testes, possui área de campo para realizar testes a respeito do plantio de alimentos orgânicos ou esses testes são desenvolvidos apenas pela Embrapa?
12. Os testes de análise do solo, necessários para que os agricultores desenvolvam a transição, são realizados pela Emater ou o material é encaminhado para outras instituições averiguarem o resultado? Após obter os resultados do solo, de que forma os agricultores procedem para obter a certificação de qualidade orgânica?
13. A Emater realiza distribuição de sementes, de mudas para o plantio de alimentos orgânicos? Caso ocorra distribuição de semente, quais são? Há fertilizantes orgânicos suficientes na região para os agricultores comprarem?
14. O senhor nota que os agricultores que estão vinculados a cooperativas e/ou a associações têm maior pré-disposição para trabalhar com a produção dos alimentos orgânicos e desenvolver a transição agroecológica? Eles se articulam e se organizam para desenvolver a obtenção de assistência técnica coletivamente? Como funciona esse processo organizativo?

**APÊNDICE E – Roteiro de entrevista com o responsável do *INTA* na *REDUP* e com os extensionista que atendem à agricultura familiar**

Entrevistado nº: \_\_\_\_\_

1. Como é a estrutura e a organização do *INTA* na região para atender os agricultores familiares que produzem alimentos orgânicos?
2. Qual a colaboração da entidade junto aos agricultores familiares e como fazem a assistência técnica? Quais os programas voltados à agricultura familiar? Como funciona o programa *Pro-Huerta*?
3. Qual a área de abrangência atendida pelos extensionistas? E, quantos são os extensionistas?
4. O *INTA* procura os agricultores familiares ou eles procuram o *INTA* para obter assistência para realizar o plantio dos alimentos orgânicos e/ou realizar a transição do sistema de produção?
5. Quais as limitações, dificuldades e problemas (falta de veículos, falta de pessoal, falta de recursos em geral...) enfrentados pelo *INTA* para atender os agricultores familiares na área de abrangência da *REDUP*?
6. Quais as ações que são desenvolvidas pelo *INTA* para estimular a produção agroecológica?
7. O *INTA* desenvolve ações conjuntas e tem contato com associações e/ou cooperativas de produtores que produzem alimentos orgânicos?
8. Como os agricultores ficam sabendo dos fundos para financiamento para produção orgânica no sistema de fundo perdido?
9. Para o agricultor receber recursos desses fundos ou obter financiamentos ele precisa ter o aval do *INTA*, tem que fazer algum projeto? É o *INTA* que desenvolve o projeto?
10. Como funciona: o *INTA*, caso tome conhecimento, procura os produtores que estão querendo produzir orgânicos ou os agricultores procuram o *INTA* para obter auxílio para montar os projetos de financiamento?
11. O *INTA* realiza testes, possui área de campo para realizar testes com plantio de alimentos orgânicos? Como são feitos esses testes?
12. Os testes de análise do solo, necessários para que os agricultores desenvolvam a transição são realizados pelo *INTA* ou o material é encaminhado para outras instituições averiguarem o resultado? Após obter os resultados do solo, de que forma os agricultores procedem para obter a certificação de qualidade orgânica?
13. O *INTA* realiza distribuição de sementes, de mudas para o plantio de alimentos orgânicos? Se ocorre distribuição de semente, quais são? Há fertilizantes orgânicos suficientes na região para que os agricultores possam comprar?
14. O senhor nota que os agricultores que estão vinculados a cooperativas e/ou a associações têm maior pré-disposição para trabalhar com a produção dos alimentos orgânicos e desenvolver a transição agroecológica? Eles se articulam e se organizam para desenvolver a obtenção de assistência técnica coletivamente? Como funciona esse processo organizativo?

**APÊNDICE F - Roteiro de entrevista com o conselheiro representante nacional da agricultura familiar na *FONAF* e com os representantes de cada região da Argentina**

**- Reunião/encontro em 21 de agosto de 2014, na sede da *FONAF*, em *Buenos Aires***

Entrevistado n°: \_\_\_\_\_

1. Como é a estrutura e a organização da *FONAF* na sua região para atender os agricultores familiares?
2. Quais as ações que são desenvolvidas pela *FONAF* para apoiar a agricultura familiar na sua região de abrangência?
3. Quais as ações que são desenvolvidas pela *FONAF* para estimular a produção agroecológica da agricultura familiar na sua região de abrangência?
4. A *FONAF* desenvolve ações conjuntas e tem contato com associações e/ou cooperativas de produtores que produzem alimentos orgânicos na sua região de abrangência?
5. Quais as conquistas por intermédio da *FONAF* aos agricultores familiares na Argentina?
6. O(a) senhor(a) nota que os agricultores que estão vinculados a cooperativas e/ou a associações têm maior pré-disposição para trabalhar com a produção dos alimentos orgânicos e desenvolver a transição agroecológica? Eles se articulam e se organizam para desenvolver a obtenção de apoio da *FONAF* coletivamente? Como funciona esse processo organizativo?
7. Quais as limitações, dificuldades e problemas enfrentados pela agricultura familiar na sua região de abrangência?

**ANEXO A – Ley de “Reparación histórica de la agricultura familiar para la construcción de una nueva ruralidad en la Argentina”**

**PROYECTO DE “LEY DE LA AGRICULTURA FAMILIAR”**



**Ley de "Reparación histórica de la agricultura familiar para la construcción de una nueva ruralidad en la ARGENTINA"**

La ARGENTINA está transitando con gran esfuerzo un camino de emancipación nacional. Tal camino de transformación, se inició superando una profunda crisis política, económica y social.

Esta es sin duda una década ganada; no hay más que repasar los principales hechos significativos:

- El juicio y castigo a los genocidas de la dictadura militar;
- El desendeudamiento público; en particular con el FMI
- La reinserción de Argentina en la patria latinoamericana;
- La ampliación y vigencia de más derechos universales como la Asignación Universal por Hijo y las Jubilaciones;
- Las reparaciones históricas a regiones postergadas del interior;
- La nacionalización de empresas estratégicas como AA e YPF
- La recuperación del Banco Central.
- La creación de la secretaria de Ciencia y tecnología.
- Políticas tributarias especiales para pequeños contribuyentes de la economía social y las pymes.
- Ley de limitación de la propiedad en manos de extranjeros
- Reconocimiento de la propiedad comunitaria de los pueblos originarios.

Sin duda 10 años de recuperación de la dignidad nacional, del poder adquisitivo de los salarios, de continuo crecimiento de la economía del país.

**Pero aún resta consolidar lo logrado, profundizar la transformación en curso, reconocer derechos; queremos otra década más ganada para los intereses del pueblo y la nación.**

Las décadas perdidas en el desencuentro de los argentinos, en los años en los que imperaban los modelos neoliberales, representaron una verdadera tragedia nacional en múltiples aspectos: vidas perdidas y represión en la lucha por la recuperación y conquista de derechos; la pérdida de puestos de trabajo y nivel salarial; para los pueblos originarios el olvido y la marginalidad.

Para la AF es significativo señalar que en 20 años se perdieron más de 130.000 explotaciones agropecuarias; como consecuencia muchos trabajadores rurales engrosaron los cordones urbanos a modo de viaje sin retorno, generando y aumentando el despoblamiento del interior que aún no se detiene. Además se

## PROYECTO DE "LEY DE LA AGRICULTURA FAMILIAR"



concentró la propiedad de la tierra con pérdida de diversidad productiva y extranjerización de su propiedad.

Aún así, en el año 2002 las explotaciones agropecuarias de pequeños productores alcanzaban un número de 218.868, ocupando una superficie de 23.519.642 de hectáreas, representando el 65,6 % del total de las explotaciones del país y el 13,5 % de la superficie total en explotación. El valor bruto estimado de producción representó el 19,2 % del valor generado por el total de las explotaciones agropecuarias, concentrando el 87,3 % del trabajo de familiares y aportando el 53 % del empleo rural total.

Los fracasos del pasado no pueden repetirse, el rumbo transformador tomado por el actual gobierno debe profundizarse; también debe hacerse efectiva la continuación de una reparación histórica medular que alcance a aquellos que aún esperan ser reconocidos como sujetos de derecho.

**La AF es un actor fundamental de la emancipación nacional en el ámbito rural, que la política pública reconoce y fortalece con relevancia a partir del año 2008.**

Dan cuenta de ello las iniciativas del Estado Nacional que impulsaron la creación del Foro Nacional de la Agricultura Familiar, haciendo visible un sector de la agricultura hasta aquel momento sin legítima representación; que luego da origen institucional a la Federación de Organizaciones Nucleadas de la Agricultura Familiar, con más de 850 organizaciones nucleadas. También por iniciativa de Néstor Kirchner se creó la Secretaría de Desarrollo Rural y Agricultura Familiar en el ámbito del MAGYP, y el Centro de Investigación para la Pequeña Agricultura Familiar en el INTA.

La AF sostiene la necesidad de **reparar las causas y efectos que vulneraron en décadas pasadas a las comunidades rurales y sus actividades socio-económicas, decimos que forma parte de lo que aún resta por realizar.**

Son 250.000 familias productoras y millones de familias que habitan los pueblos y parajes rurales, que aún necesitan una contraparte estatal e instrumentos efectivos que, superando la asistencia social, sean capaces de recuperar y desarrollar una cultura del trabajo, que aporte a la soberanía y seguridad alimentaria de los todos los argentinos.

Por décadas la ausencia del Estado y la desregulación agraria contribuyeron a la desaparición y empobrecimiento de cientos de miles de familias agrarias.

**Las políticas asistenciales que reaccionaron ante tal flagelo han contribuido a frenar y reparar en parte la degradación señalada, pero ahora es oportuno y necesario considerar a la AF, ya no como un sector vulnerable y/o vulnerado, sino como agente indispensable de un desarrollo igualitario,**

## PROYECTO DE "LEY DE LA AGRICULTURA FAMILIAR"



**productivo y económico, impulsado por un ESTADO democrático, equitativo, multiétnico, y pluricultural; favoreciendo el acceso a la tierra, el agua, y los recursos naturales, con sustentabilidad ecológica, económica y social.**

**La nueva ruralidad en la ARGENTINA representa un ideal transformador de la realidad que moviliza una reparación histórica.** Es un proyecto alternativo al que propone el modelo agroexportador: una agricultura sin agricultores ni población rural.

La nueva ruralidad no es sólo una dimensión productiva, también incluye:

- Una agricultura con agricultores
- Respeto del medio ambiente y su biodiversidad
- Valor agregado en origen con redistribución de la riqueza e inclusión social
- Democratización de la oferta de alimentos y atención de la construcción de soberanía local de abastecimiento de bienes básicos de consumo
- Enorme potencialidad para la generación de trabajo y empleo rural
- Ahorro de energía convencional y desarrollo de fuentes alternativas,
- Disminución de logística de abastecimiento, cadenas cortas de comercialización
- Atención de la diversidad cultural en todas sus dimensiones
- Soberanía territorial y ocupación armónica con miles de pequeños pueblos rurales.
- Ordenamiento territorial, con sostenibilidad económica, social y ambiental.
- La generación y transferencia de tecnología apropiada para los pequeños productores
- La aspiración de resolver definitivamente los problemas de tenencia y distribución de la tierra, el acceso al agua y los recursos naturales.

Incluye:

- Tanto a agricultores como a las poblaciones rurales;
- Un concepto de integralidad de la vida y la producción rural;
- Un financiamiento de la producción que considere su verdadera capacidad de pago y la diversidad de sus producciones
- El desarrollo del hábitat rural; con viviendas de infraestructura adecuada.
- La atención y desarrollo de los mercados locales y las ferias francas.
- A las industrias locales que agregan valor en origen y los servicios de apoyo.

Implica:

## PROYECTO DE "LEY DE LA AGRICULTURA FAMILIAR"



- Oportunidades para nuevos productos nacionales
- La democratización en la producción de agroalimentos contribuyendo a terminar con la concentración del sector
  - Sustitución de insumos y bienes importados;
  - Una planificación estratégica de la inversión pública (en: vivienda; caminos y transporte; energía; agua; infraestructura de producción, acopio, clasificación, empaçado, conservación, comercialización y aseguramiento de la calidad; atractivos culturales; servicios de apoyo; recreación; educación; salud y seguridad social);
  - La generación de oportunidades para las nuevas generaciones;
  - El control social de precios y combate de la inflación;
  - El poder de compra del Estado al servicio de la pequeña y mediana producción;

Esta nueva ruralidad también necesita de más y mejor Estado. La institucionalidad creada en el ámbito del MAGYP ha probado en estos años ser insuficiente para resolver los desafíos que enfrenta la AF. Al respecto, proponemos ampliar, fortalecer y jerarquizar los instrumentos que dispone el Estado para promover el Desarrollo Rural y la Agricultura Familiar; un organismo público que esté en condiciones presupuestarias y con recursos humanos que permitan llevar a la práctica una Ley de promoción de la AF.

Una ley de "reparación histórica de la agricultura familiar para la construcción de una nueva ruralidad en la ARGENTINA", seguramente contribuirá a construir un mejor país, con un interior desarrollado e integrado al modelo de inclusión social y económica que lleva delante el gobierno nacional.

### **SOBRE LOS FUNDAMENTOS**

#### **Antecedentes**

Desde su creación el Foro Nacional, los diversos Foros Provinciales, la SSAF han generado diversos documentos que argumentan sobre la necesidad de mejorar la política pública hacia el sector de los pequeños y medianos productores, llamados genéricamente de la Agricultura Familiar.

Se destacan por sus aportes, los documentos del encuentro del FONAF de Mendoza (2006), los posteriores encuentros en Parque Norte (2007, 2008); el proyecto de ley de la AF presentado por los diputados nacionales (pero nunca tratado en el recinto) Cantero, West, otros (2008, 2009); y recientemente la ley de Desarrollo Rural de la AF "Felipe Burgos" de la provincia de Salta (2013).

## PROYECTO DE "LEY DE LA AGRICULTURA FAMILIAR"



Consideramos que los conceptos que están presentes en los 3 documentos citados son un sólido aporte para fundamentar una nueva propuesta de ley nacional de fomento de la AF.

### ***De dónde venimos***

En las últimas décadas la desregulación del Estado en todo lo referente a la cuestión agraria se convirtió en una política cuyas consecuencias fueron, entre otras, la desaparición y el empobrecimiento de cientos de miles de familias de agricultores.

Consideramos que una política de Desarrollo Rural debe partir de la base de la recuperación de la capacidad regulatoria del Estado en todos los aspectos que hacen a la cuestión agraria tal como lo realizan los Estados más eficientes del mundo. Desde este rol regulador del Estado, las políticas de Desarrollo Rural deben garantizar la inclusión de las familias rurales en un proceso pleno de crecimiento y desarrollo.

No queremos más políticas asistencialistas para el sector. Para desarrollar y aplicar políticas diferenciales hacia la Agricultura Familiar, el Estado debe reconocer a los productores familiares como sujetos indispensables del desarrollo igualitario, productivo y económico, que impulse un Estado democrático, equitativo, multiétnico y pluricultural, que garantice a su vez la soberanía alimentaria, el acceso a la tierra, el agua y recursos naturales, con sustentabilidad ecológica, económica y social.

*Concepto: los productores de la AF como sujetos del DR; también la necesidad de su inclusión social y económica; el asistencialismo debe ser una política circunstancial.*

Existe aún una **deuda pendiente** con el sector de la Agricultura Familiar, entendiendo que las diferencias y los desequilibrios territoriales en nuestro país y en la provincia no son producto de circunstancias espontáneas y neutras, sino que responden a una conformación construida históricamente. Por ello resulta indispensable abordar la Agricultura Familiar con un diseño socioeconómico y territorial equilibrado con el mundo urbano y generando condiciones más justas de desarrollo. Pero el postergado desarrollo integral del sector de la Agricultura Familiar no sólo es una cuestión de reparación histórica o una deuda de derechos sociales. A pesar de dicha postergación, es indudable el rol que cumple este sector en nuestra provincia, el país y en la economía del MERCOSUR.



### FUNDAMENTOS

Los productores rurales de la República Argentina constituyen un sector extremadamente heterogéneo. Dicha heterogeneidad no sólo se expresa en el tamaño de las explotaciones rurales, sino en las distintas formas sociales (familiares y no familiares) de producción, en la localización geográfica (que implica diferencia de aptitud productiva del medio ambiente, diferente distancia a los puertos, etcétera) de los establecimientos, en la especialización productiva, en el nivel tecnológico aplicado.

*Concepto: en el campo no somos todos iguales, hay "una agricultura comercial" vinculada al viejo modelo agroexportador, asentada principalmente en la región pampeana; hay una "agricultura familiar" más vinculada al mercado interno, asentada principalmente en las zonas extra pampeanas.*

Los agricultores que pertenecen a LA AF comparten ciertas características:

- La gestión del emprendimiento productivo es ejercida directamente por el productor y/o algún miembro de su familia.
- El agricultor familiar es propietario de la totalidad o de parte de los medios de producción.
- Los requerimientos del trabajo son cubiertos principalmente por la mano de obra familiar y/o con aportes complementarios de asalariados.
- La familia del agricultor reside en el campo o en la localidad más próxima a él.
- La forma jurídica de la agricultura familiar corresponde a persona física, sociedad de hecho, sociedad accidental o cooperativa de trabajo.

La agricultura familiar es una "forma de vida" y "una cuestión cultural", que tiene como principal objetivo la "reproducción social de la familia en condiciones dignas", donde la gestión de la unidad productiva y las inversiones en ella realizadas es hecha por individuos que mantienen entre sí lazos de familia, la mayor parte del trabajo es aportada por los miembros de la familia, la propiedad de los medios de producción (aunque no siempre de la tierra) pertenece a la familia, y es en su interior que se realiza la transmisión de valores, prácticas y experiencias.

Incluimos en esta definición genérica y heterogénea distintos conceptos que se han usado o se usan en diferentes momentos, como son: Pequeño Productor, Minifundista, Campesino, Chacarero, Colono, Mediero, Productor familiar y, en nuestro caso, también los campesinos y productores rurales sin tierra y las comunidades de pueblos originarios.

Las explotaciones agropecuarias de pequeños productores (PP)<sup>4</sup> alcanzaban, en el año 2002, a un número de 218.868 explotaciones, ocupando una superficie de 23.519.642 hectáreas. Esto significa un 65,6% del total de explotaciones

## PROYECTO DE "LEY DE LA AGRICULTURA FAMILIAR"



agropecuarias del país, y un 13,5% de la superficie total de todas las explotaciones agropecuarias del territorio nacional.

El valor bruto estimado de la producción de los PP representa el 19,2% del valor generado por el total de explotaciones agropecuarias.

Las explotaciones agropecuarias de PP concentran el 87,3% del trabajo de familiares del productor.

Los PP aportan el 53% del empleo total (54% del trabajo permanente y el 29% del trabajo).

La promoción del segmento de agricultores familiares como línea estratégica del desarrollo rural es extremadamente ventajosa para la sociedad argentina. Esta convicción se sostiene a partir de dos razones: por un lado, la experiencia que sustentan en las unidades de producción familiar lo más dinámico y productivo de la agricultura mundial, aspecto ampliamente documentado.

Por otro, la importancia relativa de la agricultura familiar en la Argentina frente a otras formas sociales de producción. En todo el país el 66 % (218.868) unidades de producción corresponden a agricultores familiares (CNA 2002).

Es decir que este sector de la agricultura familiar es fundamental a la hora de producir bienes para el consumo interno del país y para las industrias procesadoras, esto es, carnes vacuna, porcina, caprina, leche, pollos, trigo, frutas, hortalizas y todo tipo de alimento, mientras que el segmento de las unidades no familiares se especializa más en granos para la exportación y carnes, que en este caso abastecen tanto al mercado interno como a la exportación.

*Concepto: la seguridad y soberanía alimentaria.*

Pero para ello es sumamente necesario que las políticas públicas para la agricultura dejen de lado el foco de atención sobre los productos (política para el trigo, para transformar la soja, para la carne, para la leche, etcétera) y centren su objetivo en la gente, en la unidad de producción familiar, para garantizar a cada agricultor las posibilidades de un ingreso suficiente para su reproducción social y la reinversión de los excedentes en las técnicas de producción capaces de mejorar en calidad y cantidad sus cantidades producidas.

Estas políticas deben a su vez combinar incentivos a las producciones estratégicas (para aumentar la producción), con desincentivos a producciones que tiendan a hegemonizar los espacios productivos, debilitando la estructura social y ambiental de las regiones y las formas sociales de producción familiar. De esta

## PROYECTO DE "LEY DE LA AGRICULTURA FAMILIAR"



forma es posible alcanzar un desarrollo rural equilibrado, con fuerte presencia humana en los territorios, con economías regionales florecientes y con una alta diversidad de productos para el consumo interno, la industria y la exportación.

*Concepto: La AF facilita la ocupación territorial y la distribución espacial equilibrada de la población rural.*

Conocer a la agricultura familiar, en su condición de partícipe central de la estructura agropecuaria nacional, habitante y actor productivo del territorio rural, principal generador de empleo agropecuario, dinamizador de las economías locales, integrante de comunidades y tramas socio territoriales, y constituyente insoslayable del paisaje cultural de las regiones del país.

Por el lado del Estado, es destacable la creación del MAGYP, la SSAF y el CIPAF del INTA, como aportes significativos a la conformación de una nueva institucionalidad incluyente de la agricultura familiar.

*Concepto: el Estado como actor insustituible del DR, planificador y orientador del desarrollo; más y mejor Estado en los territorios ejecutando las políticas públicas; consensuando, acordando y articulando con las organizaciones sociales representativas de la AF.*

Este proyecto de ley que presentamos establece una política diferenciada para fortalecer y consolidar la categoría de agricultura familiar.

### OBJETIVOS ENUNCIADOS DE LA LEY

Artículo 1º – Son fines de esta ley aportar al desarrollo de los territorios rurales de todo el país, reconociendo y consolidando a la agricultura familiar como el actor protagónico del espacio rural. A este fin, se entiende por desarrollo rural el proceso de transformaciones y organización del territorio rural, conducido por el Estado y definido con la participación activa de las comunidades rurales junto a los demás agentes públicos y privados implicados, para mantener y consolidar dichas comunidades, fomentar la conservación de la cultura y formas de vida que les son propias y mejorar, tanto la calidad de vida de sus habitantes como la integración e interacción entre la población rural y el resto de la sociedad.

Art. 2º – El objetivo general de la ley es crear un régimen especial para valorizar a la agricultura familiar en toda su diversidad, como sujeto prioritario de todos los programas, proyectos, medidas y acciones que de aquí en adelante se implementen en las distintas esferas del Estado.

#### Objetivos específicos:

Art. 3:

## PROYECTO DE "LEY DE LA AGRICULTURA FAMILIAR"



- a) Contribuir al afianzamiento de la población que habita los territorios rurales en pos de la ocupación armónica del territorio provincial, generando condiciones de hábitat, ingresos y calidad de vida, equitativa e integrada con las áreas urbanas.
- b) Impulsar el aprovechamiento de atributos específicos de cada territorio para generar bienes y servicios diferenciados por sus particularidades agroecológicas, culturales, procedimientos de elaboración, singularidad paisajística y/o cualquier otra característica que lo diferencie.
- c) Apoyar las generaciones de actividades agropecuarias, artesanales, industriales y de servicios, orientadas al **agregado de valor de la producción primaria, generando empleo local**.
- d) Recuperar, conservar y divulgar el patrimonio natural, histórico y cultural de la AF en sus diversos territorios y expresiones.
- e) Desarrollar y fortalecer estructuras institucionales participativas en el orden provincial, municipal y micro regional, orientadas a planificar, monitorear y evaluar las políticas, programas, proyectos y acciones de desarrollo local, en articulación con las instancias nacionales.
- f) Garantizar la participación y representación genuina de los actores de la AF en el diseño e implementación de las políticas que propicia esta Ley.
- g) Favorecer el accionar coordinado de los organismos del Estado en todos sus niveles a fin de optimizar acciones de ordenamiento del territorio, desarrollo de infraestructura y servicios para asegurar la provisión de los servicios básicos y la conectividad de las zonas rurales entre sí y con los centros urbanos.
- h) Promover políticas redistributivas que permitan al sector de la Agricultura Familiar **el acceso a la tierra, el agua y otros recursos productivos** desde una perspectiva amplia, con estrategias diferenciales considerando la diversidad de situaciones y culturas.
- i) Impulsar y fortalecer la producción diversificada de los sistemas productivos familiares con innovación tecnológica, rescatando y **respetando los modos de producción ancestrales y culturalmente valorados, privilegiando las prácticas agroecológicas u otras que sean respetuosas de la naturaleza y disminuyan la vulnerabilidad de los sistemas productivos**.
- j) Promover los procesos de generación de valor agregado en origen, a una escala adecuada a la Agricultura familiar.
- k) Lograr el **abastecimiento del territorio local** (municipal y micro regional), con productos provenientes de la Agricultura Familiar promoviendo el intercambio de bienes y servicios.
- l) Abordar la comercialización de bienes y servicios en el marco de la economía social y las lógicas de la producción de la agricultura familiar.

## PROYECTO DE "LEY DE LA AGRICULTURA FAMILIAR"



m) Asumir desde el Estado un rol indelegable en la propuesta y ejecución de políticas diferenciales, que contemplen la promoción y protección del sector de la AF, la elaboración de marcos legislativos adecuados, **programas estatales de compra de productos de la AF y la moderación de las asimetrías que genera el mercado**. Promover la adhesión de estos principios a nivel provincial y municipal.

n) Generar y/o adecuar sistemas de control y normativas respetando los principios de **higiene e inocuidad de los productos alimenticios y el derecho de todos a consumir alimentos sanos**, teniendo en cuenta las particularidades de la producción de la AF (saberes, prácticas, condiciones agroecológicas de producción, infraestructura edilicia, de servicios, etc.)

ñ) Sensibilizar en la temática de la AF a los Organismos de Control de nivel nacional y provincial para que promuevan y respeten estas normas.

o) Destinar los recursos necesarios y suficientes para la infraestructura productiva y de provisión de servicios que contribuyan al bienestar de las poblaciones rurales: provisión de agua potable, energía, comunicación (vial, telefónica, internet), transporte, infraestructura de comercialización y valor agregado (acopio, faena, agroindustrias), viviendas, educación y salud, saneamiento ambiental para centros poblados y zonas rurales.

p) Establecer mecanismos preferenciales de financiamiento para los agricultores familiares, facilitándoles la adquisición de medios de producción.

Art. 4º – Crease el Régimen Especial para la "Reparación histórica de la agricultura familiar para la construcción de una nueva ruralidad en la Argentina". Este se organizara en:

1) Componente de apoyo y consolidación de la Agricultura Familiar, integrado por:

a) Registro Nacional Único de Agricultores Familiares, a través del cual se contará con la información de las unidades familiares del país que participen de las acciones de fortalecimiento de la agricultura familiar y de Desarrollo Rural, que se ejecuten en el país;

b) Plan permanente de capacitación y asistencia técnica para fortalecer las organizaciones de agricultores familiares y la formación de nuevas entidades;

c) Sistema de apoyo a la organización de espacios institucionales destinados a la construcción participativa de propuestas y políticas territoriales y para asegurar la participación de todos los representantes y referentes de la Agricultura Familiar en estos espacios;



d) Sistema de apoyo a la formación y capacitación integral de jóvenes rurales para la profesión de productor agropecuario, la promoción de la identidad, la creatividad y la definición de proyectos de vida, organizados y ejecutados con las Instituciones y organismos del Estado y las Universidades Nacionales;

e) Plan de regularización de tenencia precaria de tierras, con especificidad hacia juicios de usucapión y titulación, para todos los productores familiares campesinos que demuestren ocupación de la tierra por parte de la familia durante más de 20 años.

## 2) Componente de financiamiento

Los créditos para la AF deben estar fundados en la lógica de la producción y en la participación de las organizaciones en la definición del perfil de beneficiarios. Para esto deberá tenerse en cuenta la caracterización y la categorización de AF expuesta en el presente documento, como así también el RENAF.

En el caso de financiamiento a través de las organizaciones, debe tenerse en cuenta que éstas poseen diversos grados de desarrollo y capacidad operativa para la administración de recursos destinados al financiamiento de las necesidades del Productor Familiar. Las organizaciones precisarían inicial o continuamente, según el tipo de fondos que manejen, el apoyo para asistencia técnica, capacitación, equipamiento, asistencia contable y otros temas que se observen en la acción.

Debe estar conformado inicialmente con:

a) Sistema de Financiamiento Fundiario (1). Tendrá sede en el Banco de la Nación Argentina y sus instrumentos de acción serán:

I) Operatoria de créditos hipotecarios de largo plazo y tasa subsidiada para la adquisición de tierras por parte de hijos de agricultores de Empresas Familiares Agropecuarias, y/o para el pago de la parte correspondiente al resto de condóminos, por descendiente interesado en la continuidad del sistema productivo familiar.

II) Aportes No Reintegrables (ANR), destinados a absorber los costos del Plan de regularización de tenencia precaria de tierras de los Agricultores Familiares Campesinos.



- b) Conformación de un Fondo de apoyo económico e institucional, con forma de aporte no reintegrables (ANR) cofinanciar con las provincias, las entidades agropecuarias y cooperativas; las actividades de capacitación productivo-tecnológica; de gestión administrativa, económica y ambiental; de generación de valor agregado; de comercialización; de asociativismo y redes y el sistema de apoyo enunciado en el ítem d) del Componente de apoyo y consolidación de la Agricultura Familiar.
- c) Operatoria de créditos de largo plazo, con tasa subsidiada hasta el 100% de la tasa de interés para la construcción y remodelación de viviendas familiares en la unidad de producción campesina.
- d) Operatoria de crédito para Agricultores Familiares Campesinos, con un subsidio de hasta el 100% de la tasa de interés y 2 años de gracia para la adquisición de bienes de capital (incluye reproductores) e infraestructura productiva. Tendrán prioridad las inversiones que mejoren la accesibilidad a mercados, agreguen valor a la producción primaria y generen empleo permanente.
- e) Línea de crédito con un subsidio de hasta el 100% de la tasa de interés destinado a financiar los insumos y necesidades del ciclo productivo de los sistemas productivos familiares campesinos, con un plazo de devolución de hasta un año.

3) Componente productivo y competitividad.

- a) plan para la creación de emprendimientos agroindustriales familiares rurales, con dos líneas de acción:

I) Régimen de promoción para la transformación de la producción primaria en la misma unidad de producción familiar (transformación de proteína vegetal en proteína animal, transformación de productos animales y vegetales). Financiamiento (hasta el 70% de la inversión)

II) Régimen de fortalecimiento y promoción de emprendimientos asociativos (formas asociativas entre agricultores familiares) para la transformación de productos primarios en el medio rural; financiamiento (hasta el 50% de la inversión)

- b) Programa de apoyo a nuevos emprendimientos productivos, para los jóvenes de los territorios rurales, que prioricen la diversificación productiva, el tratamiento de residuos de la producción primaria e industrial, la

## PROYECTO DE "LEY DE LA AGRICULTURA FAMILIAR"



generación de valor, la creación de empleo rural y la modernización tecnológica;

#### 4) Componente social y tributario.

Artículo 5.- AMBITO DE APLICACIÓN. La presente Ley será de aplicación en la totalidad del territorio de la Nación Argentina.

Artículo 6- AUTORIDAD DE APLICACIÓN. (a discutir)

Algunas consideraciones sobre la Institucionalidad en el estado para tener en cuenta el organismo a crear para la aplicación del régimen especial para la "Reparación histórica de la agricultura familiar para la construcción de una nueva ruralidad en la Argentina".

Necesitamos una ley que se convierta en un verdadero **Plan Estratégico de la AF**, dentro de un Espacio Institucional jerarquizado. En este aspecto, lo creado hasta la fecha es insuficiente.

Es necesaria la intervención del Estado para regular las distorsiones económicas y compensar las condiciones desfavorables, identificando las asimetrías entre los diferentes actores y garantizando la inclusión de las unidades económicas más vulnerables.

Estas unidades económicas, en nuestro caso familias de productores, necesitan de una atención diferencial que los equipare con los actores mejor preparados a fin de que puedan desarrollarse en condiciones de igualdad de oportunidades, como prescribe la Constitución Nacional.

En función del bien común el Estado debe laudar por la igualdad de condiciones, contemplando las diferencias estructurales de cada sector. Para ello es necesario recuperar la capacidad reguladora del Estado, su papel interactivo y articulador, para potenciar a los agricultores familiares en sus diversas formas como sujetos indispensables del desarrollo agrario y, como tales, sujetos de políticas específicas por parte del Estado.

#### Otras cuestiones claves a incluir en la ley:

- **Las formas asociativas de producción**

Las organizaciones integrantes del FoNAF rechazamos expresamente toda concepción sobre Agricultura Familiar cuyas consecuencias sean la implementación de políticas "sólo para pobres", en cuyo caso se limita el crecimiento y desarrollo de las familias de agricultores que dejan de ser sujetos de



tales políticas en cuanto mejoran sus condiciones y su calidad de vida, y se excluye de la consideración estatal a agricultores familiares capitalizados. Del mismo modo, rechazamos cualquier concepto de Desarrollo Rural que excluya de la categoría de "productores" a las familias rurales que se encuentran en estado de subsistencia o sin los recursos mínimos para encarar una actividad productiva, lo que las condena definitivamente a ser destinatarias de programas de ayuda social que las mantendrán en la pobreza.

*Concepto: la defensa del pequeño productor como "actor productivo" y no figura asistencial.*

- **Fortalecimiento de las organizaciones**

Para superar esta debilidad estructural de las organizaciones representativas de los productores y dotarlas de la capacidad necesaria para interactuar con el Estado y demás actores en condiciones de equidad, es necesario apoyo y financiamiento desde el Estado para el desarrollo y la consolidación de sus entidades gremiales, de asociaciones que integran distintas cadenas de producción, cooperativas, organizaciones campesinas, comunidades indígenas, etc. La necesidad de crear espacios de participación permanentes dentro del ámbito institucional.

Fortalecer la capacidad de participación y de control social sobre las políticas públicas integrales para el sector es:

- ✓ Mejorar la representación/representatividad de los productores familiares a niveles locales, provincial, regional y nacional.
- ✓ Instalar y desarrollar capacidades para disponer de un Registro de Productores Familiares permanente (RENAF).
- ✓ Incrementar la capacidad de las organizaciones, a nivel de sus bases, para participar en investigación, diseño, ejecución y seguimiento de los planes, programas, proyectos y acciones destinadas al sector.
- ✓ Recuperar recursos existentes que hay en el territorio, garantizando la continuidad de las acciones, producto de programas ejecutados o que están en ejecución.

**Principales áreas sobre las que se necesita adecuar, crear o cambiar la legislación pública para la AF:**

- ❖ **COMERCIALIZACION**
- ❖ **IMPUESTOS**
- ❖ **NORMAS SANITARIAS**
- ❖ **SEGURO AGRICOLA**
- ❖ **RELACIONES DE TRABAJO**

**PROYECTO DE "LEY DE LA AGRICULTURA FAMILIAR"**

- ❖ **FINANCIAMIENTO**
- ❖ **SERVICIOS DE APOYO A LA AF:** *asistencia técnica, investigación tecnológica, capacitación, comunicación,*
- ❖ **EDUCACIÓN Y SALUD**

## ANEXO B – Rótulo “Sabor da Terra”

Sabor da Terra Feirão Colonial		Sabor da Terra Feirão Colonial	
"A Rede da Economia Popular Solidária"		"A Rede da Economia Popular Solidária"	
CNPJ Nº: 03.155.067/0001-86 - INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº: 1090147314		CNPJ Nº: 03.155.067/0001-86 - INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº: 1090147314	
<b>CENTRO DE REFERÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DOM IVO LORSCHETER</b> FEIRÃO COLONIAL Rua Heitor Campos, S/Nº. Fone 55 3222 6152 Santa Maria - RS	<b>CEPS</b> Rua Serafim Valandro, 1016 Fone 55 3026 1606 Santa Maria - RS	<b>PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA</b> Rua Silva Jardim, 1704 Fone 55 3219 4599 Santa Maria - RS E-mail: projeto@esperancacoesperanca.org.br Site: www.esperancacoesperanca.org.br	<b>CENTRO DE REFERÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DOM IVO LORSCHETER</b> FEIRÃO COLONIAL Rua Heitor Campos, S/Nº. Fone 55 3222 6152 Santa Maria - RS
Associação: _____		Associação: _____	
Município: _____ Produto: _____		Município: _____ Produto: _____	
Peso Líquido: _____ Peso Drenado: _____ R\$ _____		Peso Líquido: _____ Peso Drenado: _____ R\$ _____	
Data de Fabricação: ____/____/____ Validade: ____/____/____		Data de Fabricação: ____/____/____ Validade: ____/____/____	



